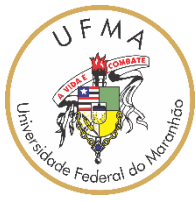


UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
CAMPUS AVANÇADO – BOM JESUS**

IMPERATRIZ
2020



REITOR
Natalino Salgado Filho

VICE-REITOR
Marcos Fábio Belo Matos

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Isabel Ibarra Cabrera

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA
Josefa Melo e Sousa Bentivi Andrade

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INTERNACIONALIZAÇÃO
Fernando Carvalho Silva

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSPARÊNCIA
Walber Lins Pontes

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS
Vilma Moraes Heluy

PRÓ-REITOR DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
Leonardo Silva Soares

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
Daniel Duarte Costa

COORDENADORA DO CURSO DE ENFERMAGEM
Roberta de Araújo e Silva



NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Prof.^a Dra. Roberta de Araújo e Silva – (Presidente)

Prof.^a Dra. Adriana Gomes Nogueira Ferreira – (Membro)

Prof. Dr. Fernando Augusto Cintra Magalhães – (Membro)

Prof.^a Dra. Janaina Miranda Bezerra – (Membro)

Prof. Dr. Marcelo Donizetti Chaves – (Membro)

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Alves de Oliveira Serra – (Membro)

Prof.^a Dra. Maria Neyrian de Fátima Fernandes – (Membro)

Prof.^a Dra. Sergiane Maia Maciel – (Membro)

Prof.^a Ma. Yara Nayá Lopes de Andrade Goiabeira – (Membro)



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	10
1.3 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	11
1.3.1 Nome da mantenedora: Fundação Universidade Federal do Maranhão.....	11
1.3.2 Nome da mantida: Universidade Federal do Maranhão	11
1.3.3 Perfil da IES	11
1.3.4 Objetivos institucionais	14
1.3.5 Missão da IES	14
1.3.6 Áreas de atuação acadêmica	14
1.4 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	16
1.4.1 Histórico do Curso de Enfermagem	16
1.4.2 Missão do Curso de Enfermagem.....	17
1.4.3 Caracterização do curso.....	18
1.4.4 Conceitos do Curso.....	18
1.4.5 Número de vagas	19
1.4.6 Formas de ingresso	19
1.4.7 Contatos do curso	20
2 JUSTIFICATIVA	21
2.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, EDUCACIONAL E DE SAÚDE DE IMPERATRIZ	21
2.2 O CURSO DE ENFERMAGEM/ UFMA EM IMPERATRIZ.....	33
3 BASES LEGAIS	40
3.1 BASES LEGAIS DA IES.....	40
3.2 BASES LEGAIS DO CURSO	40
3.3 BASES LEGAIS DO PPC.....	41
4 FUNDAMENTOS DO CURSO DE ENFERMAGEM	45
5 OBJETIVOS.....	48
5.1 OBJETIVO GERAL.....	48
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	49
6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	50



7	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	51
7.1	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS	51
7.2	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS	53
8	CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	55
9	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	57
9.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO DE ENFERMAGEM ...	58
9.1.1	Ensino	59
9.1.2	Pesquisa	61
9.1.3	Extensão	62
10	METODOLOGIAS	65
10.1	ADEQUAÇÃO DAS METODOLOGIAS DE ENSINO	68
10.1.1	Interdisciplinaridade das unidades de estudo na concepção e execução do currículo.....	68
10.1.2	Adequação e atualização das ementas e programas das unidades de estudo	68
10.1.3	Adequação e atualização das referências bibliográficas.....	69
10.1.4	Utilização de tecnologias de informação e comunicação – TIC’S – no processo de ensino e aprendizagem.....	70
11	ESTRUTURA CURRICULAR	71
11.1	TRANSIÇÃO CURRICULAR	76
11.1.1	Cronograma de transição curricular.....	77
11.1.2	Equivalências dos componentes curriculares	78
11.2	CONTEÚDOS CURRICULARES	80
11.2.1	Componentes curriculares obrigatórios	80
11.2.2	Componentes curriculares optativos.....	87
11.2.3	Atividades acadêmicas específicas	88
11.3	ATENDIMENTO DA ESTRUTURA CURRICULAR AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS DO CURSO DE ENFERMAGEM.....	96
11.3.1	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para O Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.....	96
11.3.2	Diretrizes Nacionais para o Ensino de Libras.....	96
11.3.3	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	97
11.3.4	Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental.....	98



12 INTEGRAÇÃO CURRICULAR DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	99
13 SISTEMA DE AVALIAÇÃO	101
13.1 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM	101
13.2 ARTICULAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO COM A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	104
13.3 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO .	105
13.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	106
14 CONDIÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	110
14.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	110
14.1.1 Regime de trabalho do Coordenador do Curso	110
14.1.2 Competências do Coordenador do Curso	111
14.2 COLEGIADO DE CURSO	113
14.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	116
14.4 CORPO DOCENTE	118
14.4.1 Regime de Trabalho.....	119
14.4.2 Qualificação Profissional.....	122
14.5 CORPO TÉCNICO	125
14.5.1 Técnico-Administrativo.....	125
14.5.2 Técnicos de laboratório	126
14.6 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS.....	127
14.7 ESPAÇO DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL	128
14.8 SALAS DE AULA	129
14.9 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE.....	130
14.9.1 Laboratórios Multidisciplinares.....	132
14.9.2 Laboratórios de Habilidades	133
14.10 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	135
14.11 BIBLIOTECA	136



14.11.1 Acervo Geral e Específico do Curso.....	137
14.11.2 Corpo Técnico-Administrativo da Biblioteca.....	137
14.11.3 Horário de funcionamento da biblioteca.....	138
14.12 APOIO AOS DISCENTES	139
14.12.1 Programas de Assistência Estudantil	139
14.12.2 Programa de Monitoria de Graduação.....	141
14.13 REPRESENTAÇÃO DISCENTE	143
14.14 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMA	144
15 EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES	146
1º PERÍODO.....	146
ANATOMIA HUMANA	146
ANTROPOLOGIA.....	147
ÉTICA E BIOÉTICA	149
CIÊNCIA, HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA ENFERMAGEM	151
CITOLOGIA E HISTOLOGIA	152
METODOLOGIA CIENTÍFICA.....	152
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM	154
2º PERÍODO.....	154
BIOQUÍMICA.....	155
FISIOLOGIA HUMANA	156
GENÉTICA E EMBRIOLOGIA	157
IMUNOLOGIA	158
MICROBIOLOGIA.....	158
FUNDAMENTOS DE SAÚDE COLETIVA	159
3º PERÍODO.....	160
BIOESTATÍSTICA.....	160
FARMACOLOGIA BÁSICA.....	162
PATOLOGIA HUMANA	162
PARASITOLOGIA HUMANA	164
SEMIOLOGIA	165
SOCIOLOGIA.....	166
4º PERÍODO.....	166
EPIDEMIOLOGIA.....	167



FARMACOTERAPIA APLICADA À ENFERMAGEM	168
INFORMÁTICA EM SAÚDE	170
INTERPRETAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES	171
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	171
SAÚDE AMBIENTAL	173
SEMIOTÉCNICA	174
5º PERÍODO	175
ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	175
ENFERMAGEM NA SAÚDE DO IDOSO	178
GERENCIAMENTO E LIDERANÇA EM ENFERMAGEM	179
METODOLOGIA DA PESQUISA EM SAÚDE	180
PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE	180
6º PERÍODO	181
ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM CUIDADOS CLÍNICOS	182
ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM CUIDADOS CRÍTICOS	184
ENFERMAGEM EM DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	186
ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL	188
ENFERMAGEM NA SAÚDE DO TRABALHADOR	189
7º PERÍODO	192
ENFERMAGEM CIRÚRGICA E PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE	192
ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM CUIDADOS CIRÚRGICOS	195
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE I	197
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER I	199
8º PERÍODO	201
ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	201
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE II	203
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER II	205
DISCIPLINAS OPTATIVAS	205
AUDITORIA EM ENFERMAGEM	206
DIDÁTICA APLICADA À ENFERMAGEM	207
ECONOMIA EM SAÚDE	208
LIBRAS	208
LUTO, TRANSIÇÃO E FIM DE VIDA	210
NUTRIÇÃO APLICADA À ENFERMAGEM	211



PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM ENFERMAGEM.....	213
PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES.....	214
SAÚDE INDÍGENA E O CUIDADO TRANSCULTURAL.....	215
ENFERMAGEM EM NEUROLOGIA	216
REFERÊNCIAS	218
APÊNDICE A – MANUAL DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	221
APÊNDICE B – MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	274
APÊNDICE C – MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	284

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Enfermagem do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), atendendo às demandas do Conselho Nacional da Educação (CNE), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

O PPC foi construído tendo como parâmetros legais as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), além de se apoiar no roteiro proposto pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFMA por meio da Resolução nº 1892-CONSEPE, 28 de junho de 2019.

A proposta tem como base o Projeto Pedagógico do Curso em execução e aprovado pela Resolução nº 728 – CONSEPE, de 29 de dezembro de 2009 e pela Resolução nº 488/ CONSEPE, de 18 de setembro de 2006. No entanto, tal instrumento não é estático e deve estar concatenado com as novas demandas sociais e educacionais.

Portanto, frente às mudanças constantes no mercado de trabalho, às mudanças tecnológicas e às necessidades regionais, o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem poderá e deverá ser constantemente reavaliado, buscando atender a novas demandas. Poderá também ser transformado mediante necessidades percebidas pela Instituição, pelo corpo docente e discente, além das mudanças propostas pelo Ministério da Educação (MEC), quando de suas visitas para avaliação.

1.3 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.3.1 Nome da mantenedora: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.3.2 Nome da mantida: Universidade Federal do Maranhão

1.3.3 Perfil da IES

A Universidade Federal do Maranhão, que completou, em 2016, 50 anos, tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Arquidiocese de São Luís e da Fundação Paulo Ramos. Embora inicialmente sua mantenedora fosse esta Fundação, por força da Lei Estadual n.º 1.976, de 31 de dezembro de 1959, dela se desligou e, posteriormente, passou a integrar a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), que fora criada em 29 de janeiro de 1956 com a finalidade de promover o desenvolvimento da cultura no Estado e criar uma Universidade Católica (UFMA, 2017c)

A universidade então criada, fundada pela SOMACS em 18 de janeiro de 1958 e reconhecida como universidade livre pela União em 22 de junho de 1961, por meio do Decreto n.º 50.832, denominou-se Universidade do Maranhão, congregando a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem 'São Francisco de Assis' (1948), a Escola de Serviço Social (1953) e a Faculdade de Ciências Médicas (1958).

Posteriormente, o então Arcebispo de São Luís e Chanceler da Universidade, acolhendo sugestão do Ministério da Educação e Cultura, propôs ao Governo Federal a criação de uma fundação oficial que mantivesse a Universidade do Maranhão, agregando ainda a essa universidade a Faculdade de Direito (1945), a Escola de Farmácia e Odontologia(1945), as quais eram instituições isoladas federais, e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965) que era uma instituição isolada particular (UFMA, 2017c).

Assim, o Governo Federal, nos termos da Lei n.º 5.152, de 21 de outubro de 1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10 de outubro de 1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29 de outubro de 1973), instituiu a Fundação Universidade do Maranhão, com a finalidade de implantar progressivamente a Universidade do Maranhão.

Em 14 de novembro de 1972, na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, foi inaugurada a primeira unidade no câmpus do Bacanga, o prédio 'Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco', o que tornou irreversível, a partir daí, a transferência gradual das outras unidades.

O processo de interiorização da UFMA data de 1971 com a implantação das unidades do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC). Os primeiros *câmpus* da UFMA, no continente, – Imperatriz, Codó, Bacabal e Pinheiro – foram criados no final da década de 70 do século passado, mas os primeiros cursos regulares de graduação foram oferecidos em 1978 e 1979, em Imperatriz. Mais recentemente, a Universidade ampliou os programas de interiorização, investindo em projetos de reestruturação de todos os seus atuais 9 *câmpus*. A UFMA atua em vários municípios com programas como o PROEB, PARFOR/PROFEBPAR, PRONERA, ESCOLA DA TERRA e PROCAMPO.

O ensino a distância, na UFMA, foi oficializado em 2004 e credenciado pelo MEC em 2006. Atuando neste momento em *câmpus* da UFMA e 25 polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), atende 140 municípios com cursos de graduação, extensão e pós-graduação (UFMA, 2017c).

No que diz respeito à pós-graduação, os primeiros cursos de mestrado e doutorado foram iniciados em 1985 e 2001, respectivamente. Nos últimos anos houve um aumento substancial da oferta e, paralelamente, da qualidade da formação proposta. Hoje, há 44 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento na UFMA, distribuídos em 37 programas de pós-graduação. Também são ofertados, anualmente, cerca de 24 cursos de pós-graduação *lato sensu* (UFMA, 2017c).

Associada ao crescimento da pós-graduação, a pesquisa na UFMA vem crescendo ao longo dos anos. As primeiras pesquisas catalogadas na UFMA datam de 1975, quase sempre vinculadas aos docentes pós-graduados que pretendiam manter suas atividades iniciadas na pós-graduação. Desde então, esses docentes foram se agregando em grupos, de forma que a pesquisa cresceu consideravelmente. Atualmente, há 256 grupos de pesquisa certificados na UFMA, os quais desenvolvem pesquisa científica em todas as grandes áreas do conhecimento (UFMA, 2017c).

A extensão conta atualmente com 17 Programas e 436 Projetos, e oferece 60 cursos. Estas ações envolvem 744 docentes e 1744 discentes, dos quais 200 recebem bolsas regularmente.

O Complexo Hospitalar do Hospital Universitário é composto por três unidades: o Hospital Presidente Dutra, o Hospital Materno-Infantil e a Unidade Ambulatorial *câmpus* do Bacanga. As duas primeiras foram cedidas e incorporadas à Instituição em 1990 e a terceira reestruturada em 2009. Por se tratar de uma unidade gestora independente e por exigência do



REHUF - Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, o HUUFMA possui Plano Diretor próprio (UFMA, 2017c).

Em 2015, o *câmpus* do Bacanga passou a ser denominado Cidade Universitária Dom Delgado, o que define mais adequadamente o complexo de atividades e serviços que ocorrem neste espaço, ao mesmo tempo em que se faz uma justa homenagem ao arcebispo Dom José de Medeiros Delgado.

Nos últimos anos concretizou-se a expansão física e acadêmica da UFMA, com a urbanização do *câmpus* sede e a construção de imóveis para funcionamento dos cursos criados com a interiorização da Instituição, nos *câmpus* de Imperatriz, Pinheiro, Codó, Chapadinha, São Bernardo, Grajaú, Bacabal e Balsas. Com os recursos de programas de governo destinados a essa expansão foi possível ainda construir prédios para abrigar setores específicos de atividades da Instituição. A malha viária da Cidade Universitária foi ampliada e restaurada e foi construída uma moderna pista de atletismo (UFMA, 2017c).

Com outros recursos, visando à preservação e recuperação do patrimônio histórico, foi recuperada a Fábrica Santa Amélia.

Na área de assistência estudantil, foi criada uma Pró-Reitoria, para melhor atendimento aos discentes; a Residência estudantil, moderna e bem equipada, já abriga, dentro da Cidade Universitária, alunos oriundos de cidades do interior e alguns que estão participando de programas de mobilidade.

A sede da Reitoria da UFMA está localizada na Praça Gonçalves Dias, no Palácio Cristo-Rei, marco da arquitetura colonial de São Luís, construído em 1877. O prédio abriga a sede da Reitoria, a Procuradoria Federal e o Memorial Cristo-Rei, um museu que mantém, devidamente catalogados e em exposição permanente, objetos e documentos que ilustram e atestam a história da Instituição.

1.3.4 Objetivos institucionais

Os objetivos institucionais da UFMA, baseados em seu Estatuto, são:

- Ministar educação em nível superior;
- Produzir, sistematizar e socializar o conhecimento;
- Desenvolver, de forma plural, um processo formativo em diferentes campos do saber;
- Desenvolver e difundir a pesquisa científica;
- Estimular o aperfeiçoamento cultural e profissional;
- Desenvolver extensão como processo educativo, cultural e científico.

1.3.5 Missão da IES

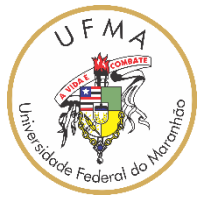
A missão da Universidade Federal do Maranhão é gerar, ampliar, difundir e preservar ideias e conhecimentos nos diversos campos do saber, propor soluções visando ao desenvolvimento intelectual, humano e sócio-cultural, bem como à melhoria de qualidade de vida do ser humano em geral, e situar-se como centro dinâmico de desenvolvimento local, regional e nacional, atuando mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, no aproveitamento das potencialidades humanas e da região e na formação cidadã e profissional, baseada em princípios humanísticos, críticos, reflexivos, investigativos, éticos e socialmente responsáveis (UFMA, 2017c).

1.3.6 Áreas de atuação acadêmica

A UFMA atua em diferentes instâncias, com ênfase nos programas e projetos de Ensino, associados à Pesquisa e à Extensão. Os cursos oferecidos são predominantemente realizados sob a forma de atividades presenciais, entretanto a educação a distância ganha amplitude e relevância, em razão das peculiaridades e carências da região em que a Instituição está inserida (UFMA, 2017b).

No âmbito do Ensino, a UFMA oferece:

- Ensino de Graduação – em todas as grandes áreas do conhecimento, nas modalidades Licenciatura e Bacharelado;
- Ensino de Pós-Graduação – cursos stricto-sensu e lato-sensu;
- Educação Básica e Profissional – no COLUN - Colégio Universitário;



- Educação a Distância – com cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
- Programas especiais de formação de professores.

No âmbito da Extensão, são desenvolvidos 17 programas e 436 projetos de extensão em todas as áreas, com ênfase na área de saúde.

No âmbito da Pesquisa, a UFMA conta com 256 grupos de pesquisa, tendo grupos atuantes em todas as grandes áreas de conhecimento.

1.4 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.4.1 Histórico do Curso de Enfermagem

A Universidade Federal do Maranhão propôs a criação do Curso de Enfermagem no Campus Avançado Bom Jesus, no município de Imperatriz, situada ao oeste do Estado do Maranhão para atender as demandas sociais no âmbito local, regional e nacional.

A partir do ano de 2005, na UFMA em São Luís, a Professora Waldeney Costa Araújo Wadie, coordenadora do curso de São Luís, em conjunto com o corpo docente do mesmo começaram os trâmites legais para trazer a Graduação em Enfermagem para o CCSST.

O curso passou a funcionar na modalidade presencial, em grau de bacharelado, a partir do ato de criação segundo Resolução CONSUN N° 83 de 02 de dezembro de 2005. A autorização do Ministério de educação seguiu-se mediante portaria n° 90, de 17/01/2008, DOU 18/01/2008. Posteriormente houve o reconhecimento do curso sob portaria SESU/MEC n°. 1871 de 12/11/2010 e renovação de reconhecimento com a portaria n° 823, de 30/12/14, publicada no DOU 02/01/15.

Em 2006.2 o curso teve início em 16 de novembro de 2006, quando o diretor do CCSST era o professor Antônio Jefferson de Deus Moreno. Ainda em 2006.2 foi aberto Concurso Público que pudesse suprir as primeiras necessidades do curso.

O funcionamento inicial do curso ocorreu nas dependências do campus do Centro dividindo a área física com os outros cursos de graduação vigentes na época. Com a necessidade de readequar as condições de trabalho e ensino, mudou-se as atividades para o campus avançado Bom Jesus, recém-inaugurado, no semestre letivo de 2014.2. No novo prédio, obteve-se espaços próprios para a Coordenação de Enfermagem, laboratórios de ensino e salas de aula para o funcionamento dos períodos.

Em seu formato atual, a integralização curricular ocorre entre dez e quinze semestres, com oferta anual de 100 vagas em turno integral, com carga horária de 4395 horas. Dispõe as disciplinas, considerando as áreas de formação das Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências humanas e Sociais, que compreende o período inicial do curso, com duração média de dois anos ou quatro semestres, Ciências da Enfermagem que introduz as disciplinas mais específicas da Enfermagem com atuação nos campos de prática, que perpassa todos os semestres de formação, mas com maior carga horária concentrada do quinto ao décimo semestres.



Com 18 (dezoito) turmas formadas até o segundo semestre de 2019, 441 enfermeiros já foram graduados e encontram-se inseridos no mercado de trabalho, não só de Imperatriz, mas em diversas regiões do país, exercendo a profissão em diferentes campos de trabalho.

1.4.2 Missão do Curso de Enfermagem

A missão do Curso de Enfermagem – CCSST é formar enfermeiros dotados de uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, com competência técnico-científica pautada em princípios éticos e legais capazes de atuar nas áreas de Saúde Pública e Hospitalar, administrar o processo do trabalho e da assistência de enfermagem em hospitais gerais, ambulatorios e rede básica de saúde, desenvolver pesquisa de cunho científico e intelectual, conhecer e intervir no processo saúde-doença do indivíduo-família-comunidade, participar do processo do desenvolvimento da ciência e da arte do cuidar, atuar na formação continuada de recursos humanos e gerenciamento dos serviços de saúde e desta forma contribuir para a prestação de uma prática profissional mais qualificada e eficaz com compromisso com o usuário e a sociedade.

1.4.3 Caracterização do curso

- **Código E-MEC:** Cód. 103309
- **Denominação do Curso:** Enfermagem
- **Modalidade:** Presencial
- **Grau:** Bacharelado
- **Titulação Conferida:** Bacharel em Enfermagem
- **Ano de início de funcionamento do Curso:** Outubro de 2006
- **Duração do Curso:** 5 anos
- **Carga Horária Total:** 4395 horas
- **Estágio Curricular Obrigatório:** 880h
- **Atividades complementares:** 200h
- **Projeto e Trabalho de Conclusão de Curso:** 90h
- **Total de Créditos:** 181 créditos
 - **Teóricos:** 147 créditos
 - **Práticos:** 34 créditos
- **Integralização:** Mínimo 10 (dez) semestres e Máximo 15 (quinze) semestres.
- **Regime Acadêmico:** Semestral.
- **Turno:** Integral (matutino-vespertino)
- **Campus de Oferta:** Campus de Imperatriz
- **Centro de Oferta:** Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologias

1.4.4 Conceitos do Curso

HISTÓRICO DOS ÍNDICES DO CURSO¹				
ANO	ENADE	CPC	CC	IDD
2016	4	3	-	3
2013	3	3	-	-
2010	4	4	3	-

Legenda: ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes; CPC – Conceito Preliminar de Curso; CC – Conceito de Curso; IDD - Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado.
 Fonte: e-MEC – Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro, 2019.

¹ Referência: Portal E-MEC Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento> Acesso em: 23 de agosto de 2018.

ÍNDICE GERAL DE CURSOS		
Índice	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional	4	2013
IGC - Índice Geral de Cursos	4	2016
IGC Contínuo	29.519	2016

Fonte: e-MEC – Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro, 2019.

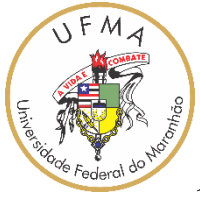
1.4.5 Número de vagas

São ofertadas 50 vagas por semestre, 100 anuais.

1.4.6 Formas de ingresso

O ingresso no Curso de Graduação em Enfermagem ocorre através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação que utiliza as notas dos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para selecionar os estudantes. O processo seletivo possui apenas uma etapa de inscrição. O candidato define se deseja concorrer às vagas de ampla concorrência ou destinadas às políticas de ações afirmativas (afrodescendentes, indígenas, egressos de escolas públicas).

O curso segue as modalidades de ingressos definidas na Resolução nº 1.892 – CONSEPE, de 28 de junho de 2019, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da UFMA. Além disso, há outras modalidades de ingresso advindas da Universidade como: ingresso em vagas remanescentes, regulamentado pela Resolução nº 1.894 – CONSEPE, de 05 de agosto de 2019; transferência compulsória, nos termos da Lei nº 9.536/97; Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G); editais de vagas ociosas, de Transferência Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional ou outras formas definidas e autorizadas por meio de política institucional consubstanciada pela Reitoria Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Coordenação Acadêmica e gerenciadas pelo Departamento de Assuntos Acadêmicos e pela Coordenação de Curso.



1.4.7 Contatos do curso

- **Endereço:** Avenida da Universidade, s/nº, Dom Afonso Felipe Gregory, Imperatriz/MA. CEP: 65.915-240.
- **Telefone:** (99) 3529-6062
- **Site:** www.ufma.br
- **E-mail da IES:** atendimento@ufma.br
- **E-mail do Curso:** enfermagemimperatriz@ufma.br
- **Coordenador do Curso de Enfermagem:** Roberta de Araújo e Silva

2 JUSTIFICATIVA

2.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, EDUCACIONAL E DE SAÚDE DE IMPERATRIZ

O município de Imperatriz localiza-se no oeste do Estado do Maranhão, na microrregião nº 38. Tem limites com os municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão, João Lisboa, Davinópolis, Governador Edison Lobão e com o Estado do Tocantins. O município encontra-se a 629,5 quilômetros da capital do Estado. Suas coordenadas geográficas são 5° 31' 32' latitude sul; 47° 26' 35' longitude a W Gr., com altitude média de 92 metros acima do nível do mar (IMPERATRIZ, 2018).

O município tem uma população estimada para 2019 de 258.682 habitantes, ficando entre as 200 cidades mais populosas do Brasil, ocupando a 101ª posição. No entanto, apresenta como população flutuante cerca de meio milhão de habitantes. A população de Imperatriz está predominantemente situada na zona urbana (96%), o restante está na zona rural (4%). A distribuição da população por gênero indica que 52% são de mulheres e 48% de homens. Os dados do IBGE revelam que a taxa de crescimento médio da última década foi de 6,68% (IBGE, 2019).

A distribuição da população por faixa etária segundo população potencialmente ativa mostram que entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 60,20% para 48,52% e a taxa de envelhecimento, de 4,14% para 5,66%. Esses dados indicam o aumento do envelhecimento populacional e um declínio da população com idade menor que 15 anos. Os dados mostram ainda o aumento da esperança de vida ao nascer que passou de 67,74 anos em 2000 para 73,17 anos em 2010, alcançando 76,19 anos em 2019 (IBGE, 2019; PNUD, 2013a).

Estrutura Etária da População - Município - Imperatriz – MA, 2010.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	93.064	41,36	77.093	33,44	66.834	27,00
15 a 64 anos	124.787	55,46	143.924	62,42	166.653	67,33
População de 65 anos ou mais	7.154	3,18	9.549	4,14	14.018	5,66
Razão de dependência	80,31	-	60,20	-	48,52	-
Taxa de envelhecimento	3,18	-	4,14	-	5,66	-

Legenda: Razão de dependência: Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa). Taxa de envelhecimento: Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Fonte: PNUD, 2013a.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Imperatriz em 2010 foi de 0,731 (PNUD, 2013b). Com este índice está na segunda colocação no ranking dos municípios do Maranhão, só perdendo para São Luís, capital do Estado. Somente para efeito de comparação a Região do Tocantins apresenta um IDHM de 0,560. O IDH do Estado do Maranhão é de 0,678 (considerado médio) e é o segundo mais baixo do Brasil. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,233), seguida por Longevidade e por Renda (PNUD, 2013).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Imperatriz, 2010.					
IDHM 2010	Município	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
993 °	Imperatriz (MA)	0,731	0,697	0,803	0,698

Fonte: PNUD, 2013b.

O IDHM passou de 0,591 em 2000 para 0,731 em 2010 - uma taxa de crescimento de 23,69%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 65,77% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,233), seguida por Longevidade e por Renda (PNUD, 2013a).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Imperatriz – MA, 2010.			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,259	0,465	0,698
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	27,52	39,36	61,72
% de 5 a 6 anos na escola	54,97	93,20	97,30
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	24,72	61,16	89,32
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	13,29	30,45	62,18
% de 18 a 20 anos com médio completo	7,31	17,04	48,07
IDHM Longevidade	0,593	0,712	0,803
Esperança de vida ao nascer	60,57	67,74	73,17
IDHM Renda	0,570	0,623	0,697
Renda per capita	278,01	386,04	613,87

Fonte: PNUD, 2013a.

Na última década, o município de Imperatriz, bem como a região, tem vivido momentos de prosperidade, estimulado pela expansão de vários setores da economia, com

destaque para o comércio atacadista e para a construção civil. Com base nos números da produção interna, infraestrutura, educação, qualificação de recursos humanos, oferta de serviços básicos, saúde e meio ambiente, Imperatriz figura na classe 01 do Índice de Desenvolvimento Municipal, conforme os estudos do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) (MARANHÃO, 2012).

Entre os fatores que justificam o crescimento de Imperatriz está a excelente localização geográfica, que proporciona uma considerável captação de investimentos, por meio do cruzamento de negócios como a soja de Balsas, a madeira do Pará e a siderurgia de Açailândia, além das potencialidades futuras com a produção de energia das usinas hidrelétricas de Estreito e Serra Quebrada e de celulose da fábrica da Suzano, no próprio município.

Imperatriz é considerado o maior entroncamento comercial, energético e econômico do Estado, sendo ainda o segundo maior centro populacional, econômico, político e cultural do Maranhão e possui um posicionamento estratégico útil não só ao Estado, mas também para todo o norte do país, no qual se abastecem mercados locais de mais de 50 cidades num raio de 600 km, abrangendo parte dos municípios do Pará, Maranhão e Tocantins, (BARROS, 1996).

Geograficamente Imperatriz está situada no sul do Maranhão na região conhecida como Região do Tocantins e na microrregião de Imperatriz, distante 637 quilômetros de São Luís, 573 km de Belém (PA), 665 km de Palmas (TO) e 673 km de Teresina (PI). Este fator torna a cidade o grande polo de distribuição e negócios da região (MARANHÃO, 2012).

O município situa-se na área de influência de grandes projetos, como a mineração da Serra dos Carajás (Marabá/Parauebas), a mineração do Igarapé Salobro (Marabá/Parauebas), a Ferrovia Carajás/Itaqui, a Ferrovia Norte-Sul, as Indústrias Guzeiras (Açailândia), a indústria de papel e celulose Suzano (localizada na Estrada do Arroz), que pela proximidade destes projetos, de algum modo condicionam seu desenvolvimento.²

Há um grande crescimento do comércio na cidade, com a integração de três *shoppings centers*, bem como o Complexo Atacadista do Mercadinho e o Centro Varejista do Calçadão. A rede hoteleira possui boa taxa de ocupação e encontra-se em expansão, impulsionada pelo turismo de negócios. A chegada de novas indústrias à cidade tem ampliado consideravelmente as vagas de emprego direto e indireto.

² <http://www.imperatriz.ma.gov.br/cidade/>

Por seu expressivo desempenho, Imperatriz ocupa a posição de segundo maior centro político, cultural e populacional do estado, oitavo maior PIB do Estado do Maranhão e 1515º do Brasil com PIB per capita de R\$ 25.924,47. No entanto, a desigualdade social ainda é preocupante, considerando que 37,4% da população recebiam em 2010 rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2019).

Dados sobre Trabalho e Renda, Imperatriz	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	2,0 salários mínimos
Pessoal ocupado [2017]	58.013 pessoas
População ocupada [2017]	22,8 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	37,4 %

Fonte: IBGE, 2019.

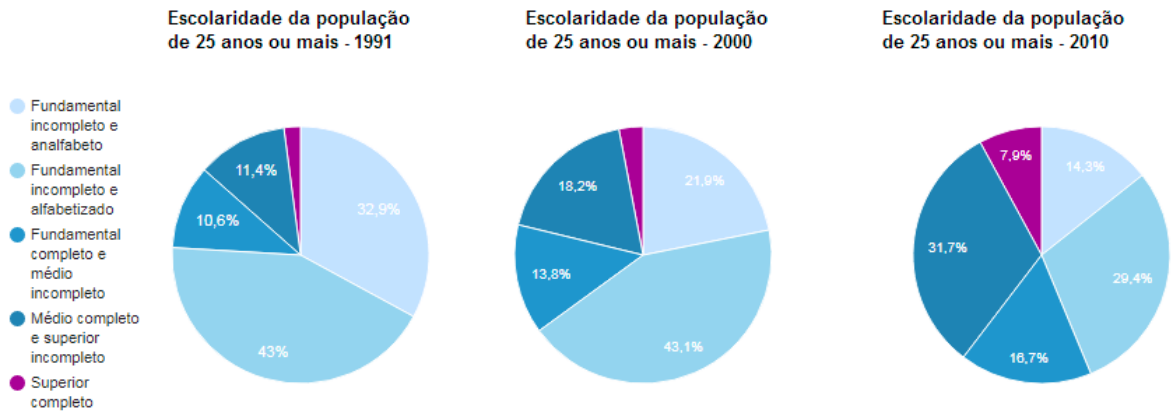
Pode-se afirmar, portanto, que há uma projeção positiva para demandas de cunho sociais, pelas políticas públicas necessárias a serem implementadas, em razão do próprio desenvolvimento socioeconômico regional.

Para dar suporte logístico a todas essas atividades, Imperatriz assume postura de capital local, seja do ponto de vista da qualificação de mão de obra com expressivo aumento do número de instituições e cursos em nível superior e técnico, seja da infraestrutura, em especial, no que se refere às possibilidades de escoamento, face ao sistema multimodal que possui. E, por ter se tornado polo universitário, comercial e de serviços de saúde, Imperatriz recebe cerca de 700 mil pessoas de cidades vizinhas dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins (IMPERATRIZ, 2018).

Considerando os indicadores socioeducacionais, de acordo com o IBGE (2018), o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental em Imperatriz foi de 40.756, dos quais 9413 em instituições particulares, 30.785 municipais e 558 em estaduais. No Ensino Médio, o número de alunos matriculados foi de 12.664, sendo 1.344 em escolas particulares, 10.811 em escolas estaduais e 509 em escolas federais. O município conta com 482 Estabelecimentos de Ensino, sendo 239 no ensino fundamental (164 públicas e 67 privadas), 37 no médio (22 públicas e 15 privadas), 126 no ensino pré-escolar (86 públicas e 40 privadas) e 80 creches (42 públicas e 38 privadas). O município também conta com 10 Estabelecimento de Ensino Profissionalizante e vários campus universitários.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de

menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 39,36% para 61,72%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 14,33% eram analfabetos, 56,27% tinham o ensino fundamental completo, 39,61% possuíam o ensino médio completo e 7,93%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% (PNUD, 2013a).



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

No aspecto das condições de infraestrutura urbana e sanitária, dados do PNUD (2013^a) e IBGE (2019) evidenciam que, em 2010, o Município de Imperatriz apresentou uma melhora do acesso da população à água encanada (tratada), energia elétrica e à coleta de lixo. No entanto, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário (48,3%) e em vias públicas com urbanização adequada (22.4%) ainda era limitado.

Indicadores de Habitação - Município - Imperatriz – MA, 2010.

Indicadores	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	48,95	72,52	96,58
% da população em domicílios com energia elétrica	96,01	99,25	99,90
% da população em domicílios com coleta de lixo	42,89	89,35	95,34
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	40,43	65,77	87,48

Fonte: PNUD,2013a.

Tais condições socioeconômicas e sanitárias refletem e expõem à população ao adoecimento, fato comprovado por expressivo índice de internações por diarreia em Imperatriz que foi de 1,6 internações por mil habitantes em 2016 e elevado índice de Mortalidade Infantil que foi de 13,66 óbitos por mil nascidos vivos em 2017, acima da taxa brasileira que foi de 12,81 no mesmo período. Com essas taxas observadas, o Brasil cumpre

uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deveria estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015(ONU BRASIL, 2018).

Mortalidade e Fecundidade - Município - Imperatriz – MA

Indicadores	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	67,2	33,4	19,5
Mortalidade até 5 anos de idade	87,3	43,4	21,3
Taxa de fecundidade total	3,3	2,7	2,0

Fonte: PNUD, 2013a.

Dados da PNUD (2013a) evidenciam que em Imperatriz, nas últimas décadas, houve um declínio da mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade), da mortalidade até 5 anos de idade e da taxa de fecundidade total. Embora, esses dados indiquem uma melhora nas condições de vida e saúde da população, eles ainda estão aquém das taxas de países desenvolvidos que apresentam em média a taxa de mortalidade infantil de três mortes para cada mil nascidos vivos (ONU BRASIL, 2018).

Outros dados da PNUD (2013a) também indicam uma diminuição da vulnerabilidade social no município de Imperatriz nos últimos 30 anos (tabela abaixo).

Vulnerabilidade Social - Município - Imperatriz – MA, 2010.

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	67,16	33,41	19,52
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	62,53	48,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	19,84	2,67	1,60
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	16,60	11,31
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,75	4,39	3,24
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	9,81	5,25
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	18,86	20,01	13,48
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,17	4,08	2,46
% de crianças extremamente pobres	29,57	17,22	5,90
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	77,22	63,51	38,33
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	53,81	31,98

Fonte: PNUD, 2013a.

Sabe-se que os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, incluindo o sistema de saúde. Essas circunstâncias são moduladas pela distribuição de renda, poder e recursos em nível global, nacional e local e são influenciadas por decisões políticas. Os determinantes sociais da saúde são os principais responsáveis pelas iniquidades em saúde – as diferenças injustas e evitáveis entre pessoas e países (MENDES, 2011).

A definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o conceito de “determinantes sociais da saúde” torna claro o entendimento da saúde como um processo social e revela como aspectos sociais e decisões políticas impactam as condições de vida e saúde das populações, bem como a ocorrência de doenças.

Seguindo esta premissa, a prospecção estratégica de cenários futuros para a saúde pública brasileira leva em consideração, sempre, o ambiente social em que a população está ou estará inserida – contexto fortemente influenciado por variáveis políticas e econômicas. Essa abordagem reforça o compromisso do setor Saúde com o desenvolvimento social do país e coloca questões primordiais como acesso a saneamento básico, educação e serviços de saúde na ordem do dia. A ideia central é que a equidade em saúde só será plenamente efetivada quando as persistentes desigualdades sociais do país forem superadas (MENDES, 2011).

Quanto aos aspectos epidemiológicos, a tabela a seguir apresenta as principais causas de morte no Município de Imperatriz em 2017, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS, 2017). E os dados evidenciam as Doenças do Aparelho Circulatório e as Neoplasias são as principais causas de morte da população idosa e as Causas Externas a principal causa de morte da população de adultos jovens.

Número de óbitos por faixa etária segundo Capítulo CID-10, Imperatriz, 2017.

Capítulo CID-10	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada	Total
TOTAL	69	10	3	8	25	99	134	133	205	262	326	492	4	1.770
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2	-	-	-	2	3	15	10	12	16	18	27	-	105
II. Neoplasias (tumores)	1	1	1	1	1	5	12	16	39	45	57	42	-	221
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	1	-	-	-	2	1	-	-	-	5	4	-	13
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1	1	-	-	-	1	3	9	19	35	33	42	-	144
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-	-	3	3	2	-	1	1	-	10
VI. Doenças do sistema nervoso	1	1	1	2	2	2	2	1	4	5	5	11	-	37
IX. Doenças do aparelho circulatório	1	-	-	2	2	5	17	35	65	88	134	162	-	511
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	2	3	3	9	23	35	73	-	148
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	-	-	-	1	2	4	8	15	13	14	19	-	76
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	1	-	5
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	3
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	-	-	1	2	-	3	11	9	16	-	42
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	4
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	22	-	-	-	-	1	2	-	-	1	-	-	-	26
XVIII. Sint sinais e achad anom ex clín e laborat	-	1	1	-	-	3	5	8	4	5	5	75	-	107
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	5	-	3	16	70	62	39	33	17	10	19	4	278

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

[Consulte o site da Secretaria Estadual de Saúde para mais informações.](#)

Segundo Mendes (2011), a situação de saúde brasileira vem mudando, marca-se por uma transição demográfica acelerada e expressa-se por uma situação de tripla carga de doenças: uma agenda não superada de doenças infecciosas e carenciais, uma carga importante de causas externas e uma presença hegemônica forte de condições crônicas.

O enfrentamento dessa situação de saúde convocou mudanças radicais no modelo de atenção à saúde praticado no SUS e resultou na necessidade da implantação de novos modelos de atenção às condições agudas e crônicas já experienciados com sucesso em outros países. Os sistemas de atenção à saúde são respostas sociais deliberadas às necessidades de saúde dos cidadãos e, como tal, devem operar em total coerência com a situação de saúde das pessoas usuárias (MENDES, 2011).

Ao final de 2010, como fruto de um grande acordo tripartite envolvendo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), foi publicada a Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do SUS.

As RAS são arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado (BRASIL, 2014).

As Redes de Atenção à Saúde (RASs) são uma nova forma de organizar o sistema de atenção à saúde em sistemas integrados que permitam responder, com efetividade, eficiência, segurança, qualidade e equidade, às condições de saúde da população brasileira (BRASIL, 2014).

Neste contexto, o município de Imperatriz assume o papel de Centro de Referência em Saúde para os municípios que o circundam e até mesmo para os estados vizinhos, como Pará e Tocantins por possuir uma ampla Rede de Serviços de Saúde.

A atenção hospitalar do município é composta pelo Hospital Municipal de Imperatriz (HMI), fundado em 2000 após a municipalização da saúde em Gestão Plena, sendo responsável, desde 2005, por oferecer os serviços de ortopedia e traumatologia, neurologia e neurocirurgia, gastroenterologia, cirurgia vascular, cirurgia geral, além dos atendimentos de urgência e emergência; pelo Hospital Municipal de Imperatriz Infantil (HMII), fundado no ano de 2004; pela Unidade Mista Dr. Clésio Fonseca, uma unidade hospitalar que presta assistência básica integral à saúde em quatro especialidades: pediatria, clínica geral, ginecologia e pequenas cirurgias. No serviço de urgência e emergência tem-se ainda o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAS).

A Atenção Básica, responsável pelas ações de saúde voltadas a promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde, através da participação popular e controle social está delineada na cidade de Imperatriz da seguinte forma: 74 (setenta e quatro) Equipes de Saúde da Família nos 32 (trinta e dois) estabelecimentos de atenção básica distribuídos pelos 5 (cinco) distritos de saúde. De acordo com informações do Plano Municipal de Saúde de Imperatriz, há o projeto de ampliação desses serviços através da contratação de mais profissionais da saúde para o município (BRASIL, 2012).

O município realiza ainda os seguintes programas: Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde da Mulher, Saúde do Homem, Saúde do Idoso, Saúde do Adulto/Hiperdia, Controle da Tuberculose, Controle da Hanseníase. Na Atenção Especializada têm-se o Centro de Especialidades Médicas de Imperatriz (CEMI); Centro de Referência em Saúde da Mulher (CRSM); Centro de Referência Humanizado em Dermatologia Sanitária; Saúde Mental

composta por CAPS IJ, CAPS AD, CAPS III e Ambulatório de Saúde Mental; Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) (CNES/DATASUS, 2019).

A saúde do município de Imperatriz também conta com uma atenção hospitalar privada composta por três grandes hospitais que prestam atendimentos em várias especialidades como: pediatria, ginecologia, ortopedia, cardiologia, pneumologia, cirurgia, oncologia dentre outros além de urgência e emergência e serviços de terapia intensiva (UTI). Há também dois centros de atendimento em nefrologia/hemodiálise e uma clínica especializada em oncologia com serviços de quimioterapia e radioterapia (CNES/DATASUS, 2019).

Ressalta-se que a saúde mental em Imperatriz hoje configura-se da seguinte forma: uma Residência Terapêutica, na qual se encontram pacientes advindos do antigo sistema manicomial; um CAPS III (Centro de Apoio Psicossocial); um CAPS IJ (Centro de Apoio Infanto-juvenil); um CAPS AD (Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas); um Ambulatório de Saúde Mental, no qual são realizados os atendimentos clínicos psicológicos e psiquiátricos e um Consultório de Rua, sendo este o primeiro implantado no Maranhão. Pode-se destacar ainda como fazendo parte dessa rede de assistência à saúde mental o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) que presta atendimento aos trabalhadores com adoecimentos psíquicos provenientes da atividade laboral (CNES/DATASUS, 2019).

O quadro abaixo apresenta a configuração atual dos estabelecimentos públicos de saúde em Imperatriz.

N.	CNES	SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE IMPERATRIZ
1.	9138838	Academia da Saúde Barjonas Lobão
2.	7352913	Academia da Saúde Beira Rio
3.	9818138	Academia da Saúde Caema
4.	9818146	Academia da Saúde Parque Alvorada
5.	9658467	Academia da Saúde Praça União
6.	9544550	Ambulatório de Saúde Mental
7.	9592806	Ambulatório Especializado em Nefrologia
8.	9592792	Ambulatório Especializado em Obesidade E Sobrepeso
9.	5795206	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPSADIII
10.	2645491	Centro de Atenção Psicossocial de Imperatriz – CAPSIII
11.	3469905	Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPSIJ
12.	9510583	Cartão SUS Imperatriz
13.	7198620	Casa de Saúde do Índio de Imperatriz -CASAI
14.	3341216	Centro de Especialidades Médicas de Imperatriz – CEMI
15.	6364802	Central de Regulação de Serviços de Saúde
16.	6948472	Central de Regulação Medica de Urgências
17.	6030866	Centro de Referencia Humanizado em Dermatologia

18.	2456214	Centro de Saúde Dr. Milton Lopes do Nascimento
19.	2456192	Centro de Saúde Nova Imperatriz
20.	2341506	Centro de Saúde Santa Rita
21.	2456346	Centro de Saúde Três Poderes
22.	5441072	Centro de Saúde Vila Cafeteira
23.	2456257	Centro de Saúde Vila Nova
24.	7328672	Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA
25.	7213689	Centro Diagnostico por Imagem de Imperatriz – CDII
26.	9313109	Centro Médico Municipal
27.	5583969	Centro Municipal de Controle de Zoonoses
28.	3927385	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Parque Anhanguera
29.	3883469	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Três Poderes
30.	3341232	Centro de Referencia de Saúde do Trabalhador – CEREST
31.	7284969	Coordenação da Saúde Bucal
32.	7284950	Coordenação da Saúde da Criança
33.	7284942	Coordenação da Saúde do Homem
34.	7284985	Coordenação da Saúde na Escola
35.	2456486	Divisão de Vigilância em Saúde
36.	9426299	Divisão Municipal da Rede de Frio e Imunização
37.	2449307	Divisão Municipal de DST HIV AIDS
38.	7760019	Divisão Municipal de Hepatites Virais
39.	3341224	Divisão Municipal de Saúde da Mulher
40.	5940303	Farmácia Básica do Município de Imperatriz
41.	7328729	Farmácia da Divisão Municipal de DST HIV AIDS
42.	9762221	Farmácia da Divisão Municipal de Hepatites Virais
43.	5066077	Farmácia Popular do Brasil
44.	2456672	Hospital Municipal de Imperatriz – HMI
45.	5051606	Laboratório Municipal de DST HIV AIDS
46.	7731825	Laboratório Municipal de Endemias
47.	2645483	Laboratório Municipal de Imperatriz
48.	7122063	Motolância
49.	5585279	Núcleo de Atenção Integrada em Saúde De Imperatriz – NAISI
50.	7613415	Posto de Saúde Dr. Itamar Guará
51.	2456095	Posto de Saúde Lagoa Verde
52.	2456206	Posto de Saúde Olho D'água dos Martins
53.	2456168	Posto de Saúde Petrolina
54.	6668550	Posto de Saúde Vila Davi
55.	7284977	Programa da Saúde do Idoso
56.	6363024	Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz
57.	7328664	Serviço de Atenção Especializada – SAE
58.	2531275	Unidade Básica de Saúde Airton Sena
59.	2456184	Unidade Básica de Saúde Bacuri
60.	3508730	Unidade Básica de Saúde Beira Rio
61.	2456249	Unidade Básica de Saúde Boca da Mata
62.	2456222	Unidade Básica de Saúde Bom Sucesso
63.	2456109	Unidade Básica de Saúde Camaçari

64.	2531305	Unidade Básica de Saúde Centro Novo
65.	2456141	Unidade Básica de Saúde Coquelândia
66.	2456303	Unidade Básica de Saúde Nova Vitoria
67.	2531313	Unidade Básica de Saúde Parque Alvorada e Vilha
68.	2341484	Unidade Básica de Saúde Parque Amazonas
69.	2456265	Unidade Básica de Saúde Planalto
70.	9261354	Unidade Básica de Saúde Prisional Itamar Guará
71.	2531283	Unidade Básica de Saúde Santa Inês
72.	2456230	Unidade Básica de Saúde São Jose
73.	2456311	Unidade Básica de Saúde Vila Conceição
74.	2456117	Unidade Básica de Saúde Vila Lobão
75.	2456281	Unidade Básica de Saúde Vila Macedo
76.	3508722	Unidade Básica de Saúde Vila Redenção
77.	9187480	Ume Unidade de Marcação Especial
78.	9532366	Unidade de Marcação Distrito Camaçari
79.	9532390	Unidade de Marcação Distrito Coquelândia
80.	9367683	Unidade de Marcação Distrito Milton Lopes
81.	9367705	Unidade de Marcação Distrito Nova Imperatriz
82.	9511784	Unidade de Marcação Distrito Nova Vitoria
83.	9367675	Unidade de Marcação Distrito Santa Rita
84.	9532404	Unidade de Marcação Distrito São Jose
85.	9367837	Unidade de Marcação Distrito Vila Cafeteira
86.	9367845	Unidade de Marcação Distrito Vila Lobão
87.	9367691	Unidade de Marcação Distrito Vila Nova
88.	7122047	Unidade de Suporte Avançado - USA 01
89.	7122020	Unidade de Suporte Avançado - USA 02
90.	7121903	Unidade de Suporte Básico - USB 01
91.	7121946	Unidade de Suporte Básico - USB 02
92.	7121954	Unidade de Suporte Básico - USB 03
93.	7121989	Unidade de Suporte Básico - USB 04
94.	7121997	Unidade de Suporte Básico - USB 05
95.	7122004	Unidade de Suporte Básico - USB 06
96.	7122012	Unidade de Suporte Básico - USB 07
97.	7832044	Unidade de Suporte Básico - USB 08
98.	7832060	Unidade de Suporte Básico - USB 09
99.	6364799	Unidade de Tratamento Fora do Domicilio – TFD
100.	2531291	Unidade Móvel Odontológica I
101.	7418035	Unidade Móvel Oncológica
102.	7275099	Unidade de Pronto-Atendimento São Jose
103.	2456125	Unidade de Saúde da Família Bom Jesus
104.	6030858	Unidade de Saúde da Família Caema
105.	6668569	Unidade de Saúde da Família Ouro Verde
106.	2456133	Unidade de Saúde da Família Parque Anhanguera e São Salvador
107.	5550076	Unidade de Saúde da Família Parque Do Buriti
108.	3883477	Unidade de Saúde da Família Parque Sanharol
109.	2456338	Unidade de Saúde da Família Santa Lucia

110.	6540554	Unidade de Saúde da Família Vila Fiquene
111.	7774044	Vigilância Ambiental
112.	2678128	Vigilância Epidemiológica
113.	2456494	Vigilância Sanitária
N.	CNES	SERVIÇOS ESTADUAIS DE SAÚDE DE IMPERATRIZ
1.	6829708	Centro de Medicina Especializada - CEMESP Imperatriz
2.	9065768	Hospital Macrorregional Dra. Ruth Noleto
3.	2452383	Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz – HRMI
4.	2702738	Núcleo de Hemoterapia – HEMOMA de Imperatriz
5.	6929583	Unidade de Pronto-Atendimento – UPA de Imperatriz

Legenda: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Fonte: CNES/DATASUS (2019)

O município de Imperatriz possui ainda com 329 entidades empresárias de saúde (rede privada de saúde), que se configuram como potenciais mercados de trabalho para os enfermeiros na região (CNES/DATASUS, 2019).

2.2 O CURSO DE ENFERMAGEM/ UFMA EM IMPERATRIZ

Considerando que o município de Imperatriz se encontra na nongentésima nonagésima terceira (993^a) posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH dos municípios brasileiros, com 0,731, e dentro do contexto socioeconômico (IDHM – Renda: 0,697), educacional (IDHM – Educação: 0,698) e de saúde, justifica-se a continuidade e atualização do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão na região para o fortalecimento da cidadania e acesso à saúde (PNUD, 2013b).

Deste modo, pelo contexto socioeconômico, educacional e de saúde da região nordeste, do Estado do Maranhão e, especialmente, de toda região atendida pelo município de Imperatriz, há uma necessidade na continuidade de ofertas dos cursos de nível superior, em diversas áreas, e, no caso em tela, do curso de Enfermagem, para que em um futuro próximo essas estatísticas sejam melhoradas.

Tal realidade se confronta com a situação de baixos índices de formação de nível superior e da quantidade de profissionais da saúde que possam atuar diretamente nestas situações acima apontadas para a mudança da realidade local e regional.

De acordo com o CENSO da Educação Superior em 2017, apenas 8,7% das Instituições se concentram na região Nordeste. Há inúmeras razões para reconhecer que Imperatriz se impõe como centro econômico e cultural de uma região que se encontra em

pleno desenvolvimento e para o qual a Universidade Federal do Maranhão vem contribuindo sistematicamente.

Atualmente, existem sete cursos de Graduação em Enfermagem no município de Imperatriz-MA, sendo seis cursos ofertados em Instituições de Ensino Superior Privadas e o único curso I ofertado em Instituição de Ensino Pública é o Curso de Enfermagem/ UFMA, conforme tabela a seguir:

Cursos de Graduação em Enfermagem em Imperatriz – MA, 2020.

Instituição – IES	Curso / Grau	Modalidade	Índices				Vagas Anuais	Data Início
			CC	CPC	ENADE	IDD		
Universidade Ceuma (UNICEUMA)	(1191638) Enfermagem/ Bacharelado	Presencial	4(2019)	-	-	-	200	08/03/2013
Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA)	(80212) Enfermagem/ Bacharelado	Presencial	3(2013)	3(2016)	2(2016)	3(2016)	100	03/01/2005
Universidade Paulista (UNIP)	(1363701) Enfermagem/ Bacharelado	A Distância	3(2019)	-	-	-	47880	02/08/2016
Faculdade de Imperatriz Wyden (Facimp Wyden)	(68949) Enfermagem/ Bacharelado	Presencial	4(2016)	3(2016)	2(2016)	3(2016)	100	09/02/2004
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN)	(1363705) Enfermagem/ Bacharelado	A Distância	-	-	-	-	4260	01/08/2016
Faculdade Pitágoras de Imperatriz	(1404710) Enfermagem/ Bacharelado	Presencial	5(2018)	-	-	-	120	18/02/2019
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	(103309) Enfermagem/ Bacharelado	Presencial	3(2010)	3(2016)	4(2016)	3(2016)	100	16/11/2006

Fonte: e-MEC – Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro, 2019.

Segundo a Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil indica que havia 10.685 enfermeiros (24,7%) e 32.657 técnicos e/ou auxiliares de enfermagem (75,3%) no Estado do Maranhão em 2013 (FIOCRUZ/COFEN, 2013). No Brasil, o número de enfermeiros é bem inferior ao de técnicos e auxiliares – realidade consonante com as estimativas globais, em que se prevê a falta de mais de 9 milhões de enfermeiros e parteiras para atenção das necessidades de saúde do planeta até 2030 (ARCÊNCIO, 2018).

Atualmente, em Imperatriz, há 462 enfermeiros atuantes e registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o que representa 1,78 enfermeiros por mil habitantes (CNES/DATASUS, 2019). No Brasil, estima-se que esta proporção seja de 2,57 enfermeiros por mil habitantes (COFEN, 2019; IBGE, 2019).

Esses números revelam que essas proporções de enfermeiros por mil habitantes ainda está aquém das necessidades sociais brasileiras, ficando abaixo de países como Canadá (9,84), Suécia (11,87), Reino Unido (8,43) e Uruguai (12,49)(ARCÊNCIO, 2018).

Além disso, existe uma distribuição inadequada dos profissionais, que se concentram principalmente nas zonas urbanas e com mais recursos econômicos. Por sua parte, a proporção de enfermeiras(os) por habitantes é desigual. Enquanto os Estados Unidos têm 111,4 profissionais de enfermagem para cada 10 mil habitantes, o Haiti possui 3,5. Na metade dos países da região, esse índice é menor ou igual a 10,4 (OPAS BRASIL, 2018).

Estima-se que na região das Américas, sejam necessários cerca de 800 mil profissionais de saúde a mais para atender às necessidades atuais de saúde da população e que até 2030 serão necessários 9 milhões de enfermeiros e parteiras no mercado para satisfazer as necessidades de saúde do planeta (OPAS BRASIL, 2018).

A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento (BRASIL, 2001).

No que concerne à educação, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) representou uma retomada da discussão da educação como prioridade política. A LDB propôs a substituição dos currículos mínimos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação na saúde, possibilitando a inserção de mudanças na formação profissional, contribuindo para uma reflexão a respeito do relacionamento interpessoal, o atendimento humanizado e a centralidade nas necessidades de saúde da população.

Este processo de repensar a saúde e em especial, a educação dos futuros profissionais, culminou em 2001 na publicação das DCNs para os cursos de graduação em saúde, que se constituiu no padrão geral de orientações para a elaboração dos currículos e, conseqüentemente, dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) adotados pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

A aprovação de tais diretrizes pode ser entendida como resultado da atuação de educadores da área da saúde, corroborando com as necessidades do SUS, e reafirmaram a urgência e o dever das IES em formar profissionais de saúde que atuem de forma assertiva às necessidades de saúde da população brasileira.

Após a adoção da LDB e permeando a formulação das DCNs para a área da saúde, as IES viram-se diante da necessidade de organizar o processo de gestão administrativa e acadêmica usando como instrumentos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

Os PPCs tiveram sua implantação e implementação norteadas pelas DCNs, com o intuito de trilhar um caminho de qualidade e compromisso com a sociedade e inovações científicas e tecnológicas.

Diante dos cenários da saúde da população e da profissão, o Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão assume o compromisso de formar profissionais enfermeiros formação de um profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo, reforçando a necessidade de qualificação para o exercício da profissão tendo como base o rigor científico e intelectual, seguindo preceitos éticos, que seja capaz de reconhecer os problemas/situações de saúde da população considerando o contexto em que esta se encontra, podendo intervir com responsabilidade social e compromisso com a cidadania, assumindo o papel de promotor da saúde integral do ser humano.

No contexto da área de saúde, mais especificamente na formação do enfermeiro, as competências extrapolam as habilidades psicomotoras, expandindo-se para o desenvolvimento baseado em habilidades cognitivas, emocionais e sociais, como o pensamento crítico, a iniciativa, a autonomia, a criatividade, que convergem para a tomada de decisão e resolução de problemas (BARBOSA et al., 2019).

Entende-se que o perfil do enfermeiro expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF), conforme a Resolução CNE/CES nº 03, de 07 de novembro de 2001, seja de um profissional com competências, habilidades, atitudes e valores para tomar decisões assertivas nas diferentes necessidades/realidades e níveis de atenção.

O processo educativo na formação do enfermeiro deve estar fundamentado na educação emancipatória crítica e culturalmente sensível, na aprendizagem significativa, problematizando a complexidade da vida, da saúde e do cuidado de enfermagem, além de adotar, como princípios metodológicos que orientam a formação profissional, a interdisciplinaridade do conhecimento, a integralidade da formação e a interprofissionalidade das práticas e do trabalho em saúde.

Assim, uma formação que promova autonomia profissional, inter e transdisciplinaridade, capacidade de autoaprendizagem, aproximação dos serviços de saúde e enfoque no cuidado ético e integral torna-se decisiva no preparo qualificado dos futuros enfermeiros.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem foram instituídas pela Resolução CNE/CES nº 03 em de 07 de novembro de 2001, ainda encontra-se em vigor, há recomendações do Conselho Nacional de Saúde de nova proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação Bacharelado em Enfermagem homologadas pela Resolução CNS nº 573, de 31 de janeiro de 2018.

A nova proposta das DCN/ENF deve direcionar a estruturação dos cursos de graduação em enfermagem de forma a constituir o perfil profissional do enfermeiro, em consonância com as perspectivas e abordagens contemporâneas da Educação em Enfermagem e da Lei do Exercício Profissional, Lei nº 7.498/86, de 25 de Junho de 1986, adequadas e compatíveis com referenciais constitucionais, internacionais e princípios fundamentais à formação de enfermeiras/os, os Determinantes Sociais da Saúde e do SUS, as necessárias mudanças do Modelo de Atenção à Saúde no Brasil. e os pressupostos da Resolução CNS nº 350, de 9 de junho de 2005, no desenvolvimento de competências de acordo com as dimensões e seus respectivos domínios de atuação profissional para atuar com qualidade, efetividade e resolutividade no Sistema Único de Saúde - SUS no contexto da Reforma Sanitária Brasileira (BRASIL, 2018).

Os currículos voltados à formação com base nas competências devem antever oportunidades pedagógicas que proporcionem ao estudante a aplicação dos conhecimentos teóricos e o desenvolvimento das habilidades não somente técnicas, mas inclusive políticas e relacionais.

Alicerçado nestas afirmações, o processo de ensino-aprendizagem, voltado à área de saúde, deve estar centrado no aluno, no uso de metodologias que reforcem a capacidade de construir seu próprio aprendizado, e no estímulo ao aprender a aprender, nas dimensões: aprender a ser; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a conhecer.

Tendo em vista articular o ensinar e o aprender a conhecer, classificar, analisar, discorrer, opinar, fazer analogias, registrar, fazer diagnósticos, fazer generalizações, dentre outros objetivos de ensino, que irão propiciar a conquista de autonomia, discernimento e proatividade para assegurar a integralidade à atenção à saúde das pessoas, grupos sociais (famílias, outros) e coletividades.

O exercício de aprender a aprender exige do estudante o papel de protagonista deste processo, demandando maior dedicação e comprometimento com a construção de seu conhecimento.

A nova proposta das DCN/ENF têm como fundamentos um projeto pedagógico construído, coletivamente a partir dos seguintes eixos norteadores: conteúdos essenciais para a formação, assim como a garantia da flexibilização curricular necessária, formação humana integral, interdisciplinar, centrado na relação aluno-professor, sendo o professor facilitador e mediador do processo de ensino-aprendizagem, predominância da formação sobre a informação, articulação entre teoria e prática, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão/assistência, diversificação dos cenários de aprendizagem em ambientes simulados e reais, metodologias ativas de ensino-aprendizagem, incorporação de atividades complementares que contemplem as necessidades e expectativas individuais de formação dos estudantes e que considerem o desenvolvimento do setor de saúde na região (BRASIL, 2018).

As mudanças que têm ocorrido no mundo contemporâneo, aliadas aos avanços tecnológicos e científicos; transição do perfil epidemiológico da população no país e no mundo, determinando novas demandas em saúde; reformulação dos sistemas e modelos de atenção à saúde; necessidades advindos das transformações do mercado de trabalho têm exigido que as IES repensem suas metodologias de ensino, a estruturação de seus currículos e abordagem dos conteúdos necessários na formação profissional, portanto, foi premente a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem.

A reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem também seguem as recomendações dos Instrumentos de Avaliação de Curso de Graduação Presencial e a Distância elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que subsidia os atos autorizativos dos cursos de graduação – reconhecimento e renovação de reconhecimento. (INEP, 2017).

Desta forma, a nova proposta de PPC do Curso de Enfermagem está estruturada em três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura; e a sua adequada implementação objetiva o alcance do conceito máximo nos indicadores de qualidade do ensino superior (INEP, 2017).

Por fim, a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem proporcionará aos egressos uma formação generalista, humanista, crítica, reflexiva, política e ético-legal, para exercer/propiciar o cuidado de enfermagem com foco nas necessidades sociais em saúde, singulares da pessoa ou de coletivos nos diferentes níveis de atenção à saúde, tais como promoção da saúde, prevenção de doenças e riscos, tratamentos específicos, redução de danos e agravos, recuperação de doenças, manutenção da saúde e reabilitação no âmbito individual e coletivo, com senso de responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania e da dignidade humana.

Desta forma, o egresso deverá estar apto a atuar como profissional da equipe de saúde, considerando as competências adquiridas no processo formativo, a autonomia profissional do enfermeiro, a transversalidade e integralidade do conhecimento em ato, na perspectiva da determinação social do processo saúde-doença; para exercer a gestão dos serviços de saúde e de enfermagem e a gerência do cuidado de enfermagem na atenção à saúde; para exercer a profissão, com base no rigor técnico, científico e intelectual, pautado em princípios ético-legais e da bioética; para reconhecer e intervir, em contextos de complexidade, sobre as necessidades de saúde e de doença levando em consideração o perfil epidemiológico e sociodemográfico nacional, com ênfase na sua região de atuação.

3 BASES LEGAIS

3.1 BASES LEGAIS DA IES

- Lei n.º 5.152, de 21/10/1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10/10/1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29/10/1973), a Fundação Universidade do Maranhão – FUMA;
- Portaria n.º 339, de 10 de Março de 2017, que recredencia a Universidade Federal do Maranhão.

3.2 BASES LEGAIS DO CURSO

- **Ato de criação:** Resolução CONSUN n.º 83 de 02 de dezembro de 2005
- **Autorização:** Portaria n.º 90, de 17/01/2008, DOU 18/01/2008
- **Reconhecimento:** Portaria SESU/ MEC n.º. 1871 de 12/11/2010
- **Renovação do Reconhecimento:** Portaria n.º 823, de 30/12/14, DOU 02/01/15
- **Resoluções UFMA posteriores:**
 - Resolução n.º 488 – CONSEPE, de 18 de setembro de 2006;
 - Resolução n.º 728 – CONSEPE, de 29 de dezembro de 2009.

3.3 BASES LEGAIS DO PPC

São normas e legislações que orientam o Curso de Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências Sociais Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, no sentido da universalidade, qualidade e compromisso com as políticas educacionais consideradas pela Regulação, Supervisão e Avaliação da Educação Superior:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências;
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Portaria MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes;
- Portaria nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;
- Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relati-

vas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC;

- Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância: Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES, Outubro de 2017, Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- A Lei nº 11.645, de 10 de março 2008, que estabeleceram as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei Federal de Estágio;
- Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências;
- Regulamento de Estágio do Curso de Enfermagem do CCSST/UFMA;
- Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;
- Resolução CNE/CES nº 03, de 07 de novembro de 2001, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem;
- Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em

Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que aprova as Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução CNS nº 573, de 31 de janeiro de 2018, que aprova as recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem;
- Resolução Nº 28/99 – CONSUN, de 17 de dezembro de 1999, que aprova o Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão;
- Resolução nº 1.892 – CONSEPE, 28 de junho de 2019, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão;
- Resolução nº 1.894 – CONSEPE, de 05 de agosto de 2019, aprova os critérios e procedimentos a serem adotados no processo de seleção de vagas remanescentes para transferência voluntária, remoção, reopção e matrícula de graduado, na modalidade presencial, no âmbito da Universidade Federal do Maranhão;
- Resolução nº 441/2013 – COFEN, 15 de maio de 2013, dispõe sobre participação do enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem;
- Resolução nº 460 – CONSEPE, de 31 de maio de 2006, que regulamenta o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão;
- Resolução nº 856 – CONSEPE, de 30 de agosto de 2011, que institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da gestão acadêmica dos cursos de graduação – bacharelado e licenciatura – da Universidade Federal do Maranhão e dá outras providências;
- Resolução nº 803 – CONSEPE, de 23 de novembro de 2010, que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão;

- Resolução nº 1.111 – CONSEPE, de 31 de março de 2014, que altera o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 803 – CONSEPE, de 23 de novembro de 2010 que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação desta Universidade;
- Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, que altera a Resolução 684 – CONSEPE, de 7 de maio de 2009, e dá nova redação ao Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA, na forma dos seus anexos;
- Resolução nº 1674 – CONSEPE, de 20 de dezembro de 2017, que altera a Resolução nº 1.191 – CONSEPE - 2014 que trata do Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação, dando nova redação ao § 4º do art. 4º, ao inciso V do art. 21, §§ 1º, 2º e 3º do art. 32 e insere os §§ 1º e 2º ao art. 50;
- Resolução nº 1875 – CONSEPE, de 06 de junho de 2019, que institui as Normas Regulamentadoras do Programa de Monitoria da Universidade Federal do Maranhão-UFMA;
- Parecer CNE/CES nº 1.133, de 07 de agosto de 2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição;
- Parecer CNE/CES Nº 332007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007, que trata da consulta sobre a carga horária do curso de graduação em Enfermagem e sobre a inclusão do percentual destinado ao Estágio Supervisionado na mesma carga horária;
- Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 6 de março de 2012, que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições.
- Projeto Pedagógico Institucional – PPI 2017-2021;
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017-2021;
- Normas e Políticas internas da Instituição, em especial o Regimento, o Estatuto, as Portarias e as Resoluções Internas.

4 FUNDAMENTOS DO CURSO DE ENFERMAGEM

O curso de Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA dedica-se à formação de enfermeiros com capacidade de atuar profissionalmente respeitando os princípios da universalidade, integralidade, equidade, solidariedade e hierarquização que norteiam o Sistema Único de Saúde do país.

O Curso de Enfermagem está inserido no contexto local e regional de saúde do município de Imperatriz e procura estar sempre engajado para manter um currículo adequado às mudanças pelas quais a sociedade vem passando, priorizando a assistência sistematizada de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade.

A filosofia do Curso de Enfermagem está pautada no valor do cuidado ao ser humano, em sua dignidade e integralidade; no conhecimento científico; na construção de competências e habilidades, subsidiadas pela ética, em prol da prática profissional reflexiva, crítica e transformadora.

O processo de formação do enfermeiro tem como base o humanismo para o desenvolvimento das competências gerais e específicas fundamentadas nas teorias científicas do cuidar/cuidado, compreendendo o homem de forma holística valorizando a vida, baseando-se em processos científicos, para exercer o seu cuidar. Considera-se o aluno como sujeito do processo ensino-aprendizagem, tendo o professor como facilitador e orientador deste processo.

O Curso de Enfermagem reconhece que a produção dos serviços de saúde é, também, determinada pela formação em saúde, e tem se empenhado em manter o compromisso ético, filosófico, político-social e técnico científico, junto à sociedade, desde sua criação até o presente momento, procurando resgatar princípios de resolutividade, integralidade e isonomia, no atendimento à população, reafirmando assim, as proposições do Sistema Único de Saúde e, mantendo este compromisso junto à sociedade, desde sua criação até o presente momento, adequando sua matriz curricular às mudanças sociais.

Implica-se a necessidade formar profissionais comprometidos com a atenção à saúde; capazes de compreenderem e recompreenderem os determinantes da saúde, de transformarem saberes e práticas em relação à atenção à saúde da população, de articularem conhecimentos profissionais com os saberes e práticas envolvidos em saúde, de perceberem a complexidade de suas práticas e de, efetivamente, desenvolverem formas de pensar e agir, reinventando modos de se lidar com a realidade de saúde (MEIRA; KURCGANT, 2015).

A partir das condições de aprendizado deve-se educar profissionais capazes de articular competências de intervenção nos serviços de assistência à saúde, com seu papel de ator social no contexto das políticas públicas de saúde. Espera-se desse novo enfermeiro senso crítico na tomada de decisões éticas e morais (BARBOSA, 2019).

O Curso de Enfermagem, como integrante da rede pública de ensino, causa grande impacto econômico e social, não apenas na região em que está inserido, mas também, no país, uma vez que é reconhecido como de excelência na produção de conhecimento, por meio da pesquisa; na formação de recursos humanos de Enfermagem para a realidade político-social de saúde nacional, e no desenvolvimento de programas de extensão à comunidade.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o cenário essencial para a aquisição construtivista de habilidades e competências neste projeto pedagógico. Está em consonância com os pressupostos e as concepções que respeitam os valores de docentes e discentes orientados para o compromisso com a assistência de Enfermagem.

A produção do conhecimento valoriza a indissociabilidade entre a teoria e a prática e, por meio da práxis vivenciada em diferentes cenários do SUS os estudantes são estimulados a refletir sobre o seu papel como universitário e membro da sociedade brasileira num contexto de pluralismo e diversidade social. Valoriza a interseção entre diferentes áreas do conhecimento, resgatando pensadores clássicos e refletindo sobre a produção do conhecimento contemporâneo, suas tendências e objetos.

O processo de produção e disseminação do conhecimento pauta-se no equilíbrio entre a excelência científica e técnica e a relevância, impacto social e compromisso com a equidade no cuidado à Saúde/ Enfermagem. Está fundamentada em princípios humanísticos que entendem o ser humano como cidadão, com direito à saúde, cujas necessidades devem ser atendidas durante o ciclo vital.

Portanto, o currículo proposto neste projeto pedagógico do curso pauta-se nas dimensões do processo de formação do enfermeiro das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, a saber:

- **Dimensão Social** - compreende a relação entre a formação do enfermeiro e o contexto social que influencia diretamente o processo educativo. Portanto, o currículo leva em consideração as implicações políticas, econômicas e estruturais, para trabalhar conhecimentos significativos e relevantes para contribuir com a formação crítica, reflexiva, humanista e social.



- **Dimensão Epistemológica** - considera a natureza do conhecimento e os processos de sua construção, estudando os aspectos de sua forma e de seu conteúdo identificando a essência das diferentes disciplinas; os procedimentos e os métodos existentes. Atenta para a forma como os alunos constroem e transformam seus conhecimentos de acordo com suas capacidades.

- **Dimensão Psicoeducativa** – promove o questionamento do processo ensino-aprendizagem, tendo como base as teorias da aprendizagem, da comunicação e da motivação, objetivando definir estratégias, dinâmicas de trabalhos aplicáveis ao processo de ensino.

- **Dimensão Técnica** – direciona a uma reflexão crítica, criativa, valorativa, adaptável, do desenvolvimento técnico-científico a serviço do ser humano.

- **Dimensão Gerencial** – promove o reconhecimento do papel social do enfermeiro enquanto empreendedor, gestor, empregador e líder na execução de ações de saúde de pequena, média e alta complexidade.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

O Curso de Enfermagem/CCSST tem **objetivo geral** o compromisso de formar profissionais enfermeiros qualificados para o exercício de enfermagem, com base em evidências científicas e intelectual e pautado em princípios éticos e legais, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado a atuar como promotor do cuidado, da gestão e da qualificação profissional, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, com vistas propiciar a saúde integral do ser humano, família e comunidade, considerando o perfil epidemiológico, as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes e condicionantes de saúde, as redes de atenção à saúde no âmbito público e privado locais, regionais e nacionais e as políticas, diretrizes e práticas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os objetivos do Curso de Enfermagem/CCSST estão previstos no processo formativo, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, as características locais e regionais e as novas práticas emergentes no campo do conhecimento da enfermagem.

O perfil profissional do egresso foi concebido à luz das DCN, dispostas Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001, e expressa os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que devem ser desenvolvidas pelo discente ao longo do seu processo formativo que subsidiam as competências do profissional enfermeiro para atuar nos diversos campos profissionais.

A estrutura curricular foi concebida para atender às necessidades locais e regionais de saúde da população, permitindo a integração social entre o meio acadêmico e a comunidade interna e externa através de atividades de ensino teórico-práticas, de pesquisa e de extensão, as quais promovem a imersão do discente no campo de atuação profissional local e regional e com as novas práticas emergentes no campo do conhecimento da enfermagem desde o primeiro semestre de formação até a sua conclusão com os estágios obrigatórios.

O contexto educacional em que o curso foi constituído contempla as demandas locais e região, de modo efetivo, considerando as questões de natureza política, social, econômica e cultural.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do Curso de Enfermagem/CCSST visam assegurar:

- a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença;
- as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Enfermeiro, de forma integrada e interdisciplinar;
- a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- os princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;
- a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constituem atributos indispensáveis a formação do Enfermeiro;
- o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no enfermeiro atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade;
- a contribuição para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Partindo do pressuposto que o aluno ingressa no ensino superior em busca de qualificação profissional com vistas a alcançar sua inserção e permanência no mercado de trabalho, o curso de Enfermagem, preocupa-se em organizar a estrutura curricular com a formação do profissional-cidadão competente e capacitado para exercer a profissão de enfermagem, desenvolvendo-se com eficiência e eficácia na área que escolheu atuar.

O perfil do egresso profissional do enfermeiro é dotado de formação generalista, humanista, crítica, reflexiva, política, com competência técnico-científica, pautada em princípios éticos e legais para exercer suas atividades nos diferentes níveis de atenção à saúde e do cuidado de enfermagem, tais como promoção da saúde, prevenção de doenças e riscos, tratamentos específicos, redução de danos e agravos, recuperação de doenças, manutenção da saúde e reabilitação no âmbito individual e coletivo, com senso de responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania e da dignidade humana.

O egresso deverá estar apto a atuar como profissional da equipe de saúde, considerando as competências adquiridas no processo formativo, a autonomia profissional do enfermeiro, a transversalidade e integralidade do conhecimento em ato, na perspectiva de reconhecer e intervir sobre as situações de saúde-doença do indivíduo-família-comunidade, a partir das demandas sociais, dos novos perfis epidemiológicos e demográficos e das condições da prática profissional, como também avaliar a congruência da formação ofertada com o perfil de atendimento às necessidades reais de saúde da população. Assim, busca-se atender ao sistema de saúde vigente no país, com vistas às demandas do estado do Maranhão.

Além disso, o egresso deverá ser capaz de atuar no processo do desenvolvimento da ciência e da arte do cuidar, como instrumento de interpretação e intervenção profissional, nos diferentes níveis de atenção à saúde, assegurando a sua integralidade. Deve-se ainda ser capaz de atuar na área da pesquisa, formação de recursos humanos, gestão dos serviços de saúde e de enfermagem e o gerenciamento do cuidado de enfermagem na atenção à saúde.

Nesse contexto, caracteriza-se o perfil profissional do enfermeiro a ser formado pelo Curso de Enfermagem - CCSST com a expressão das principais competências a serem desenvolvidas pelo aluno, durante sua formação acadêmica, à luz das DCN, dispostas Resolução CNE/CES Nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001 e baseadas nas novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreendendo que as competências permitem mobilizar conhecimentos para enfrentar determinadas situações, as atividades de aprendizagem vão além dos conteúdos conceituais, abrangendo também os conteúdos procedimentais e atitudinais, os quais garantem o perfil profissional do egresso que se deseja formar.

As competências a serem trabalhadas no curso estão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) instituídas pela Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001, e têm como foco aquilo que o egresso necessitará conhecer bem para ser capaz de desenvolver suas atividades nas diversas áreas de atuação de sua profissão, articulando-as com suas realidades locais e regionais.

A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento.

7.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS

A formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- I. **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- II. **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos,

de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

- III. **Comunicação:** os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;
- IV. **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- V. **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e
- VI. **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

7.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS

A formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

- I. atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
- II. incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;
- III. estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- IV. desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
- V. compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;
- VI. reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- VII. atuar nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso;
- VIII. ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;
- IX. reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde;
- X. atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;
- XI. responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;
- XII. reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem;
- XIII. assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde.

- XIV. promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- XV. usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de enfermagem;
- XVI. atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;
- XVII. identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes;
- XVIII. intervir no processo de saúde-doença, responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de enfermagem em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;
- XIX. coordenar o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde;
- XX. prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;
- XXI. compatibilizar as características profissionais dos agentes da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários;
- XXII. integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais;
- XXIII. gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;
- XXIV. planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;
- XXV. planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;
- XXVI. desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;
- XXVII. respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;

- XXVIII. interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;
- XXIX. utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde;
- XXX. participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;
- XXXI. assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;
- XXXII. cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como enfermeiro; e
- XXXIII. reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde.

8 CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O mercado de trabalho tem sido cada vez mais exigente, absorvido profissionais dotados de conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas. Com a fundamentação nestas características formadoras, o profissional formado segundo a estruturação apresentada, estará em igualdade competitiva para o desempenho de suas funções no mercado amplo e promissor de acordo com as necessidades humanas em todos os níveis da atenção à saúde.

O mercado de trabalho para o profissional de Enfermagem está em expansão. A categoria tem avançado de modo diversificado, ampliando cada vez mais suas áreas de atuação.

Na Área Assistencial de atuação, o enfermeiro tem a possibilidade de prestar cuidados de enfermagem ao paciente, à família e/ou à comunidade em serviços de saúde públicos, privados e filantrópicos, tais como: unidades hospitalares, unidades básicas de saúde (postos de saúde), serviços de atendimento pré-hospitalar em urgência e emergência (SAMU), atenção domiciliar (*home-care*), assistência na área de transplantes de órgãos, serviços especializados em estomaterapia (tratamento de feridas), nefrologia, cardiologia, obstetrícia, neonatologia, pediatria, geriatria, estética, dentre outros.

Nas Áreas Administrativas e Gerenciais, o enfermeiro tem a possibilidade de assumir cargos de coordenação nas unidades hospitalares, unidades básicas de saúde, secretarias de saúde do estado/município, coordenação pedagógicas e cargos administrativos

em instituições de ensino e consultorias empresarial e a órgãos públicos. Diante dessa demanda em ascensão, existe uma preocupação do curso em preparar cada vez mais os alunos para assumirem cargos de gestão.

Na Área de Educação, o enfermeiro tem a possibilidade de atuar na educação em saúde (indivíduo, família e comunidade) e na educação continuada e permanente (cursos de capacitação profissional). Esse cenário oferece um campo de trabalho promissor para os egressos, pois a educação em saúde e a capacitação profissional em enfermagem estão em expansão no contexto regional e no país.

Na Área da Pesquisa, o enfermeiro tem a possibilidade de desenvolver pesquisas técnico-científicas em programas de pesquisa e extensão vinculados às universidades e às instituições de fomento à pesquisa. Atualmente no Brasil, temos vivenciado um crescimento significativo dos grupos de pesquisa, com incremento nas investigações de enfermagem e, conseqüentemente, um aumento da divulgação em periódicos científicos, bem como a qualificação dos pesquisadores e dos periódicos da área.

Ainda, considerando as novas práticas emergentes no campo do conhecimento da enfermagem, o empreendedorismo surge como um amplo campo de atuação profissional, no qual o enfermeiro pode vir a atuar promovendo saúde à população ou dedicando-se à sua recuperação, com atendimentos em consultórios particulares, no domicílio (*home-care*) e em cooperativas (terceirização de mão-de-obra), consultorias e auditorias como autônomo ou em empresas, atendimento em eventos (*dairy-care*), ensino (cursos de capacitação profissional e educação continuada) ou prestação de serviços especializados: clínicas de vacinação, amamentação, esterilização de material médico-hospitalar, transporte de pacientes, aluguel de equipamentos e comercialização de produtos da área hospitalar. Essas são algumas das modalidades que permitem ao enfermeiro uma atuação autônoma e empreendedora.

Recentemente o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) publicou a Resolução 568/2018 que regulamenta o funcionamento dos consultórios e clínicas de Enfermagem. A norma regulamenta a ação autônoma do enfermeiro, ampliando o atendimento à clientela no âmbito individual, coletivo e domiciliar.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

Para a formação do perfil do egresso, a proposta de organização curricular foi realizada em função das competências que os alunos precisam desenvolver, respeitando-se as aprendizagens, os conhecimentos e as construções adquiridas anteriormente.

Nessa proposta, a elaboração do currículo teve como referência o perfil do egresso, pois ele orienta a definição das áreas de atuação, a composição das competências a serem desenvolvidas e, conseqüentemente, o conjunto de elementos que contribuem para se estabelecer as conexões necessárias.

Seguindo as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem, conforme a Resolução CNE/CES nº 03, de 07 de novembro de 2001 e a Resolução CNS nº 573, de 31 de janeiro de 2018, o Curso terá a duração mínima de 10 semestres e máxima de 15 semestres, sendo, pois, organizado com créditos e perfazendo uma carga horária total, assim, distribuída:

SÍNTESE DA ESTRUTURA CURRICULAR				
Atividades de Ensino	Créditos			Carga Horária
	Teórico	Prático	Total	
Componentes Curriculares Obrigatórios	135	34	169	3045
Componentes Curriculares Optativos	12	0	12	180
Atividades Complementares	0	0	0	200
Projeto e Trabalho de Conclusão de Curso	0	0	0	90
Estágios Obrigatórios I e II	0	0	0	880
Subtotal	147	34	181	4395

O processo de ensino está integrado aos conhecimentos de diversas áreas das ciências e aos aspectos psicossociais, culturais, filosóficos, antropológicos e epidemiológicos para que o aluno possa interpretar os processos de saúde-doença em sua dimensão sociocultural, garantindo o desenvolvimento de habilidades e atitudes, favorecendo uma prática ética e humana comprometida socialmente.

Assim, o perfil do egresso em enfermagem deve estar voltado às demandas sociais, aos novos perfis epidemiológicos e demográficos e às condições da prática profissional. A formação do profissional enfermeiro deve estar articulada às mudanças do processo de trabalho em saúde, às transformações dos aspectos demográficos e epidemiológicos.

Compreende-se que a proposta pedagógica do curso deve possibilitar ao aluno a construção de seu percurso formativo, não restrito apenas à integralização curricular, mas ao desenvolvimento de estudos e práticas articulados ao ensino, pesquisa e extensão/assistência, com vistas à flexibilidade e a interdisciplinaridade nas diversas áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade e interlocução de saberes se dão na produção do conhecimento inter-relacionado aos componentes curriculares teórico-práticos, aos estágios obrigatórios e na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, na participação de docentes e alunos em projetos interdisciplinares, na participação do aluno em atividades comuns em diversas áreas, na gestão do curso com participação de docentes, alunos, profissionais de saúde e representantes da comunidade, em fóruns colegiados e/ou coletivos de tomada de decisão acadêmica.

A integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência e a identificação das necessidades de saúde permitirá uma avaliação permanente do currículo, de maneira que o mesmo integre estes quatro pilares da graduação, como também avaliar a congruência da formação ofertada com o perfil de atendimento às necessidades reais de saúde da população.

9.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO DE ENFERMAGEM

O Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão, do Campus de Imperatriz, está alicerçado em políticas institucionais que foram pensadas e traçadas em sintonia com os objetivos do curso, com a missão da Universidade, com o perfil do egresso esperado e em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional, estabelecendo, assim, uma conjuntura do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Considerando a Missão da Universidade que é de “gerar, ampliar, difundir e preservar ideias e conhecimentos nos diversos campos do saber”, proporcionando soluções, na busca do desenvolvimento intelectual, humano e sociocultural, bem como à melhoria de qualidade de vida do ser humano em geral, situando-se como centro dinâmico de desenvolvimento local, regional e nacional, o curso de Enfermagem do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia em Imperatriz também se direciona na busca desse desígnio, no aproveitamento das potencialidades humanas e da região e na formação cidadã e profissional, baseada em princípios humanísticos, críticos, reflexivos, investigativos, éticos e socialmente responsáveis.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFMA contempla o período de 2017 a 2021 e apresenta, entre outras metas, as diretrizes que a UFMA deve seguir para enfrentar os desafios nesta década (UFMA, 2017c).

9.1.1 Ensino

Tendo em vista as políticas de ensino, o PPC atende ao critério de flexibilização curricular, por meio de permanente atualização/reformulação, de acordo com os interesses e/ou necessidades institucionais, regionais e sociais, obedecendo à legislação vigente, assegurando um desenvolvimento curricular contextualizado. Busca-se uma unidade entre a teoria e a prática, o que exige o envolvimento de docentes e discentes em atividades que favoreçam a problematização, a reflexão e a intervenção, tendo em vista a melhoria da realidade.

Deste modo, as políticas institucionais de ensino estão devidamente previstas e implantadas no âmbito do curso, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional traçado pela Universidade Federal do Maranhão, cujos objetivos são:

- estimular a participação docente, discente e de funcionários técnico-administrativos nas atividades de ensino referentes ao fortalecimento e disseminação da flexibilidade curricular nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
- criar de espaços diversificados de formação com práticas em laboratórios, comunidades urbanas e rurais, escolas, organizações não-governamentais, unidades básicas e hospitalares de saúde e centros de atenção psicossocial;
- desenvolver práticas pedagógicas com a utilização de recursos das novas tecnologias de apoio ao ensino e à aprendizagem, com o uso de computadores, laboratório de informática, projetor multimídia, rodas de conversa, estudos de caso e simulações em laboratórios;
- estimular à mobilidade estudantil, mediante o aproveitamento da carga horária. além dos editais de monitoria da graduação da UFMA;
- melhorar a qualidade do trabalho pedagógico nos cursos de graduação por meio da realização do diagnóstico periódico da realidade dos cursos de graduação, implantação das disciplinas equivalentes no SIGAA, dentre outras.

- promover a qualificação e a formação continuada dos docentes e técnicos administrativos;
- promover a articulação da educação superior com a educação básica a partir da elaboração da política institucional de articulação com a educação básica.
- ampliar a inserção da UFMA na comunidade regional por meio da realização anual da Feira das Profissões dos cursos de graduação da UFMA.

As Atividades Docentes de Ensino são institucionalizadas pela Resolução Nº 1819- CONSEPE, 11 de janeiro de 2019, que aprova a atualização das normas regulamentadoras do Planejamento Acadêmico da UFMA. E entende-se por Atividades de Ensino aquelas em que o docente objetiva atuar na aprendizagem e da formação profissional, por meio do desenvolvimento de situações de aprendizagem, teóricas e práticas, na modalidade presencial ou a distância, em curso de graduação ou pós-graduação, e que compreendem, entre outras:

- I. regência de aulas de natureza teórico-prática, a serem ministradas em sala de aula, em laboratório e/ou em campo, dos cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu e lato sensu;
- II. planejamento didático-científico de aulas, experiências, práticas, seminários, cursos, elaboração de roteiros e planos de atividades de estágio, elaboração de material didático e práticas pedagógicas, produção e correção dos instrumentos de avaliação e registro acadêmico;
- III. atendimento extraclasse, físico ou virtual (sistema acadêmico em vigor na IES);
- IV. orientação a estudantes em: tutoria, monitoria, iniciação científica, olimpíadas do conhecimento e competições diversas, iniciação à docência, projetos de ensino, projetos de pesquisa, projetos de extensão, residência na área de saúde, práticas pedagógicas, trabalhos de conclusão de curso (graduação e/ou de pós-graduação);
- V. coordenação de (e colaboração em) unidades curriculares: disciplinas, módulos, eixos integradores, semestre, grupo de estudos, áreas temáticas, projetos de ensino, mobilidade estudantil ou outros formatos previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- VI. coordenação e supervisão de estágio (obrigatório e não obrigatório);

- VII. atendimento aos alunos em regime de exercício domiciliar, orientação em olimpíadas do conhecimento e competições diversas; e
- VIII. organização, coordenação e/ou acompanhamento de visitas técnicas institucionais.

9.1.2 Pesquisa

A Pesquisa como um dos eixos da formação universitária (ensino-pesquisa-extensão) reflete a construção do processo de aprendizagem do aluno que vivencia a prática da investigação como uma capacitação para produção de conhecimento, o que o habilitará para assumir uma postura científica e analítica nas suas deliberações profissionais.

A UFMA tem investido em ações de incentivo das atividades científica e tecnológica em diversos níveis, que vão desde o programa de iniciação científica (PIBIC) até a formação de doutores, a saber:

- ações que viabilizam a realização de pesquisas, tais como apoio a projetos de pesquisa cadastrados na instituição;
- criação de grupos e núcleos de pesquisas;
- desenvolvimento de ações multilaterais de pesquisa com instituições consolidadas;
- apoio a cooperações técnicas internacionais;
- publicação dos editais do ProQuali (Programa de Qualidade da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação);
- indução de editais para fomento de projetos de grande porte junto à FAPEMA para cumprimento de ações estratégicas ao crescimento científico tecnológico da instituição;
- ações que repercutem nas atividades de pesquisa que visam à melhoria da produção científica e tecnológica através dos índices de produção acadêmica apoiando e divulgando os trabalhos em veículos de referência no WEBQUALIS e estímulo a tradução de artigos científicos; e
- oferta de cursos para docentes e discentes com vistas a qualificação profissional na área da pesquisa.

Também tem desenvolvido ações efetivas para regulamentação das atividades de inovação, propriedade intelectual de produtos/processos gerados na UFMA (patentes, marcas,

modelos de utilidade, desenho industrial, cultivares, programas de computadores, entre outros), bem como a transferência de tecnologia ao mercado e a prestação de serviços tecnológicos às empresas. Com esses conjuntos de ações, a UFMA busca sua inserção no cenário da pesquisa e inovação nacional e internacional.

O Curso de Enfermagem ao longo de todo o processo formativo, desde o primeiro período, estimula o discente a desenvolver raciocínio lógico, crítico, reflexivo, humanístico e ético sobre a produção científica da saúde e da enfermagem, da enfermagem baseada em evidências e prática profissional; apoia a produção científica; e incentiva a participação e divulgação de suas produções em eventos científicos.

Cabe destacar que o Seminário de Iniciação Científica (SEMIC) e a Jornada de Enfermagem (JOENF) consolidaram-se definitivamente como eventos acadêmicos científicos importantes no calendário da UFMA.

As Atividades Docentes de Pesquisa e Inovação são institucionalizadas pela Resolução Nº 1819- CONSEPE, 11 de janeiro de 2019, que aprova a atualização das normas regulamentadoras do Planejamento Acadêmico da UFMA. E entende-se por Atividades de Pesquisa e Inovação aquelas inerentes à produção de novos conhecimentos acadêmicos, técnicas de pesquisa, técnicas de produção e inovação tecnológica, em todas as áreas do saber, que impliquem impacto científico, tecnológico, produtivo, artístico, social e humano, conforme discriminado em Resolução interna vigente.

9.1.3 Extensão

A Extensão Universitária está pautada, quanto à sua obrigatoriedade constitucional, pelo artigo 207 da Constituição Brasileira, que dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Considera-se Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promova a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

A Extensão Universitária é uma atividade indissociável do fazer acadêmico assegurada pela Lei Nº 10.17248/2001 que institui como responsabilidade das Universidades

a garantia de que os estudantes disponham de atividades de extensão devidamente regulamentadas, inseridas no PPC e concretizadas por meio das Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira estabelecidas pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

A extensão rompe com as estruturas de pensamento predominantes para definir-se como um paradigma, um modo de ser e fazer universitários, um espaço estratégico para a ampliação da qualidade acadêmica e do papel social da universidade, como um bem público.

Desta forma, a extensão universitária está incorporada como um modo de fazer o ensino, a pesquisa e a produção cultural, numa relação, dialógica, entre o saber universal e a realidade cotidiana local, fazendo com que a universidade e os demais setores da sociedade impliquem-se e fomentem-se mutuamente.

A PROEX – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Empreendedorismo tem a função de articular, desenvolver, coordenar e apoiar as atividades de extensão, junto à sociedade e à comunidade universitária.

Estabelece o vínculo com o ensino e a pesquisa, interagindo com diversos segmentos sociais, como: órgãos governamentais, entidades filantrópicas, setor privado, movimentos sociais e público consumidor de conhecimentos, artes e serviços, com a finalidade de contribuir na busca de resposta inovadora aos desafios locais, regionais e nacionais.

Suas ações estão alicerçadas no conceito de Extensão Universitária, estabelecido no Plano Nacional de Extensão e referem-se às atividades de divulgação do conhecimento, desenvolvidas em linhas determinadas de extensão, junto aos grupos sociais de composição indeterminada, considerados segundo o ambiente de convívio ou em função de certas características individuais homogêneas de seus integrantes.

Quanto às atividades de extensão, consideram-se as ações que envolvem práticas docentes e discentes, próprias de determinada área temática e aplicadas a determinados segmentos da sociedade, compreendendo:

- Ações de extensão
- Programas de extensão
- Projetos de extensão
- Cursos de extensão
- Eventos de extensão
- Serviços de extensão.



Dentre o cronograma de desenvolvimento de atividades de extensão realizadas pela PROEX, em consonância com o PDI da UFMA, o Curso de Enfermagem do Campus Imperatriz é contemplado com: Alunos apoiados em eventos estudantis, Alunos atendidos em cursos de idiomas, Projetos PIBIT, Bolsistas PIBIT, professores/coordenadores com apoio em eventos.

As Atividades Docentes de Extensão são institucionalizadas pela Resolução N° 1819- CONSEPE, 11 de janeiro de 2019, que aprova a atualização das normas regulamentadoras do Planejamento Acadêmico da UFMA. E entende-se por Atividades de Extensão, para fins de planejamento acadêmico, as ações desenvolvidas sob a forma de Programa e Projetos inseridos em áreas temáticas estabelecidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária.

10 METODOLOGIAS

A metodologia de ensino utilizada no processo de ensino-aprendizagem no Curso de Enfermagem é desenvolvida a fim de alcançar através de métodos, técnicas e processos, os preceitos do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O curso de Enfermagem prevê em sua matriz curricular a existência de atividades teóricas com utilização de recursos metodológicos adequados em sala de aula e práticas desenvolvidas em laboratórios didáticos específicos referentes aos assuntos abordados nas respectivas disciplinas e nos campos de prática profissional (nos serviços de saúde conveniados à IES).

O desenvolvimento metodológico para o processo ensino aprendizagem atendem ao desenvolvimento de conteúdos programáticos das disciplinas, utilizando-se de:

- **Estratégias de aprendizagem:** que alinham as práticas pedagógicas inovadoras que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, desenvolvendo sua autonomia; utilizado de metodologias ativas que tem como concepção uma educação crítico-reflexiva com base em estímulo no processo ensino-aprendizagem, resultando em envolvimento por parte do educando na busca pelo conhecimento.
 - Aulas teóricas/práticas discursivas, dialogadas entre o docente/discente/discente;
 - Apresentações de trabalhos pelos discentes, através de seminários ou similares;
 - Visitas técnicas.
 - Ensino baseado em problemas (*Problem Based Learning* - PBL) e aprendizagem baseada em equipe (*Team-Based Learning* - TBL); e
 - Dentre outros métodos a critério do professor, respeitando a liberdade de cátedra e a liberdade de ensino e aprendizagem.
- **Ferramentas metodológicas:** que possibilitam o acompanhamento contínuo das atividades, à acessibilidade metodológica, embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área, considerando as características locais e regionais, além do contexto educacional.

- **Recursos metodológicos de ensino-aprendizagem:** admitidos e adotados no Curso de Enfermagem, e, adequados à concepção do Curso, são os seguintes:
 - **Aulas teóricas:** dispomos de recursos didáticos para aulas teóricas destinados ao cumprimento das atividades educacionais programadas, tais como: computador, Datashow, quadro branco, pincel, apagador, artigos científicos, textos relacionados e outros.
 - **Aulas práticas:** Para as aulas práticas em laboratórios multidisciplinares, são utilizados microscópios ópticos adaptados em TV digital, modelos anatômicos, morfológicos e manequins de simulação realística.
 - **Ambientes virtuais de aprendizagem:** O curso dispõe ainda de tecnologias de informação e comunicação, e constitui-se como canal de mediação do processo de ensino e aprendizagem, que assegura o acesso a materiais e recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilita experiências diferenciadas de aprendizagem.
 - Tais como acessibilidade digital a artigos científicos, livros, vídeos em ambiente virtual por meio de plataformas digitais (BIREME, EBSCOhost, Elsevier, dentre outros);
 - Dispõe também de ferramentas comunicacionais digitais que promovem interatividade entre docentes e discentes através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA que dispõe de ferramentas como fóruns, chats da turma, chats agendados, correio eletrônicos (e-mail), acesso a materiais digitais e que também possibilitam o acompanhamento das atividades acadêmicas com acesso à turma virtual, planos de curso, conteúdo programático, diário de turma, notas e avaliações que podem ser aplicadas por meio de enquetes, tarefas e questionário on-line.

Outras atividades não citadas aqui poderão ser utilizadas, desde que julgadas convenientes pelo professor da disciplina. É necessário sempre descrever antecipadamente no plano de ensino da disciplina o conteúdo, a forma de execução e avaliação e a carga horária relativa a cada uma das atividades.

As pesquisas e extensões deverão ser objeto de estudos desde o primeiro semestre letivo, nas unidades de estudo da Metodologia do Trabalho Científico, nas quais, os alunos



desenvolverão os trabalhos interdisciplinares em grupos ou individualmente.

A investigação se repete nos semestres seguintes, na medida em que as unidades de estudo são oferecidas. Além de ser desenvolvido nas unidades de estudo, o trabalho investigativo é também estimulado no Estágio Curricular e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A utilização da tecnologia como recurso metodológico de ensino é uma constante no Curso de Enfermagem, há incentivo na utilização de recursos de multimídia em apresentações, tanto de alunos quanto de professores em sala de aula convencional, na utilização dos recursos de informática para práticas contábeis, acompanhado de softwares educacionais práticos.

A metodologia de ensino adotada para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem é escolhida pelo professor da disciplina, de acordo com as características da unidade de estudo, claramente definidas nos planos de ensino.

Conclui-se, pois que a metodologia de ensino admitida pelo Curso de Enfermagem é adequada à concepção do Curso, traduzida pela utilização de métodos, técnicas e processos de ensino-aprendizagem, procedimentos e recursos didáticos apropriados e adequados à natureza de cada uma das unidades de estudo.

10.1 ADEQUAÇÃO DAS METODOLOGIAS DE ENSINO

10.1.1 Interdisciplinaridade das unidades de estudo na concepção e execução do currículo

A proposta de unidades de estudo na concepção e execução do currículo é resultado de uma reflexão de todo o Curso de Enfermagem, considerando as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a definição de um currículo que atenda ao perfil pedagógico e profissional contemporâneo, e ainda, que desenvolva as competências e habilidades.

Todas as unidades de estudo foram programadas considerando a interdisciplinaridade, permitindo que um mesmo objeto de estudo possa ser abordado nas unidades de estudo, e o seu estudo possa ser relacionado a vários enfoques.

Para a execução da matriz curricular do Curso de Enfermagem são desenvolvidos trabalhos/atividades interdisciplinares envolvendo as unidades de estudo organizadas em cada semestre, segundo a coerência e a pertinência observadas no quadro da Estrutura Curricular.

As unidades de estudo dispostas no eixo de Formação Profissional do Curso de Enfermagem foram programadas visando possibilitar a interdisciplinaridade e a flexibilidade, entre elas, e as demais unidades de estudo.

A partir do tratamento interdisciplinar do currículo do Curso de Enfermagem, o aluno estará apto ao exercício da reflexão crítica e à apresentação pública, seja em atividade complementar, seja nas unidades de estudo em que o tema foi tratado, ou ainda, como objeto de pesquisa desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso.

É verificada a inter-relação das unidades de estudo na concepção e execução do currículo do Curso de Enfermagem pela estrutura organizada do currículo acadêmico que registra a interdisciplinaridade entre a dinamização da matriz de unidades de estudo, atividades profissionais e as atividades complementares.

10.1.2 Adequação e atualização das ementas e programas das unidades de estudo

O ementário e o conteúdo programático das unidades de estudo que integram a matriz curricular do Curso de Enfermagem foram selecionados e articulados para obedecer ao escopo conceitual do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Pela análise do ementário, pode-se verificar a sua adequação ao perfil profissional

desejado, aos objetivos do Curso de Enfermagem, bem como a sua atualização em termos científicos, tecnológicos e didático-pedagógicos e a sintonia com as exigências do mercado de trabalho.

O plano de ensino e de aprendizagem de cada unidade de estudo é composto por objetivos do curso, ementa, objetivo de aprendizagem, habilidades e competências, contribuição para o perfil do egresso, conteúdo programático, metodologia, recursos didáticos, sistema de avaliação, bibliografia básica e complementar, leituras complementares, articulação com outras disciplinas e aprovação em Colegiado.

Os planos de ensino são elaborados e/ou revisados pelo professor que irá ministrar a disciplina com base na ementa e submetidos à apreciação do Colegiado do Curso que julga o parecer do relator nomeado previamente. Os planos de ensino e os conteúdos programáticos são revisados e avaliados pelo Colegiado do Curso, durante o período de Planejamento Acadêmico que antecede o semestre, com a apresentação de sugestões discutidas com o docente para a viabilização de sua adequação.

É obrigatório o cumprimento integral do conteúdo programático, da carga horária estabelecida na matriz curricular, obedecer à metodologia de ensino aplicada e ao processo de avaliação estabelecida pela Instituição e aplicada pelo professor no seu plano de ensino.

Evidencia-se, portanto, que o conteúdo das ementas e programas das unidades de estudo do Curso de Enfermagem é adequado e atualizado, atendendo ao escopo conceitual do Curso.

10.1.3 Adequação e atualização das referências bibliográficas

A bibliografia proposta para cada unidade de estudo é definida em comum acordo com o professor responsável por cada unidade de estudo e o Núcleo Docente Estruturante, ouvindo, quando necessário, o Colegiado de Curso, buscando selecionar as obras que são relevantes, de reconhecida qualidade e atuais para cada disciplina.

A atualização e relevância das bibliografias básica e complementar são constantemente analisadas pelos professores das unidades de estudo, responsáveis por essa verificação e pela solicitação de aquisição de novos exemplares para a biblioteca da Instituição.

As bibliografias básicas e complementares de cada unidade de estudo estão previstas expressamente nas Ementas, nos Conteúdos Programáticos e nos Planos de Ensino.

A atualização das bibliografias básica e complementar é realizada por meio das Políticas Institucionais de Atualização de Acervo, definidas e implantadas pela Biblioteca Central da UFMA, sendo disponibilizada ao campus de Imperatriz, que são aplicadas no âmbito do Curso de Enfermagem desde o início de seu funcionamento.

Desse modo, conclui-se que a bibliografia integrante do currículo do Curso de Enfermagem é adequada ao conteúdo dos programas da unidade de estudo, constantemente atualizada, conforme a sua relevância, na formação teórico-prática do aluno, por ser definida e analisada pelo professor da unidade de estudo em conjunto com a Coordenação do Curso e está referendada pelo NDE por meio do Relatório de Adequação.

10.1.4 Utilização de tecnologias de informação e comunicação – TIC’S – no processo de ensino e aprendizagem

O curso dispõe de tecnologias de informação e comunicação que podem ser adotadas no processo de ensino-aprendizagem que asseguram o acesso a materiais e recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem.

Tais como acessibilidade digital a artigos científicos, livros, vídeos em ambiente virtual por meio de plataformas digitais (BIREME, EBSCOhost, Elsevier, dentre outros). Nesse componente são orientados quanto a utilização dos recursos oferecidos pela biblioteca e pelos meios eletrônicos de transmissão de informação e para a leitura crítica da informação científica. Conhecimento dos mecanismos de busca genéricos; realização de pesquisas bibliográficas e processamento de textos e elaboração de slides no computador; manuseio de prontuários eletrônicos e planilhas digitais; realização de fotografia digital; plataforma de Currículo *Lattes*.

Existe também a disponibilidade das ferramentas institucional-comunicacionais digitais que promovem interatividade entre docentes e discentes através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA que dispõe de ferramentas como fóruns, chats da turma, chats agendados, correio eletrônicos (e-mail), acesso a materiais digitais e que também possibilitam o acompanhamento das atividades acadêmicas com acesso à turma virtual, planos de curso, conteúdo programático, diário de turma, notas e avaliações que podem ser aplicadas por meio de enquetes, tarefas e questionário on-line, bem como o acesso a materiais por ele permitido a qualquer tempo.

11 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Enfermagem corresponde a disposição ordenada dos componentes curriculares que definem a formação do egresso pretendida neste Projeto Pedagógico do Curso. Ela está organizada em níveis, que deverão ser, preferencialmente, obedecidos pelos estudantes para a integralização curricular, cada um dos quais corresponde a um período a ser cumprido de forma sequenciada.

Os componentes curriculares podem ser:

- I. obrigatórios, quando o seu cumprimento é indispensável à integralização curricular;
- II. optativos, quando integram a respectiva estrutura curricular, devendo ser cumpridos pelo estudante mediante escolha, a partir de um conjunto de opções, e totalizando uma carga horária mínima para a integralização curricular estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso;

Os componentes curriculares são elementos didático-pedagógicos e teórico-práticos que estruturam o currículo do curso e dividem-se em:

- I. disciplinas;
- II. atividades acadêmicas específicas, a saber:
 - a. estágio obrigatório;
 - b. trabalho de conclusão de curso; e
 - c. atividades complementares.

Para que seja possível ter uma visão de conjunto dos componentes curriculares, incluindo aquilo que é obrigatório e optativo, bem como da correlação destes com os pré-requisitos e correquisitos necessários para cursá-los, são identificados logo abaixo os agrupamentos disciplinares, distribuídos por semestre letivo.

1º PERÍODO						
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico	Prático	Total			
Anatomia Humana	4	1	5	90	-	Citologia e Histologia
Antropologia	3	0	3	45	-	-
Ética e Bioética	3	0	3	45	-	-
Ciência, História e Organização da Enfermagem	3	0	3	45	-	Sistematização da Assistência em Enfermagem; Ética e Bioética
Citologia e Histologia	3	1	4	75	-	Anatomia Humana
Metodologia Científica	3	0	3	45	-	Ética e Bioética
Sistematização da Assistência em Enfermagem	3	0	3	45	-	Ciência, História e Organização da Enfermagem; Ética e Bioética
Subtotal	22	2	24	390		

2º PERÍODO						
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico	Prático	Total			
Bioquímica	2	1	3	60	Citologia e Histologia	Fisiologia Humana
Fisiologia Humana	4	1	5	90	Anatomia; Citologia e Histologia	Genética e Embriologia
Genética e Embriologia	4	1	5	90	Citologia e Histologia	Bioquímica
Imunologia	3	0	3	45	Citologia e Histologia	Microbiologia
Microbiologia	2	1	3	60	Citologia e Histologia	Imunologia
Fundamentos de Saúde Coletiva	2	1	3	60	Antropologia; Ciência, História e Organização da Enfermagem; Ética e Bioética; Sistematização da Assistência em Enfermagem;	-
Subtotal	17	5	22	405		

3º PERÍODO						
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico	Prático	Total			
Bioestatística	4	0	4	60	Metodologia Científica	-
Farmacologia Básica	3	0	3	45	Bioquímica; Fisiologia Humana	Patologia Humana; Parasitologia Humana
Patologia Humana	4	1	5	90	Fisiologia Humana; Imunologia; Microbiologia	Farmacologia Básica; Parasitologia Humana
Parasitologia Humana	3	1	4	75	Fisiologia Humana; Imunologia; Microbiologia	Farmacologia Básica; Patologia Humana
Semiologia	3	2	5	105	Fisiologia Humana; Sistematização da Assistência em Enfermagem	Farmacologia Básica; Patologia Humana; Parasitologia Humana
Sociologia	3	0	3	45	Antropologia	-
Subtotal	20	4	24	420		

4º PERÍODO						
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico	Prático	Total			
Epidemiologia	4	0	4	60	Bioestatística; Fundamentos de Saúde Coletiva; Patologia Humana; Parasitologia Humana	Saúde Ambiental;
Farmacoterapia Aplicada à Enfermagem	4	0	4	60	Farmacologia Básica; Patologia Humana; Parasitologia Humana	Interpretação de Exames Complementares
Informática em Saúde	3	0	3	45	Bioestatística	-
Interpretação de Exames Complementares	2	1	3	60	Farmacologia Básica; Patologia Humana; Parasitologia Humana	Farmacoterapia Aplicada à Enfermagem;
Psicologia do Desenvolvimento	4	0	4	60	Sociologia	-
Saúde Ambiental	3	0	3	45	Fundamentos de Saúde Coletiva	Epidemiologia
Semiotécnica	3	2	5	105	Semiologia	Farmacoterapia Aplicada à Enfermagem; Interpretação de Exames Complementares
Subtotal	23	3	26	435		

5º PERÍODO						
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico	Prático	Total			
Enfermagem em Urgência e Emergência	3	1	4	75	Semiotécnica; Patologia Humana; Farmacoterapia Aplicada à Enfermagem	Gerenciamento e Liderança em Enfermagem
Enfermagem na Saúde do Idoso	3	2	5	105	Semiotécnica; Patologia Humana; Psicologia do Desenvolvimento	Gerenciamento e Liderança em Enfermagem
Gerenciamento e Liderança em Enfermagem	4	1	5	90	Semiotécnica; Informática em Saúde; Epidemiologia	Psicologia da Personalidade
Metodologia da Pesquisa em Saúde	3	0	3	45	Metodologia Científica; Bioestatística; Epidemiologia; Informática em Saúde	-
Psicologia da Personalidade	4	0	4	60	Psicologia do Desenvolvimento	-
Optativa I	4	0	4	60	-	-
Subtotal	21	4	25	435		

6º PERÍODO						
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico	Prático	Total			
Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos	3	1	4	75	Enfermagem em Urgência e Emergência; Enfermagem na Saúde do Idoso; Gerenciamento e Liderança em Enfermagem; Psicologia da Personalidade	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Críticos
Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Críticos	3	1	4	75	Enfermagem em Urgência e Emergência; Enfermagem na Saúde do Idoso; Gerenciamento e Liderança em Enfermagem; Psicologia da Personalidade	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos
Enfermagem em Doenças Transmissíveis	3	1	4	75	Epidemiologia; Farmacoterapia Aplicada a Enfermagem; Saúde Ambiental; Semiotécnica;	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos
Enfermagem em Saúde Mental	3	1	4	75	Patologia Humana; Psicologia da Personalidade; Semiotécnica;	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos;
Enfermagem na Saúde do Trabalhador	3	0	3	45	Epidemiologia; Gerenciamento e Liderança em Enfermagem; Patologia Humana; Saúde Ambiental; Semiotécnica;	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos
Optativa II	4	0	4	60	-	-
Subtotal	19	4	23	405		

7º PERÍODO						
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico	Prático	Total			
Enfermagem Cirúrgica e Processamento de Produtos para Saúde	3	1	4	75	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos; Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Críticos	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Cirúrgicos
Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Cirúrgicos	3	1	4	75	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos; Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Críticos	Enfermagem Cirúrgica e Processamento de Produtos para Saúde
Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente I	3	2	5	105	Farmacoterapia Aplicada à Enfermagem; Gerenciamento e Liderança em Enfermagem; Semiotécnica;	Enfermagem na Saúde da Mulher I
Enfermagem na Saúde da Mulher I	3	2	5	105	Farmacoterapia Aplicada à Enfermagem; Gerenciamento e Liderança em Enfermagem; Semiotécnica;	Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente I
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	0	0	0	45	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos; Epidemiologia; Metodologia da Pesquisa em Saúde;	-
Subtotal	12	6	18	405		

8º PERÍODO						
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito	Correquisito
	Teórico	Prático	Total			
Enfermagem em Atenção Básica em Saúde	3	2	5	105	Enfermagem em Doenças Transmissíveis; Enfermagem em Saúde Mental; Enfermagem em Saúde do Trabalhador; Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente I; Enfermagem na Saúde da Mulher I; Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos; Enfermagem na Saúde do Idoso;	-
Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente II	3	2	5	105	Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente I	Enfermagem na Saúde da Mulher II
Enfermagem na Saúde da Mulher II	3	2	5	105	Enfermagem na Saúde da Mulher I	Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente II
Optativa III	4	0	4	60	-	-
Subtotal	13	6	19	375		

9º PERÍODO					
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito
	Teórico	Prático	Total		
Estágio Obrigatório I: Atenção Básica/ Ambulatorial	0	0	0	440	Integralização de todos os componentes curriculares obrigatórios e optativos
Subtotal	0	0	0	440	

10º PERÍODO					
Componente Curricular	Créditos			Carga Horária	Pré-requisito
	Teórico	Prático	Total		
Estágio Obrigatório II: Atenção Hospitalar/ Especializada	0	0	0	440	Estágio Obrigatório I: Atenção Básica/ Ambulatorial
Trabalho de Conclusão de Curso	0	0	0	45	Projeto de Conclusão de Curso
Atividades Complementares	0	0	0	200	-
Subtotal	0	0	0	685	

11.1 TRANSIÇÃO CURRICULAR

Considerando que todo projeto de formação deve ser avaliado permanentemente no sentido realizar as adequações necessárias na estrutura curricular do curso. Desta forma, no decorrer deste processo, detectou-se a necessidade de ajustar os conteúdos e redimensionar a carga horária do Curso de Enfermagem.

Nesse aspecto de formar profissionais, o aprimoramento, a atualização e a modernização de um curso devem ser uma constante, para que as evoluções tecnológicas e as necessidades do campo de trabalho estejam sempre de acordo com as exigências do perfil do profissional que o mercado espera.

A reorganização dos conteúdos curriculares primou pela atualização dos conceitos e concepções que norteiam a formação do profissional em medicina, pautado no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, adequando-se à legislação vigente.

11.1.1 Cronograma de transição curricular

FLUXOGRAMA DE TRANSIÇÃO CURRICULAR												
DESATIVAÇÃO (CURRÍCULO ANTIGO)												
Semestre Letivo / Semestre Entrada	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	Semestre Letivo / Semestre Entrada
2015.1	10º											2015.1
2015.2	9º	10º										2015.2
2016.1	8º	9º	10º									2016.1
2016.2	7º	8º	9º	10º								2016.2
2017.1	6º	7º	8º	9º	10º							2017.1
2017.2	5º	6º	7º	8º	9º	10º						2017.2
2018.1	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º					2018.1
2018.2	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º				2018.2
2019.1	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º			2019.1
2019.2	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º		2019.2
ATIVÇÃO (CURRÍCULO NOVO)												
2020.1		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	2020.1
2020.2			1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	2020.2
2021.1				1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	2021.1
2021.2					1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	2021.2
2022.1						1º	2º	3º	4º	5º	6º	2022.1
2022.2							1º	2º	3º	4º	5º	2022.2
2023.1								1º	2º	3º	4º	2023.1
2023.2									1º	2º	3º	2023.2
2024.1										1º	2º	2024.1
2024.2											1º	2024.2
Último semestre com currículo anterior totalmente em vigor	Transição do Currículo Anterior Para o Novo										Implantação total do Novo Currículo	
	Desativação do Currículo Anterior											

11.1.2 Equivalências dos componentes curriculares

COMPONENTES CURRICULARES EQUIVALENTES				
Código	Componente Curricular Antigo	Carga Horária	Componente Curricular Novo	Carga Horária
COEN0014	Anatomia	90	Anatomia Humana	90
COEN0007	Antropologia	60	Antropologia	45
COEN0060	Atenção Básica em Saúde I	90	Fundamentos de Saúde Coletiva	60
			Sistematização da Assistência de Enfermagem	45
COEN0078	Atenção Básica II	105	Enfermagem em Atenção Básica em Saúde	105
COEN0091	Atividades Complementares	195	Atividades Complementares	200
COEN0069	Bioestatística	60	Bioestatística	60
COEN0020	Bioquímica	75	Bioquímica	60
COEN0061	Ciência, História e Organização da Enfermagem	75	Ciência, História e Organização da Enfermagem	45
COEN0062	Citologia e Histologia	75	Citologia e Histologia	75
COEN0059	Didática em Enfermagem	60	Didática Aplicada à enfermagem	60
COEN0076	Doenças Transmissíveis	90	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	75
COEN0082	Ecologia e Saúde	60	Saúde Ambiental	45
COEN0095	Economia em saúde	60	Economia em saúde	60
COEN0038	Epidemiologia	60	Epidemiologia	60
COEN0087	Estágio Obrigatório I Rede Básica de Saúde e Ambulatorial	360	Estágio Obrigatório I: Atenção Básica/ Ambulatorial	440
COEN0090	Estágio Obrigatório II: Hospitalar	315	Estágio Obrigatório II: Atenção Hospitalar / Especializada	440
COEN0011	Ética e Bioética	45	Ética e Bioética	45
COEN0021	Farmacologia	90	Farmacologia Básica	45
			Farmacoterapia Aplicada à Enfermagem	60
COEN0001	Fisiologia Humana	90	Fisiologia Humana	90
COEN0009	Biofísica	60		
COEN0063	Genética, Evolução e Embriologia	90	Genética e Embriologia	90
COEN0070	Gestão e Gerência I	60	Gerenciamento e Liderança em Enfermagem	90
COEN0071	Gestão e Gerência II	60		
COEN0064	Imunologia e Microbiologia	90	Imunologia	45
			Microbiologia	60
COEN0066	Informática em Saúde	60	Informática em Saúde	45
COEN0094	Interpretação de Exames Clínicos Laboratoriais	60	Interpretação de Exames Complementares	60

COEN 0096	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60
COEN0092	Luto, Transição e Fim de Vida	60	Luto, Transição e Fim de Vida	60
COEN0008	Metodologia Científica	60	Metodologia Científica	45
COEN0065	Metodologia da Pesquisa em Saúde	60	Metodologia da Pesquisa em Saúde	45
COEN0029	Nutrição	60	Nutrição Aplicada à Enfermagem	60
COEN0022	Parasitologia	60	Parasitologia Humana	75
COEN0067	Patologia Geral	90	Patologia Humana	90
COEN0081	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	60	Projeto de Trabalho Conclusão de Curso	45
COEN0074	Psicologia da Personalidade	60	Psicologia da Personalidade	60
COEN0068	Psicologia do Desenvolvimento	60	Psicologia do Desenvolvimento	60
COEN0080	Saúde da Criança e do Adolescente I	105	Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente I	105
COEN0084	Saúde da Criança e do Adolescente II	90	Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente II	105
COEN0079	Saúde da Mulher I	105	Enfermagem na Saúde da Mulher I	105
COEN0086	Saúde da Mulher II	120	Enfermagem na Saúde da Mulher II	105
COEN0072	Saúde do Adulto I	120	Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos	75
			Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Críticos	75
COEN0075	Saúde do Adulto II	105	Enfermagem Cirúrgica e Processamento de Produtos para Saúde	75
			Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Cirúrgicos	75
COEN0073	Saúde do Idoso	105	Enfermagem na Saúde do Idoso	105
COEN0085	Saúde do Trabalhador	60	Enfermagem na Saúde do Trabalhador	45
COEN0077	Saúde Mental	90	Enfermagem em Saúde Mental	75
COEN0024	Semiologia	105	Semiologia	105
COEN0023	Semiotécnica	105	Semiotécnica	105
COEN0006	Sociologia	60	Sociologia	45
COEN0093	Terapias complementares	60	Práticas Integrativas e complementares	60
COEN0082	Trabalho de Conclusão de Curso	60	Trabalho de Conclusão de Curso	45
COEN0083	Urgência e Emergência	60	Enfermagem em Urgência e Emergência	75
-	-	-	Saúde Indígena e o Cuidado Transcultural	60
			Auditoria em Enfermagem	60
			Práticas Educacionais em Enfermagem	60
			Enfermagem Neurológica	60

11.2 CONTEÚDOS CURRICULARES

A formação para o Curso de Enfermagem do CCSST se sustenta com base em quatro áreas de formação interligadas, a saber: Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Humanas e Sociais; e Ciências da Enfermagem. Na sequência serão descritos cada um deles. Além dessas áreas, a estrutura curricular possui um conjunto disciplinar optativo, bem como as atividades acadêmicas específicas compostas por estágio obrigatório, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso.

11.2.1 Componentes curriculares obrigatórios

I. Ciências Biológicas e da Saúde

Integram os conteúdos interdisciplinares, teóricos e práticos, de bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bioquímicas, farmacológicas, parasitológicas e microbiológicas, além de bases epidemiológicas, educação ambiental, sustentabilidade e ecologia, aplicados às situações de desequilíbrio das necessidades sociais em saúde e necessidades singulares da pessoa ou coletivos decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática de Enfermagem.

Inclui também conteúdos como matemática, estatística e informática aplicada à enfermagem que permitam a digitalização e o armazenamento de dados textuais e numéricos, uso das tecnologias de informação e comunicação - TICs, bem como registros em prontuários, análise e interpretação estatística.

Ciências Biológicas e da Saúde						
Área de Formação	Aspectos	Componentes Curriculares	Créditos			Carga Horária
			Teórico	Prático	Total	
Ciências Biológicas e da Saúde	Bases morfológicas, moleculares e celulares dos processos normais e alterados da estrutura e função dos tecidos, sistemas e aparelhos.	Anatomia Humana	4	1	5	90
		Bioestatística	4	0	4	60
		Bioquímica	2	1	3	60
		Citologia e Histologia	3	1	4	75
		Epidemiologia	4	0	4	60
		Farmacologia Básica	3	0	3	45
		Farmacoterapia Aplicada à Enfermagem	4	0	4	60
		Fisiologia Humana	4	1	5	90
		Fundamentos de Saúde Coletiva	2	1	3	60
		Genética e Embriologia	4	1	5	90
		Imunologia	3	0	3	45
		Informática em Saúde	3	0	3	45
		Interpretação de Exames Complementares	2	1	3	60
		Metodologia Científica	3	0	3	45
		Metodologia da Pesquisa em Saúde	3	0	3	45
		Microbiologia	2	1	3	60
		Parasitologia Humana	3	1	4	75
		Patologia Humana	4	1	5	90
Saúde Ambiental	3	0	3	45		
Subtotal			60	10	70	1200

II. Ciências Humanas e Sociais

Incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/coletividade, contribuindo para a compreensão crítica dos determinantes socioculturais, políticos, antropológicos, históricos, filosóficos, espirituais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, que impactam no equilíbrio das necessidades sociais em saúde e necessidades singulares da pessoa ou coletivos do processo saúde-doença em seus múltiplos aspectos de determinação, ocorrência e intervenção. Bem como conteúdos referentes ao conhecimento científico e metodológico da pesquisa em saúde.

Ciências Humanas e Sociais						
Área de Formação	Aspectos	Componentes Curriculares	Créditos			Carga Horária
			Teórico	Prático	Total	
Ciências Humanas e Sociais	Sociológicos, Psicológicos, Antropológicos, Comunicação.	Antropologia	3	0	3	45
		Ética e Bioética	3	0	3	45
		Psicologia do Desenvolvimento	4	0	4	60
		Psicologia da Personalidade	4	0	4	60
		Sociologia	3	0	3	45
Subtotal			17	0	17	255

III. Ciências da Enfermagem

Integram os conteúdos interdisciplinares, teóricos e práticos, obrigatórios e optativos, e incluem aspectos relacionados a: Fundamentos de Enfermagem; Processo de Cuidar em Enfermagem; Gestão e Gerenciamento em Enfermagem e Saúde; Educação em Saúde e Enfermagem; Investigação em Saúde e Enfermagem e Temas transversais.

Ciências da Enfermagem						
Área de Formação	Aspectos	Componentes Curriculares	Créditos			Carga Horária
			Teórico	Prático	Total	
Ciências da Enfermagem	Fundamentos de Enfermagem, Processo de Cuidar em Enfermagem, Gestão e Gerenciamento em Enfermagem e Saúde, Educação em Saúde e Investigação em Saúde e Enfermagem e Temas Transversais.	Ciência, História e Organização da Enfermagem	3	0	3	45
		Enfermagem Cirúrgica e Processamento de Produtos para Saúde	3	1	4	75
		Enfermagem em Doenças Transmissíveis	3	1	4	75
		Enfermagem em Urgência e Emergência	3	1	4	75
		Enfermagem em Atenção Básica em Saúde	3	2	5	105
		Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente I	3	2	5	105
		Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente II	3	2	5	105
		Enfermagem na Saúde da Mulher I	3	2	5	105
		Enfermagem na Saúde da Mulher II	3	2	5	105
		Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Cirúrgicos	3	1	4	75
		Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos	3	1	4	75
		Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Críticos	3	1	4	75
		Enfermagem na Saúde do Idoso	3	2	5	105
		Enfermagem na Saúde do Trabalhador	3	0	3	45
		Enfermagem em Saúde Mental	3	1	4	75
		Gerenciamento e Liderança em Enfermagem	4	1	5	90
		Semiologia	3	2	5	105
		Semiotécnica	3	2	5	105
Sistematização da Assistência em Enfermagem	3	0	3	45		



		Atividades Complementares	0	0	0	200
		Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	0	0	0	45
		Trabalho de Conclusão de Curso	0	0	0	45
		Estágio Obrigatório I: Atenção Básica/ Ambulatorial	0	0	0	440
		Estágio Obrigatório II – Atenção Hospitalar / Especializada	0	0	0	440
		Subtotal	58	24	82	2760

a) Fundamentos de Enfermagem

Estes conteúdos são abordados em disciplinas obrigatórias de forma interdisciplinar e envolvem conteúdos teóricos, técnicos e metodológicos que fundamentam a construção e aplicação dos instrumentos e tecnologias inerentes ao trabalho da/o Enfermeira/o e da Enfermagem em nível individual e coletivo. Incluem as teorias e concepções de enfermagem, a sistematização da assistência de enfermagem e o processo de enfermagem, história da enfermagem, da saúde e o cuidado profissional.

b) Processo de Cuidar em Enfermagem

Estes conteúdos são abordados em disciplinas obrigatórias de forma interdisciplinar e envolvem conteúdos teóricos, teórico-práticos, práticos e estágios de desempenho clínico com base em evidências científicas, pensamento crítico e raciocínio clínico que compõem a assistência de Enfermagem com equidade em nível individual e coletivo prestada ao recém-nascido, à criança, ao adolescente, ao adulto, ao idoso, à pessoa de grupos populacionais socialmente diversos (mulheres, LGBTI, população negra, indígenas, ciganos), à pessoa com deficiências físicas e cognitivas, incluindo a reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e à pessoa com transtorno mental, suporte básico e avançado de vida e práticas integrativas e complementares.

c) Gestão e Gerenciamento em Enfermagem e Saúde

Estes conteúdos são abordados em disciplinas obrigatórias de forma interdisciplinar e envolvem conteúdos teóricos, teórico-práticos e práticos de administração, políticas de gestão e gerenciamento em saúde e enfermagem, para o planejamento, organização, implementação, avaliação e administração do processo de trabalho de enfermagem, prática de gestão de serviços de saúde, gerenciamento do cuidado de enfermagem e tomada de decisões, gestão da qualidade na atenção à saúde e segurança do cuidado de enfermagem, trabalho em equipe, políticas de enfermagem e saúde, sistemas globais e empreendedorismo.

d) Educação em Saúde e Enfermagem

Estes conteúdos são abordados em disciplinas obrigatórias de forma interdisciplinar e envolvem conteúdos pertinentes à formação pedagógica do enfermeiro, nos processos de formação profissional, de participação social e de política profissional, educação permanente, educação popular em saúde, tutoria e preceptoria.

e) Investigação em Saúde e Enfermagem

Estes conteúdos são abordados em disciplinas obrigatórias de forma interdisciplinar e envolvem conteúdos que estimulem o raciocínio lógico e crítico sobre a produção científica da saúde e da enfermagem, da enfermagem baseada em evidências, da ética e bioética em pesquisa que implica em defesa da vida e respeito à dignidade humana, considerando as necessidades de saúde individuais e coletivas, as diversas formas de saber, respondendo ao desenvolvimento científico, tecnológico e social, assim como à divulgação do conhecimento para o exercício da enfermagem e melhoria da qualidade de vida.

f) Temas transversais

Estes conteúdos são abordados em disciplinas obrigatórias e optativas de forma interdisciplinar e envolvem conhecimentos, experiências e reflexões acerca do cuidado inclusivo, integralidade e humanização do cuidado, ética profissional fundamentada nos princípios da ética e bioética, valorização da vida, cuidado transcultural, educação para as relações étnico-raciais, de gênero e de identidade de gênero, acessibilidade, direitos humanos e cidadania.

11.2.2 Componentes curriculares optativos

Componentes curriculares optativos integram a respectiva estrutura curricular, devendo ser cumpridos pelo estudante mediante escolha, a partir de um conjunto de opções, e totalizando uma carga horária mínima para a integralização curricular estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso.

Além dos conteúdos de cunho obrigatório, indicados pela Resolução CNE/CES nº 03, de 07 de novembro de 2001, o Projeto Pedagógico conta, ainda, com temáticas específicas, de natureza multi e interdisciplinares, constituída por componentes curriculares optativos, de formação fundamental e profissional.

Dentre os componentes curriculares optativos elencados abaixo, serão computados apenas 03 (três), num total de 180 (cento e oitenta) horas para o tempo de integralização do curso.

Disciplinas optativas disponíveis aos discentes são:

- Auditoria em Enfermagem – CH 60 horas;
- Didática Aplicada à Enfermagem – CH 60 horas;
- Economia em Saúde – CH 60 horas;
- Enfermagem Neurológica – CH 60 horas;
- Libras - Língua Brasileira de Sinais – CH 60 horas;
- Luto, Transição e Fim de Vida – CH 60 horas;
- Nutrição Aplicada à Enfermagem – CH 60 horas;
- Práticas Educacionais em Enfermagem – CH 60 horas;
- Práticas Integrativas e Complementares – CH 60 horas;
- Saúde Indígena e o Cuidado Transcultural – CH 60 horas;

Componentes Curriculares Optativos					
Área de Formação	Componentes Curriculares	Créditos			Carga Horária
		Teórico	Prático	Total	
Ciências da Saúde e da Enfermagem	Optativa I	4	0	4	60
	Optativa II	4	0	4	60
	Optativa III	4	0	4	60
Subtotal		12	0	12	180

11.2.3 Atividades acadêmicas específicas

11.2.3.1 Estágio obrigatório

Estágio é uma atividade acadêmica curricular integrante deste projeto e constitui um eixo articulador entre teoria e prática que possibilita ao estudante a interação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, sendo atividade acadêmica específica e supervisionada, desenvolvida no ambiente de atuação profissional com o objetivo de:

- a) possibilitar ao egresso a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- b) proporcionar ao egresso o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação;
- c) desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

O Estágio obrigatório do Curso de Enfermagem ampara-se nos preceitos legais:

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei Federal de Estágio;
- Resolução nº 0441/20130 – COFEN – Resolução do Conselho Federal de Enfermagem que dispõe sobre participação do enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem;
- Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE – altera a Resolução nº 684/2009 e dá nova redação ao Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA;
- Resolução nº 1674/2017 - CONSEPE - altera a Resolução nº 1.191 - CONSEPE - 2014 que trata do Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação, dando nova redação ao § 4º do art. 4º, ao inciso V do art. 21, §§ 1º, 2º e 3º do art. 32 e insere os §§ 1º e 2º ao art. 50;

O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do para o trabalho produtivo do estudante e integrado itinerário formativo do educando.

É uma atividade obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no campo de estágio, garantindo a contextualização da formação e do exercício profissional, mediante participação direta do aluno em processos de construção e implementação da prática profissional.

Para serem efetivas e regulares, as atividades de estágio são orientadas, acompanhadas e avaliadas pelos profissionais, segundo sua natureza:

- I. Coordenador de Estágio (Docente Enfermeiro do Curso);
- II. Supervisor Docente (Docente Enfermeiro do Curso);
- III. Supervisor Técnico (Profissional indicado pela Instituição Concedente).

A carga horária dos estágios supervisionados segue os preceitos legais, correspondendo a 20% da carga horária total do curso, e são realizados nos dois últimos períodos do curso (9º e 10º períodos).

Todo acadêmico estará apto a realizar os estágios após a conclusão de todos dos componentes curriculares obrigatórios e optativos e deverá cumprir, no 9º período, o Estágio Obrigatório I: Atenção Básica/ Ambulatorial, com 440 horas e, no 10º período, o Estágio Obrigatório II: Atenção Hospitalar/ Especializada, com 440 horas; que somados totalizam 880 horas de formação prática.

A operacionalização do estágio obedece a normas específicas estabelecidas pelo Colegiado do Curso em consonância com a Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE e compõem a estrutura curricular da seguinte forma:

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO		
Área de Formação	Estágio Obrigatório	Carga Horária
Ciências da Enfermagem	Estágio Obrigatório I: Atenção Básica/ Ambulatorial	440
	Estágio Obrigatório II: Atenção Hospitalar/ Especializada	440
Subtotal		880

I. Estágio Obrigatório I – Atenção Básica / Ambulatorial

No que diz respeito ao Estágio I, este visa aprimorar o cuidado de enfermagem na promoção, prevenção e reabilitação da saúde do ser humano com enfoque nas diretrizes, e nos programas de atenção à saúde em todas as fases da vida e afecções em geral.

Além disso, proporciona ao aluno condições para o desenvolvimento de competências e habilidades nas dimensões assistencial, gerencial, educativa e investigativa, que compõem o perfil do egresso enfermeiro.

Ocorrendo na Rede Básica e Ambulatorial de Saúde, o Estágio I proporciona ao estudante a aplicabilidade da prática de Enfermagem nos programas de atenção básica à saúde, voltados para as diversas condições e em todas as fases da vida em ambientes comunitários, rede básica de saúde, ambulatorios, no lar e na comunidade, além da análise crítica de problemas específicos de assistência de enfermagem com vistas à integração de habilidades em função do papel do enfermeiro no domínio da saúde coletiva.

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I: ATENÇÃO BÁSICA/ AMBULATORIAL		
Atividades desenvolvidas no Estágio I	Semestre	Carga Horária
Atenção à Saúde da Mulher	9º	50
Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente	9º	50
Atenção à Saúde do Adulto	9º	50
Atenção à Saúde do Idoso	9º	50
Atenção às Doenças Transmissíveis e Infecciosas	9º	50
Visitas e Consultas Domiciliares	9º	50
Promoção da saúde, prevenção de doenças/agravos e educação em saúde	9º	50
Gerenciamento de Unidade Básica de Saúde	9º	50
Atenção Ambulatorial	9º	40
Subtotal		440

II. Estágio Obrigatório II – Atenção Hospitalar / Especializada

O Estágio II visa possibilitar que o acadêmico tenha vivências no contexto das unidades hospitalares, aperfeiçoando suas habilidades técnico-científicas aprendidas durante o desenvolvimento teórico-prático dos componentes curriculares integrantes do Curso de Enfermagem.

Dessa forma, estimulando o acadêmico a exercer o cuidado integral e interdisciplinar, além de vivenciar e refletir acerca dos aspectos éticos, práticos e legais inerentes à profissão de enfermeiro.

Os serviços de saúde utilizados como campo de Estágio II incluem a atuação do

acadêmico pela Rede de Saúde Pública inserida no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo: desde o atendimento nas Unidades de Média Complexidade como as UPAS (Unidades de Pronto Atendimento); passando pelas Unidades de Alta Complexidade, como os Hospitais Regionais e Macrorregionais de referência em atendimentos especializados de Obstetrícia, Neonatologia, Pediatria e Cirurgia; até o Pronto-Socorro incluindo os atendimentos de Urgência e Emergência de Trauma, Ortopedia e Neurocirurgia.

Os serviços de saúde listados fornecem uma ampla oportunidade de ensino, pois possuem unidades dotadas de Clínicas Médicas e Cirúrgicas, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal, possibilitando que o acadêmico (a) vivencie o cuidado em todos os seus aspectos e reflita sobre a atuação do enfermeiro e sua realidade no ambiente de trabalho.

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II – ATENÇÃO HOSPITALAR / ESPECIALIZADA		
Atividades desenvolvidas no Estágio II	Semestre	Carga Horária
Enfermagem Cirúrgica – Centro Cirúrgico, Sala de Recuperação Anestésica e Central de Material	10º	70
Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos e Cirúrgicos – Clínica Médica e Clínica Cirúrgica	10º	80
Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Críticos – Unidade de Terapia Intensiva	10º	70
Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente em Cuidados Clínicos, Críticos e Cirúrgicos	10º	80
Enfermagem na Saúde da Mulher – Alojamento Conjunto e Sala de Parto	10º	70
Enfermagem em Urgência e Emergência – Unidades de Pronto Atendimento e Pronto-Socorro	10º	70
Subtotal		440

11.2.3.2 Estágio Não Obrigatório

Estágio não obrigatório é aquele sem carga horária pré-fixada, desenvolvido como atividade eletiva e complementar à formação profissional do acadêmico, e que poderá ser reconhecido pela instituição, desde que atenda a articulação teórica e prática do curso, contribuindo para a formação do perfil do egresso de Enfermagem.

O estágio não obrigatório, quando realizado em instituição conveniada, e desde que previamente autorizado pela Coordenação de Estágio, poderá ter sua carga horária aproveitada como atividade complementar de graduação, conforme estabelecido no Regulamento de Atividades Complementares.

O referido estágio, por não ser obrigatório, não deve interferir, em nenhuma hipótese, no período estabelecido para a conclusão do curso ou como requisito de atividades complementares.

11.2.3.3 Atividades Complementares

As atividades complementares, conforme dispõe o art. 8º da Resolução CNE/CES nº 03, de 07 de novembro de 2001, são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do acadêmico, inclusive adquirida fora do ambiente institucional. É essencial para o aprimoramento da formação do perfil do egresso e estimula o acadêmico à prática de estudos independentes, transversais e interdisciplinares.

As atividades complementares têm o propósito de promover o enriquecimento de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes no acadêmico, ampliando os acessos acadêmicos às informações e experiências fundamentais à vivência acadêmica e cidadã.

As atividades complementares têm ainda como objetivo oferecer aos acadêmicos uma proposta de ação que possibilite reunir teoria e prática desenvolvendo conhecimentos, competências e habilidades adquiridas no decorrer do curso, bem como desenvolver no acadêmico uma visão humanística e crítica.

Na UFMA, de acordo com o art. 88 da Resolução nº 1.892 – CONSEPE, 28 de junho de 2019, as atividades complementares são aglutinadas em quatro grandes áreas, quais sejam:

- I. atividades de ensino;
- II. atividades de pesquisa;
- III. atividades de extensão;
- IV. outras atividades regulamentadas pelo NDE e Colegiado do Curso.

As Atividades Complementares são regulamentadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso, devendo cada acadêmico cumprir ao longo de sua formação um total de 200 horas.

Para efeito de comprovação das atividades complementares, o acadêmico deverá protocolar, na Coordenação do Curso, o requerimento de validação das atividades, acompanhado de cópias autenticadas dos comprovantes de cada atividade realizada. Ao Coordenador do Curso, ou comissão designada, caberá a contagem e validação da carga horária.

O presente PCC atende à referida determinação legal no componente curricular obrigatório de ATIVIDADES COMPLEMENTARES, com carga horária de 200 horas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
Área de Formação	Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.	Carga Horária
Ciências da Enfermagem	Atividades Complementares	200
Subtotal		200

A indicação das atividades específicas que compõem cada um dos grupos elencados, bem como suas cargas horárias máximas, está disposta no quadro a seguir:

ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
Área	ATIVIDADE	Carga horária (mínima)	Carga horária (máxima)
Atividades de Ensino (Aperfeiçoamento acadêmico)	Monitoria	25hs/ semestre	100hs (2anos/ 2 disciplinas)
	Participação como palestrante, na área de enfermagem ou áreas afins	1h	Até 10hs
	Participação em cursos/minicursos presenciais ou EaD, nas áreas da enfermagem	20hs	80hs
	Participação em eventos de curta duração, como: dias comemorativos em alusão a patologias e seus tratamentos, ações de prevenção ou educação, campanhas de saúde, etc.	1h	Até 10hs/ano
	Realização de disciplina extracurricular	15hs/ cada	30hs
	Participação em ligas acadêmicas	10hs/ semestre	Até 20hs (1 ano)
	Realização de Cursos de Idiomas	10hs/ ano	Até 30hs
	Realização de estágio não obrigatório	10hs/ semestre	20hs (1 ano)
Atividades de Pesquisa	Participação em projeto de pesquisa ou indicação científica (bolsista/voluntário)	30hs/ projeto/ ano	Até 60hs/2 projeto/2 anos
	Participação em atividades de pesquisa no programa de educação tutorial	30hs/ ano	Até 60hs
	Apresentação oral em eventos científicos (por evento)	10hs/ apresentação	40hs
	Apresentação de banner em eventos científicos (por evento)	5 hs/ banner apresentado	30hs
	Artigos publicados em revistas indexadas	30hs/ artigo	Sem limites
	Resumos publicados em anais de eventos	5hs/ resumo	25hs
Atividades de Extensão	Participação em projeto/programa de extensão (bolsista/voluntário)	30 hs/ ano	60hs
	Participação em atividades de extensão no programa de educação tutorial	30 hs/ ano	60hs
Outras atividades (Intra e Extra campus)	Participação discente em órgãos colegiados e organizações de representação estudantil	10hs/ órgão	Até 20hs
	Atuação como representante de turma	5hs/ semestre	10hs (1ano)
	Participação como organizador/comissão organizadora de eventos científicos e/ou culturais	15hs/ evento	Até 30 horas
	Participação como avaliador, ou monitor de eventos científicos e/ou culturais	5hs/ evento	Até 20hs
	Participação em atividades esportivas ligadas a Universidade e ao curso, como representação estudantil	5hs/ semestre	Até 15hs
	Participação em atividades artísticas e/ou culturais	1h	Até 20hs
	Assistir apresentações de TCC's	1h	Até 10hs
Total de Horas	200h		
Observações:			
<ol style="list-style-type: none"> O estágio não obrigatório, realizado em escolas, empresas, instituições de saúde, será aceito desde que conveniado com a UFMA. Este deve obedecer as prerrogativas legais (RESOLUÇÕES), com anuência do enfermeiro responsável pelo estágio, concessão de seguro ao aluno, plano de estágio e cronograma contendo atividades a serem realizadas, e relatório final do aluno, assinado pelo enfermeiro preceptor. Será computado a carga horária de cada certificado/declaração, porém obedecendo a carga horária limite estabelecida para cada atividade. Caso o documento comprobatório não especifique a carga horária, este não será integralizado. Outras atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, não elencadas, poderão ser apreciadas pela comissão das atividades complementares e Coordenação do Curso. 			

11.2.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui em uma atividade obrigatória como requisito para a graduação e traduz um momento de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, de acordo com os padrões e exigências metodológicas da produção acadêmico-científica.

O tema do TCC deve estar vinculado aos conteúdos dos componentes constitutivos do currículo, articulado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão que assegurem a relação desta atividade com as disciplinas teóricas e práticas, com os projetos de pesquisa e o estágio supervisionado.

O processo de elaboração do TCC exige orientação docente sistemática e continuada, durante o período de realização, que é composta por dois componentes curriculares: PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO e TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com carga horária de 45 horas cada, perfazendo um total de 90 horas.

O trabalho de conclusão de curso será apresentado na modalidade artigo científico, com defesa oral de seu conteúdo perante banca composta por 03 (três) professores, após prévia aprovação em banca de qualificação do trabalho. Será aprovado o TCC que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete). Em caso de membro externo, este deverá ser profissionais de nível superior, possuir no mínimo pós-graduação na área de conhecimento objeto da orientação e sua indicação deverá ser aprovada pelo Colegiado de Curso.

Esse deve ser submetido à avaliação de uma banca examinadora composta por:

- I. professor orientador do quadro de servidores da instituição (obrigatório);
- II. dois professores na área de conhecimento em que estar inserido o tema abordado (obrigatório);
- III. professor co-orientador (opcional).

A operacionalização do Trabalho de Conclusão de Curso obedece às Normas Específicas do Colegiado do Curso, as Resoluções dos Colegiados Superiores e as Diretrizes Curriculares.

TRABALHO DE CONCLUSÃO		
Área de Formação	Atividade de Pesquisa	Carga Horária
Ciências da Saúde e da Enfermagem	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	45
	Trabalho de Conclusão de Curso	45
Subtotal		90

11.3 ATENDIMENTO DA ESTRUTURA CURRICULAR AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS DO CURSO DE ENFERMAGEM

11.3.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para O Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

A Lei nº 11.645 de 10 de março 2008, assim como a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004, estabeleceram as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

Conforme o artigo 2º, §§1º e 2º da Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

O presente PCC atende às determinações legais nos componentes curriculares obrigatórios de ANTROPOLOGIA e SOCIOLOGIA cujas ementas contemplam a Educação das Relações Étnico-Raciais e Indígena, assim como o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, com carga horária de 60 horas cada, assim como no componente curricular optativo de SAÚDE INDÍGENA E O CUIDADO TRANSCULTURAL, com carga horária de 60 horas.

11.3.2 Diretrizes Nacionais para o Ensino de Libras

O Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a inclusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras- como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de

instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nos demais cursos, onde se inclui o curso de Enfermagem, a Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa (Art. 3º, §2º do Dec. Nº 5.626/2005).

No âmbito da UFMA a oferta da disciplina LIBRAS é regulamentada pelas resoluções:

- Resolução nº 803 - CONSEPE, de 23 de novembro de 2010, que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão
- Resolução nº 1.111 - CONSEPE, de 31 de março de 2014, que altera o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 803 - CONSEPE, de 23.11.2010 que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação desta Universidade.

O presente PCC atende à referida determinação legal no componente curricular optativo de LIBRAS - LINGUAGEM BRASILEIRAS DE SINAIS, com carga horária de 60 horas.

11.3.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Conforme o disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 6 de março de 2012 e na Resolução CP/CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições.

A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direito; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

- I. apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

- II. afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III. formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV. desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- V. fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetários.

A referida resolução prevê que temas relativos aos Direitos Humanos possam ser ministrados de forma direta, como um conteúdo específico de uma das disciplinas ofertadas, de forma transversal, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente e de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

O presente PCC atende à referida determinação legal de forma direta no componente curricular obrigatório de ÉTICA E BIOÉTICA, com carga horária de 45 horas, assim como de forma transversal e mista nos demais componentes curriculares.

11.3.4 Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 instituíram e regulamentaram a Política Nacional de Educação Ambiental, determinando que a mesma fosse desenvolvida na educação em geral, observando-se a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente.

O presente PCC atende à referida determinação legal de forma direta no componente curricular obrigatório de SAÚDE AMBIENTAL, com carga horária de 45 horas, assim como de forma transversal e mista nos demais componentes curriculares.

12 INTEGRAÇÃO CURRICULAR DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

No contexto didático-pedagógico dos cursos de graduação, é fundamental o estabelecimento de relações teóricas-práticas que possibilitem o desenvolvimento das competências necessárias para as áreas de atuação. Nesse sentido, a estruturação curricular desse curso prevê atividades práticas, na integralização das cargas horárias, principalmente com o objetivo de inserir a reflexão sobre os conceitos teóricos das respectivas disciplinas e sua contribuição ou aplicabilidade na futura profissão.

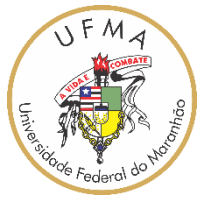
As atividades teóricas e práticas são previstas desde o início do curso de Enfermagem, e permeiam toda a formação do futuro egresso, de forma integrada e interdisciplinar, proporcionando o desenvolvimento de competências na produção do conhecimento com atividades que levam o aluno a procurar, interpretar, analisar e selecionar informações, bem como identificar problemas relevantes, que permitam sua atuação como profissional.

A “educação em saúde” deve considerar o saber compartilhado de determinado território, o perfil epidemiológico do mesmo, bem como as necessidades individuais e coletivas da comunidade local. Esses aspectos devem fundamentar o planejamento e o gerenciamento de recursos necessários, a partir do que preconiza os atos privativos da profissão enfermeiro e as especificidades da área em ações multi e interprofissionais.

Portanto, desenvolver-se-á a capacidade do acadêmico de Enfermagem para atuar com segurança no Sistema Único de Saúde submetendo-se aos princípios de seu modelo de organização caracterizado por rede integrada de serviços, regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade (atenção básica ou primária, atenção secundária e atenção terciária ou de média e alta complexidade ou densidade tecnológica).

Nesta perspectiva, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são realizadas em espaços estruturados para responder às necessidades da formação e da prestação de serviço em saúde, utilizando as dependências das Unidades do Sistema Único de Saúde SUS e outros espaços comunitários, como: creches, escolas, albergues, além de serviços de avaliação, regulação e auditoria e dos conselhos de controle social.

As atividades de ensino práticas e os estágios obrigatórios são realizados de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde vigente e ocorrem, preferencialmente, em serviços públicos do Sistema Único de Saúde - SUS, regionais e locais, estabelecidos em convênio.



Importa ressaltar que encontra-se em andamento o processo de celebração do Contrato Organizativo de Ação de Ensino-Saúde (COAPES) – Regional Imperatriz – contempla serviços da Rede Estadual e Municipais de Saúde em sete municípios: Imperatriz, João Lisboa, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Porto Franco, Estreito e Amarante.

O COAPES visa fortalecer o processo de integração ensino-serviço-comunidade para os cursos da área da saúde, garantindo o acesso aos estabelecimentos de saúde no âmbito do SUS, sob a responsabilidade do gestor da área de saúde, como cenário de práticas para a formação no âmbito da graduação e da residência em saúde.

Tanto as aulas práticas, quanto os estágios obrigatórios são realizados na IES e/ou em instituições conveniadas (a partir dos convênios firmados) – (anexo próprio), considerando-se as resoluções dos conselhos profissionais e DCN para o estabelecimento da relação docente/aluno, bem como da relação aluno/usuários.

13 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

13.1 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo com a Resolução n.º 1.892 – CONSEPE de 28 de junho de 2019, que institui as Normas Reguladoras dos Cursos de Graduação da UFMA, preceitua que a avaliação do processo de ensino-aprendizagem é a verificação realizada pelos docentes quanto aos conhecimentos e habilidades desenvolvidas pelos estudantes no componente curricular ministrado, tendo por objetivo contribuir para a formação acadêmico-científica, profissional, ética e política do estudante.

A avaliação da aprendizagem dos alunos deve auxiliar o graduando no seu desenvolvimento pessoal e profissional, favorecendo o aprimoramento de seu potencial, ampliando com isto a qualidade da formação acadêmica oferecida pela Instituição.

O processo avaliativo deve proporcionar aos alunos a possibilidade de manifestação dos conhecimentos produzidos, das condutas, competências e habilidades desenvolvidas, para atingir os objetivos do curso e o perfil do egresso em Enfermagem que pretende formar, atendendo também ao proposto na Resolução CNE/CES n.º 3/2001.

Sob essa compreensão, cabe ressaltar que o histórico escolar do aluno é um testemunho social da qualidade da formação acadêmica que a IES oferece à sociedade, implicando neste currículo a participação efetiva em atividades de ensino que supõem abordagem interdisciplinar na formação básica, formação profissional, formação complementar, na veiculação dos conteúdos nos diversos componentes curriculares; no estágio curricular supervisionado; nas atividades complementares; nos variados procedimentos inerentes a projetos de iniciação científica ou a projetos de atividades, como Trabalho de Conclusão de Curso que tornam consistente o projeto pedagógico e a construção do saber docente e discente.

A avaliação da aprendizagem objetiva, ainda, auxiliar o aluno a compreender o grau de amadurecimento em seu processo de formação, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de competências e à apropriação dos conhecimentos significativos para atuação profissional. Caracteriza, portanto, um diagnóstico sobre a aprendizagem discente no processo de constituição de sua formação, de modo, que indique não um fracasso na aprendizagem, mas referenciais de novos procedimentos no ensinar e no aprender na educação superior.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem diz respeito, também, ao professor e à Instituição, na medida em que está atrelada ao processo e às condições materiais de ensino. Porquanto, a avaliação da aprendizagem não é uma questão apenas de aluno – o sujeito que aprende, mas, também do professor – o sujeito que ensina, em condições objetivas de trabalho.

Em consonância com a compreensão de que a avaliação da aprendizagem deve ser clara, transparente e coerente com os objetivos das disciplinas e do curso, com os conteúdos estudados e com as competências e habilidades desenvolvidas.

A base da avaliação da aprendizagem do Curso de Enfermagem implica a possibilidade de diálogo constante entre o aluno e o professor, em um processo interativo de humanização do ensino e obedece ao expresso no Regimento Interno da UFMA, que com base na legislação educacional específica, regulamenta os procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem nos cursos de graduação da Instituição.

A verificação do rendimento acadêmico é geralmente feita por disciplina, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e verificação de aprendizagem, sendo ambos eliminatórios. A verificação da aprendizagem em qualquer disciplina é feita através de avaliações escritas, pesquisa em forma de trabalhos acadêmicos, produção de artigos, apresentação de seminários, cujas normas de realização são definidas pelo docente que ministra a disciplina. São considerados trabalhos acadêmicos: relatórios; elaboração ou execução de projetos; trabalhos práticos; arguições escritas e orais; exercícios; realização de seminários; pesquisas; e outros.

A avaliação e o registro de frequência é responsabilidade do docente e seu controle da competência da Subunidade Acadêmica na qual o componente curricular está vinculado e é realizada pela aplicação de instrumentos de verificação de aprendizagem pelo docente, respeitando o projeto pedagógico do curso, podendo ser escrita, oral ou prática, trabalho individual ou em grupo, dentre outros.

A aprovação é condicionada ao rendimento acadêmico do estudante que é o resultado numérico da avaliação expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações em décimos e vedado o arredondamento, mensurado por intermédio de avaliações e da assiduidade, implicando na contabilização da carga horária e integralização do componente curricular ao histórico.

A aprovação ocorre quando o estudante obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete), após as 3 (três) avaliações regulares e reposição (caso houver) ou obtiver média igual

ou superior a 6,0 (seis) após a avaliação final (caso houver). A reprovação por conteúdo é indicada pela sigla RC e a reprovação por frequência é indicada pela sigla RF. Esta ocorre quando o estudante deixa de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total de aulas e atividades previstas no componente curricular, enquanto aquela ocorre quando o estudante obtém média parcial inferior a 4,0 (quatro) ou é responsabilizado pela prática de plágio acadêmico.

O docente aplicará 3 (três) avaliações regulares por componente curricular ministrado, sendo obrigatório que uma destas avaliações seja escrita, a critério do docente. Os estudantes terão direito à reposição da avaliação em que obteve o menor rendimento, desde que sua média aritmética nas avaliações mencionadas anteriormente seja igual ou superior a 4,0 (quatro).

O conteúdo da reposição, quando for o caso, abrangerá o 1/3 (um terço) do programa do componente curricular correspondente à avaliação na qual o estudante apresentou o menor rendimento. Aos estudantes que alcançarem média aritmética inferior a 7,0 (sete) e superior ou igual a 4,0 (quatro), após a realização da avaliação de reposição, é garantido realizar uma avaliação final. Esta avaliação final terá um prazo de, no mínimo, 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do estudante. A média final dos estudantes que se submeterem a avaliação final é obtida pela média aritmética simples entre a nova média do estudante após a realização da avaliação de reposição e a nota obtida na avaliação final. Quanto aos estudantes que não obtiverem média igual ou superior a 6,0 (seis) serão considerados reprovados.

Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados pelo docente de forma clara para os estudantes e constarão no plano de curso. O conteúdo objeto de cada uma das 3 (três) avaliações regulares corresponderá a cada 1/3 (um terço) do programa do componente curricular. Deste modo, o docente deve apresentar os resultados das avaliações aos estudantes, sanando as eventuais dúvidas. O rendimento acadêmico do estudante deve ser divulgado pelo docente, obrigatoriamente, no SIGAA.

Ao estudante, mediante requerimento fundamentado, é permitido solicitar revisão de rendimento acadêmico obtido em qualquer instrumento de avaliação da aprendizagem.

Em cada componente curricular, o rendimento acadêmico parcial ou média parcial será calculado com base em média aritmética simples e o rendimento acadêmico final ou média final é obtido pela média aritmética simples entre a média parcial e o resultado da avaliação final.

O desempenho didático do docente nos componentes curriculares que houver ministrado será avaliado pelo estudante por intermédio do preenchimento de formulário no SIGAA, conforme diretrizes gerais instituídas pelo Ministério da Educação.

13.2 ARTICULAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO COM A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação institucional é prática corrente na UFMA, sob a responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação - CPA, a autoavaliação é uma demanda interna da IES e busca aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais da instituição, bem como promover os valores democráticos, o respeito à diversidade, a busca da autonomia e a afirmação da identidade.

Os dados obtidos na autoavaliação institucional constituem-se em informações que redirecionam as ações de gestão estratégica, que se desenvolvem durante o processo educativo, com vista a uma maior eficiência na utilização de seus recursos (humanos, materiais, financeiros, etc), bem como, de maior eficácia no alcance de seus objetivos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento social.

Além dos dados gerais, publicados em painéis, nos quais consta a avaliação do curso, das unidades de estudo e das condições físicas da Instituição, cada professor recebe uma cópia devolutiva de sua atuação, segundo a visão do aluno, e isso permite que ele avalie seu desempenho, redirecione seu Plano de Ensino e, se necessário, desfaça desentendimentos.

Para o aluno, os referenciais oferecidos como resultados da Avaliação Institucional é uma prova de que a Instituição e o Coordenador do Curso têm consciência dos aspectos favoráveis e desfavoráveis que influenciam diretamente em sua formação.

Assim, a relação entre a Avaliação Institucional e o currículo se faz presente, em constante integração, para que se possa adquirir a almejada qualidade do ensino e excelência dos serviços e dos processos educativos.

A autoavaliação do curso e a autoavaliação institucional são realizadas sistematicamente, e seus resultados são apresentados por meio de relatórios e incorporados no planejamento de ações de melhoria de cada Curso.

13.3 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O acompanhamento sistemático e permanente do PPC é uma condição essencial para a concretização dos seus objetivos. Conta com o envolvimento de professores, por meio do NDE, alunos e técnicos do curso, sendo aberta à participação de outros profissionais que possam contribuir para o aprimoramento do Projeto e, conseqüentemente, do Curso.

Para tanto, é necessário o apoio de um Colegiado de Curso que se inteire do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e que dê respaldo às necessidades que se apresentem, pensando e viabilizando estratégias para a melhor resolução das situações, bem como avalie periodicamente o processo de implementação do PPC, suas dificuldades e êxitos, à luz das informações resultantes da avaliação dos componentes curriculares, da avaliação dos docentes pelos discentes, dos resultados do ENADE, entre outros.

É fundamental a participação efetiva do corpo docente junto aos alunos e à Coordenação do Curso para nortear as tomadas de decisões quanto ao melhor desenvolvimento/desempenho do aluno durante a sua vivência na Instituição.

Anualmente, por meio de sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), aplica a Avaliação Institucional aos docentes e discentes da universidade, que compreende três mecanismos distintos: a avaliação do corpo docente, procedida pelo corpo discente, a autoavaliação do discente e a autoavaliação do docente.

Os resultados são disponibilizados a ambos os grupos e à chefia imediata, via Sistema SIGAA, servindo para reorientação administrativa e pedagógica. As ações decorrentes dos processos de avaliação do Curso se traduzem em planos de curso dos componentes curriculares condizentes com o perfil do egresso de Enfermagem; uso de metodologias ativas, traduzidas pela participação efetiva dos discentes em sala de aula e nas atividades extraclasse; referências básicas e complementares atuais; ampla participação dos docentes e discentes do Curso nas ações de pesquisa, ensino e extensão.

13.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Para avaliação do Projeto Pedagógico, o Curso de Enfermagem utiliza diversos instrumentos, como:

- Avaliação dos Componentes Curriculares realizada pelos discentes com o propósito de conhecer as opiniões dos estudantes a respeito das disciplinas e dos docentes do curso, por meio da utilização de questionário informatizado e disponibilizado no SIGAA.
- Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE): reúnem-se periodicamente e têm como atribuição acadêmica o acompanhamento didático-pedagógico do curso e atuam no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.
- Avaliação dos resultados do ENADE: Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, realizado a cada 3 anos com discentes ingressantes e concluintes do curso, e compõe o sistema de avaliação do ensino Superior do país dentro do contexto do SINAES.
- Avaliação dos resultados do relatório anual da Avaliação Institucional.

Desta forma, a nova proposta de PPC do Curso de Enfermagem está estruturada em três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura; e a sua adequada implementação objetiva o alcance do conceito máximo nos indicadores de qualidade do ensino superior e que são apresentados no quadro a seguir (INEP, 2017).

Indicadores de Qualidade do PPC do Curso de Enfermagem	
Organização Didático-pedagógica	
Indicadores	Descrição
Políticas institucionais no âmbito do curso	As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa constam no PDI e estão implantadas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a sua revisão.
Objetivos do curso	Os objetivos do curso consideram o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.
Perfil profissional do egresso	O perfil profissional do egresso está de acordo com as DCN e expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente e as articula com necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.
Estrutura curricular	A estrutura curricular considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológi-

	ca, a compatibilidade da carga horária total, evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS de forma optativa, explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresenta elementos comprovadamente inovadores.
Conteúdos curriculares	Os conteúdos curriculares promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias, a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.
Metodologia	A metodologia atende ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.
Estágio curricular supervisionado	O estágio curricular supervisionado está institucionalizado e contempla carga horária adequada, orientação cuja relação orientador/aluno seja compatível com as atividades, coordenação e supervisão, existência de convênios, estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, e interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio, gerando insumos para atualização das práticas do estágio.
Atividades complementares	As atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.
Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	O Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.
Apoio ao discente	O apoio ao discente contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e promove outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.
Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso .
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem	As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino-aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores (estes últimos, quando for o caso), asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.
Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.
Número de vagas	O número de vagas para o curso está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos , e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.
Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)	A integração do curso com o sistema de saúde local e regional (SUS) está formalizada por meio de convênio, conforme as DCN e/ou o PPC, viabiliza a formação do discente em serviço e permite sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais , considerando diferentes cenários do Sistema, com nível de complexidade crescente .
Atividades práticas de ensino para áreas da saúde	As atividades práticas de ensino apresentam conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, com regulamentação para a orientação, supervisão e responsabilidade docente, permitindo a inserção nos cenários do SUS e em outros ambientes (laboratórios ou espaços de ensino), resultando no desenvolvimento de competências específicas da profissão, e estando , ainda, relacionadas ao contexto de saúde da região.

Corpo Docente	
Núcleo Docente Estruturante – NDE	O NDE possui , no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação <i>stricto sensu</i> ; tem o coordenador de curso como integrante; atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.
Atuação do coordenador	A atuação do coordenador está de acordo com o PPC, atende à demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes, com tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, dispõe de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos e administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.
Regime de trabalho do coordenador de curso	O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral e permite o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da coordenação, e proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.
Corpo docente: titulação	O corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação .
Regime de trabalho do corpo docente do curso	O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.
Experiência profissional do docente	O corpo docente possui experiência profissional no mundo do trabalho, que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.
Experiência no exercício da docência superior	O corpo docente possui experiência na docência superior para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.
Atuação do colegiado de curso	O colegiado atua, está institucionalizado, possui representatividade dos segmentos, reúne-se com periodicidade determinada, sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas, havendo um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, dispõe de sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	Pelo menos 50% dos docentes possuem, no mínimo, 9 produções nos últimos 3 anos.
Infraestrutura	
Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	Os espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança .
Espaço de trabalho	O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmico-administrativas, possui equi-

para o coordenador	pamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.
Sala coletiva de professores	A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e atividades de lazer e integração e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.
Salas de aula	As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem, e possuem outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.
Acesso dos alunos a equipamentos de informática	O laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática pelos discentes, atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui hardware e software atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.
Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)	O acervo físico está tombado e informatizado , o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado , considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE , comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais , há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.
Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC)	O acervo físico está tombado e informatizado , o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado , considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE , comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia complementar da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais , há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que complementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.
Laboratórios de ensino para a área de saúde	Há laboratórios específicos e multidisciplinares, em conformidade com as DCN, que permitem a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida, atendem ao PPC, possuem recursos e insumos necessários para atender à demanda discente e apresentam recursos tecnológicos comprovadamente inovadores.
Laboratórios de habilidades	Há laboratórios de habilidades da atividade médica ou de saúde, em conformidade com o PPC, que permitem a capacitação dos discentes nas diversas competências desenvolvidas nas diferentes fases do curso, com recursos tecnológicos comprovadamente inovadores .
Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados	A IES conta com unidade(s) hospitalar(es), própria(s) ou conveniada(s), garantida(s) legalmente por período determinado, que apresenta(m) condições para a formação do estudante da área de saúde, estabelece(m) sistema de referência e contrarreferência e favorece(m) práticas interdisciplinares e interprofissionais na atenção à saúde.
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) está homologado pela CONEP, pertence à própria instituição e presta atendimento a instituições parceiras.

Fonte: INEP, 2017.

14 CONDIÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO

14.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

O Programa de Graduação em Enfermagem – CCSST – Imperatriz) atualmente é coordenado pela Professora Doutora **Roberta de Araújo e Silva**, que foi designada pela Portaria nº 553/2018 - GAB/REITORIA, em 23 de agosto de 2018, exercendo tal função até a presente data, em caráter *pro tempore*.

A Coordenadora do Curso, Professora **Roberta de Araújo e Silva**, é Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutora e Mestre em Enfermagem em Promoção da Saúde pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Universidade Estadual do Ceará- UECE. Tem experiência profissional na Assistência em Enfermagem Hospitalar e Atenção Básica de Saúde, Gestão e Gerenciamento de Serviços de Saúde e Docência em Enfermagem. Possui experiência no magistério superior desde o ano de 2011 no curso de Enfermagem. Atualmente ministra a disciplina de Urgência e Emergência e Saúde do Trabalhador na UFMA. É inscrita no Conselho Regional de Enfermagem - Ceará sob o nº 200.354, desde 2007.

Ingressou no quadro de servidores da Universidade Federal do Maranhão em 25 de agosto de 2014, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, classe C/Adjunto, Dedicção Exclusiva. Lecionou as disciplinas de Urgência e Emergência, Saúde do Trabalhador e Saúde da Mulher I e II. Em quanto docente, foi membro do Colegiado do Curso e de Comissão Permanente de Planejamento Acadêmico do Curso de Enfermagem/CCSST, nos períodos de 2014.2, 2015.1 e 2015.2. Demais informações constantes no currículo.

14.1.1 Regime de trabalho do Coordenador do Curso

A Coordenadora do Curso tem carga horária de trabalho de 40 horas semanais em dedicação exclusiva, das quais 20 horas são dedicadas à Coordenação do Curso, com a atuação na gerência acadêmica e administrativa do Curso, possibilitando atender as demandas relativas aos docentes, discentes e institucionais. As demais 20 horas, são dedicadas à docência e à pesquisa.

14.1.2 Competências do Coordenador do Curso

A estrutura do Curso é constituída pelo Coordenador. O Coordenador de Curso é eleito pelos estudantes regularmente matriculados no Curso, pelos professores dos Departamentos Acadêmicos de sustentação do curso, pelos professores membros do Colegiado do Curso e pelos técnico-administrativos do curso, dentre docentes da Carreira do Magistério Superior, graduado ou com pós-graduação *stricto sensu* na área, através de eleição direta e secreta, tudo conforme Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão.

As funções de Coordenador de Curso são exercidas por professor da Carreira de Magistério Superior da Universidade, em regime de dedicação exclusiva ou de quarenta horas semanais.

A Coordenadoria do Curso é subordinada ao Colegiado de Curso, órgão consultivo e deliberativo, que acompanha as atividades pedagógicas do respectivo curso previstas no Plano de Ação para o alcance dos indicadores de desempenho da coordenação.

Ao Coordenador cabe supervisionar as atividades acadêmicas e o cumprimento dos indicadores e padrões de qualidade e a integração das atividades em âmbito local, bem como as seguintes atribuições conferidas pelo Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a saber:

- I. convocar e presidir as reuniões do Colegiado, com direito ao voto de qualidade;
- II. representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;
- III. cumprir e fazer cumprir as determinações do Colegiado de Curso, exercendo as atribuições daí decorrentes;
- IV. submeter, na época própria, ao Colegiado de Curso, o plano das atividades a serem desenvolvidas em cada período letivo, incluindo a lista e o plano de ensino das disciplinas;
- V. presidir os Núcleos de Avaliação do Curso, a fim de promover a sua supervisão e avaliação;
- VI. acompanhar, no âmbito do Curso, o cumprimento das normas acadêmicas, apresentando relatório a respeito, quando necessário, aos Chefes de Departamentos Acadêmicos ou ao Diretor da Universidade Acadêmica;



- VII. coordenar a orientação acadêmica, solicitando aos Departamentos Acadêmicos, quando julgar necessário, a designação de professores para orientação acadêmica de alunos do Curso.
- VIII. aprovar a indicação de alunos dos cursos de pós-graduação stricto sensu da Universidade para coorientarem monografias de curso de graduação.
- IX. estabelecer articulação entre o Diretor da Unidade Acadêmica e os chefes de Departamento Acadêmico, no sentido de garantir a melhor qualidade no ensino do Curso sob sua responsabilidade;
- X. apresentar ao Diretor da Unidade Acadêmica e aos órgãos interessados, ao final de cada período letivo e após aprovação do Colegiado de Curso, o relatório das atividades desenvolvidas;
- XI. designar relator ou comissão para o estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado de Curso;
- XII. adotar, em caso de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência do Colegiado de Curso, submetendo o seu ato à ratificação deste, na primeira reunião subsequente;
- XIII. manter atualizados os dados cadastrais dos alunos vinculados ao Curso, encaminhando essas informações à Pró-reitoria de Ensino;
- XIV. exercer outras atribuições de competência geral.

14.2 COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão, aprovado pela Resolução nº 28/99 do Conselho Universitário, de 17 de dezembro de 1999 e revisado em 2017, O Colegiado de Curso é o órgão consultivo e deliberativo que planeja, acompanha e avalia as atividades do respectivo Curso.

O Colegiado de Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão (CCSST – Imperatriz) é presidido pelo Coordenador do Curso e composto por professores indicados pelo Departamento Acadêmico, de preferência entre docentes que lecionem no curso, à razão de um representante para cada vinte créditos; representação estudantil, na proporção de dois décimos dos docentes membros do colegiado, indicada pelo Diretório Acadêmico ou Centro Acadêmico do respectivo Curso; representação do corpo técnico-administrativo, na proporção de um décimo dos membros docentes do Colegiado, indicada por seus pares, para mandato de dois anos, permitida uma única recondução. As reuniões do Colegiado de Curso são secretariadas pelo Secretário do Curso.

São atribuições do Colegiado de Curso:

- I. definir as diretrizes e os objetivos gerais e específicos do Curso sob sua responsabilidade;
- II. coordenar e definir, de acordo com as diretrizes e objetivos gerais e específicos, ouvidos os grupos temáticos respectivos, o processo de elaboração do Currículo Pleno do Curso;
- III. propor aos Departamentos Acadêmicos a realização de programas integrados de ensino, pesquisa e extensão, ouvidos os grupos temáticos respectivos, segundo o interesse do Curso;
- IV. propor aos órgãos competentes providências para a melhoria do ensino ministrado no Curso;
- V. elaborar e aprovar as ementas dos programas das disciplinas constantes dos currículos dos Cursos;
- VI. opinar sobre transferência facultativa e aprovar programas de adaptação e processos de aproveitamento de estudos de alunos;
- VII. opinar sobre o desligamento e cancelamento de matrícula de alunos do Curso;
- VIII. opinar sobre processos de revalidação de diplomas e validação de estudos;
- IX. prestar assessoria didático-pedagógica, quando solicitado pelos órgãos

competentes;

- X. apreciar e aprovar planos de estudo de alunos, quando necessário;
- XI. aprovar normas complementares relativas à organização e funcionamento do Curso;
- XII. apreciar os conteúdos programáticos das disciplinas constantes do Currículo Pleno do Curso, bem como sugerir aos Departamentos Acadêmicos as modificações que se façam necessárias;
- XIII. promover a integração dos conteúdos programáticos das disciplinas ministradas para o Curso;
- XIV. elaborar as normas complementares do estágio supervisionado, em face das peculiaridades do Curso;
- XV. compatibilizar as atividades do estágio supervisionado à natureza do Curso;
- XVI. propor reformulação no sistema de avaliação da aprendizagem e no sistema de estágio supervisionado;
- XVII. estabelecer as normas específicas para elaboração, defesa e julgamento das monografias de conclusão de Curso;
- XVIII. constituir Comissões que lhe orientem decisões;
- XIX. propor aos Departamentos Acadêmicos a substituição de docentes, em decorrência de deficiências nas suas funções didático-científicas relacionadas ao Curso, após deliberação por escrutínio secreto;
- XX. opinar sobre a suspensão ou extinção do curso;
- XXI. deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência.

A composição do Colegiado do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão (CCSST – Imperatriz) se dá da seguinte forma, tudo conforme Portaria nº 22/2019-DIR/CCSST.

COLEGIADO DO CURSO DE ENFERMAGEM					
Nº	Nome	Regime de Trabalho	Titulação	Área de Conhecimento	Representação
1	Roberta de Araújo e Silva	DE	Doutorado	Enfermagem	Coordenadora
2	Fábio José Cardias Gomes	DE	Doutorado	Psicologia	Docente
3	Fernando Augusto Cintra Magalhães	DE	Doutorado	Odontologia	Docente
4	Floriacy Stabnow Santos	DE	Doutorado	Enfermagem	Docente
5	Francisca Aline Arrais Sampaio Santos	DE	Doutorado	Enfermagem	Docente
6	Iolanda Graepp Fontoura	DE	Doutorado	Enfermagem	Docente
7	Lívia Maia Pascoal	DE	Doutorado	Enfermagem	Docente
8	Marcelino dos Santos Neto	DE	Doutorado	Farmacologia	Docente
9	Marcia Caroline N. S. E. Martins	DE	Mestrado	Enfermagem	Docente
10	Maria Aparecida Alves de O.Serra	DE	Doutorado	Enfermagem	Docente
11	Perpétua do Socorro Silva Costa	DE	Doutorado	Enfermagem	Docente
12	Sergiane Maia Maciel	DE	Doutorado	Enfermagem	Docente
13	Rafael Marinho Sousa	40H	-	-	Técnico
14	Jurandir Xavier de Sá Junior	-	-	-	Discente

Legenda: DE – Dedicção Exclusiva.

14.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O conceito de Núcleo Docente Estruturante foi criado na Portaria nº 147, de 02 de fevereiro de 2007, do Ministério da Educação (MEC), com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. Surgiu da verificação prática que os bons cursos de graduação contavam com alguns docentes que ajudavam a construir sua identidade. Os membros do NDE são professores que são referências tanto para os alunos como para a comunidade acadêmica em geral.

Conforme a Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, o NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Ainda, conforme Resolução do CONSEPE nº 856, de 30 de agosto de 2011, que institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da gestão acadêmica dos cursos de graduação da Universidade Federal do Maranhão, o NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso que, em seu âmbito, exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área de curso, no desenvolvimento do ensino e que atuem sobre o desenvolvimento geral do curso.

O Núcleo Docente Estruturante possui as seguintes atribuições:

- I. Zelar pela estrita observância das Diretrizes Curriculares Nacionais para seu Curso de Graduação;
- II. Parágrafo único. Caso o Curso não possua Diretrizes Nacionais, deve zelar pelas Diretrizes Curriculares contidas no Projeto Pedagógico Institucional da UFMA.
- III. Consolidar o projeto pedagógico do curso, acompanhando sua implantação e desenvolvimento;
- IV. Propor melhorias e aperfeiçoamentos ao projeto pedagógico do curso;
- V. Elaborar estudos, análises e pesquisas junto ao corpo discente e docente, de modo a identificar e qualificar as necessidades de modificação do projeto pedagógico do curso;
- VI. Contribuir para o alcance e consolidação das competências profissionais previstas no perfil dos egressos;
- VII. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

VIII. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidade da graduação de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

O Colegiado do Curso, ao constituir o Núcleo Docente Estruturante, deverá atender critérios mínimos estabelecidos na Resolução CONSEPE nº 856, de 30 de agosto de 2011, a saber, participação obrigatória do Coordenador do Curso; participação obrigatória de, no mínimo, 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, além do Coordenador; 60% (sessenta por cento) dos membros devem ser mestres e/ou doutores; 40% (quarenta por cento) dos membros devem ter regime de trabalho de tempo integral.

Em respeito ao estabelecido, a composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão (CCSST – Imperatriz) se dá da seguinte forma, tudo conforme Portaria nº 20/2019-DIR/CCSST.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE				
Nº	Nome	Regime de Trabalho	Titulação	Área de Conhecimento
1	Roberta de Araújo e Silva	DE	Doutorado	Enfermagem
2	Adriana Gomes Nogueira Ferreira	DE	Doutorado	Enfermagem
3	Fernando Augusto Cintra Magalhães	DE	Doutorado	Odontologia
4	Janaína Miranda Bezerra	DE	Doutorado	Farmácia-Bioquímica
5	Marcelo Donizetti Chaves	DE	Doutorado	Odontologia
6	Maria Aparecida Alves de Oliveira Serra	DE	Doutorado	Enfermagem
7	Maria Neyrian de Fátima Fernandes	DE	Doutorado	Enfermagem
8	Sergiane Maia Maciel	DE	Doutorado	Enfermagem
9	Yara Nayá Lopes de Andrade Goiabeira	DE	Mestrado	Enfermagem

Legenda: DE – Dedicção Exclusiva.

14.4 CORPO DOCENTE

O curso de Enfermagem da UFMA de Imperatriz, tem no corpo docente, a base na qual procura-se a edificação das habilidades discentes, aprimoradas pela experiência dos professores que norteiam o curso.

O corpo docente, entre outras atribuições acadêmicas, atua na análise dos conteúdos dos componentes curriculares, considerando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomentando o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporcionando o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, com incentivo para o engajamento dos discentes as atividades de pesquisa e extensão com o estímulo à produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo, de pesquisa e da publicação.

A troca de experiência e vivência dos docentes com os discentes atua como agente facilitador no processo ensino-aprendizagem, valorizando os temas abordados em cada um dos componentes curriculares. As experiências particulares dos docentes ainda são apreciadas pelos discentes fora do ambiente de aula, dentro de ligas, projetos de extensão e grupos de pesquisa que visam englobar os diferentes níveis de conhecimento dentro da graduação de enfermagem, associando teoria e prática do exercício profissional.

14.4.1 Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividade docente que são utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

Todos os docentes são graduados na área da disciplina pelas quais são responsáveis, possuem titulação *stricto sensu* de Mestrado e/ou Doutorado, e atuação nas áreas do ensino, pesquisa e extensão com uma produção científica relevante quantitativamente e qualitativamente.

O corpo docente possui experiência profissional no mundo do trabalho, que permite:

- apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional,
- manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática,
- promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral; e
- analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

O corpo docente possui experiência na docência superior para promover ações que permitem:

- identificar as dificuldades dos discentes; expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma; apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período; e
- exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

CORPO DOCENTE DO CURSO DE ENFERMAGEM

Nº	Docente do Curso de Enfermagem	Formação	Titulação	Regime de Trabalho
1	Adriana Dias Lucena	Enfermagem	Mestrado	DE
2	Adriana Gomes Nogueira Ferreira	Enfermagem	Doutorado	DE
3	Alexandre Batista Penido	Farmácia Bioquímica	Doutorado	DE
4	Ana Cristina Pereira de Jesus Costa	Enfermagem	Doutorado	DE
5	Anelise Nogueira de Lima	Enfermagem	Mestrado	DE
6	Ariadne Siqueira de Araujo Gordon	Enfermagem	Mestrado	DE
7	Fabio Jose Cardias Gomes	Bacharel em Psicologia	Doutorado	DE
8	Fernando Augusto Cintra Magalhães	Odontologia	Doutorado	DE
9	Floriacy Stabnow Santos	Enfermagem e Obstetrícia	Doutorado	DE
10	Francisca Aline Arrais Sampaio Santos	Enfermagem	Doutorado	DE
11	Francisca Jacinta Feitoza de Oliveira	Enfermagem	Mestrado	DE
12	Hamilton Leandro Pinto de Andrade	Enfermagem e Obstetrícia	Mestrado	DE
13	Iolanda Graepp Fontoura	Enfermagem	Doutorado	DE
14	Ismalia Cassandra Costa Maia Dias	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	Doutorado	DE
15	Layane Mota de Souza de Jesus	Enfermagem	Mestrado	DE
16	Janaina Miranda Bezerra	Farmácia-Bioquímica	Doutorado	DE
17	Lívia Maia Pascoal	Enfermagem	Doutorado	DE
18	Luciana Batalha Sena	Enfermagem	Mestrado	DE
19	Luis Carlos Figueira de Carvalho	Farmácia	Doutorado	DE
20	Marcela de Oliveira Feitosa	Enfermagem	Mestrado	DE
21	Marcelino Santos Neto	Farmácia-Bioquímica	Doutorado	DE

22	Marcelo Donizetti Chaves	Odontologia	Doutorado	DE
23	Marcia Caroline Nascimento Sá Ewerton Martins	Enfermagem	Doutorado	DE
24	Maria Aparecida Alves de Oliveira Serra	Enfermagem	Doutorado	DE
25	Maria Neyrian de Fatima Fernandes	Enfermagem e Obstetrícia	Doutorado	DE
26	Perpetua do Socorro Silva Costa	Biomedicina	Doutorado	DE
27	Renata de Cássia Coelho Pires	Enfermagem e Obstetrícia	Mestrado	DE
28	Roberta de Araújo e Silva	Enfermagem	Doutorado	DE
29	Rosimar Costa Penido	Medicina	Doutorado	DE
30	Sergiane Maia Maciel	Enfermagem	Doutorado	DE
31	Simony Fabiola Lopes Nunes	Enfermagem	Mestrado	DE
32	Yara Nayá Lopes de Andrade Goiabeira	Enfermagem	Mestrado	DE
Nº	Docente de Outros Cursos	Formação	Titulação	Regime de Trabalho
33	Agnaldo Jose da Silva	Ciências Sociais	Doutorado	DE
34	Emerson Rubens Mesquita Almeida	Ciências Sociais	Doutorado	DE
35	Jaisane Santos Melo Lobato	Nutrição	Mestrado	DE
36	Leonardo Leocádio Coelho de Sousa	Economia	Doutorado	DE
37	Leonardo Hunaldo dos Santos	Ciências Biológicas	Doutorado	DE

14.4.2 Qualificação Profissional

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE					
Nº	Docente do Curso de Enfermagem	Titulação			
		Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1	Adriana Dias Lucena	Enfermagem	Saúde da Família	Doenças Tropicais	Doutoranda
2	Adriana Gomes Nogueira Ferreira	Enfermagem	Enfermagem Obstétrica	Enfermagem em Promoção da Saúde	Enfermagem em Promoção da Saúde
3	Alexandre Batista Penido	Farmácia Bioquímica	Neurociência e Comportamento	Ciência de Alimentos	Biotecnologia
4	Ana Cristina Pereira de Jesus Costa	Enfermagem	Saúde da Família, Didática Universitária e Enfermagem Obstétrica e Neonatal	Enfermagem	Enfermagem em Ciências da Saúde
5	Anelise Nogueira de Lima	Enfermagem	Cuidados Intensivos Em UTI	Enfermagem em Ciências da Saúde	-
6	Ariadne Siqueira de Araujo Gordon	Enfermagem	-	Doenças Tropicais	Doutoranda
7	Fabio Jose Cardias Gomes	Bacharel em Psicologia	Especialização em Saúde e Ciências do Esporte	Mestrado em Saúde e Ciências do Esporte	Doutorado em Educação
8	Fernando Augusto Cintra Magalhães	Odontologia	-	Biopatologia Bucal	Biologia Óssea e Biomateriais
9	Floriacy Stabnow Santos	Enfermagem e Obstetrícia	Nefrologia Multidisciplinar, Educação à Distância, Sistemas e Serviços de Saúde, Obstétrica e Neonatal, Saúde da Família e Metodologia do Ensino Superior	Liderança	Saúde Pública
10	Francisca Aline Arrais Sampaio Santos	Enfermagem	Enfermagem em Estomaterapia	Ciências da Saúde	Ciências da Saúde
11	Francisca Jacinta Feitoza de Oliveira	Enfermagem	Saúde da Família, Gestão em Saúde e Didática do Ensino Superior	Saúde e Efetividade Baseada em Evidências	Doutoranda
12	Hamilton Leandro Pinto de Andrade	Enfermagem e Obstetrícia	Saúde Pública	Docência, Assistência, Gerência e Diagnósticos	Doutorando
13	Iolanda Graepp Fontoura	Enfermagem	Enfermagem Obstétrica e Neonatal	Ciências Ambientais e Ciências da Educação	Ciências da Saúde

14	Ismalia Cassandra Costa Maia Dias	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	Ecoturismo	Ciências Marinhas e Tropicais	Ciências Marinhas Tropicais
15	Layane Mota de Souza de Jesus	Enfermagem	Enfermagem do Trabalho, Gestão em Saúde Pública, Coletiva e da Família	Ensino em Ciência e Saúde	-
16	Janaina Miranda Bezerra	Farmácia-Bioquímica	Análises Clínicas	Ciências (Biologia da Relação Patógeno-Hospedeiro)	Medicina (Moléstias Infecciosas)
17	Livia Maia Pascoal	Enfermagem	Emergência em Enfermagem	Enfermagem em Promoção da Saúde	Enfermagem em Promoção da Saúde
18	Luciana Batalha Sena	Enfermagem	Saúde Coletiva	Enfermagem	Doutoranda
19	Luis Carlos Figueira de Carvalho	Farmácia	Imunologia, Educação à Distância e Farmácia Hospitalar	Microbiologia e Imunologia	Ciências Biológicas (Microbiologia)
20	Marcela de Oliveira Feitosa	Enfermagem	Docência do Ensino Superior, Saúde Coletiva e Saúde da Família	Ciências Ambientais	Doutoranda
21	Marcelino Santos Neto	Farmácia-Bioquímica	Educação à Distância, Citologia Clínica, Saúde da Família e Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde	Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Farmacêutica	Saúde Pública
22	Marcelo Donizetti Chaves	Odontologia	-	Patologia	Patologia Pós-Doutorado em Ciências Biológicas
23	Marcia Caroline Nascimento Sá Ewerton Martins	Enfermagem	Saúde da Família	Doenças Tropicais	-
24	Maria Aparecida Alves de Oliveira Serra	Enfermagem	Docência na Saúde	Patologia Tropical	Ciências Médico-Cirúrgicas
25	Maria Neyrian de Fatima Fernandes	Enfermagem e Obstetrícia	Enfermagem do Trabalho e Formação à Distância de Pesquisadores	Enfermagem	Doutoranda
26	Perpetua do Socorro Silva Costa	Biomedicina	-	Genética e Biologia Molecular	Genética e Biologia Molecular
27	Renata de Cássia Coelho Pires	Enfermagem e Obstetrícia	Saúde da Família	Doenças Tropicais	Doutoranda
28	Roberta de Araujo e Silva	Enfermagem	Enfermagem do Trabalho	Enfermagem em Promoção da Saúde	Enfermagem em Promoção da Saúde
29	Rosimar Costa Penido	Medicina	Otorrinolaringologia	-	Ciências da Saúde

30	Sergiane Maia Maciel	Enfermagem	Enfermagem Clínico-Cirúrgica	Saúde Coletiva	Políticas Públicas
31	Simony Fabiola Lopes Nunes	Enfermagem	Atenção à Saúde da Pessoa Idosa	Enfermagem	Doutoranda
32	Yara Nayá Lopes de Andrade Goiabeira	Enfermagem	Gestão em Saúde, Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva	Enfermagem	Doutoranda
Nº	Docente de Outros Cursos	Titulação			
		Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
33	Agnaldo Jose da Silva	Ciências Sociais	Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça	Sociologia	Sociologia
34	Emerson Rubens Mesquita Almeida	Ciências Sociais	-	Ciências Sociais	Antropologia Social
35	Jaisane Santos Melo Lobato	Nutrição	Saúde Materno Infantil, Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas, Atividade Física e suas Bases Nutricionais e Gestão de Recursos Humanos	Doenças Tropicais	-
36	Leonardo Leocádio Coelho de Sousa	Economia	-	Administração de Empresas	Engenharia e Gestão do Conhecimento
37	Leonardo Hunaldo dos Santos	Ciências Biológicas	-	Zootecnia	Doutorado Integrado em Zootecnia

14.5 CORPO TÉCNICO

O Curso de Enfermagem do CCSST dispõe de quatro técnicos, sendo um técnico administrativo e três técnicos de laboratórios, todos efetivos, em regime integral de trabalho e alocados exclusivamente na Coordenação de Enfermagem.

CORPO TÉCNICO DO CURSO DE ENFERMAGEM				
Nome	Regime de Trabalho	Cargo	Escolaridade	Setor de Trabalho
Rafael Marinho Sousa	40h	Assistente em Administração	Ensino Médio	Coordenação
Ercules Phatrick da Silva Santos	40h	Técnico de Laboratório	Ensino Superior	Laboratório
Maria Ribeiro de Jesus dos Santos	40h	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Superior	Laboratório
Shirley Rosane de Sousa Oliveira	40h	Técnica em Enfermagem	Ensino Superior	Laboratório

14.5.1 Técnico-Administrativo

O técnico administrativo tem como atribuição as seguintes funções:

- Atendimento ao público estudantil e assessoria nas atividades de ensino;
- Manter-se atualizado sobre aplicação de lei, normas e regulamentos de sua área de atuação;
- Controlar procedimentos administrativos da área de atuação de sua especialidade;
- Ler, escriturar, arquivar documentação da chefia da unidade;
- Secretariar reuniões e outros eventos;
- Redigir e encaminhar convocações e atas;
- Executar serviços típicos de secretaria, estenografar ditados, discursos, conferências, palestras;
- Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente;
- Organizar e executar atividades administrativas relativas às áreas de recursos humanos, acadêmica, de orçamento, finanças e patrimônio e de secretaria;

- Auxiliar na elaboração da política de sua área de atuação, participar da elaboração de projetos, estudos e análise para melhoria dos serviços;
- Assistir à direção do órgão no levantamento e distribuição dos serviços administrativos;
- Redigir atos administrativos e documentos;
- Exercer as funções de Secretário da Coordenação do Curso nas questões administrativas, entre as quais podemos destacar as atinentes a informações que forem encaminhadas pelo Coordenador de Curso aos docentes e discentes, organização de documentação interna da coordenação, agendamento de reuniões, protocolos de documentações, entre outras.

14.5.2 Técnicos de laboratório

O Corpo técnico de laboratório tem como atribuições:

- Exercer atividades de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, cabendo-lhe assistir ao enfermeiro;
- Executar atividades de assistência de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro, previstas legalmente;
- Integrar a equipe de saúde;
- Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.
- Além disso, executam atribuições relacionadas aos setores de trabalho, como:
- Organização de documentos;
- Elaboração de memorandos, requerimentos, ofícios, atas e documentos outros;
- Organização de normas, pastas, arquivos docentes e discentes;
- Registrar e passar informações aos docentes e discentes;
- Acompanhar docentes e discentes nas atividades de laboratórios;
- Controle do registro de consumo dos materiais;
- Zelar pelo funcionamento dos laboratórios;
- Dimensionar em conjunto com os docentes o uso dos laboratórios;
- Atendimento ao público estudantil e assessoria nas atividades de ensino;
- Realizar listagem de material para solicitar compra;

- Registro das atividades realizadas nos laboratórios;
- Reuniões: Colegiado do curso, professores e NDE;
- Solicitação de materiais expediente;
- Solicitações de materiais de laboratórios e livros.

14.6 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

As instalações da Coordenação do Curso de Enfermagem atendem as necessidades institucionais e dispõe de espaço de trabalho para o coordenador que viabilizam as ações acadêmico-administrativas, com infraestrutura tecnológica com 2 computadores, 1 notebook, acesso à internet, impressora/copiadora, telefone, equipamento e mobiliário específicos, suficientes para o desenvolvimento das funções administrativo pedagógicas.

Seu espaço interno possibilita formas distintas de trabalho, sendo dividido em:

1. Recepção/sala de secretaria para atendimento interno e externo;
2. Sala coletiva de professores que possibilita o atendimento a grupos com privacidade;
3. Sala de coordenação que possibilita atendimentos individuais com privacidade;
4. Sala de arquivos para guarda de insumos e documentos.

O Curso possui funcionário administrativo em regime de trabalho de 40 horas semanais para atender às demandas da coordenação, e das atividades acadêmicas envolvendo os docentes e discentes.

14.7 ESPAÇO DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL

O Curso de Enfermagem possui dois ambientes de trabalho para professores em tempo integral:

- **Sala de professores:** localizada junto à Coordenação de Enfermagem e que possibilita a troca de vivências e experiências acadêmicas;
- **Gabinetes de professores:** localizado em duas salas próximo à Coordenação de Enfermagem e são espaços compartilhados por grupos de 3 a 5 professores destinados a realização de atividades acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, recepção de alunos para assuntos diversos e orientações.

Estes espaços atendem as necessidades institucionais e dispõem de recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantindo privacidade para o atendimento a discentes e orientandos, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

Estes espaços atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, climatização, conservação e comodidade necessárias à atividade desenvolvida, permitindo a adequada permanência do corpo docente na Instituição.

14.8 SALAS DE AULA

Para o Curso de Enfermagem são disponibilizadas 8 salas de aulas que atendem às necessidades institucionais e do curso. As salas oferecem condições de conforto, todas climatizadas por ar condicionado e com mobiliários ergonomicamente adequados e passam por limpeza periódica.

As salas dispõem ainda de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, como: quadro branco, projetor multimídia, acesso à internet via rede wireless garantido aos docentes e discentes. Esses recursos passam por manutenção periódica pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, que também assessoram o corpo docente e discente quando necessário.

Os espaços são adequados às atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do curso com flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem, e possuem outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.

14.9 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE

O Curso de Enfermagem conta com sete laboratórios próprios, sendo quatro de habilidades em enfermagem, dois multidisciplinares e um multidisciplinar de pesquisa. Os laboratórios de ensino para a área da saúde atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC, e permitem a capacitação dos discentes nas diversas competências desenvolvidas nas diferentes fases do curso, com recursos tecnológicos comprovadamente inovadores e visão assegurar as premissas acadêmicas previstas nesse documento, e tem como objetivo de assegurar ao discente e ao futuro egresso o desenvolvimento de competências e habilidades (técnico-científicas, ético-políticas e socioeducativas), contextualizadas com as práticas profissionais e o mundo do trabalho.

As atividades no âmbito dos laboratórios visam a integração entre os conhecimentos teóricos e práticos em um ambiente controlado que simulam situações realísticas da prática profissional e também possibilitam o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, elaboração de trabalhos realizados em sala de aula e de conclusão de curso.

O Laboratório se constitui no cenário das práticas do cuidar em Enfermagem tendo em vista o desenvolvimento de competências. Estas se dão a partir da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes próprias para o exercício da profissão. Para a formação deste profissional, portanto, é necessário que o processo de ensino-aprendizagem crie as oportunidades que permitam aos acadêmicos vivenciar as situações que os levem a adquirir as necessárias competências para o exercício do Cuidar.

Cabe ressaltar que, o cuidado requer do futuro Enfermeiro o desenvolvimento de determinados procedimentos que exijam dele o conhecimento científico que dá o suporte e a destreza para a execução livre de riscos para o cliente, ele próprio, a equipe de saúde e a comunidade, e as atitudes, relacionadas aos aspectos éticos, políticos e filosóficos da enfermagem. Portanto, nem todas as habilidades e atitudes podem ou devem ser treinadas na situação de vida real, sendo o laboratório um cenário estratégico e valioso no desenvolvimento das práticas de ensino.

A aquisição de habilidade e destreza motora, cognitiva ou sensorio-perceptiva, requer longa e demorada prática, devendo iniciar em situação de laboratórios para simulação e posteriormente em campo de prática.

O ensino bem sucedido da Prática de Enfermagem depende muito das condições oferecidas para a instrução, que inclui o desenho da apresentação da informação com

demonstração de técnicas, apresentação de material e equipamentos e o desenvolvimento da prática que é o aluno fazendo.

Os laboratórios do Curso de Enfermagem permitem aos graduandos experimentar, testar, repetir, errar e corrigir. Também, facilita o manuseio de todo o equipamento com liberdade, não sobrecarregando o aluno com o stress e ansiedade determinados pelas situações reais.

É o primeiro contato do aluno com a técnica, em situação simulada, antes que ele desenvolva os procedimentos diretamente com o cliente. Desta forma, ao fazê-lo, sente-se mais seguro, facilitando sua aproximação, favorecendo a construção da relação com o cliente de modo a atendê-lo integralmente, com habilidade, segurança e tranquilidade.

Assim, tais características justificam, por si só, as razões para o uso da simulação em práticas de enfermagem. Desta forma, o aprendizado torna-se mais fácil e permite corrigir e aperfeiçoar os procedimentos dos alunos antes que os mesmos os realizem diretamente com a clientela.

As práticas em laboratório objetivam:

- Possibilitar o desenvolvimento das competências necessárias à formação de enfermeiros segundo o PPC;
- Criar cenários para o desenvolvimento de procedimentos apropriados à realidade quer voltado para a assistência individual ou coletiva;
- Ampliar as possibilidades de manuseio de equipamentos operacionais com liberdade e segurança, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e destreza;
- Permitir o desenvolvimento de atividades assistenciais simuladas e práticas de campo, envolvendo ações extensionistas.

A estrutura física respeita o previsto em relação às normas de acessibilidade e segurança com regulação para o adequado funcionamento e utilização, dispondo de recursos insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas ofertadas pelo curso. Os laboratórios são compatíveis para atender à demanda dos alunos caracterizados como público-alvo da educação especial, por meio de acessibilidade atitudinal, arquitetônica, instrumental, metodológica e nas comunicações.

Os laboratórios estão preparados para atender as demandas do curso condizentes com os espaços físicos e o número de vagas ofertadas pelo curso. Para tanto, os alunos são divididos em grupos de seis a vinte por docente e de acordo com o componente curricular

ofertado nos horários pré-estabelecidos, seguindo um cronograma de agendamento prévio das atividades.

Os laboratórios oferecem conforto e conservação periódica, observando a política de manutenção da IES, sendo a limpeza e conservação realizada diariamente por uma equipe técnica. Os técnicos de laboratórios são treinados e capacitados para preparar, montar e desmontar as aulas práticas, assegurando que as próximas turmas encontrem os laboratórios em condições de utilização.

Esses espaços possuem recursos e insumos necessários para atender à demanda discente, apresentam recursos tecnológicos comprovadamente inovadores, e também estão equipados com recursos de tecnologia da informação e comunicação adequados, atuais e propícios para a realização de atividades do curso, que promovam o desenvolvimento de competências necessárias para o futuro profissional,

Os laboratórios contam com uma coordenação, a qual é responsável pela gestão dos laboratórios, supervisiona as atividades dos técnicos e, dentre outras atribuições, realiza avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

Os laboratórios são regidos por normas de biossegurança, as quais são afixadas em suas entradas, de forma a orientar docentes e alunos, inclusive sobre o quantitativo de aluno por prática. Os laboratórios contam com técnicos especializados, que auxiliam os docentes nos preparos de suas aulas práticas; cuida para a manutenção dos equipamentos seja feita sempre que necessário, bem como toma as devidas providências para os reparos quando solicitados; e faz a provisão dos insumos necessários para o atendimento da demanda, em parceria com as coordenações dos cursos que também colaboram no sentido de prover estes insumos.

14.9.1 Laboratórios Multidisciplinares

- LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR I (D-02) – próprio para as habilidades em: Biologia Celular e Molecular, Genética e Evolução, Histologia e Embriologia, Imunologia, Microscopia, Parasitologia, Doenças Transmissíveis e demais habilidade afins. Sua estrutura conta com seis bancadas de mármore sendo quatro integradas e duas centralizadas, três laterais e uma com duas pias para lavagem das mãos. Contém

os seguintes materiais permanentes: geladeiras; armários de metal; lixeiras; capela; balanças de precisão; banho-maria; microscópio; centrifuga; agitador de tubos; estufa.

- LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR II (D-06) – próprio para as habilidades em: imunologia, epidemiologia, microbiologia, genética, patologia humana, embriologia, histologia, citologia, doenças transmissíveis e demais habilidades afins. Sua estrutura conta com seis bancadas de mármore sendo quatro integradas e duas centralizadas, três laterais e uma com duas pias para lavagem das mãos e material em uso. Contém os seguintes materiais permanentes: geladeiras; mesa de escritório; armários de metal; lixeiras; capela; banho maria; microscópio; centrifuga; agitador de tubos; estufa; micrótomo; televisão; câmera digital; quadro branco.
- LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA (D-10) – próprio para as habilidades em metodologia científica, bioestatística, bioquímica, farmacologia, embriologia, histologia, doenças transmissíveis e demais habilidades afins. Sua estrutura conta com seis bancadas de mármore sendo quatro integradas e duas centralizadas, três lateral e uma com duas pias para lavagem das mãos e material em uso. Contém os seguintes materiais permanentes: geladeiras; armários de metal; lixeiras; capela; banho maria; microscópio; centrifuga; agitador de tubos; estufa; micrótomo; banho p/ parafina; placa aquecedora; bomba a vácuo; balança digital; PH metro; análise PCR;

14.9.2 Laboratórios de Habilidades

- LABORATÓRIO DE HABILIDADES I (D-01) – próprio para as habilidades em semiologia, semiotécnica, saúde do adulto, idoso, saúde coletiva, centro cirúrgico, central de material e demais habilidades afins. Sua estrutura conta com seis subdivisões e duas bancadas de mármore, pias para lavagem das mãos. Contém os seguintes materiais permanentes: carro de curativo; acetos para as bancadas; mesa de cabeceira; cama; escada com dois degraus; armários com portas de vidro; balança analógica; biombos; suportes para soro; bonecos simuladores; pelve (simulador de úlcera por pressão); braço (simulador de administração de medicação intramuscular); nebulizador; mesa de mayo; pelve masculina; aspirador; pênis simulador; otoscópio; maca; armário para instrumentais cirúrgicos; lixeiras.

- LABORATÓRIO DE HABILIDADES II (D-07) – próprio para as habilidades em: Anatomia, Fisiologia, Patologia e demais habilidades afins. Sua estrutura conta com duas bancadas de mármore integradas e centralizadas, duas bancadas sendo uma com pia para lavagem das mãos. Contém os seguintes materiais permanentes: armário de metal; balança analógica; acetos para bancada; estantes de metal; lixeiras; esqueleto de resina; pelve masculina; pelve feminina; crânios; cabeça e pescoço; cabeça; dorso bissexual; manequins bissexuais; pelve de resina; joelho em resina; osso da pelve em resina; escápula clavícula em resina; peças anatômicas dos sistemas: circulatório, nervoso, urinário, digestivo e osteomuscular.
- LABORATÓRIO DE HABILIDADES III (D-11) – próprio para as habilidades em saúde materno-infantil, da mulher, da criança, do adolescente e demais habilidades afins. Sua estrutura conta com duas bancadas integradas e centralizadas e uma bancada com pia para lavagens das mãos. Contém os seguintes materiais permanentes: armário de metal; camas ginecológicas; cama; maca; suporte para soro; acetos para bancada e para exame ginecológico; carro (para curativo e materiais necessários aos exames ginecológicos); escada com dois degraus; hamper; biombo; balança analógica; balança infantil; mesa de escritório; simuladores dos estágios de dilatação do colo uterino; peças anatômicas (estágios do parto); pelve (para exames ginecológicos e manobras); manequins femininos; manequins infantis.
- LABORATÓRIO DE HABILIDADES IV (D-13) – próprio para as habilidades em urgência e emergência extra e intra-hospitalar, semiologia, semiotécnica e demais habilidades afins. Sua estrutura conta com quatro bancadas de mármore sendo duas integradas e centralizadas, uma lateral e uma com pia para lavagem das mãos. Contém os seguintes materiais permanentes: camas; maca; acetos para as bancadas; armário de metal; prancha rígida para imobilização com imobilizador de cabeça e colar cervical; manequins adultos (vários procedimentos); carro de emergência (contendo todos os materiais de acordo com protocolo); desfibrilador externo automático - DEA; lixeiras; carro para curativo; suporte para soro.

14.10 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O campus CCSST - Imperatriz dispõe de um laboratório de informática com 20 computadores para o uso dos discentes a fim de atender às necessidades do curso de Enfermagem e outros cursos desse campus.

O laboratório conta com quadro branco, com quadro multimídia e impressora, possui sistema de climatização totalmente adequado às suas dimensões, computadores, mouses ópticos e softwares de criação de textos, pesquisas, apresentação, planilhas eletrônicas.

O laboratório possui 20 computadores distribuídos em quatro bancadas, sendo 5 computadores por bancada, com mobiliário (cadeiras) para cada equipamento. Todos os

O acesso aos equipamentos é permitido em qualquer turno e disponibilizado para às necessidades dos docentes e discentes, sendo o uso destes últimos condicionado a permanência de um responsável específico do setor. Atualmente dois responsáveis respondem por 24 horas semanais para o acompanhamento junto ao laboratório.

É fornecida internet sem fio, com estabilidade de acesso e velocidade, estendendo-se para a quase totalidade do prédio central do campus CCSST Bom Jesus. Para o campus todo é disponibilizado um link de Internet com banda larga de 100Mbps, assim a velocidade da Internet por equipamento é limitada a 2Mbps. Além disso, o CCSST Imperatriz permite que cada aluno acesse a internet sem fio por meio de seus próprios equipamentos.

Todos os equipamentos passam por manutenção semanal pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e possuem *hardware* e *software* atualizados com as seguintes especificações:

- Computador HP Compaq Pro 6300 SFF
- Processador: Intel Core i5-3470 CPU @ 3.20GHz
- Memória RAM: 8.00 GB
- Windows 7 Professional 64 bits

Durante o período de férias discente cada computador é avaliado quanto a sua adequação, qualidade e pertinência. Contudo, também durante o semestre todo problema quanto a hardware, software ou utilização de periféricos assim que é detectado pelos usuários do laboratório (bolsistas, professores ou alunos) é comunicado ao NTI, e então são tomadas as devidas medidas corretivas.

14.11 BIBLIOTECA

A Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão (CCSST Imperatriz) possui área de 368 m², apropriada para armazenar e disponibilizar o acervo bibliográfico da instituição, bem como possui espaço específico para pesquisa (balcão com 1 computador), cabines de estudo individual e para reunião de grupos de estudo, dispondo ainda internamente de uma área de balcão fechado para atendimento técnico-administrativo referente à recepção, pesquisa e entrega de livros, devidamente catalogados e cadastrados pelas bibliotecárias em sistema gerencial específico com código de barras. A biblioteca dispõe ainda de uma rede própria para acesso à internet, a qual também disponibiliza para os discentes por meio de internet sem fio.

Os livros são organizados em estantes adequadas, devidamente catalogados e separados por área de conhecimento. Os dados da Biblioteca são totalmente informatizados, a partir do software SIGAA.

O software permite cadastrar todos os dados referentes aos documentos preenchendo-se os campos que são gerados por uma planilha para que se possa extrair maiores dados, o controle das entradas e saídas dos mesmos também são feitos no sistema.

O acesso ao acervo é livre para todos os usuários da biblioteca. Para usuários da comunidade é permitido apenas consulta local mediante identificação.

O empréstimo domiciliar destina-se a docentes, discentes e pessoal administrativo da Faculdade. A quantidade a ser permitida para cada categoria é de 3 livros para discentes e funcionários e 6 para docentes, com prazos de 7 e 15 dias úteis respectivamente, o mesmo é feito mediante apresentação de qualquer documento de identificação. Os livros com a etiqueta de Consulta Local no dorso estão disponíveis somente para empréstimo local.

Os materiais especiais CD, DVD, OBRAS DE REFERÊNCIA (dicionários, enciclopédias, guias, atlas) e PERIÓDICOS estão disponíveis para empréstimo na modalidade consulta local.

As reservas são realizadas pelo sistema SIGAA, que também disponibiliza os serviços de visualização de reserva, renovação de empréstimos, histórico de empréstimos e a impressão de GRU para pagamento de multas. No referido sistema também é possível consultar o acervo fazendo a busca por título, autor, assunto, ano, edição, com mais materiais, mais recentes, mais buscados, mais visualizados e mais emprestados.

14.11.1 Acervo Geral e Específico do Curso

A Biblioteca é composta por livros, monografias, trabalhos de conclusão de cursos, normas técnicas, folhetos, periódicos, CD-ROMs, DVDs, atlas, periódicos científicos, guias, enciclopédias, dicionários, dicionários especializados.

Sua cobertura temática atende as áreas de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Enfermagem da UFMA (CCSST Imperatriz), bem como a formação sócio-cultural da comunidade usuária.

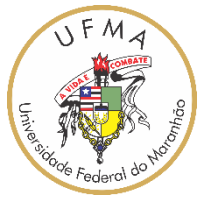
- **Acervo Geral da Biblioteca:** 5.014 títulos e 12.640 exemplares.
- **Acervo da Bibliografia Básica do Curso de Enfermagem:** o acervo básico do curso de Enfermagem do CCSST da Universidade Federal do Maranhão atende aos conteúdos e programas apresentados nas respectivas unidades curriculares, o qual poderá ser comprovado na época da visita *in loco* pelos membros da comissão avaliadora do MEC/INEP.
- **Acervo da Bibliografia Complementar do Curso de Enfermagem:** o acervo complementar do curso de Enfermagem do CCSST da Universidade Federal do Maranhão atende aos conteúdos e programas apresentados nas respectivas unidades curriculares, o qual poderá ser comprovado na época da visita *in loco* pelos membros da comissão avaliadora do MEC/INEP.
- **Acervo Específico de Livros do Curso de Enfermagem**

Todos os livros e os materiais estão cadastrados no sistema SIGAA, tendo o aluno acesso livre à Biblioteca. A biblioteca encontra-se totalmente informatizada, integrada com o sistema de processamento de dados do Curso de Enfermagem, o SIGAA.

A ampliação e atualização do acervo dos periódicos especializados são realizadas através de orçamento anual, mediante a informação do corpo docente e/ou Coordenação do Curso, centralizadas na bibliotecária, que promove o requerimento de aquisição e renovação periódica do acervo.

14.11.2 Corpo Técnico-Administrativo da Biblioteca

- Uma bibliotecária Coordenadora: Alesandra Saraiva de Sousa
- Duas bibliotecárias setoriais: Marla Bertolla; e Nádia Lusiane Silva Pereira;
- Três técnicos administrativos;



- Cinco bolsistas.

14.11.3 Horário de funcionamento da biblioteca

- Biblioteca do Campus Bom Jesus funciona em expediente ininterrupto de segunda a sexta-feira das 08h00 às 20h00.

14.12 APOIO AOS DISCENTES

14.12.1 Programas de Assistência Estudantil

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), criada pela Resolução n.º 193 de 13 de fevereiro de 2014, constitui-se em um órgão auxiliar da Reitoria da UFMA, que tem por finalidade propor, planejar, coordenar, executar e avaliar programas, projetos, serviços e ações que promovam a assistência estudantil na Universidade Federal do Maranhão.

Os programas de assistência estudantil no âmbito da UFMA foram estabelecidos na perspectiva de garantir e ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, atuando, para tanto, em articulação com as demais representações estudantis e demais setores da Universidade.

Os objetivos dos programas de assistência estudantil são:

- I. democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II. minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; e
- III. reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação;

O Campus CCSST possui um núcleo de **Serviço de Assistência Estudantil** que presta orientação sobre os auxílios e as bolsas da Assistência Estudantil na UFMA e sobre como acessar os direitos sociais; realiza encaminhamentos aos serviços públicos da rede socioassistencial (Saúde, Previdência Social e Assistência Social).

O **Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPSI)** está vinculado ao Serviço de Assistência Estudantil e tem o objetivo de desenvolver ações de acolhimento e de orientação nas dimensões cognitivas, emocionais e sociais, integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de intervenções educacionais e/ou psicoeducacionais específicas, facilitando a permanência e o sucesso acadêmico.

O serviço do NAPSI não tem caráter clínico/psicoterapêutico, direcionando suas ações para as demandas relativas, especificamente, à vida acadêmica e seus desafios. Atualmente, é composto por uma equipe multiprofissional. Entre seus Projetos e Ações estão: orientação individual, oficinas e minicursos, grupos operativos e eventos de discussão científica e profissional.

O Serviço de Assistência Estudantil destina-se a todos os estudantes dos cursos de graduação presenciais da UFMA com matrícula ativa e que tenham demandas relativas à adaptação e qualidade de vida acadêmica.

Desse modo, a UFMA oferece bolsas de auxílio permanência, que podem ocorrer em duas modalidades: acadêmica e administrativa, além da bolsa alimentação, bolsa moradia, bolsa transporte municipal e bolsa transporte intermunicipal, vale destacar, não cumulativas.

Adiante estão discriminados os auxílios estudantis ofertados pela PROAS/UFMA:

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
Auxílios	Descrição
Auxílio Moradia Estudantil	Destinado aos estudantes oriundos de outros municípios, estados e/ou países, através de duas modalidades: <ul style="list-style-type: none"> • Residência Universitária – concessão de vaga em uma das Unidades Habitacionais da UFMA; • Prestação Pecuniária – concessão de recurso financeiro por meio de parcelas mensais de R\$ 400,00 para subsidiar as despesas com moradia. Atualmente, apenas três campi dispõem de residência universitária.
Auxílio Alimentação	São ofertadas duas modalidades desse auxílio: <ul style="list-style-type: none"> • Restaurante Universitário – direito a refeições (almoço e/ou jantar) gratuitas, conforme o período de aulas do curso e segundo a necessidade de permanência do(a) estudante na instituição; • Prestação Pecuniária – concessão de recurso financeiro por meio de parcelas mensais de R\$ 300,00 para subsidiar as despesas com alimentação aos estudantes dos campi do continente.
Auxílio Transporte	Com a finalidade de subsidiar o deslocamento do estudante no trajeto residência/campus/residência por meio do repasse de recurso financeiro de até R\$ 180,00 para desenvolver suas atividades acadêmicas na universidade durante o período letivo vigente, respeitando o calendário acadêmico oficial.
Auxílio Emergencial	Destinado aos estudantes que apresentam dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, as quais colocam em risco a sua permanência na universidade. O auxílio é disponibilizado na modalidade pecuniária, de até R\$ 400,00, limitado a até três parcelas por ano.
Auxílio Participação em Eventos	Concessão de recurso financeiro para apoiar a participação estudantil em atividades de intercâmbio acadêmico, científico, tecnológico, esportivo e/ou cultural.
Auxílio Creche	Para subsidiar despesas de discentes no acompanhamento de dependente com idade inferior a seis anos.
Bolsa Aprimoramento Acadêmico	Referente às “vivências acadêmico-profissionais”, entendidas como ação que articula a formação acadêmica às práticas dos processos de trabalho, alinhadas ao perfil do curso, com a finalidade de oportunizar ao estudante a ampliação do conhecimento expressos em contextos reais por meio de estudos e experiências profissionais nos setores da Instituição.
Bolsa Permanência MEC	Concessão de auxílio financeiro com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e étnico raciais, além de contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação. O MEC oferta duas modalidades de Bolsa Permanência: <ul style="list-style-type: none"> • Estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica; • Estudante indígena ou quilombola: não há restrição de carga horária, curso ou perfil socioeconômico.
Projeto Curso de Estudos de Idiomas	Possibilita aos graduandos, independente do critério de renda, o aprendizado básico em uma língua estrangeira – inglês, francês ou espanhol – nas modalidades oral e escrita.

Bolsa Foco Acadêmico	Propósito de ampliar o significado da assistência estudantil e de possibilitar aos estudantes experiências com atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo com o fortalecimento da formação acadêmico profissional. O repasse financeiro para estudantes inseridos nessa modalidade de bolsa é de R\$ 400,00 mensais.
Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES)	Concessão de auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) para discentes estrangeiros participantes do Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G).

14.12.2 Programa de Monitoria de Graduação

O Programa de Monitoria do Curso de Enfermagem está inserido nas Diretrizes Curriculares sendo parte integrante das atividades acadêmicas e efetivamente contribui para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem visando à qualificação da Graduação e o incentivo à criação e utilização de inovações no ensino.

As atividades de monitoria têm como objetivo a dinamização das atividades didático pedagógicas das disciplinas e no curso de Enfermagem pode ser oferecida por qualquer disciplina que tenha componente prático a partir do 2º semestre.

Tem como principais objetivos incentivar o interesse pela docência no ensino superior, promover cooperação acadêmica entre estudantes e docentes, colaborar com os docentes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e metodologias de ensino e contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico dos cursos de graduação.

Para o exercício da função de monitor poderão ser designados alunos dos Cursos de Graduação que comprovem já terem integralizado em seu currículo escolar a disciplina objeto de exame e, ainda, demonstrem capacidade de desempenhar atividades técnico-didáticas.

O Programa de Monitoria da Universidade Federal do Maranhão- UFMA é regulamentado pela Resolução Nº 1875- CONSEPE, de 06 de junho de 2019, sob coordenação da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e assessorado pela Comissão de Monitoria que analisa, avalia e emite parecer sobre Projetos de Ensino de Monitoria.

Semestralmente a UFMA lança edital para Submissão de Projetos de Ensino que devem ser elaborados e coordenados por um, ou grupo de professores do curso ligados a disciplina objeto, e submetidos por meio do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Após aprovação do Projeto pela Comissão de Monitoria cabe ao professor coordenador do Projeto aprovado, juntamente com o professor orientador, organizar e realizar



processo de seleção de monitores para seu projeto, sendo necessário que o monitor disponha no mínimo de doze horas semanais para a realização do projeto, que deverão ser desenvolvidos por, no mínimo, um semestre, podendo ou não serem renovados por igual período.

O Programa de Monitoria da UFMA disponibiliza bolsas para os monitores dentre os Projetos de Monitoria selecionados.

14.13 REPRESENTAÇÃO DISCENTE

O Centro Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão caracteriza-se como um órgão sem filiação político-partidária ou religiosa, sendo uma associação livre e independente de órgãos públicos ou governamentais de duração indeterminada regido pelo estatuto que representa os estudantes de graduação em Enfermagem.

O corpo discente tem representação com direito a voz e voto nos Órgãos Colegiados da Administração Superior da Universidade, bem como das Unidades e Subunidades Acadêmicas. A representação do corpo discente nos Colegiados obedece ao disposto no Estatuto e no Regimento Institucional. A representação discente no Colegiado Acadêmico é composta por: Paulo Vítor Amorim Silva (presidente) e Vanessa de Sousa Silva (vice-presidente).

Cabe à entidade de representação do corpo discente indicar os representantes estudantis nos Colegiados Superiores da Universidade e nos Conselhos de Unidade Acadêmica e, à entidade de representação dos discentes de cada Curso, a indicação dos representantes estudantis nas Assembleias Departamentais e nos Colegiados dos respectivos Cursos.

São membros do Centro Acadêmico de Enfermagem Ana Néri (CAEnf Ana Néri) todos os estudantes regularmente matriculados no Curso de Enfermagem .

A organização e o funcionamento das entidades representativas dos discentes obedecem aos princípios de autonomia do corpo discente. A composição organizacional se dá da seguinte forma:

- Presidente
- Vice-presidente
- Secretários (dois representantes)
- Tesoureiro
- Diretoria de Comunicação
- Diretoria de Pesquisa, Ensino e Extensão
- Diretoria de Eventos (dois representantes)
- Diretoria de Assuntos Estudantis

14.14 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMA

Os projetos de pesquisas desenvolvidas pelo Curso de Enfermagem/CCSST são submetidos para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da própria Universidade Federal Maranhão.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CEP/UFMA), e seu Regimento Interno foram criados através da Resolução nº 460/CONSEPE, de 31 de maio de 2006, e seu registro aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), órgão do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS), no dia 20 de junho de 2007.

Vinculado à PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPPG), e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), o Comitê de Ética em Pesquisa é uma instância colegiada interdisciplinar e independente, de natureza técnico-científica, consultiva, normativa, deliberativa, e educativa, com autonomia e ação no exercício de suas funções, e destina-se a atuar no campo da ética em pesquisa, prestando atendimento para todas as instituições de ensino e pesquisa parceiras do Estado do Maranhão.

O CEP/UFMA é composto por uma Coordenação, uma Vice Coordenação e uma Secretária (1º e 2º Secretário), todos eleitos por seus pares, sendo sete profissionais das áreas específicas (Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnologia, Ciências Humanas e Ciências Sociais) e; dois representantes da sociedade. O Comitê de Ética é. A indicação dos será feita pelos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e, na ausência destes, pelos Conselhos de Centro da UFMA.

O Comitê de Ética em Pesquisa reúne-se ordinariamente uma vez por mês ou em caráter extraordinário, quando convocado pelo Coordenador ou pela maioria absoluta de seus pares.

Compete ao comitê de ética em pesquisa:

- analisar projetos e protocolos de pesquisa (inclusive os multicêntricos, interdisciplinares e interdepartamentais) em seres humanos, grupos sociais étnicos ou raciais, produtos transgênicos, implicações ambientais e tecnológicas, em células e tecidos biológicos e emitir pareceres do ponto de vista dos requisitos da ética, dentro do prazo de trinta dias;
- expedir instruções com normas técnicas para orientar os pesquisadores sobre aspectos éticos;



- garantir a manutenção dos aspectos éticos da pesquisa, bem como, a obtenção do consentimento livre e esclarecido dos indivíduos ou grupos para a sua participação;
- manter comunicação regular e permanente com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e, em caso de necessidade, encaminhar projetos e protocolos de pesquisa para sua apreciação.

15 EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

1º PERÍODO

ANATOMIA HUMANA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	1º
DISCIPLINA:	ANATOMIA HUMANA			Carga horária:	90 h

EMENTA

Estuda os principais órgãos, sistemas e aparelhos, no que se refere à sua localização e função anatômicas como também as suas relações topográficas articulando com o cuidado de enfermagem do ser humano, esse abrangendo a capacidade de locomoção, alimentação, digestão, sono repouso, regulação, eliminação, comunicação. Focaliza a relação da anatomia com realização dos principais procedimentos técnicos da enfermagem como: sondagens, punções, curativos, higiene, administração de medicamentos pelas vias parenterais, enterais, fraturas, imobilizações. Comportamento e linguagem científica adequada, promovendo uma integração com as demais disciplinas do curso de Enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANGELO; FATTINI. **Anatomia Humana, Sistêmica e Segmentar**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

MOORE, Keith L; AGUR, Anne M. R; DALLEY, Arthur F. **Fundamentos de anatomia clínica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. ISBN: 9788527718400.

ROHEN, Johannes W; YOKOCHI, Chihiro; LUTJEN-DRECOLL, Elke. **Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional**. 6.ed. Barueri: Manole, 2007. 532p.

SOBOTTA, Johannes; PAULSEN, F; WASCHKE, J. **Atlas de anatomia humana: cabeça, pescoço e neuroanatomia**. 23.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. v3. ISBN: 09788527719384.

SOBOTTA, J., BECHER, H. **Atlas de Anatomia Humana**. 20.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAMS, P. H. **Atlas Colorido de anatomia humana de Mcinn**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

DALLEY, A.F. et al. **Anatomia orientada para a clínica**. 6. ed. do original. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, 2012. 1104 p. ISBN: 9788527716970.

GRAFF. **Anatomia Humana: Atlas fotógrafo de Anatomia Sistêmica e Regional**. 4 ed. São Paulo: Manole, 2003.

JACOB, S. W; FRANCONI, C. A.; LOSSOW, W. J. **Anatomia e fisiologia humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990, 2011. 569 p. ISBN: 9788527714112.

KOPF-MAIER, P. *Wolf-heidegger: Atlas de anatomia humana*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, v 1, 2004.

ANTROPOLOGIA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	1º
DISCIPLINA:	ANTROPOLOGIA			Carga horária:	45 h

EMENTA

Introdução à Antropologia: conceitos fundamentais. A noção de cultura. Identidade e diversidade. Etnocentrismo e relativismo cultural. Interfaces da Antropologia com as Ciências da Saúde. O conceito de Humanização nas Ciências da Saúde a partir do olhar antropológico. A “humanização” do ser humano. Estudos antropológicos e ciências da saúde. Interdisciplinaridade: antropologia e Ciências da Saúde: o que podemos aprender. Abordagem de conteúdos voltados para: a educação das relações étnico-raciais; o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena; e a educação em direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO, Ulisses F; AQUINO, Júlio Groppa. **Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001. 144 p. (Educação em pauta: temas transversais) ISBN: 8516029069.
- ALVES, PC., and RABELO, MC. orgs. **Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1998. 248 p. ISBN 85-7316-151-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>
- BONFIM, José Ruben de Alcântara et al. **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro São Paulo: Fiocruz Hucitec, 2009. p 968. (Saúde em debate, v.170) ISBN: 978856480656.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos humanizaSUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 1 v. (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN: 9788533416673.
- KWANISSA: **revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. São Luís: UFMA, 2018. Semestral. ISSN: 2595-1033. Publicação eletrônica do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA. Disponível em:
< <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/issue/archive>>
- MATTELART, Armand. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo Sao Paulo: Parábola Parábola Editorial, 2004. 215 p. (Na ponta da língua, v. 7) ISBN: 9788588456143.
- MINAYO, MCS., and COIMBRA JR, CEA., orgs. **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 708 p. ISBN 85-7541- 061-X. Available from SciELO Books . <<http://books.scielo.org>>.
- PAGLIARO, H., AZEVEDO, MM., and SANTOS, RV. orgs. **Demografia dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 192 p. ISBN: 85-7541-056-3. Available from SciELO Books .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALVES, P. C, e RABELO, M. C. O status da Ciências Sociais em Saúde no Brasil: tendências. In. ALVES & RABELO, **Antropologia da Saúde: traçando identidade e construindo fronteira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora Relume Dumará, p. 13-28, 1998.

- ALVES, P. C, e RABELO, M. C. Repensando os estudos sobre representações e práticas em saúde/doença. In. ALVES & RABELO. **Antropologia da Saúde: traçando identidade e construindo fronteira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora Relume Dumará, p. 13-28, 1998.
- BENEVIDES, Regina, PASSOS, Eduardo. Humanização na saúde: um novo modismo? *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v.9, n.17, p.389-406, 2005.
- BUSTAMANTE, V. MCCLUM, C. Cuidado e construção social da pessoa: contribuições para uma teoria geral. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 673-692, 2014.
- CUCHE, Denys. O triunfo do conceito de cultura. In. Cucho, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru. **Edusc**, 2002. pp.33-48.
- LANGDON, Esther Jean e WIIK, Flávio Braune. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. N 18. maio-junho 2010. pp. 173-181
- LANGDON, Esther Jean, A doença como experiência: o papel da narrativa na construção sociocultural da doença. **Etnográfica**, v. 5, n. 2, p. 241-260, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. 16ª edição. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, p. 65-101, 2003.
- MCCALUM, C. O corpo que sabe: da epistemologia Kaxinawá para uma antropologia médica das terras baixas sulamericanas. In. ALVES & RABELO, **Antropologia da Saúde: traçando identidade e construindo fronteira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora Relume Dumará, p. 180-215, 1998.
- MINAYO, M. C. de S. Construção da identidade da antropologia na área de saúde: o caso brasileiro. In. ALVES & RABELO. **Antropologia da Saúde: traçando identidade e construindo fronteira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora Relume Dumará, p. 29-48, 1998.
- RAYNAUT C. Interfaces entre a antropologia e a saúde: em busca de novas abordagens conceituais. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre (RS), v. 27, n. 2, p. 149-165, 2006.
- RIOS, Isabel C. Humanização: a Essência da Ação Técnica e Ética nas Práticas de Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 33, n. 2, p. 253-261, 2009.
- SILVA, F. D. et al . Discursos de enfermeiros sobre humanização na Unidade de Terapia Intensiva. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 4, p. 719-727, Dec. 2012 . Disponível em : <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452012000400011>>
- SOUZA, L. A. de P. MENDES, V. L. F. O conceito de humanização Interface. **Comunicação, saúde, educação**. v.13, supl.1, p.681-689, 2009
- TORNIQUIST, C. S. Paradoxo da humanização em uma maternidade no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 419-427, 2003.
- CRAVALHO, M. A. De doente a "encantado " – O conceito de mecanismo de defesa constituído culturalmente e a experiência de uma vítima de "espírito mau" em uma comunidade rural na Amazônia. In. ALVES & RABELO, **Antropologia da Saúde: traçando identidade e construindo fronteira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora Relume Dumará, p. 157-178, 1998.

ÉTICA E BIOÉTICA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	1º
DISCIPLINA:	ÉTICA E BIOÉTICA			Carga horária:	45 h

EMENTA

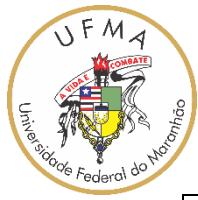
Ética Profissional: conceituação, campo. Dimensões éticas da enfermagem. Legislação do profissional de Enfermagem. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Educação em Direitos Humanos. A Bioética e o estudo das dimensões morais no contexto das ciências biomédicas. Bioética e pesquisa envolvendo seres humanos. Desafios Ético-legais e profissionais contemporâneos na Enfermagem /Problemas éticos relativos à prática profissional: aborto, eutanásia, transplantes de órgãos, sigilo profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO, Ulisses F; AQUINO, Júlio Groppa. **Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001. 144 p. (Educação em pauta: temas transversais) ISBN: 8516029069.
- DALL'AGNOL, Darlei. **Bioética**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. 1 livro eletrônico 58 p. ISBN: 8571108358.
- OGUISSO, T.; ZOBOLI, E.L.C.P. (Orgs). **Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde**. Barueri, SP: Manole, 2006.
- OGUISSO, Taka; SCHIMIDT, Maria José. **O exercício da enfermagem: uma abordagem etico-legal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 292.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/2012**. Diretrizes Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 13 de junho de 2013. Acesso em: 7 de julho de 2016.
- Perspectivas Bioética na Formação dos Enfermeiros. **Rev. bras.enferm.** vol.64no.2BrasíliaMar. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672011000200029> Acesso em: 7 de julho de 2016
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei COFEN nº. 7.498/86**. Regulamentação do exercício de enfermagem [Internet]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html. Acesso em: 26 de setembro de 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei COFEN nº. 7.498/86**. Regulamentação do exercício de enfermagem [Internet]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-590573-de-12-de-julho-de-1973_4162.html. Acesso em: 26 de setembro de 2017.
- CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM**. [Internet]. Disponível em: http://novo.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2017.
- GUILHEM, D.; ZICKER, F. **Ética na pesquisa em saúde: avanços e desafios**. Brasília: Letras Livres, 2007.
- MALAGUTTI, WILLIAM (Org). **Bioética em enfermagem**. Rio de Janeiro: Rubio, 2007.
- MORAES, E. L. et al . Experiências e expectativas de enfermeiros no cuidado ao doador de órgãos e à sua família. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 49, n. spe2, p. 129-135, Dec. 2015 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420150000800018>
- PALÁCIOS, M.; MARTINS, A.; PEGORARO, O.A. (Org). **Ética, ciência e saúde: desafios da bioética**. Petrópolis: Vozes, 2001.



WESTPHAL, G. A.; VEIGA, V. C.; FRANKE, C. A. Determinação da morte encefálica no Brasil. **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo , v. 31, n. 3, p. 403-409, Sept. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-507x.20190050>

CIÊNCIA, HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	1º
DISCIPLINA:	CIÊNCIA, HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA ENFERMAGEM			Carga horária:	45 h

EMENTA

Evolução histórica da enfermagem no mundo e no Brasil. Sistema de Ensino de Enfermagem. Formação da identidade profissional crítica-reflexiva envolvendo o compromisso social, assistência humanizada, competência técnico-científica e ética. Estudo das Teorias de Enfermagem e sua aplicabilidade na prática profissional. Estudo sobre Legislação; Assistência e Ensino de enfermagem. Metodologia assistencial de enfermagem: implementação de um método de assistência ao indivíduo, família ou comunidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GEOVANINI, T. *et. al.* **História da Enfermagem**: versões e interpretações. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
OGUISSO, T. **Trajetória histórica e legal da enfermagem**. Barueri, Sp: Manole, 2005. 224 p.
PADILHA, M.I; BORENSTEIN, M.S; SANTOS, I. **Enfermagem – história de uma profissão**. São Caetano do Sul (S.P.), Ed. Difusão, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Leis, etc. **Lei 5.905, de 12 de julho de 1973**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências.
BRASIL, Leis, etc. **Lei 5.905, de 12 de julho de 1973**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de julho de 1973. Seção I, p. 6.825.
GERMANO, R.G. **A enfermagem do passado e do futuro: perspectivas e desafios do cuidar**. In: Malagutti W, Miranda SMRC. São Paulo: Phorte; 2010.
HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
LIMA, M J. **O que é enfermagem**. 2. ed. S. Paulo: Brasiliense, 1994.
LUNARDI, V. L. **História da enfermagem**: rupturas e continuidades. Pelotas: Do Autor, 2004.
PILARTE, J. R. SANCHEZ, M. S. História da Enfermagem – Ciência do cuidar. **Revista Eletrônica Gestão e Saúde**, v.05, n.03, p. 1181-1196, 2014.
OGUISSO, T.; FREITAS, G. F. de; CAMPOS P. F. de S. **Pesquisa em História da Enfermagem** - Série Enfermagem e Saúde. 2ª. Ed. Manole, 2011

CITOLOGIA E HISTOLOGIA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	1°
DISCIPLINA:	CITOLOGIA E HISTOLOGIA			Carga horária:	75 h

EMENTA

Introdução à citologia, histórico, estrutura e composição da célula. Fisiologia celular. Métodos de estudo. Tecido epitelial. Tecido conjuntivo. Tecido adiposo. Tecido cartilaginoso. Tecido ósseo. Tecido nervoso. Tecido muscular. Células do sangue periférico. Sistema circulatório. Órgãos linfáticos e sistema imunológico. Aparelho digestivo. Glândulas anexas ao aparelho digestivo. Aparelho respiratório. Pele e anexos. Aparelho urinário. Glândulas endócrinas. Aparelho reprodutor feminino e masculino. Órgãos especiais do sentido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORMACK, D.H. **Fundamentos de Histologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
 DE ROBERTS, E.D.P., DE ROBERTS JR., EMF. **Bases da biologia celular e molecular**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
 JUNQUEIRA; CARNEIRO. **Biologia Celular e Molecular**.8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
 JUNQUEIRA; CARNEIRO. **Histologia Básica**. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JUNQUEIRA, L.C.U. **Biologia estrutural dos tecidos: histologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 225p.
 KUHNEL, W. **Citologia histologia e anatomia microscópica**. Porto Alegre: Artmed,2005.
 LEBOFFE, M. J. **Atlas Fotográfico de Histologia**. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro,2005.
 PIEZZI, R. S.; FORNÉS, M. W. **Novo atlas de histologia normal de Fi Fiore**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 334 p. ISBN: 9788527713788.
 WELSCH, Ulrich (Ed). **Sobotta, atlas de histologia: citologia, histologia e anatomia microscópica**. 7. ed. atual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 259 p.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	1º
DISCIPLINA:	METODOLOGIA CIENTÍFICA			Carga horária:	45 h

EMENTA

Pensamento Evolutivo. Raciocínio, Conhecimento e Metodologia Científica. O conceito, a importância e os tipos de conhecimento. Método dedutivo. Método indutivo. Método Hipotético- dedutivo. Método dialético. Método Fenomenológico Tipos de pesquisa. Pesquisa: Tema, Problema, Hipótese. Métodos qualitativos e quantitativos. Estilo e redação de um texto científico. Como elaborar uma resenha, resumo, fichamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa** - 2. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cengage Learning, 2012
 MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica** - 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.
 SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** - 23. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 158 p.
 DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. 216 p. ISBN: 9788522426478.
 FAZENDA, Ivani (Organizador). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 212 p. ISBN: 9788524916380.
 LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
 VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. **Metodologia Científica Para A Área de Saúde** – 2. Ed. – São Paulo: Elsevier, 2015.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	1°
DISCIPLINA:	SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM			Carga horária:	45 h

EMENTA

Aborda conhecimentos teórico-práticos que possam subsidiar ações e habilidades fundamentadas cientificamente para implementar e avaliar a sistematização da assistência de enfermagem. Contextualiza conteúdos de teorias de Enfermagem, semiologia e semiotécnica para a operacionalização das etapas legalmente estabelecidas para a sistematização da assistência de enfermagem em instituições de saúde brasileiras

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALFARO-LEFEVRE, R. **Aplicação do processo de enfermagem: Promoção do cuidado colaborativo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BULECHECK, G.M.; BUTCHER H.K.; DOCTERMAN, J.M. NIC: **Classificação das intervenções de Enfermagem (NIC)**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 11. ed. 2018.

TANNURE, M.C; PINHEIRO, A.M. SAE: **Sistematização da Assistência de Enfermagem. Guia prático**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2011. 297p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTILHO, NC., RIBEIRO, PC., CHIRELLI, MQ. A implementação da sistematização da assistência de enfermagem no serviço de saúde hospitalar do Brasil. **Texto Contexto Enferm**, v. 18, n. 2, p. 280 – 289, 2009.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução n° 358/2009** – Dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem e dá outras providências. Legislação e Normas COFEN, Brasília 15 de outubro de 2009.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução n° 429/2012** – Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios de enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico. DOU n° 110, de 8 de junho de 2012, página 288 – Seção 1.

DOENGES, ME., MOORHOUSE, MF., MURR, AC. **Diagnósticos de enfermagem: intervenções, prioridades, fundamentos**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

JONHSON M, MOORHEAD S, BULECHEK G, BUTCHER H, MAAS M, SWANSON E. **Ligações NANDA-NOC-NIC: condições clínicas: suporte ao raciocínio e assistência de qualidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BIOQUÍMICA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	2º
DISCIPLINA:	BIOQUÍMICA			Carga horária:	60 h

EMENTA

A enfermagem e sua relação com a bioquímica e os processos bioquímicos. Identificação dos constituintes do organismo como matéria viva: características moleculares do ser vivo. Estudo das biomoléculas: aminoácidos, peptídeos, proteínas, enzimas, vitaminas, coenzimas, carboidratos, lipídeos, membranas, ácidos nucleicos. Metabolismo de carboidratos, lipídeos e aminoácidos. Integração do metabolismo e processos fisiológicos e patológicos, bem como a correlação entre a bioquímica e a prática hospitalar e ambulatorial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RODWELL VW, BOTHAM KM, KENNELLY PJ, WEIL PA. **Bioquímica Ilustrada de Harper (Lange)**. 30ª Ed. Porto Alegre, Artmed, 2018.
NELSON DL, COX MM. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**, Porto Alegre, Artmed. 2014.
TOY EC, SEIFERT WE, STROBEL HW. **Casos Clínicos em Bioquímica (Lange)**. 3ª Ed. Porto Alegre, Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAYNES, J. W.; DOMINICZAK, M. H. **Bioquímica médica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 653 p. ISBN: 9788535235616.
BERG, J.M. **Bioquímica**, Guanabara koogan, 2004
CAMPBELL, M. K. **Bioquímica**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 752p.
MARZZOCO, A; TORRES, B.B. **Bioquímica Básica** 4ª Ed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan , 2015.
DEVLIN, T.M. **Manual de Bioquímica com correlações clínicas**. 7ª Ed. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2011
NELSON, D. L; COX, M. M. **Princípios de bioquímica de Lehninger**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 1273 p. ISBN: 9788536324180.

FISIOLOGIA HUMANA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	2°
DISCIPLINA:	FISIOLOGIA HUMANA			Carga horária:	90 h

EMENTA

Inserção do aluno ao estudo da fisiologia celular e fisiologia dos sistemas nervoso, locomotor, respiratório, cardiovascular, digestório, endócrino e urogenital. Funcionamento dos órgãos e sistemas humanos para a compreensão das necessidades de saúde do indivíduo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AIRES, M. M. **Fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
BERNE, R.M; LEVY, M.N. **Fisiologia**, 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
GUYTON, A.C **Tratado de Fisiologia Médica**. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIES, A; BLAKELEY, A.G.H; KIDD, C.; MACGEOWN, J.G. **Fisiologia Humana**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
DURAN, J.E.R. **Biofísica – fundamentos e aplicações**, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2003.
GARCIA, A. C. E. **Biofísica**. São Paulo: Atheneu, 2002.
NUSSENZVEIG. H.M. **Curso de física básica**, v.1. Rio de Janeiro: Edgard Blucher, 2002.
RAFF, H. **Segredos em Fisiologia**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GENÉTICA E EMBRIOLOGIA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	2º
DISCIPLINA:	GENÉTICA E EMBRIOLOGIA			Carga horária:	90 hs

EMENTA

A enfermagem e sua relação com a genética e o desenvolvimento humano. Os processos de divisão celular responsáveis pela produção e gametas e células cancerosas. Padrões de herança biológica. Genes e determinação do fenótipo. Estudo do cariótipo humano e principais cromossomopatias. Genética molecular: estrutura do material genético, replicação, transcrição, mutação/mutagenese, técnicas moleculares aplicadas às doenças humanas. Genética bioquímica: erros inatos do metabolismo, hemoglobinopatias. Grupos sanguíneos e doenças associadas. Genética do comportamento e genética do câncer. A enfermagem no aconselhamento genético. Introdução ao estudo da Embriologia, gametogênese, ovulação, fecundação, segmentação, fase da mórula, blástula, implantação. Gastrulação, neurulação. Períodos pré-embriônico, embriônico e fetal. Anexos embriônicos. Teratologia. Defeitos congênitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GÓMEZ DUMM, C. **Embriologia humana**: atlas e texto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 401 p. ISBN: 9788527711621.

MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. **Embriologia clínica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 609 p.

NUSSBAUM, R. L.; MCLNNES, Roderick R; WILLARD, Huntington F. **Thompson & Thompson genética médica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 525 p. ISBN: 9788535221497.

PASTERNAK, J. J. **Genética molecular humana**: mecanismos das doenças hereditárias. Barueri, SP: Manole, 2002. 497 p. ISBN: 8520412580.

SNUSTAD, D. P. **Fundamentos de genética**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008,2012. 903p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VIEIRA, T.; GIUGLIANI, R. Manual de genética médica para atenção primária à saúde. Porto Alegre: Artmed, 2013. 104p.

SADLER, T. W. **Langman fundamentos de embriologia medica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 155.

FLÓRIA-SANTOS, M.; SANTOS, E. M. M.; NASCIMENTO, L. C.; SILVA, G. P.; FERREIRA, B. R.; MIRANDA, D.O.; LOPES JÚNIOR, L. C.; PINTO, P. S. Atuação do enfermeiro em oncologia na perspectiva da genética e genômica. **Texto Contexto Enferm**, v.22, p.2, p: 526-33, 2013.

PINTO JÚNIOR, W. Diagnóstico pré-natal. **Ciência e Saúde Coletiva**,v. 7, n.1, p: 139-157, 2002.

FREITAS, D. S.; VIANA, L. S.; CUNHA, C. L. F.; SILVA, A. S.; SUAREZ, M. A. M. Genética: um fator de influência na formação da personalidade. **J Manag Prim Health Care**, v. 3, n.1, p: 26-33, 2012.

CARVALHO, F. H. C. et al. **Diagnóstico pré-natal das anomalias congênitas**. Guias de Medicina Laboratorial e Hospitalar Unifesp-EPM. São Paulo: Manole; 2003.

IMUNOLOGIA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	2°
DISCIPLINA:	IMUNOLOGIA			Carga horária:	45h

EMENTA

Introdução a Imunologia; imunidade ativa e passiva, órgãos linfoides e células do sistema imune, Tolerância imunológica, antígenos, anticorpos, reação antígeno anticorpo e sua aplicação prática, hipersensibilidade, Autoimunidade e Vacinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBAS, L.; PILLAI. **Imunologia Celular e Molecular**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
ROITT, I. M. **Imunologia**. São Paulo: Manole, 2003.
FORTES, Wilma Carvalho Neves. **Imunologia: do básico ao aplicado**. 2 ed. Porto Alegre. Artmed. 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMINI, Eli. Imunologia. 2 ed. Rio de Janeiro. Guanabara. 2002.
LIMA, Felicson Leonardo Oliveira et al. Síndrome de founrier e sua potencial variabilidade microbiológica. **Revista Visão Acadêmica**, Curitiba, v. 20, n. 3, p.39-46, set. 2019.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 176 p.: il. ISBN 978-85-334-2164-6. Disponível em:
<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf>

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	2°
DISCIPLINA:	MICROBIOLOGIA			Carga horária:	60h

EMENTA

Estudo da flora microbiana no trato intestinal; principais germes componentes; meios de pesquisa, cultura, incubação e isolamento dos microorganismos; Estudo morfológico e taxonômico dos principais grupos de microorganismos, suas interações com o hospedeiro humano; nutrição e crescimento microbiano; métodos de diagnóstico microbiano; técnicas de coleta e transporte de espécimes clínicos; mecanismos de resistência e mutação microbiana; controle e profilaxia de doenças infecciosas com ênfase no perfil epidemiológico da Região.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURTON, G. R. W. **Microbiologia para as ciências da saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
 TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 894 p.
 TRABUSI, L. R.; ALTERTHUM, F **Microbiologia**. 4.ed. Sao Paulo: Atheneu, 2005. 718p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. **Microbiologia de alimentos**. São Paulo: Atheneu, 2006.
 JAY, J. M. **Microbiologia de alimentos**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
 PELCZAR JÚNIOR, M. J. (Org.). **Microbiologia: conceitos e aplicações**. São Paulo: Makrow Books, 1997. 2v.

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	2°
DISCIPLINA:	FUNDAMENTOS DE SAÚDE COLETIVA			Carga horária:	60 h

EMENTA

Caracterização e busca da compreensão da atenção primária em saúde a partir da política Nacional da Atenção Básica. A disciplina propõe o reconhecimento do papel ativo do enfermeiro no contexto da atenção básica em consonância com a política pública do SUS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, G.W.S.; BONFIM, J.R.A.; MINAYO, M.C.S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M. **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. rev.e ampl. São Paulo: Hucitec, 2012. 968p.

BRASIL, Ministério da saúde. **Política Nacional de Humanização**. Série B. Textos básicos de Saúde. Brasília, 2010. 242p.

SANTOS, L.; ANDRADE, L.O.M. **SUS: o espaço da gestão inovada e dos consensos inter-federativos: aspectos jurídicos, administrativos e financeiros**. Campinas: Instituto de Direito Sanitário Aplicado, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MALAGUTTI, W. **Assistência domiciliar** – Atualidades da assistência de enfermagem. Rio de Janeiro: Rubio, 1ª ed. 2012, 332p.

SOUSA, M. C. M. R.; HORTA, N. C. (org.) **Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2ª ed. 2017.

LIZANCOS, F.M. A visita a domicílio e generalidades. In. MARTIN, I. López. **Atención Domiciliaria. Diagnósticos de enfermería**. Madrid: McGraw-Hill - Interamericana de España. 1994. p.1-60.

OLIVEIRA MB, CAVALCANTE EGR, OLIVEIRA DR, LEITE CEA, MACHADO MFAS. Educação em saúde como prática de enfermeiros na estratégia saúde da família. **Rev Rene**. v. 14, n. 5, p. 894-903, 2013.

CARMEN L. O. O. MORE, C. R. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Curso de Especialização em Saúde da Família – Modalidade a Distância. **Trabalhando com Grupos na Estratégia Saúde da Família [Recurso eletrônico]** / Universidade Federal de Santa Catarina; – Florianópolis, 2010. 55 p. (Eixo 2. Assistência e Processo de Trabalho na Estratégia Saúde da Família).

VERDI, M.; BUCHELE, F.; TOGNOLI, H. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Especialização em Saúde da Família – Modalidade a Distância. **Educação em saúde [Recurso eletrônico]** / Universidade Federal de Santa Catarina– Florianópolis, 2010. 44 p. (Eixo 2. Assistência e Processo de Trabalho na Estratégia Saúde da Família).

3º PERÍODO

BIOESTATÍSTICA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	3º
DISCIPLINA:	BIOESTATÍSTICA			Carga horária:	60 h

EMENTA

Estudo da estatística descritiva: organização e apresentação de dados, cálculo de indicadores; da estatística analítica: medidas de tendência central e de variabilidade; inferência estatística: testes de hipóteses e de correlação; aplicação da estatística na leitura crítica de artigos científicos e na tomada de decisão em enfermagem com base nos princípios da prática baseada em evidências. Noções elementares de probabilidade. Coeficientes e índices mais utilizados em saúde pública

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2. ed., São Paulo: HARBRA, 1990.
 VIEIRA, S. **Introdução à Bioestatística**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
 MALETTA, C.H.M. **Bioestatística: Saúde Pública**. 2. ed., Belo Horizonte, COOPMED, 1992.
 FLETCHER, R.H.; FLETCHER, S.W.; WAGNER, E.H. **Epidemiologia clínica: elementos essenciais**. 3. ed., Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALLEGARI-JAQUES, Sidia M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre-RS: ArtMed, 2003. 255p.
 FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
 LAURENTI, Ruy. **Estatísticas de saúde**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.
 MARTINS, Gilberto de Andrade; DONAIRE, Denis. **Princípios de estatística: 900 exercícios resolvidos e propostos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

FARMACOLOGIA BÁSICA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	3°
DISCIPLINA:	FARMACOLOGIA BÁSICA			Carga horária:	45 h

EMENTA

Introdução à farmacologia, histórico, estudos dos fármacos utilizados na profilaxia e no tratamento das enfermidades humanas. Medicamentos: origem, natureza química, posologia. Ação das drogas, sinergismo, antagonismo, antidotismo, incompatibilidade, fórmulas e formas, absorção, distribuição e eliminação. Fatores químicos e farmacológicos que modificam a ação e os efeitos dos medicamentos. Penicilina, tetraciclina, cloranfenicol, sulfamidas, anti-inflamatórios, histaminas, anti-histamínico, corticosteróides, citostáticos, hemostáticos, anticoagulantes, antissépticos. Anestésicos locais e parciais, sedativos e hipnóticos, anticonvulsivantes, hipno-analgésicos, anestésicos gerais, antipiréticos, estimulantes do sistema nervoso. Farmacologia das vias aéreas. Drogas que influenciam a diurese, acitócicas, anti-espasmódicos uterinos e as secreções.

A disciplina de Farmacologia objetiva propiciar aos estudantes os fundamentos gerais da funcionalidade dos sistemas e órgãos do corpo humano e dos princípios fundamentais farmacológicos. Neste contexto, o estudante poderá compreender o funcionamento do organismo em condições normais e patológicas, necessário para a abordagem clínica da (o) enfermeiro (a). Os tópicos de Farmacologia fazem a integração desses conceitos ao abordar o organismo como um todo nas suas respostas aos fármacos/medicamentos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABRAMS, A. C. **Farmacoterapia Clínica: princípios para prática de Enfermagem**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- CLAYTON, B.D.; STOCK, Y. N. **Farmacologia na prática de enfermagem**. 13.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 842 p.
- HARMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. GOODMAN; GILMAN. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 12. ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2012.
- RANG, H.D.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. **Farmacologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016
- SILVA, P. **Farmacologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ASPERHEIM, M. K. **Farmacologia para Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
- KATZUNG, Bertram G. **Farmacologia básica e clínica**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- FUCHS, Flavio Danni; WANNMACHER, Lenita. **Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional**. 4. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2010
- FINKEL, Richard; CABEDDU, Luigi X.; CLARK, Michelle A. **Farmacologia ilustrada**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	3°
DISCIPLINA:	PATOLOGIA HUMANA			Carga horária:	90 h

EMENTA

Introdução a Patologia, Histórico, Termos usados para o estudo da Patologia, Adaptação, Lesão e Morte Celular Fisiopatologia das respostas celulares frente ao estresse e à intoxicação, Acúmulos intracelulares, Degeneração celular, Resposta Inflamatória, Processos Infecciosos, Reparo Tecidual, Cicatrização, Distúrbios Hemodinâmicos, Neoplasias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASILEIRO FILHO, Geraldo. **Bogliolo Patologia**. 7. ED. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 1 CD
 ROBBINS, Stanley L. **Robbins Patologia Estrutural e Funcional**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1996. 1276 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE ROBERTS, E.D.P., DE ROBERTS JR., EMF. **Bases da biologia celular e molecular**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006
 LEBOFFE, M. J. **Atlas Fotográfico de Histologia**. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2005.
 JUNQUEIRA; CARNEIRO. **Biologia Celular e Molecular**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
 MICHALANY, Jorge. **Anatomia patológica geral na pratica medico-cirúrgica**. São Paulo: Artes Medicas, 1995. 319.

PARASITOLOGIA HUMANA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	3°
DISCIPLINA:	PARASITOLOGIA HUMANA			Carga horária:	75h

EMENTA

Estudo das principais espécies de protozoário e helmintos e suas inter-relações com o homem e o ambiente. Estudo da morfologia, biologia e profilaxias das principais espécies de artrópodes de importância epidemiológica regional. Principais métodos de diagnóstico laboratorial das doenças parasitárias. Parasitismo e doenças parasitárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COURA, J. R. **Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 2 v.
FOCACCIA, R. **Tratado de infectologia**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
NEVES, D. P. **Parasitologia humana**. 12. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 546 p. ISBN: 9788538802204.
REY, L. **Bases da Parasitologia Médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REY, L. **Parasitologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
CIMERMAN, B.; FRANCO, M. A. (Ed). **Atlas de parasitologia humana: com a descrição e imagens de Artrópodes, Protozoários, Helmintos e Moluscos**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2012. 166 p. ISBN: 9788538802587.
CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. **Parasitologia humana e seus fundamentos gerais**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005. 390 p. ISBN: 9788573791402.
DIAGNÓSTICO laboratorial: Avaliação de métodos de diagnóstico das principais doenças infecciosas e parasitárias e auto-imunes. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

SEMIOLOGIA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	3º
DISCIPLINA:	SEMIOLOGIA			Carga horária:	105 h

EMENTA

Nessa disciplina o aluno será familiarizado com os conceitos básicos de semiologia, voltado para abordagem do conhecimento das necessidades humanas básicas do indivíduo no processo saúde doença como ser biopsicossocial e espiritual, aplicando a sistematização da assistência de enfermagem e relacionamento interpessoal. Ao final da disciplina, o aluno estará capacitado a realizar todas as etapas do processo de enfermagem (histórico de enfermagem, diagnóstico de enfermagem, planejamento, implementação e avaliação), avaliando sinais e sintomas clínicos fisiológicos e patológicos voltados aos aspectos preventivos, curativos e de reabilitação do processo de cuidar, norteados pelo padrão de normalidade descrito na literatura. Deverá realizar a anamnese e exame físico de pacientes, baseados nos métodos propedêuticos (inspeção, palpação, percussão e ausculta) e nos instrumentos básicos para o cuidado à saúde, por meio do método clínico utilizado para avaliar o estado de saúde do paciente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Alba Lúcia Botura Leite de. **Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto**. 2002. 272p.
 POSSO, Maria Belen Salazar. **Semiologia e semiotécnica de enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2005. 181p.
 POTTER, Patricia A; PERRY, Anne Griffin. **Fundamentos de enfermagem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 1391 p. ISBN: 9788535261530.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALFARO-LEFEVERE, Rosalinda. **Aplicação do processo de enfermagem: um guia passo a passo**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
 HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 11. ed. 2018.
 CARPENITO, Lynda Juall. **Diagnóstico de Enfermagem: aplicação à prática clínica**. 6. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997. 812p.
 BULECHEK, G. M. BUTCHER, H. K. DOCHTERMAN J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. Rio de Janeiro: Elsevier 2010.
 TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. **Sistematização da Assistência de Enfermagem. Guia Prático**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

SOCIOLOGIA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	3º
DISCIPLINA:	SOCIOLOGIA			Carga horária:	45 h

EMENTA

Estudo da Sociologia como ciência, objeto, método. O homem e a sociedade: o processo de socialização e as patologias sociais. Os serviços de saúde, origem e evolução histórica. Situação, evolução de saúde e sua assistência no Brasil. Os serviços de saúde e a reprodução das relações sociais. Enfermagem e o compromisso social no atual contexto socioeconômico. Abordagem de conteúdos voltados para: a educação das relações étnico-raciais; o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena; e a educação em direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGER, P. ; LUCKMANN. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GIDDENS Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 847 p. ISBN: 9788563899262.

QUINTANEIRO, T. et al. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MINAYO, MCS., and COIMBRA JR, CEA., orgs. **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 708 p. ISBN 85-7541- 061-X. Available from SciELO Books .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Ulisses F; AQUINO, Júlio Groppa. **Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001. 144 p. (Educação em pauta: temas transversais) ISBN: 8516029069.

DURKHEIM, E. **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Centauro, 2005.

DURKHEIM, E. **O suicídio**: estudo de sociologia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 373p. ISBN: 9788522421459.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SILVA, I. G. **Estado, saúde e participação política**. São Paulo: Xamã, 2011.

EPIDEMIOLOGIA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	4º
DISCIPLINA:	EPIDEMIOLOGIA			Carga horária:	60 h

EMENTA

Fundamentos epidemiológicos para estudo dos determinantes do processo saúde x doença. Níveis de prevenção à saúde. Fatores de risco para doenças. Introdução à epidemiologia. Epidemiologia descritiva. Epidemiologia analítica. Indicadores epidemiológicos. Transição epidemiológica. Doenças transmissíveis. Doenças e agravos não transmissíveis. Notificação de doenças, agravos e eventos de saúde. Educação em saúde. Vigilância epidemiológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PASSOS, Afonso Diniz Costa. **Fundamentos de Epidemiologia**. São Paulo: Manole, 2005. 380p.
FLETCHER, Robert H; LETCHER, SuzaJne W. **Epidemiologia clínica: elementos essenciais**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p.
ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (Org). **Epidemiologia & saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. 709 p. ISBN: 978859997842.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SWAROWSKY, Gustavo. **Epidemiologia**. São Paulo: Medcel, 2018. 4 v. (Coleção SIC) ISBN: 9788551203446.
JEKEL, James F; KATZ, David L; ELMORE, Joann G. **Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432 p.

FARMACOTERAPIA APLICADA À ENFERMAGEM

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	4°
DISCIPLINA:	FARMACOTERAPIA APLICADA À ENFERMAGEM			Carga horária:	60 h

EMENTA

Antibioticoterapia, Fármacos atuantes no Sistema Nervoso, Sistema Endócrino, Digestório, Respiratório, Circulatório, Urinário, Quimioterápicos Antineoplásicos, utilizados em hospitais gerais, maternidades, emergência e em Programas de Saúde do Sistema Único de Saúde. Estudo das reações adversas e interações medicamentosas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMS, A. C. **Farmacoterapia Clínica: princípios para prática de Enfermagem**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

CLAYTON, B.D.; STOCK, Y. N. **Farmacologia na prática de enfermagem**. 13.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 842 p.

HARMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. GOODMAN; GILMAN. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 12. ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2012.

RANG, H.D.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. **Farmacologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

SILVA, P. **Farmacologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASPERHEIM, M. K. **Farmacologia para Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

KATZUNG, Bertram G. **Farmacologia básica e clínica**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

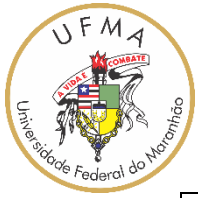
FUCHS, Flavio Danni; WANNMACHER, Lenita. **Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional**. 4. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2010

FINKEL, Richard; CABEDDU, Luigi X.; CLARK, Michelle A. **Farmacologia ilustrada**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010

MATO GROSSO. **Manual sobre medicamentos: acesso e uso** / Mato Grosso. Secretaria de Estado de Saúde. Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica. – 2. ed. rev. atualizada, 2018.21 p.; il.: 30 cm. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/8674>

EBSERH. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Ministério da Educação. **Guia para preparo de medicamentos injetáveis** – Unidade de Dispensação Farmacêutica - HU-UFGD/Ebserh, 2017. 43 p. Disponível em: <
http://www2.ebserh.gov.br/documents/16692/1769655/Guia+para+dilui%C3%A7%C3%A3o+de+medicamentos+injet%C3%A1veis+-+HU_UFGD+-+1%C2%AA.+edi%C3%A7%C3%A3o.pdf/75f621db-e349-46cf-9fba-444738aa1d47>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Cartilha para a promoção do uso racional de medicamentos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 28 p. : il. ISBN 978-85-334-2260-5 Disponível em:



<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_promocao_uso_racional_medicamentos.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.

Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: Rename 2020 [recurso eletrônico] /

Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília :

Ministério da Saúde, 2020. 217 p. Disponível em: <

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_medicamentos_rename_2020.pdf>

INFORMÁTICA EM SAÚDE

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	4º
DISCIPLINA:	INFORMÁTICA EM SAÚDE			Carga horária:	45h

EMENTA

Esta disciplina visa inserir o aluno no mundo da informática, principalmente no que diz respeito a associação desta com os sistemas de informações em serviços de saúde no âmbito municipal, estadual e federal como por exemplo o SIM, SINASC, SINAN, etc. Além disso visa também dar os conhecimentos necessários aos alunos para que possam entender e desenvolver sites na Internet (Front Page e Flog), prontuários eletrônicos, terem apoio a diagnósticos, além de organizar e participar de videoconferência e teleconferência.

Os conhecimentos adquiridos serão consolidados através de exercícios e atividades práticas correlacionadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TURBAN, Efraim. **Comércio Eletrônico; estratégia e gestão**. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2004.
 NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron, 1996.
 SANTANA FILHO, Ozeas Vieira. **Introdução à Internet: Tudo que você precisa saber para navegar bem na rede**. 6. ed. São Paulo: Senac, 2005.334p.
 O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DATE, C. J. – **Introdução a Sistemas de Banco de Dados**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
 MARÇULA. Marcelo, Fernando de C. **Informática: conceitos básicos**. São Paulo: Érica, 2005.

INTERPRETAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	4°
DISCIPLINA:	INTERPRETAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES			Carga horária:	60 h

EMENTA

Introdução aos exames complementares, histórico, finalidade e principais exames laboratoriais, hematologia, parasitologia, culturas, sorologia, bioquímica, dosagens eletrolíticas, provas das funções renais e hepáticas, correlações clínicas. Solicitação de exames laboratoriais, Imaginologia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, Orceia Pereira Sales Carvalho. **Leitura e interpretação de exames em enfermagem**. 3. ed. Goiania: Ab, 2008. 168 p.
 FISCHBACH, Frances Talaska. **Manual de enfermagem: exames laboratoriais e diagnósticos**. 7.ED. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 736.
 PORTO, Celmo Celeno; PORTO, Arnaldo Lemos (Ed). **Exame clínico: Porto & Porto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, 2013. 522 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Maria de Fátima. **Exames diagnósticos: finalidade, procedimento, interpretação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 534 p.
 MARIA, Vera Lucia Regina. **Exame clínico de enfermagem do adulto: focos de atencao psicobiologicos como base para diagnostico de enfermagem**. 3 ED. Sao Paulo: Iatria, 2010. 284.
 PORTO, Celmo Celeno; PORTO, Arnaldo Lemos. **Exame clínico: bases para a prática médica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 508p.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	4°
DISCIPLINA:	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO			Carga horária:	60 h

EMENTA

Introdução à psicologia do desenvolvimento, com compreensão das etapas de vida humanas, sem ser etapista, mas com sensibilidade para as relações intergeracionais, do nascimento à morte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.) **Desenvolvimento psicológico e educação**. Artes Médicas, 1995.
 GRIFFA, M. C. **Chaves para a psicologia do desenvolvimento: vida pré-natal, etapas da infância**. SAO PAULO: PAULINAS, 2010.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico.** 10. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- BEE, H. L. **A criança em desenvolvimento.** 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BALTES, P. Longtudinal and cross-sectional sequences in the study of age generation effects. **Human Development**, v.11, n.3, p. 145-171, 1968.
- BIAGGIO, A. **Psicologia do Desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1978.
- COLE, M., & COLE, S. O. **Desenvolvimento da criança e do adolescente.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ERIKSON, E. H. **O ciclo de vida completo.** São Paulo: Artmed, 1998.
- PAPALIA, D. & OLDS, S. **Desenvolvimento Humano.** (D. Bueno, trad.) Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAÚDE AMBIENTAL

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	4º
DISCIPLINA:	SAÚDE AMBIENTAL			Carga horária:	45 h

EMENTA

A Enfermagem no estudo dos ecossistemas e sua relação com a saúde humana e ambiental. O conceito de ambiente nas teorias de enfermagem. Habitação saudável e saneamento básico. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. O ambiente nas doenças transmissíveis. Tipos de poluição e implicações na saúde. Ambiente global, alterações climáticas, e o desenvolvimento sustentável na saúde. Agrotóxicos e implicações na saúde humana. Fatores ambientais para o câncer.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KORMONDY, E. J.; BROWN, D. E. **Ecologia humana**. São Paulo: Atheneu, 2002. 503 p. ISBN: 8574540730.

PHILIPPI JUNIOR, A. (Editor). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Manole, 2005. 842 p.

ODUM, Eugene P; BARRET, Gary W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Thompson Learning, 2007. 612 p. ISBN: 9788522105410.

ROUQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. (Org). **Epidemiologia & saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. 709 p. ISBN: 978859997842.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 255 p. ISBN: 9788524919725.

COHN, A. **Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços**. 5. ED. São Paulo: Cortez: Cedec, 2003. 133p.

DE ANGELIS, R. C. **A importância dos alimentos vegetais na proteção da saúde: fisiologia da nutrição protetora e preventiva de enfermidades degenerativas**. 2.E D. São Paulo: Atheneu, 2006. 317p.

FIGUEIREDO, NEBIA MARIA ALMEIDA DE; TONINI, TERESA. **Sus e psf para enfermagem: práticas para o cuidado em saúde coletiva**. Sao Caetano do Sul, Sp: Yendis, 2008. 312.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4 ED. Porto Alegre: Ed.Unversidade/Ufrgs, 2009. 654p.

**SEMIOTÉCNICA**

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	4º
DISCIPLINA:	SEMIOTÉCNICA			Carga horária:	105 h

EMENTA

Visa a implementação do Processo de enfermagem no cuidado; nas técnicas de higiene pessoal, curativos simples, drenos e cateteres, imobilização e conforto. Estudo dos princípios gerais de administração de medicamentos, seus cálculos, as vias de administração e venoclise. O prontuário, registros de enfermagem. Cuidados de enfermagem ao paciente fora de possibilidades terapêuticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda **Aplicação do Processo de Enfermagem**: um guia passo a passo- 4ed.. – Porto Alegre: Artes médicas Sul, 2000.
ATKINSON, Leslie D; MURRAY, Mary Ellen. **Fundamentos de enfermagem: introdução ao processo de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994. 618p.
HORTA, Wanda de Aguiar. **Processo de enfermagem**. São Paulo: EPU, 1979. 93p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NETTINA, SANDRA M. **Prática de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 8.ed.
POSSARI, JOÃO FRANCISCO. **Prontuário do paciente e os registros de Enfermagem**. São Paulo, Iatria, 2007.
POTTER, Patrícia A. **Fundamentos de Enfermagem**. Rio de Janeiro, Elsevier.
ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; ROCHA, Stuardo Yazlle. **O saber de enfermagem e sua dimensão prática**. São Paulo: Cortez, 1989. 128p.
FORTES, Julia Ikeda, KAWAMOTO, Emília Emi. **Fundamentos de enfermagem**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária.

5º PERÍODO

ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	4º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA			Carga horária:	75 h

EMENTA

Estudo do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes na assistência ao paciente em condições críticas que se caracterize como uma situação de urgência ou emergência, através do reconhecimento de alterações fisiopatológicas e das atuações na prevenção dos danos e complicações resultantes dos desvios das funções do organismo. Gerenciamento e assistência pré-hospitalar e intra-hospitalar à pessoa vítima de acidente, urgências clínicas, urgências traumatológicas e em situações especiais que requerem atendimento de emergência; técnicas e manobras de atendimento pré-hospitalar; Atendimento em suporte básico de vida e suporte avançado de vida. Aspectos éticos na assistência de enfermagem em emergência. Suporte emocional a pessoas e familiares em situações de emergências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Marco Aurélio Scarpinella. **Condutas em emergências**: unidade de primeiro atendimento upa: hospital israelita Albert Einstein. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein, 2009. 2 v.

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de; VIEIRA, Álvaro Alberto de Bittencourt. **Emergência: atendimento e cuidados de enfermagem**. 2. ed. São Caetano do Sul, Sp: Yendis, 2008. 2008 p.

MARTINS, Herlon Saraiva et al. **Emergências clínicas: abordagem prática**. 9. ed. rev. atual. Barueri, SP: Manole, 2014. 1328 p. ISBN: 9788520438572.

SALLUM, Ana Maria Calil; PARANHOS, Wana Yeda (Editor). **O enfermeiro e as situações de emergência**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 835 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADÃO, R. S.; SANTOS, M. R. Atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar móvel. REME – **Rev. Min. Enferm.**;16(4): 601-608, out./dez., 2012.

ABRAMET. **Noções de primeiros socorros no trânsito**. São Paulo: ABRAMET, 2005. 38 p.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destaques da American Heart Association: Atualização das Diretrizes de CPR&ECC**. [s.i.]: American Heart Association, 2015. GUIDELINES 2015.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. [S.I.]: **Atualizações Focadas em Recomendações de 2018 da American Heart Association para RCP e ACE**. Nova York: American Heart Association, 2018. Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2018/10/2018-Focused-Updates_Highlights_PTBR.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BARATA, F. B. Destaque das Novas Diretrizes Internacionais para o Suporte Básico de Vida em Pediatria - Parte 2. **Emergência Clínica**, 2011; 06 (31): 122-128.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Acolhimento de Classificação de Risco nos Serviços de Urgência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 52 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de rotinas para atenção ao AVC**. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 50 p. : il.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Parecer Técnico- Científico- O uso do Alteplase (rt – PA) no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Cartilha para tratamento de emergência das queimaduras** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2012. 20 p. : il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde)
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)**. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 84 p. : il.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolo de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: Protocolos de Suporte Básico de Vida**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. CONASS. **Nota técnica: Política Nacional de Atenção às Urgências: Diretrizes e mecanismos para a implantação do componente Sala de Estabilização – SE da Rede de Atenção às Urgências** – Brasília: CONASS, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 de julho de 2011. Seção 1. p. 130.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.029, de 24 de agosto de 2011. Institui a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de agosto de 2011. Seção 1. p. 91.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.026, de 24 de agosto de 2011. Aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de agosto de 2011.
- DESLANDES, SF. **O processo de trabalho na emergência**. In: Frágeis deuses: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & saúde collection, pp. 45-94. ISBN: 978-85-7541-528-3. DOI: 10.7476/9788575415283.
- GIGLIO-JACQUEMOT, Armelle. **Urgências e emergências em saúde: perspectivas de profissionais e usuários**. / Armelle Giglio-Jacquemot. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
- GONZALEZ, M. M. C. et al. Diretriz de ressuscitação cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia: Resumo Executivo. **Arq Bras Cardiol**. v. 100, n. 2, p. 105-113, 2013.
- KONDO, E. H; VILELLA, J.C; BORBA, L.O; PAES, M.R, MAFTUM, M. A. Abordagem da equipe de enfermagem ao usuário na emergência em saúde mental em um pronto atendimento. **Rev Esc Enferm USP**, v. 45, n. 2, p. 501-507, 2011.
- MARIA, M. A; QUADROS, F. A. A; GRASSI, M. F. O. Sistematização da assistência de enfermagem em serviços de urgência e emergência: viabilidade de implantação. **Rev. bras. en-**

ferm., Brasília , v. 65, n. 2, p. 297-303, Apr. 2012 .

MELO, D. A.; DIAS, L. E; PANCIERI, H. A. **Protocolo de Suporte Básico da Vida 2007**. Goiânia: Estado de Goiás, Corpo de Bombeiros Militar, Grupo de Salvamento em Emergência, Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergências (SIATE-GO), 2007.

MORAIS FILHO, Luiz Alves et al. Competência legal do enfermeiro na urgência/ emergência. **Enfermagem em Foco**, [s.l.], v. 7, n. 1, p.18-23, 2 abr. 2016. Conselho Federal de Enfermagem - Cofen. DOI: <http://dx.doi.org/10.21675/2357-707x.2016.v7.n1.659>.

NASCIMENTO, E. R. P. et al. Classificação de risco na emergência. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2011 jan/mar; 19(1):84-8.

NITSCHKE, César Augusto Soares et al. **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – SUS/ Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, Escola de Saúde Pública de Santa Catarina, Núcleo de Educação em Urgência**. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, 2006. 218 p.

PERBONI, Jéssica Siqueira; SILVA, Renata Cunha da; OLIVEIRA, Stefanie Griebeler. A humanização do cuidado na emergência na perspectiva de enfermeiros: enfoque no paciente politraumatizado. *Interações (Campo Grande)*, **Interações Campo Grande**, v. 20, n. 3, p. 959-972, Sept. 2019 .

SZPILMAN, David et al. Afogamento: tragédia sem atenção. Drowning. **New England Journal Of Medicine**, [s.l.], v. 366, n. 22, p.2102-2110, 31 maio 2012. Massachusetts Medical Society. DOI: <http://dx.doi.org/10.1056/nejmra1013317>.

SZPILMAN, David (Brasil). Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático - Sobrasa. Manual Emergências Aquáticas. Barra da Tijuca, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Sociedade Brasileira de Cardiologia. **Treinamento de emergências cardiovasculares**. [s.i.]: Manole, 2012.

ENFERMAGEM NA SAÚDE DO IDOSO

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	5º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO IDOSO			Carga horária:	105 h

EMENTA

Aborda a assistência de Enfermagem ao ser humano em seu processo de envelhecimento, considerando os principais agravos e os determinantes socioculturais, econômicos, biológicos e familiares. Visando inserir o aluno nas abordagens sobre a legislação do SUS e os direitos do idoso. Processo e teorias do envelhecimento, pirâmide populacional; aspectos clínicos do envelhecimento; riscos físicos; principais afecções e intervenções de enfermagem

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Elizabete Viana de. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 1741 p. ISBN: 9788527719056.

GONÇALVES, Lucia Hisako Takase; TOURINHO, Francis Solange Vieira (Orgs). **Enfermagem no cuidado ao idoso hospitalizado**. São Paulo: Manole, 2012. 407 p. (Série enfermagem) ISBN: 9788520423332.

OLIVEIRA, Licia Milena de Guerra César Augusto. **Psiquiatria e geriatria: principais temas para provas de residência médica**. São Paulo: Medcel, 2018. 431p. (SIC) ISBN: 9788551203729.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da saúde secretaria de atenção à saúde departamento de ações programáticas estratégicas. **Caderneta de saúde da pessoa idosa**. 4a edição. Brasília, 2017. Disponível em: <https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/27/CADERNETA-PESSOA-IDOSA-2017-Capa-miolo.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso** / Ministério da Saúde - 3. ed., 2. reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 70 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 192 p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd19.pdf

FERREIRA OGL, MACIEL SC, COSTA SMG, SILVA AO, MOREIRA MASP. **Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional**. Texto Contexto Enferm. v.21, n.3, p :513-8, 2012. Disponível em: <http://www.index-f.com/textocontexto/2012/r21-513.php>

GERENCIAMENTO E LIDERANÇA EM ENFERMAGEM

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	5º
DISCIPLINA:	GERENCIAMENTO E LIDERANÇA EM ENFERMAGEM			Carga horária:	90 h

EMENTA

Bases teóricas e conceituais da administração. Filosofia do serviço de enfermagem. Processo de trabalho gerencial em Enfermagem. Níveis de complexidade e competências do Enfermeiro nas diversas funções administrativas: planejamento, estrutura organizacional, direção, controle e supervisão de modo a possibilitar o gerenciamento e gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros. Educação permanente em saúde. Lideranças em Enfermagem. Gerenciamento em enfermagem. Sistema de Informação em Saúde. Auditoria em enfermagem. Administração de Conflito. Tomada de decisão em Enfermagem. Mudança em Enfermagem. Processo de informatização na enfermagem. Prontuário do paciente. Humanização. Planejamento na Assistência de Enfermagem. Serviços de controle de infecção hospitalar. SESMT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas organizações**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1997 214p.
 CARVALHO, Antônio Vieira de. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira, 1998. 339p.
 KUCGANT, P. **Administração em enfermagem**. São Paulo: E.P.U. 1991.
 KUCGANT, P. **Gerenciamento em enfermagem**. Rio de Janeiro, 2005: Guanabara Koogan,
 MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. **Administração e liderança em enfermagem**. Porto Alegra: Artmed, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 194p.
 CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. 3.ed. São Paulo: Makron Books, c1997. 257p.
 CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 457p.
 DRUCKER, P. **Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século**. 6. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 1998.
 DRUCKER, P. **O gerente eficaz**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.
 HAMPTON, D. R. **A administração contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Makron, 1992.

METODOLOGIA DA PESQUISA EM SAÚDE

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	5º
DISCIPLINA:	METODOLOGIA DA PESQUISA EM SAÚDE			Carga horária:	45 h

EMENTA

A disciplina contempla a exploração dos métodos científicos utilizados para a produção do conhecimento na área da saúde, abordando os aspectos teóricos, práticos e técnicos responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento crítico científico, indispensável às ciências da saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELL, J. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais - 4. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** - 23. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 269 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRUZ, C.; R. U. **Metodologia Científica**: teoria e prática. São Paulo: Axcel Brooks, 2003. 236 p. + CD-ROM.

DYNIWICZ, A. M. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3. Ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2014.

LACERDA, M. R.; COSTENARO, R.G.S. (Org). **Metodologias da pesquisa para Enfermagem e Saúde**: da teoria à prática. Porto Alegre: Moriá, 2016.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B.P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 487 p.

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	5°
DISCIPLINA:	PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE			Carga horária:	60 h

EMENTA

Introdução à psicologia da personalidade. Estruturas de personalidade. Crise/Crescimento da personalidade. Tipos de pessoa humana. Patologias fundamentais. DSM-5, CID-11. Psicoterapias. Relações de Equipe e traços de personalidade. Reformas psiquiátricas e políticas públicas de Saúde Mental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSCHI, Luciana. **A Personalidade Através da Escrita**. Rio de Janeiro: E-papers, 2001. 1 livro eletrônico 141 p. ISBN: 8587922130.
 JASPERS. **Psicopatologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenologia**. 8.ED. Sao Paulo: Atheneu, 2006. 2V.
 VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7.ed. São Paulo: Martins fontes, 2007. 182p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WENDT, G. W., LISBOA, C. S. M., DESOUSA, D. A. & KOLLER, S. H. Perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPQ em psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n.3, p. 536-547, 2013.
 WIGGINS, J. S. Paradigms of personality assessment. New York: Guilford Personality trait structure as a human universal. **American Psychologist**, v. 52, n.5 ,p. 509-516, 2003.
 MENDES, L. S., NAKANO, T. C., SILVA, I. B. & SAMPAIO, M. H. L. Conceitos de avaliação psicológica: conhecimento de estudantes e profissionais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.33, n. 2, p. 428-445, 2013.
 ROTHBART, M. K., AHADI, S. A. & EVANS D. E. Temperament and personality: origins and outcomes. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 78, n.1, p. 122-135, 2000.

ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM CUIDADOS CLÍNICOS

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM CUIDADOS CLÍNICOS			Carga horária:	75 h

EMENTA

Inserção do aluno ao estudo das concepções teóricas de Enfermagem com abordagem prática. Aplicação do Processo de Enfermagem e Sistematização da Assistência de Enfermagem nos diversos sistemas orgânicos. A estrutura e funcionamento segundo os protocolos ministeriais dos serviços de Clínica Médica. Fundamentos teóricos-metodológicos do cuidar em Enfermagem a pacientes adultos, em condições de necessidades clínicas dos sistemas Cardiovascular, Respiratório, Digestório, Genitourinário e Renal, compreendendo as principais afecções, epidemiologia, clínicas, terapêuticas e intervenções de enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, A.L.B.L.& Cols. **Anamnese e Exame Físico** - Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SMELTZER, S. C.; BARE, B .G.; BRUNNER & SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médico - cirúrgica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara –Koogan.

BLACK, J.M., JACOBS, E.M. **Enfermagem Médico Cirúrgica: Uma abordagem psicofisiológica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 11. ed. 2018. 468p

CARPENITO-MOYET, LINDA JUALL. Manual de diagnósticos de enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BULECHEK, G. M. BUTCHER, H. K. DOCHTERMAN J. M. Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC) [tradução Soraya Imon de Oliveira...et al] Rio de Janeiro, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IRON,G. Feridas: novas abordagens, manejo clínico e atlas em cores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DOCHTERMAN, JOANNE MCCLOSKEY. Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC). Porto Alegre: Artmed, 2008.

POTTER, PA; PERRY, AG. Fundamentos de enfermagem. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2004.

TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Guia Prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Endocrinologia e nefrologia / Ministério da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 20 p.: il. (Protocolos de encaminhamento da atenção básica para a atenção especializada; v. 1)

BRASIL. Ministério da Saúde. Cardiologia [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 23 p.: il. (Protocolos de encaminhamento da atenção básica para a atenção especializada; v. 2)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de acesso ambulatorial : consultas especializadas : Hospitais Federais no Rio de Janeiro / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 188 p. : il.



ROHDE, L. E. P. Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, [s.l.], p.436-539, dez. 2018. Sociedade Brasileira de Cardiologia. DOI:< <http://dx.doi.org/10.5935/abc.20180190>>.

PEREIRA, J. M. V. et al . Diagnósticos de enfermagem de pacientes hospitalizados com doenças cardiovasculares. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 737-745, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452011000400012>>

ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM CUIDADOS CRÍTICOS

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6°
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM CUIDADOS CRÍTICOS			Carga horária:	75 h

EMENTA

Desenvolvimento do processo de cuidar em enfermagem ao indivíduo adulto e idoso internado em unidade clínica de alta complexidade tendo como foco principal a assistência integral e humanizada às pessoas, família e/ou cuidador principal que necessitam de intervenções atuando nas suas necessidades biopsicossociais. Fundamento Teórico e Metodológico para o cuidar em Enfermagem. Epidemiologia, anatomofisiologia e principais afeções clínicas do sistema endócrino, metabólico, neurológico, respiratório e musculoesquelético. Hemoterapia. Afeções oncológicas, distúrbios eletrolíticos e acidobásicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUNNER & suddarth tratado de enfermagem medico-cirurgica. 11. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
 CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. **Diagnóstico de enfermagem: aplicação à prática clínica**. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 1023 p. ISBN: 9788536326016.
 CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. **Panos de cuidados de enfermagem e documentação: diagnósticos de enfermagem e problemas colaborativos**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 832 p. ISBN: 9788536325309.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARPENITO, Lynda Juall. **Compreensão do Processo de Enfermagem: mapeamento de conceitos e planejamento**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2007.
 CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. **Compreensão do processo de enfermagem: mapeamento de conceitos e planejamento do cuidado para estudantes**. Porto Alegre: Artmed, 2007. 600.
 DEALEY, C. **Cuidando de feridas: um guia para as enfermeiras**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 240 p
 DOCHTERMAN, J.M. BULECHEK, G. M. **Classificação das intervenções de enfermagem NIC**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 988p.
 HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 11. ed. 2018.
 TIMBY, B.K; SMITH, N. **Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 8ed. Barueri: Manole, 2005. 1256p.
 CAVALCANTI, I. M. C. et al . Princípios dos cuidados paliativos em terapia intensiva na perspectiva dos enfermeiros. **Rev Cuid**, Bucaramanga, v. 10, n. 1, e555, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.v10i1.555>.
 JOMAR, R. T. et al . Incidence of pressure injury in an oncological intensive care unit. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 72, n. 6, p. 1490-1495, Dec. 2019 . Available from. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0356>.
 LINN, A. C; CAREGNATO, R. C. A.; SOUZA, E. N. Clinical simulation in nursing education in intensive therapy: an integrative review. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 72, n. 4, p. 1061-1070, Aug. 2019 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0217>.
 RIBEIRO, V. S.; GARBUIO, D. C.; ZAMARIOLLI, C. M; EDUARDO, A. H. A.;



CARVALHO, E. C. Simulação clínica e treinamento para as Práticas Avançadas de Enfermagem: revisão integrativa. **Acta Paul Enferm.**, v. 31, n. 6, p. 659-666 2018

ENFERMAGEM EM DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM EM DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS			Carga horária:	75 h

EMENTA

Aspectos conceituais e históricos da vigilância epidemiológica. Operacionalização da vigilância epidemiológica. Notificação e investigação epidemiológica das doenças transmissíveis. Assistência de Enfermagem na Tuberculose. Assistência de Enfermagem na Hanseníase. Assistência de Enfermagem nas meningites. Assistência de Enfermagem na raiva humana. Assistência de Enfermagem nas Hepatites virais. Assistência de Enfermagem a pessoa vivendo com HIV/aids. Assistência de Enfermagem a pessoa com sífilis. Assistência de Enfermagem na Dengue. Assistência de Enfermagem na Chikungunya. Assistência de Enfermagem na Zika. Assistência de Enfermagem na Leishmaniose visceral e tegumentar. Assistência de Enfermagem na Esquistossomose. Assistência de Enfermagem na Malária. Assistência de Enfermagem na toxoplasmose.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COURA, J.R. **Dinâmica das doenças Infeciosas e Parasitárias**. 2ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

COSTA, D. A. G. **Infectologia**. 1ed. São Paulo: Medcel, 2018. ISBN: 9788551203552

ROUQUAYROL, MZ; SILVA, MGC. **Epidemiologia & Saúde**. 7ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

VERONESI. **Tratado de Infectologia**. 3ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Ministério da saúde. **Guia de vigilância em saúde**. 3ed. Brasília MS, 2019. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf>

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil**. MS. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/28/manual_recomendacoes.pdf>

BRASIL, Ministério da Saúde. **Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública: manual técnico-operacional**. MS. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/diretrizes_para_eliminao_hanseniose_-_manual_-_3fev16_isbn_nucom_final_2.pdf>

BRASIL, Ministério da saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**, Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2015/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-atencao-integral-pessoas-com-infeccoes>>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos**. Brasília: MS, 2018. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2013/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adultos>>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança**. 5º ed. Brasília: MS, 2016. Disponível em:

<<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/14/dengue-manejo-adulto-crianca-5d.pdf>>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Febre de chikungunya: manejo clínico**. Brasília: MS, 2017. Disponível em:

<<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/dezembro/25/chikungunya-novo-protocolo.pdf>>

BRASIL. Ministério da Saúde. **ZIKA: Abordagem clinica na atenção básica**. Brasília: MS, 2016. Disponível em:

<http://www.saude.pi.gov.br/uploads/warning_document/file/276/livro.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais. Brasília: MS, 2016. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual Técnico para Diagnóstico da Sífilis**. Brasília: MS, 2016. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2016/manual-tecnico-para-diagnostico-da-sifilis>>

ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6°
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL			Carga horária:	75 h

EMENTA

Os processos de elaboração de políticas públicas na atenção à saúde mental e o desenvolvimento de programas serão examinados sob a perspectiva de modelos históricos, contemporâneos e futuros do sistema de saúde mental brasileiro e mundial. Tópicos Perspectivas Teóricas do comportamento humano aplicado à saúde mental na prática de Enfermagem. Conceitos avançados de comunicação e Relacionamento interpessoal. Reforma Psiquiátrica e Políticas em Saúde Mental no Brasil. Reabilitação Psicossocial. Processo de Enfermagem em psiquiatria ou Saúde Mental. Prevenção em Saúde Mental – primária, secundária e terciária. Funções do Ego. Entrevista psiquiátrica. Influências de fatores culturais sobre a saúde e a doença mental. Influência de fatores biológicos sobre a saúde e a doença mental de indivíduos e de grupos. Família e sociedade. Crise, Terapia e intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TOWNSEND; COURTNEY, M. **Enfermagem Psiquiátrica: conceitos de cuidados**. 7. ed. Guanabara Koogan, 2014, 980p.
 ROCHA, Ruth Mylius. **Enfermagem em saúde mental**. 2 ed. Rio de Janeiro: Senac/Dn/Dfp, 2014. 111 p.
 MARCOLAN, João Fernando; CASTRO, Rosiani C. B. Ribeiro de. **Enfermagem em saúde mental e psiquiátrica: desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 434 p. ISBN: 9788535269413.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. Ed. Perspectiva, 2010.
 GHERARDI-DONATO, E.C.S.; FERNANDES, M.N.F. Relacionamento interpessoal. In: SILVA, L.A.; SANTOS, I. **Cuidar em Enfermagem e Saúde Mental: Métodos, técnicas e pesquisas inovadoras para o cuidado integral em saúde mental**, vol. III. Curitiba: Appris, 2017. p. 269-294.
 MARCOLAN, J. F.; CASTRO, R. C. B. R. **ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL E PSQUIÁTRICA: desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar**. Elsevier, 2013
 NEVES, Rosane. **SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: a territorialização do cuidado**. Editora Sulina, 2013.
 KAPLAN, H. & SADOCK, B. **Compêndio de Psiquiatria - ciências comportamentais e psiquiatria clínica**. 11. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016.
 SOARES, MARCOS HIRATA; VILLELA BUENO, SONIA MARIA. **Saúde Mental: novas perspectivas**. Editora Yendis, 2011.
 STUART, G. W.; LARAIA, M.t.. **PRINCIPLES AND PRACTICE OF PSYCHIATRIC NURSING**. ELSEVIER HEALTH SCIE, 2004. 900p.

ENFERMAGEM NA SAÚDE DO TRABALHADOR

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6°
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO TRABALHADOR			Carga horária:	45 h

EMENTA

Inserção do aluno ao estudo das diretrizes, políticas e regulamentos em saúde do trabalhador para as ações e análise de problemas de saúde provocados ou agravados pelo trabalho. Apresentação da organização da atenção à saúde dos trabalhadores no Sistema Único de Saúde e das estratégias para habilitar os trabalhadores na promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho. Análise dos recursos do meio ocupacional em relação à saúde e ao trabalho. Identificação dos riscos inerentes e dos riscos evitáveis para o trabalhador no ambiente de trabalho. Discussão dos aspectos sobre segurança no trabalho e o papel do enfermeiro na promoção da saúde do trabalhador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Acidentes do trabalho: doenças ocupacionais e nexos técnico epidemiológico**. 5. ed. São Paulo: Método, 2013. 223 p. ISBN: 978853094920.
MORAES, Marcia Vilma Gonçalves de. **Enfermagem do trabalho: programas, procedimentos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Iátria, 2008. 190 p.
MORAES, Márcia Vilma Gonçalves de. **Sistematização da assistência de enfermagem em saúde do trabalhador**. São Paulo: Iatria, 2010. 224 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSUNÇÃO, A. A.; BELISÁRIO, S. A. (Org.) **Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde**. Belo Horizonte: Nescon - Núcleo de Educação em Saúde Coletiva, 2007. 40p.: il. color; 21 x 25cm. (Serie Nescon de Informes Técnicos; n.1)
BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. **Diagnóstico, tratamento, reabilitação, prevenção e fisiopatologia das LER/ DORT**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 64 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, n.º 105) ISBN – 85–334–0281–3. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diag_tratamento_ler_dort.pdf >
BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo Estadual em São Paulo. **Saúde do Trabalhador: programa de qualidade de vida e promoção à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 36 p. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios) ISBN 978-85-334-1482-2. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_vida_promocao_saude.pdf >
BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 580 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.114) ISBN 85-334-0353-4 Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2025.pdf> >
BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº1823, de 23 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html >
BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. Disponível em: <

%20portaria_renast_2728.pdf >

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 777/GM, de 28 de abril de 2004**. Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0777_28_04_2004.html >

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 485/GM, de 11 de novembro de 2005**. NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/726447.pdf> >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. **Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - Manual de Gestão e Gerenciamento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 82 p.: il. Disponível em:

<<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ManualRenast06.pdf> >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Cadernos de Atenção Básica, n. 41 – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 136 p. : il. Disponível em:

<https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/cadernos_da_atecao_basica_41_saude_do_trabalhador.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Dermatoses ocupacionais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006, 92 p. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Saúde do Trabalhador. Disponível em:

<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2028.pdf> >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Legislação em saúde: caderno de legislação em saúde do trabalhador**. – 2. ed. rev. e ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 380 p.: il. – (Série E. Legislação de Saúde) ISBN 85-334-0702-5 Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_saude_trabalhador.pdf >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Perda auditiva induzida por ruído (Pair)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 40 p. : il. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Saúde do Trabalhador. ISBN 85-334-1144-8 Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_perda_auditiva.pdf >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Pneumoconioses. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Saúde do Trabalhador. Disponível em:

<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2031.pdf> >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador. Relatório da Renast 2016: Implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - Avaliação das ações desenvolvidas no período de janeiro de 2015 a março de 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:

<<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/Relat%C3%B3rio%20da%20RENAST%202016.pdf>>

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho. Guia de Análise Acidentes de Trabalho. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. 76 p. Disponível em:

<<http://www.sinaees-sp.org.br/arq/mtegat.pdf>>

COUTO, Germano; BRASILEIRO, Vítor(Org.). O Enfermeiro do Trabalho na Gestão de Saúde Ocupacional [recurso eletrônico]. Ordem dos Enfermeiros, 2014. 55 p. ISBN: 978-

989-8444-25-7 Disponível em:

<http://www.ordemenfermeiros.pt/publicacoes/documents/livroenfermagemtrabalhooms_vfinal_proteg.pdf >

CRAVEIRO, C. E. et al. **Protocolo: saúde do trabalhador na atenção primária**. Betim, MG: Secretaria Municipal de Saúde de Betim, Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador de Betim, 2016. [40] p. Disponível em:

<https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/protocolo_st_aps.pdf

>

SANTANA, V. S. et al. Gravidade dos acidentes de trabalho atendidos em serviços de emergência. **Rev. Saúde Pública**, [São Paulo], v. 43, n. 5, p. 750-760, [out.] 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009005000061>> Acesso em: 5 dez. 2018.

SILVA, Thaís Lacerda; DIAS, Elizabeth Costa (Org.). **Guia do ACS – O Agente Comunitário de Saúde e o cuidado à saúde dos trabalhadores em suas práticas cotidianas**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2012. 72 p. Disponível em:

<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/Guia%20do%20ACS%20no%20cuidado%20aos%20trabalhadores_2012.PDF>

7º PERÍODO

ENFERMAGEM CIRÚRGICA E PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	7º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM CIRÚRGICA E PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE			Carga horária:	75 h

EMENTA

Conhecimento da estrutura física, funcional e organizacional do centro cirúrgico, do centro de material e esterilização e da sala de recuperação pós-anestésica e dos diferentes cenários de cuidado; Centro cirúrgico e controle ambiental; Medidas de controle de infecção hospitalar; Cuidados de Enfermagem ao paciente cirúrgico no período pré-operatório; trans-operatório e pós-operatório; Cuidados de Enfermagem nos procedimentos anestésico-cirúrgicos; Cuidados de Enfermagem no âmbito das novas tecnologias cirúrgicas; Classificação das cirurgias e terminologia científica; Cirurgia segura; Processamento de Produtos para a Saúde: tecnologias para o processamento e dos processos de trabalho; estrutura física, recursos materiais, métodos, fluxo, etapas operacionais, indicadores de qualidade, recursos humanos, gestão e logística do processo de trabalho, riscos ocupacionais envolvidos e medidas de biossegurança individual e coletiva. Observância e cumprimento de parâmetros pré-estabelecidos para o processamento de materiais reutilizáveis - materiais seguramente limpos, desinfetados ou esterilizados, livres de biofilmes, endotoxinas e outros pirógenos e substâncias tóxicas. Biossegurança e Bioética. Assistência de enfermagem à pessoa durante o processo de recuperação pós-operatório, realizando os cuidados de acordo com o tipo de cirurgia, de forma humanizada e eficaz, reduzindo os riscos de complicações pós-operatórias e trazendo conforto e mais segurança ao paciente; manutenção do equilíbrio dos sistemas orgânicos, alívio da dor e do desconforto, prevenção de complicações pós-operatórias, plano adequado de alta e orientações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALFARO-LEFEVRE, R. Aplicação do Processo de Enfermagem: uma ferramenta para o pensamento crítico. 8ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. SMELTZER, S. C.; BARE, B .G.; BRUNNER & SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médico - cirúrgica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara –Koogan.

BLACK, J.M., JACOBS, E.M. **Enfermagem Médico Cirúrgica: Uma abordagem psicofisiológica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

BULECHEK, G. M. BUTCHER, H. K. DOCHTERMAN J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)** [tradução Soraya Imon de Oliveira...et al] Rio de Janeiro, 2010.

HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 11. ed. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALVIM, A. L.; RAMOS, M. S.; DURÃO, P. M. S. Monitoramento da limpeza de produtos para saúde com teste adenosina trifosfato. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 57-61, jul. 2019. ISSN 2358-2871. Disponível em:
<<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/496>>. Acesso em: 07 fev. 2020. DOI:
<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201900020002>
- CAMPEDELLI, M. C. (organizadora). *Processo de enfermagem na prática*. São Paulo: Ática; 2000.
- CAMPOS, S. B. G. et al. Pre-operative fasting: why abbreviate?. *Abcd. Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva* (São Paulo), [s.l.], v. 31, n. 2, p.1-4, 2 jul. 2018. FapUNIFESP (SciELO). DOI: < <http://dx.doi.org/10.1590/0102-672020180001e1377>>
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução COFEN nº 358/2009, de 15 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. In: Conselho Federal de Enfermagem [legislação na internet]. Brasília; 2009. [citado 2009 out 15]. Disponível em: < <http://www.portalcofen.gov.br> >. Acesso em: 14 de outubro de 2017.
- DIAS, M. B. S. (São Paulo). Hospital Sírio-libanês. **Protocolo de antibioticoprofilaxia no paciente cirúrgico**. 2015. ATUALIZAÇÃO. Disponível em:
<https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/institucional/gestao-da-qualidade/Documents/2018-11-01-protocolos/Protocolo%20Antibioticoprofilaxia%20no%20Paciente%20Cir%3%BArgico%20e%20do%20Centro%20Diagn%3%B3stico/Manual%20Antibioticoprofilaxia-paciente-cirurgico_150924.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2020.
- EBSERH. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. POP/CCIH/003/2015: **Procedimento Operacional Padrão: antibioticoprofilaxia em cirurgia**. [s.i.]: [s.i.], 2015. 13 p.
- EBSERH. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares POP/005/2019: **Procedimento Operacional Padrão: Cirurgia Segura**. [s.i.]: [s.i.], 2015. 13 p.
- GUTIERRES, Larissa de Siqueira et al. Adesão aos objetivos do Programa Cirurgias Seguras Salvam Vidas: perspectiva de enfermeiros. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 27, e3108, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2711.3108>
- INSTITUTO CENTRAL. POP nan 138: procedimento operacional padrão: **Diretrizes de jejum para procedimentos sob anestesia ou sedação**. [s.i.]: [s.i.], 2017. Disponível em: <<https://www.anestesiologiausp.com.br/wp-content/uploads/POP-138-Jejum-pr%3%A9-operat%3%B3rio.pdf>>
- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Segundo desafio global para a segurança do paciente: Cirurgias seguras salvam vidas** (orientações para cirurgia segura da OMS) / Organização Mundial da Saúde; tradução de Marcela Sánchez Nilo e Irma Angélica Durán – Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2009. 211 p.: il. ISBN 978-85-87943-97-2
- POTTER, PA; PERRY, AG. **Fundamentos de enfermagem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara- Koogan, 2004.
- PAULA, F. M. S. et al. Elaboração de material didático para processamento de produtos para saúde em unidades de atenção primária à saúde. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 165-170, set. 2017. ISSN 2358-2871. Disponível em:
<<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/220>>. Acesso em: 07 fev. 2020.
doi:<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201700030008>.
- PINHO, N. G.; VIEGAS, K.; CAREGNATO, R. C. A. Papel do enfermeiro no período

- perioperatório para prevenção da trombose venosa profunda. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 28-36, jun. 2016. ISSN 2358-2871. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201600010005>
- REIS, D. O. N. S. et al. Indicadores gerenciais do mapa cirúrgico de um hospital universitário. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 217-223, dez. 2019. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/516>>. Acesso em: 07 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201900040007>.
- SALES, C. R. G.; SABONGI, M. L.; MONTEIRO, M. I. Capacitação da enfermagem no processamento de produtos para atuação em expedições na amazônia brasileira. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 168-171, set. 2019. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/466>>. Acesso em: 07 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201900030009>.
- SALES, C. R. G. et al. Logística de implementação de bloco cirúrgico na floresta: atuação do enfermeiro. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 162-169, dez. 2016. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/20>>. Acesso em: 07 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201600030007>.
- SENA, A. C.; NASCIMENTO, E. R. P.; MAIA, A. R. C. R. Prática do enfermeiro no cuidado ao paciente no pré-operatório imediato de cirurgia eletiva. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 132-137, Sept. 2013. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472013000300017>>
- SOBECC. Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. **Diretrizes de Práticas em Enfermagem Cirúrgica e Processamento de Produtos para a Saúde**. Práticas recomendadas: centro cirúrgico, recuperação pósanestésica e centro de material e esterilização. 8ªed. São Paulo: SOBECC; 2018.
- SOUZA, Rafael Queiroz de; GRAZIANO, Kazuko Uchikawa. Qualidade da água: fatos e mitos!. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 210-212, dez. 2016. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/133>>. Acesso em: 07 fev. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201600040006>.
- SCHNEIDER, D. S. S. et al. Sistemática para racionalização de instrumentais de bandejas cirúrgicas. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 52-58, abr. 2018. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/375>>. Acesso em: 07 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201800010009>.
- TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. **Sistematização da Assistência de Enfermagem**. Guia Prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- TOSTES, M. F. P; GALVÃO, C. M. Lista de verificação de segurança cirúrgica: benefícios, facilitadores e barreiras na perspectiva da enfermagem. **Rev Gaúcha Enferm.** v. 40, n. spe, e20180180, 2019. DOI:< <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180180> >
- TOSTES, M. F. P. et al. Prática da profilaxia antimicrobiana cirúrgica como fator de segurança do paciente. **Revista Sobecc**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.13-21, 8 jun. 2016. Zeppelini Editorial e Comunicação. <http://dx.doi.org/10.5327/z1414-4425201600010003>.

ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM CUIDADOS CIRÚRGICOS

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	7º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO EM CUIDADOS CIRÚRGICOS			Carga horária:	75 h

EMENTA

Proporcionar a base de conhecimento técnico-científico necessário para a prestação de assistência de enfermagem no cuidado à pessoa adulta/idosa e acompanhantes nos períodos pré-operatório, transoperatório e pós-operatório. Processo de Enfermagem ao adulto nos aspectos cirúrgico por meio da Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória (SAEP) com ênfase nos aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação. Procedimentos especializados de enfermagem cirúrgica. Atuação de enfermagem em métodos diagnósticos. Complicações no pós-operatório de feridas cirúrgicas. Controle de Infecção Hospitalar em paciente cirúrgico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G.; BRUNNER & SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médico - cirúrgica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara –Koogan.

BLACK, J.M., JACOBS, E.M. **Enfermagem Médico Cirúrgica: Uma abordagem psicofisiológica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 11. ed. 2018.

BULECHEK, G. M. BUTCHER, H. K. DOCHTERMAN J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)** [tradução Soraya Imon de Oliveira...et al] Rio de Janeiro, 2010.

POSSARI, João Francisco. **Assistência de enfermagem na recuperação pós-anestésica RPA**. 3. ed. São Paulo: Iatria, 2007. 141 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLORES, P. F.; KIK, R. M. El. Jejum pré-operatório em pacientes hospitalizados. **Ciência & Saúde**, [s.l.], v. 6, n. 3, p.214-221, 18 dez. 2013. EDIPUCRS. DOI: <<http://dx.doi.org/10.15448/1983-652x.2013.3.13603>>

IRON,G. Feridas: novas abordagens, manejo clínico e atlas em cores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KLEIN, S. et al. Segurança do paciente no contexto da recuperação pós-anestésica: um estudo convergente assistencial. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 146-153, set. 2019. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/455>>. Acesso em: 07 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201900030006>.

LEMONS, C.S; SURIANO, M. L. F. Desenvolvimento de um instrumento: metodologia de ensino para aprimoramento da prática perioperatória. **Rev. SOBECC**, São Paulo. out./dez. 2013; v. 18, n. 4, p. 57-69. Disponível em: < <http://www.sobecc.org.br>>. Acesso em: 14 de

outubro de 2017.

MELO, U. G. et al. Diagnósticos de enfermagem no período transoperatório: mapeamento cruzado. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 193-199, dez. 2019. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/521>>. Acesso em: 07 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201900040004>.

NUNES, M. A. P. et al. Conhecimento de acadêmicos de enfermagem sobre os cuidados do enfermeiro ao paciente em recuperação anestésica. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 231-237, dez. 2019. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/529>>. Acesso em: 07 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201900040009>.

POTTER, PA; PERRY, AG. Fundamentos de enfermagem. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2004.

RIBEIRO, E.; FERRAZ, K. M. C.; DURAN, E. C. M. Atitudes dos enfermeiros de centro cirúrgico diante da sistematização da assistência de enfermagem perioperatória. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 201-207, dez. 2017. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/231>>. Acesso em: 07 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.5327/Z1414-4425201700040005>.

SOBECC. Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. **Diretrizes de Práticas em Enfermagem Cirúrgica e Processamento de Produtos para a Saúde**. Práticas recomendadas: centro cirúrgico, recuperação pós-anestésica e centro de material e esterilização. 8ªed. São Paulo: SOBECC; 2018.

TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Guia Prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

STEYER, N. H. et al. Perfil clínico, diagnósticos e cuidados de enfermagem para pacientes em pós-operatório de cirurgia bariátrica. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, e5017, 2016. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.01.50170>>

ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE I

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	7º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE I			Carga horária:	105 h

EMENTA

Estudo das situações que envolvem o cuidado de enfermagem do neonato ao adolescente e suas famílias nas áreas de ensino, assistência e instrumentalização do cuidar. Atuação governamental nas diretrizes e programas para a atenção à saúde da criança e do adolescente. A criança, o adolescente e a família. A saúde da criança e do adolescente: crescimento e desenvolvimento. Características biológicas. Cartão da criança. Teste do pezinho. Creche/Escola: interação social. Alimentação da criança e do adolescente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRETAS, José Roberto da Silva (Org.). **Manual de exame físico para a prática de enfermagem em pediatria**. São Paulo: Iátria, 2005.
- COUTINHO, M. F. G.; BARROS, R. R. **Adolescência: uma abordagem prática**. São Paulo: Atheneu, 2001.
- HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. Wong. **Manual Clínico de Enfermagem Pediátrica**. 8 ed. São Paulo: Elsevier, 2012.
- MARCONDES, E. **Pediatria Básica**. São Paulo: Savier, 2004.
- MALAGUTTI, William; BERGO, Ana Maria Amato. **Adolescentes: uma abordagem multidisciplinar**. São Paulo: Martinari, 2009.
- MARCONDES, Eduardo. **Pediatria Básica**. São Paulo: Savier, 2004.
- SCHIMITZ, Edilza Maria. **A enfermagem em pediatria e puericultura**. São Paulo: Atheneu, 2005.
- WILSON, David; HOCKENBERRY, Marilyn J. **WONG Manual clínico de enfermagem pediátrica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n° 33). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf >
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2 ed. – 2 reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 72 p.: il. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dez_passos_alimentacao_saudavel_guia.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 23). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nutricao_infantil_aleitamento_materno_e_alimenta

[cao_complementar.pdf](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. Unicef. Cadernos de Atenção Básica: **Carências de Micronutrientes**/ Ministério da Saúde, Unicef; Bethsáida de Abreu Soares Schmitz. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 60 p. - (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_carencias_micronutrientes.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: caderneta de saúde da criança** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_crianca_menino.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_adolescentes_jovens.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde do adolescente: competências e habilidades. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/saude_adolescente.pdf

BRASIL, Ministério da Educação e do desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais.

Pluralidade cultural e orientação sexual – Temas transversais. v.10, Brasília, 1997. p.100-160.

COSTA, Maria Conceição; SOUZA, Ronald Pagnocelli de. Organizadores. **Avaliação e cuidados primários da criança e do adolescente**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CUNHA, Carlos Leonardo Figueiredo. **Interpretação de exames laboratoriais na prática do enfermeiro**. Rio de Janeiro: Rubio, 2014.

DUGAS. **Enfermagem prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

POTTER, P.A; PERRY, A.G. **Fundamentos de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

VIANA, Dirce Laplaca; SILVA, Evandro de Sena Silva. **Compacto guia de medicamentos com cuidados de enfermagem. São Caetano do Sul**: Yendis Editora, 2010.

VITALLE, M.S. de S., MEDEIROS, E.H.G.da R. **Guia de Adolescência: uma abordagem ambulatorial**. São Paulo: Editora Manole, 2008.

ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER I

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	7º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA SAÚDE DA SAÚDE DA MULHER I			Carga horária:	105 h

EMENTA

Compreensão da mulher como sujeito histórico, questão de gênero, raça, classe e etnia na saúde e a enfermagem. Violência contra a Mulher como questão de Saúde. Endocrinologia Feminina e Saúde da mulher nas várias fases de vida. Abordagens das afecções mais comuns do aparelho genital. O processo de Reprodução Humana. A mulher no ciclo gravídico, modificações e cuidados. Atuação de Enfermagem frente à gestação, na perspectiva do cuidar humanizado. A Enfermagem frente às patologias da gestação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Sônia M. O; MARIN, Heimar de F.; ABRÃO, Ana Cristina F. V. **Enfermagem Obstétrica e Ginecológica: guia para a prática assistencial**. São Paulo: Roca, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde; Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres** [recurso eletrônico] – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em:
<<http://bit.ly/2GAjgCS>>

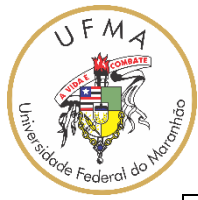
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Álvaro. Da C. **Ginecologia**. São Paulo: Atheneu, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico**. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <
<http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/gestacao-de-alto-risco-manual-tecnico/>>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama**. 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestacao_alto_risco.pdf>

CABRAL, Ivone. E. **Enfermagem no cuidado materno e neonatal**. Copyright. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.



- CHAVES NETO, Hermógenes. **Obstetrícia básica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.
- CONCEIÇÃO, José Carlos. De J.; **Ginecologia Fundamental**. São Paulo: Atheneu, 2005
- FERNANDES, Rosa Áurea Quintella; NARCHI, Nádia, Zanon (org.). **Enfermagem e Saúde da Mulher**. Barueri, São Paulo: Manole, 2007.
- FIGUEIREDO, Nébia Maria. A. de. **Ensinando a cuidar da mulher, do homem e do recém-nascido. Práticas de enfermagem**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005.
- NEME, Bussamara. **Obstetrícia Básica**. 3ª ed. São Paulo: Sarvier, 2005.
- RESENDE, Jorge de; MONTENEGRO, Carlos Antonio Barbosa. **Obstetrícia fundamental**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

8º PERÍODO

ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	8º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE			Carga horária:	105 h

EMENTA

Aborda os conceitos e princípios da Atenção Primária à Saúde, seu papel na organização dos sistemas de saúde. A Política Nacional de Atenção Básica; A Estratégia Saúde da Família (ESF), suas diretrizes, equipe, forma de implantação e trajetória. Os processos normativos e territorialização em saúde; Importância do trabalho com indicadores nas diversas áreas de atuação (mulher, criança, adulto, idoso etc.). A clínica ampliada na Estratégia Saúde da Família (ESF); Situação de saúde da área de abrangência da Unidade Básica de saúde – UBS – para o planejamento das ações de intervenção em nível individual e coletivo. As doenças infecciosas e parasitárias persistentes, vulnerabilidade social, vigilância epidemiológica, sistema de agravos de notificação e Programa Nacional de Imunização. Atuação do Enfermeiro nos ciclos de vida no contexto da Atenção Básica. Discutir conceitos de comunidade e sociedade, a importância da participação da comunidade no processo educativo. Desenvolver práticas de ações comunitárias nos diversos serviços de saúde. Identificar a equipe de saúde e sua função educativa. Discutir o conceito de educação popular, processo educativo pelos grupos populares. Discutir métodos e técnicas utilizadas na educação em saúde, assim como as bases normativas para implantação dos diversos programas de atenção básica, inclusive a Estratégia Saúde da Família. Rede de Frios e Imunização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. **Compreensão do processo de enfermagem: Mapeamento de conceitos e Planejamento.** Porto Alegre, Editora Artmed, 600 pág. 2007.
 FIGUEREDO, Nebia Maria de Almeida de. **Ensinando a Cuidar em Saúde Pública.** São Caetano do Sul, SP: Editora Yendis, 228 pág. 2008.
 FIGUEREDO, Nebia Maria de Almeida de. **Gerontologia: atuação de enfermagem do processo de envelhecimento.** São Caetano do Sul, SP: Editora Yendis, 356 pág. 2006.
 FREITAS, Maria Imaculada de Fátima. **Enfermagem na Saúde do Idoso,** Goiânia, ED. AB., 120 pág. 2005.
 SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Home Care: a enfermagem no desafio do atendimento domiciliar.** São Paulo, Editora Iatria, 278 pág. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à saúde. **Política Nacional da Atenção Básica: Brasília:** Ministério da saúde, 2006.
 BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à saúde. **Política Nacional da Atenção Básica: Brasília:** Ministério da saúde, 2017.
 CARRAPATO, Paulo; CORREIA, Pedro; GARCIA, Bruno. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. **Saúde Soc,** São Paulo, v.26, n.3, p.676-689, 2017.
 COUTINHO, Larissa Rachel Palhares; BARBIERI, Ana Rita; SANTOS, Mara Lisiane de



Moraes dos. Acolhimento na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p.514-524, 2015.

TEIXEIRA, Maria Glória; COSTA, Maria da Conceição Nascimento; PAIXÃO, Enny Santos da; CARMO, Eduardo Hage; BARRETO, Florisneide Rodrigues; PENNA, Gerson Oliveira. Conquistas do SUS no enfrentamento das doenças transmissíveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.23, n.6, p.1819-1828, 2018.

ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE II

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	8º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE II			Carga horária:	105 h

EMENTA

Interfaces entre família, Política de Saúde e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Propedêutica de enfermagem pediátrica. Principais patologias na infância e adolescência. Cuidado de enfermagem ao recém-nascido. Cuidado de enfermagem à criança sadia e hospitalizada. Traumas e emergências infantis. Brinquedo terapêutico no cuidado à criança. Violência na infância: aspectos éticos, legais e assistenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARSANO, Paulo Roberto. **Saúde da criança e do adolescente**. São Paulo: Érica, 2014. 128 p. (Série Eixos, Ambiente e Saúde). ISBN: 9788536506579.

BRASIL. Agência Nacional De Vigilância Sanitária. **Pediatria: prevenção e controle de infecção hospitalar**. Brasília, DF: Anvisa, 2006. 113 p. ISBN: 8533410492.

BRETAS, JR. **Manual de exame físico para a prática da enfermagem em pediátrica**. São Paulo: Iátria, 2005.

CAMPOS JÚNIOR, Dioclésio Campos; BURNS, Dennis Alexander Rabelo (Org). **Tratado de pediatria: Sociedade Brasileira de Pediatria**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014. 2 v. ISBN: 9788520433508.

KLIEGMAN, Robert M. et al. Nelson. **Tratado de pediatria**. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 2 v. ISBN: 9788535251265.

WAKSMAN, R. D; HIRSCHHEIMER, M. R.; PFEIFFER, L. **Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência**. 2 ed. Brasília: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2018. ISBN: 9788587077585

MURAHOVSKI, Jayme. **Pediatria: urgências + emergências**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Sarvier, 2010. ISBN: 9788573781953.

WILSON, David; HOCKENBERRY, Marilyn J. Wong. **Manual clínico de enfermagem pediátrica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 478 p. ISBN: 9788535259131.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, C.R; VIANA, M. **Saúde da Família: cuidando de crianças e adolescentes**. Belo Horizonte: COOPMED, 2003.

ALMEIDA, F. A; SABATÉS, A. L. S. **Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital**. Barueri. São Paulo: Manole, 2008

CARVALHO, Silvana Denofre et al. **O enfermeiro e o cuidar multidisciplinar na saúde da criança e do adolescente**. São Paulo: Atheneu, 2012.

FONSECA, Ariadne da Silva et al. **Enfermagem pediátrica**. São Paulo: Martinari, 2013.

OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de. **BlackBook: pediatria**. 5 ed. Belo Horizonte: Blackbook Editora, 2019.

SILVA, Marta Marina Teixeira da et al. **Cuidados de enfermagem em especialidades pediátricas**. São Paulo: Atheneu, 2012.

SOUZA, Aspásia Basile Gesteira et al. **Manual prático de enfermagem neonatal**. São Paulo: Atheneu Editora, 2017.



TAMEZ, Raquel Nascimento; SILVA, Maria Jones Pantoja. **Enfermagem na UTI neonatal.** Assistência ao recém-nascido de alto risco. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan., 2006.

ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER II

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	8º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER II			Carga horária:	105 h

EMENTA

Planejar, executar e avaliar o cuidado de enfermagem à parturiente, à puérpera, no contexto hospitalar, de acordo com o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento - PHPN, no âmbito do Sistema Único de Saúde. A disciplina propõe o reconhecimento do papel ativo do enfermeiro: na assistência ao trabalho de parto, parto e puerpério; na atenção à saúde materno-infantil no alojamento conjunto e banco de leite humano; no processo de cuidar em situações de urgência e emergência obstétrica; na prevenção de infecções materno-infantil; com base nos preceitos éticos legais e na prática baseada em evidências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTOS, Álvaro. Da C. **Ginecologia**. São Paulo: Atheneu, 2006.
 MONTENEGRO, Carlos Antonio Barbosa; REZENDE FILHO, Jorge de. **Obstetrícia fundamental**. 12 ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
 SOUSA, Francisca Georgina Macedo de (Org). **Enfermagem, saúde e cuidado**. Florianópolis, SC: Papa-Livro, 2011. 234 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. **Diretrizes de atenção à gestante: a operação cesariana** (Protocolo n. 179. Relatório de Recomendação). Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Relatorios/2016/Relatorio_Diretrizes-Cesariana_final.pdf >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n° 32). Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf >

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de acolhimento e classificação de risco em obstetrícia**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/29/Manual-de-ACR-em-Obstetricia-versao-26-de-maio--4-.pdf> >

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida** [recurso eletrônico], Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf >

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.068, de 21 de outubro de 2016**. Institui diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada à mulher e ao recém-nascido no Alojamento Conjunto. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Portaria-2068_2016.pdf >

CABRAL, Antônio Carlos Vieira et al. **Guia de Bolso de Obstetrícia**. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

AUDITORIA EM ENFERMAGEM

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	5°
DISCIPLINA:	AUDITORIA EM ENFERMAGEM			Carga horária:	60 h

EMENTA

Aspecto legal da auditoria nos serviços de saúde públicos e privados; objetivos e conceitos de auditoria; Atuação do enfermeiro Instrumento para avaliar e subsidiar funções de controle e avaliação do desempenho gerencial. Análise dos aspectos referentes à documentação e registro das ações de enfermagem com vistas à manutenção e/ou autonomia do cuidado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARTER, D. R. **Auditorias da Qualidade para Melhor Desempenho**. Qualitymark. Rio de Janeiro/RJ/Brasil, 1995. 7

FRANCISCO, M. T. R. **Auditoria em Enfermagem: Padrões, Critérios de Avaliação, Instrumentos**. Rio de Janeiro/RJ/Brasil, 1993.

MOTTA, A. L. C. **Auditoria de Enfermagem nos Hospitais e Operadoras de Planos de Saúde**. Iátria. 1ªEd. São Paulo/SP/Brasil, 2003.

SANTANA, R. M.; SILVA, V. G. **Auditoria em Enfermagem, uma proposta metodológica**. UESC, Bahia, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBRECHT, K. **Serviços Internos - Como resolver a crise de liderança no gerenciamento de nível médio**. Pioneira. São Paulo/SP/Brasil, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Auditoria no SUS no contexto do Sistema Nacional de Auditoria**. Qualificação do relatório de auditoria. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Auditoria do SUS, orientações básicas**. Brasília, 2011.

KURCGANT, P. **Administração em Enfermagem**. E.P.U. 5ª Ed. São Paulo/SP/Brasil. 2001.

MEDRADO, S. S. R.; MORAES, M. W. Auditoria de enfermagem em Centro Cirúrgico: Atuação do enfermeiro auditor. **Revista SOBECC**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 56-62, mar. 2011. ISSN 2358-2871. Disponível em: <<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/199>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

DIDÁTICA APLICADA À ENFERMAGEM

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	5°
DISCIPLINA:	DIDÁTICA APLICADA À ENFERMAGEM			Carga horária:	60 h

EMENTA

Os conhecimentos da didática, suas dimensões político-social, técnica humana e as implicações no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, do objeto da didática. Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da didática, das tendências pedagógicas na didática, no planejamento de ensino, para o ato educativo e a relação professor-aluno. A inserção da tecnologia no processo educativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTABLE, Susan B. **O enfermeiro como educador: princípios de ensino-aprendizagem para a prática de enfermagem**. 3 ED. Porto Alegre: Artmed, 2010. 687.
 PORTO, Andrea (org). **Curso didático de enfermagem**. 4. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul: Yendis, 2008. 2 v. ISBN: 9788577280568/97885772805752.
 CRUZ, Andrea Porto. **Curso didático de enfermagem: modulo i**. São Caetano do Sul,Sp: Yendis, 2006. 591.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BACKES, Dirce Stein et al. Vivência teórico-prática inovadora no ensino de enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 597-602, Sept. 2012 .
 BACKES, Dirce Stein et al. Educação de qualidade na enfermagem: fenômeno complexo e multidimensional. **Texto contexto - enferm**. Florianópolis, v. 27, n. 3, e4580016, 2018 .
 CANDAU, VERA MARIA. **A didática em questão**. 29 ED. Petrópolis: Vozes, 2009. 127.
 STOLFI, Jean-Pierre. **A didática das ciências**. 9.ed. Campinas: Papirus, 2005. 132 p.
 LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992. 261 p.
 SOUZA, Elaine Fernanda Dornelas de; SILVA, Amanda Gaspar; SILVA, Ariana Ieda Lima Ferreira da. Metodologias ativas para a graduação em enfermagem: foco na atenção à saúde do idoso. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 2, p. 920-924, 2018.

ECONOMIA EM SAÚDE

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	5°
DISCIPLINA:	ECONOMIA EM SAÚDE			Carga horária:	60 h

EMENTA

Estudo das definições, conceitos e campos da economia da saúde; análise das despesas e receitas em saúde; financiamento da assistência pelo Sistema Único de Saúde e pelo sistema privado, o acesso e cobertura universal da saúde-doença; ação sobre as receitas e sobre as despesas; estudo da saúde em um contexto de interdisciplinaridade; das organizações internacionais de saúde; responsabilidade social em saúde. Estudo sobre o crescimento econômico e a globalização. Estudo sobre o financiamento, impostos e políticas de apoio à gestão empresarial. Análise das atitudes do empreendedor. Identificação de oportunidades de negócios em saúde e em enfermagem. Elaboração de plano de negócios, reflexão sobre gerenciamento de recursos e gestão de pequenas empresas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL Ministério Da Saúde. Secretaria Executiva. **Glossário temático: economia da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 56 p. (Normas e Manuais Técnicos) ISBN: 9788533419179.

DIAS, P. R.; O'DONNELL, O. **Health and inequality**. Bingley, U.K.: Emerald, 2013. 1 online resource xxiv, 507 p. (Research on economic inequality, 21) ISBN: 9781781905548.

JESUS, W. L. A.; ASSIS, M. M. A. (Orgs). **Desafios do planejamento na construção do SUS** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 1-7. ISBN 978-85-232-1176-9. Available from SciELO Books .

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p. ISBN: 9788522434671.

MARQUIS, B. L. **Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 477p.

KURCGANT, P. **Administração em enfermagem**. São Paulo: Epu, 1991. 237p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRIETTA, L. S. Planos de saúde: protagonistas da acumulação de capital na saúde brasileira. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, e0023862, 2020 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00238>.

BETHLEM, Agrícola de Souza. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 407p.

LIMA, J. C. P. et al. As inferências do (neo) capitalismo na formação do profissional da saúde: humanização e perspectiva pedagógica. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 05-15, jan. 2020. ISSN 2448-1939. DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.2033>.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 2.ed. Rio de Janeiro. Campus, 2001.

SILVA, R. M.; SAMICO, I. C.; SANTOS NETO, P. M. A relação público-privado e a gestão do trabalho nas fundações estatais de saúde. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, e0022959, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00229>.

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	5°
DISCIPLINA:	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS			Carga horária:	60 h

EMENTA

Conceitos linguísticos. Linguagem do surdo, cultura e sociedade. Os estudos sobre a linguagem e a língua de sinais. Componentes linguísticos em Libras. Domínio e uso básico de Libras

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Educação Especial. **LIBRAS em Contexto**. Brasília: SEESP, 1998.
 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: SEESP, 1997.
 CASTRO, A.; CARVALHO, I. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. Distrito Federal: SENAC, 2005.
 KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. São Paulo. Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue**– Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001.
 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, D. W. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005. Vols. 1, 2,3 e 4.
 FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
 MAGALHAES, I. M. O. Validação de tecnologia em libras para educação em saúde de surdos. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 32, n. 6, p. 659-666, Dec. 2019 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201900091> Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002019000600659&tlng=pt >
 RAMOS, T. S.; ALMEIDA, M. A. P. T. A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde. **Id on Line: Rev. Psic.** v.10, n. 33, p. 116-126, 2017. ISSN 1981-1179 Disponível em:< <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/606/859> >
 SILVA, M. A. M.; BENITO, L. A. O. Conhecimento de graduandos em enfermagem sobre Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - doi: 105102/ucs.v14i1.3534. **Universitas: Ciências da Saúde**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.23-30, 13 jul. 2016. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <<http://dx.doi.org/10.5102/ucs.v14i1.3534>>.
 VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUTO, TRANSIÇÃO E FIM DE VIDA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6°
DISCIPLINA:	LUTO, TRANSIÇÃO E FIM DE VIDA			Carga horária:	60 h

EMENTA

Introdução à antropologia da morte, transição e enlutamento. Processos histórico-antropossociais do morrer e enlutar. Aspectos psicológicos da pedagogia da morte em diversas culturas e contextos. As etapas de enlutamento da pessoa e o desenvolvimento psicossocial, etapas de vida. Pacientes terminais. Cuidados paliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. 837 p. ISBN: 9788539305353.

ARGOLO, José Amaral. **As Luminárias do Medo**: vida, paixão e morte do jornalismo policial no eixo rio de janeiro-são Paulo. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. 1 livro eletrônico 167 p. ISBN: 9788576501749.

SANTOS, Franklin Santana (Org). **Cuidados paliativos**: discutindo a vida, a morte e o morrer. São Paulo: Atheneu, 2009. 447 p. ISBN: 9788538800552.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÈS, P. **A história da morte no ocidente**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BROMBERG, M. H. P. F. **A Psicoterapia em situações de perdas e luto**. São Paulo: Psy II, 1994.

BROMBERG, M. H. P. F.; KOVÁCS, M. J.; CARVALHO, M. M. J. de; CARVALHO, V. A. **Vida e Morte** – Laços de Existência São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

CAMPBELL, M. L. **Cuidados paliativos em Enfermagem: Nurse to Nurse**. São Paulo: Artmed, 2011.

CHEHUEN NETO, J. A. et al . Atualização dos critérios diagnósticos de morte encefálica: aplicação e capacitação dos médicos. **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo , v. 31, n. 3, p. 303-311, Sept. 2019 . DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-507x.20190055>.

CRENSHAW, D. A. **Bereavement: Counselling the Grieving throughout the Life**. Cycle Nova York: Crossroad, 1997.

CUNHA, A. C. B. **Conselho Federal de Psicologia**. Brasília, DF, 2015.

MORAES, E. L. et al . Experiências e expectativas de enfermeiros no cuidado ao doador de órgãos e à sua família. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 49, n. spe2, p. 129-135, Dec. 2015 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420150000800018>

NUTRIÇÃO APLICADA À ENFERMAGEM

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	5°
DISCIPLINA:	NUTRIÇÃO APLICADA À ENFERMAGEM			Carga horária:	60 h

EMENTA

Esta disciplina visa a capacitação do aluno para a melhor compreensão da importância dos nutrientes indispensáveis à manutenção da saúde (proteínas, glicídios, lipídios, sais minerais e vitaminas), dos princípios alimentares, das leis da alimentação, da escolha e conservação dos alimentos, além da avaliação nutricional de pessoas nos diferentes ciclos de vida, tornando-o apto ao preparo e administração de dietas, evidenciando as responsabilidades da enfermagem nesse cuidado, além das formas de abordagem da pessoa para a definição da dieta considerando questões culturais, sociais e necessidades. Os conhecimentos adquiridos serão consolidados através de exercícios e atividades práticas correlacionadas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOVERA, T. M. D. S. **Nutrição aplicada ao curso de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 160 p. ISBN: 9788527712538.

FARRELL, M. L. **Nutrição em enfermagem: fundamentos para uma dieta adequada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 178.

RAMOS, A. P. **Enfermagem e nutrição**. São Paulo: EPU, 2005. 205 p.

ROSA, G. (Org). **Avaliação nutricional do paciente hospitalizado: uma abordagem teórico-prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 214 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUGUSTO, A. L. P. et al. **Terapia Nutricional**. São Paulo: Atheneu, 1995.

BASTOS JM, MORENO AD, SOUSA AFC DE, GIOTTO AC. Alimentação saudável no ensino infantil: perspectiva da enfermagem. **Rev Inic Cient Ext [Internet]**. v. 2, n. 3, p. 125-130, 2019. Disponível em: <https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/246>

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria De Atenção À Saúde. **Alimentação e nutrição para as famílias do programa bolsa família: manual para os agentes comunitários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 52 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – 2 ed. – 2 reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 72 p.: il. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/dez_passos_alimentacao_saudavel_guia.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança - nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 23). Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/nutricao_infantil_aleitamento_materno_e_alimentacao_complementar.pdf

CASSEMIRO, Larissa Karoline Dias da Silva et al. Cuidados a criança em terapia nutricional

enteral: conhecimento teórico e prático de técnicos de enfermagem. **Revista Enfermagem Uerj**, [s.l.], v. 27, e40917, 25 out. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

<http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2019.40917>.

CORREA, A. P. A. et al . Riscos da terapia nutricional enteral: uma simulação clínica. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre , v. 41, n. spe, e20190159, 2020 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472020000200405&lng=en&nrm=iso)

14472020000200405&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Jan. 2020. Epub Nov 25, 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190159>.

MARQUES, R. J. R. et al. Análise do trabalho em equipe multiprofissional para ações de alimentação e nutrição na atenção básica. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, e0024172, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00241>.

PINHO, L. de et al . Perception of body image and nutritional status in adolescents of public schools. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 72, supl. 2, p. 229-235, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0644>.

ROMBEAU, J. L; ROLADELLI, R. H. **Nutrição clínica:** nutrição parenteral. 3.ED. Sao Paulo: Roca, 2005. 576.

WITKOWSKI, M. C. et al. Capacitação dos familiares de crianças e adolescentes para os cuidados com nutrição parenteral domiciliar. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo , v. 37, n. 3, p. 305-311, 2019 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0462/;2019;37;3;00002>.

PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM ENFERMAGEM

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6°
DISCIPLINA:	PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM ENFERMAGEM			Carga horária:	60 h

EMENTA

Diferentes concepções, modelos e tecnologias educacionais para o exercício da prática educacional junto à população, no processo de educação continuada e permanente. Tendências pedagógicas e suas aplicações em educação em saúde. Planejamento, construção, desenvolvimento e avaliação de projeto educativo em saúde. Comunicação como instrumento básico do cuidado aplicado em cenários de prática de programas e ou projetos sociais na área de saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTABLE SB. **O enfermeiro como educador**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2010.
 FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
 FREIRE, P. **Por uma pedagogia da pergunta**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
 FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.
 LEITE MMJ, PRADO C; PERES HHC. **Educação em saúde: desafios para uma prática inovadora**. São Paulo: Difusão Editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde / Ministério da Saúde, Secretariade Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa**. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p. : il. color. - (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 978-85-334-1413-6

CHIESA AM, VERÍSSIMO MLOR. **A educação em saúde na prática do PSF**. In: IDS; USP; MS. (Org.). Manual de Enfermagem. Programa de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001, p. 34-42. Disponível em: http://www.ee.usp.br/doc/manual_de_enfermagem.pdf

LEONELLO VM; OLIVEIRA MAC. **Construindo competências para ação educativa da enfermeira na atenção básica**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 41, p. 847, 2007.

STOTZ EN, DAVID HMS. **Educação popular e saúde**. In: Soares CB, Campos CMS. Fundamentos de saúde coletiva e o cuidado de enfermagem. São Paulo: Manole; 2013. p. 75-105.

VASCONCELOS EM. **Educação popular nos serviços de saúde**. São Paulo: HUCITEC;1989.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6°
DISCIPLINA:	PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES			Carga horária:	60 h

EMENTA

A disciplina visa a abordagem dos conceitos que abrangem a execução das Práticas Integrativas e Terapias Complementares em suas variadas aplicações. A disciplina envolve a teoria e a prática do desenvolvimento da Empatia Instrumental e da Empatia Artificial Aplicada a profissionais da saúde nos atendimentos direcionados à equipe de enfermagem, com atividades em Mindfulness (atenção plena), Meditação, Hipnoterapia e Yoga. Serão realizados dois módulos informativos abordando as práticas integrativas normatizadas e oferecidas pelo SUS com abordagem teórico-prática-vivencial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GOLDONI, Augusto. **Estresse: como transformar esse terrível inimigo em aliado**. São Paulo: Paulinas, 2011. 232 p. ISBN: 9788535628258.
- LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas**. 2. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. 544 p. ISBN: 8586714283.
- MARCO, Mario Alfredo et al. **Psicologia médica: abordagem integral do processo saúde-doença**. Porto Alegre: Artmed, 2012. ISBN: 9788536327549.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARVALHO JLS; NÓBREGA MPSS. Práticas integrativas e complementares como recurso de saúde mental na Atenção Básica. **Rev Gaúcha Enferm.** v. 38, n. 4, e2017-0014, 2017. DOI:< <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.2017-0014>>
- CONTATORE, Octávio Augusto et al. Uso, cuidado e política das práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 20, n. 10, p.3263-3273, out. 2015. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152010.00312015>>
- HORN, Sandra. **Técnica Moderna de Relaxamento**. São Paulo: Cultrix
- LEBOYER, Frederick. **Sahntala - uma arte tradicional- massagem para bebês**. São Paulo: Ground, 1989.
- POWELL, Jonh. **Felicidade: um trabalho interior**. São Paulo: Pensamento, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. - Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 85-334-1208-8. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica**/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 156 p. : il. - (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica ; n. 31) ISBN 978-85-334-1912-4 Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_integrativas_complementares_plantas_medicinais_cab31.pdf>

SAÚDE INDÍGENA E O CUIDADO TRANSCULTURAL

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6°
DISCIPLINA:	SAÚDE INDÍGENA E O CUIDADO TRANSCULTURAL			Carga horária:	60h

EMENTA

Busca dialógica entre saberes e práticas a partir de relações interculturais. Contextualização da saúde, meio ambiente e territorialidade de povos indígenas com enfoque no processo sócio-cultural. Diálogo entre os saberes da medicina tradicional indígena e o saber médico ocidental. Políticas públicas e situação de saúde indígena Atenção primária em saúde indígena e os princípios da clínica ampliada. Trabalho educativo em saúde indígena, equipes multidisciplinares e ações de acolhimento e promoção da saúde indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVIM, A.C.. **400 anos de medicina no Maranhão**. São Luís: Lithograf, 2012. 65p.
 BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.40 p Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf
 GARNELO, LUIZA (ORG.). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**./Luiza Garnele; Ana Lucia Pontes (org.). - Brasília: MEC-SECADI,2012.280p.il. Color. (Coleção Educação para Todos) ISBN 978-85-7994-063-7 Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf
 LUCIANO, G.S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154565>
 MENA, A.J.A. **Medicina Indígena na Mesoamérica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2011. 416p.
 SILVA, M.A.P.L.; GROPIONIL.D.B.A. **Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4. ed São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIEHL, E. E.; LANGDON, E. J.; DIAS-SCOPEL, R. P. Contribuição dos agentes indígenas de saúde na atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas brasileiros. **Cad. Saúde Pública** [online]. v. 28, n. 5, p. 819-831, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012000500002>
 GARNELO L.; SAMPAIO S. Bases sócio-culturais do controle social em saúde indígena: problemas e questões na região norte do Brasil. **Cad. Saúde Pública**. v. 19, n. 1, p.311-317, 2013.
 LANGDON E. J. Diversidade cultural e os desafios da política brasileira de saúde do índio. **Saúde e sociedade** [periódico na internet]. v.16, n. 2, p. 7-9, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902007000200002>
 MENDONÇA S.B.M. Saúde Indígena: distâncias que aproximam...in: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria da Assistência à Saúde. Política Nacional de Humanização. **Cadernos HumanizaSUS**. Brasília, Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasus_atencao_basica.pdf

ENFERMAGEM EM NEUROLOGIA

CURSO:	ENFERMAGEM	PCC ANO:	2020	Período:	6º
DISCIPLINA:	ENFERMAGEM EM NEUROLOGIA			Carga horária:	60 h

EMENTA

Assistência de Enfermagem à pessoa com agravo Neurológico: Abordagem e discussão a respeito dos cuidados clínicos, cirúrgico e críticos ao paciente neurológico. Aspectos envolvidos no processo de cuidar. Integridade da assistência ao paciente em unidades de alta complexidade com alterações neurológicas e aplicabilidade do processo de enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTOLLI, Eduardo. **Cirurgia do trauma**: principais temas para provas de residência médica. São Paulo: Medcel, 2018. 304 p. (Coleção SIC) ISBN: 9788551203392.

BLACK, J.M., JACOBS, E.M. **Enfermagem Médico Cirúrgica: Uma abordagem psicofisiológica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

BULECHEK, G. M. BUTCHER, H. K. DOCHTERMAN J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)** [tradução Soraya Imon de Oliveira...et al] Rio de Janeiro, 2010.

SMELTZER, S. C.; BARE, B .G.; BRUNNER & SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médico - cirúrgica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara –Koogan.

HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020**. Porto Alegre. Editora: Artmed. 11. ed. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCANTARA, Talita Ferreira Dourado Laurindo de; MARQUES, Isaac Rosa. Avanços na monitorização neurológica intensiva: implicações para a enfermagem. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 62, n. 6, p. 894-900, Dec. 2009 . DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672009000600015>>

AMORIM, C. F. DE; MENEZES JÚNIOR, J. E.; ALVES, T. E. DE A.; ARAÚJO, D. P. DE; GÚZEN, F. P.; CAVALCANTI, J. R. L. DE P. Avaliação Neurológica Realizada por Enfermeiros em Vítimas de Traumatismo Cranioencefálico. **Revista Neurociências**, v. 21, n. 4, p. 520-524, 31 mar. 2001.

ANJOS, M. F. S. Ações de enfermagem no acompanhamento de pacientes com transtorno de espectro autista. Orientador: Michelle Cristina Guerreiro dos Rei. 2019. 13f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Enfermagem) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2019.

ARAÚJO, J. L. ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM EM PACIENTES COM SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.100-104, jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Pessoa com Lesão Medular** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas e Departamento de Atenção Especializada. – 2. ed – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 68 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de rotinas para atenção ao AVC** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. 50 p. : il.

CHEHUEN NETO, J. A. et al . Atualização dos critérios diagnósticos de morte encefálica: aplicação e capacitação dos médicos. **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo , v. 31, n. 3, p. 303-311, Sept. 2019 . DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-507x.20190055>.

LOPES, L. Q. et al. Conhecimento acerca da escala de Cincinnati entre acadêmicos de medicina, enfermagem e agentes comunitários de saúde da atenção primária. **Revista Atenas Higeia**, [s.i.], v. 2, n. 1, p.24-29, jan. 2020.

POTTER, PA; PERRY, AG. **Fundamentos de enfermagem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara- Koogan, 2004.

SANTOS, D. F; PADULA, M. P. C.; WATERS, C. Nursing diagnoses of patients with ischemic stroke: a bibliographic research. **Brazilian Journal Of Health Review**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.644-672, jan. 2020.

SOUZA, R. G. et al. Alterações neurológicas e grau de dependência de enfermagem em pacientes com tumores intracranianos. **Revista Gaucha de Enfermagem**, [s.l.], v. 28, n. 2, p.180-186, jan. 2020.

SILVA, Roberta de Araújo e et al . Atividade sexual na lesão medular: construção e validação de cartilha educativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 31, n. 3, p. 255-264, 2018 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201800037>

TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. **Sistematização da Assistência de Enfermagem**. Guia Prático. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

WESTPHAL, G. A.; VEIGA, V. C.; FRANKE, C. A. Determinação da morte encefálica no Brasil. **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo , v. 31, n. 3, p. 403-409, Sept. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/0103-507x.20190050>

MORAES, E. L. et al . Experiências e expectativas de enfermeiros no cuidado ao doador de órgãos e à sua família. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 49, n. spe2, p. 129-135, Dec. 2015 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420150000800018>

REFERÊNCIAS

ARCÊNCIO, R. A. A enfermagem como profissão do futuro e base de sustentação dos sistemas universais. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 26, e3063, 2018. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/154222>> Acessos em: 10 dez 2019.

BARBOSA, A. C. S. et al . Perfil de egressos de Enfermagem: competências e inserção profissional. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 27, e3205, 2019 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692019000100386&lng=pt&nrm=iso >. Acessos em: 10 dez 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.3222.3205>.

BARROS, E. M. M. **Imperatriz**: memória e registro. Imperatriz: Ética Editora, 1996.

BRASIL. **COAPES pode beneficiar mais de 1 milhão de estudantes da saúde**. Disponível em: <<http://maismedicos.gov.br/noticias/149-coapes-podera-beneficiar-mais-1-milhao-de-estudantes-da-area-da-saude>>. 2015b.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de janeiro de 2001, p. 128.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 15 de abril de 2004, p. 3

_____. Presidência da República. Decreto Nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p. : il. ISBN 978-85-334-2115-8. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/implantacao_redes_atencao_saude_sas.pdf> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001: **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem**. Brasília (DF): MEC; 2001. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf> > Acesso em: 20 de jun. de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de saúde. Resolução N° 573, de 31 de Janeiro de 2018, que **Aprovar o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)** para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem, conforme anexo. Brasília (DF): MS; 2018. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso573.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Enfermagem em Números**. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

CNES/ DATASUS. **Cadastro dos Estabelecimentos de Saúde**. 2019. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

E-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro**. 2019. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

FIOCRUZ/COFEN. Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Conselho Federal de Enfermagem, 2013. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/bloco1/tabelas/nordeste/ma/Enfermeiros.pdf>> Acesso em: 10 de jun. de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Brasil, Maranhão, Imperatriz**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama/>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

IMPERATRIZ. A Cidade. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: reconhecimento e renovação de reconhecimento**. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão**. Universidade Estadual do Maranhão/São Luís: SEPLAN, 2012.

MEIRA, M.D.D.; KURCGANT, P. Competências de Egressos Graduados em Enfermagem: Avaliação de Gestores Empregadores. Rev. Cienc. Gerenc., v. 19, n. 30, p. 60-64, 2015. Disponível em: <<https://seer.pgskroton.com/index.php/rcger/article/viewFile/3666/3140>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

MENDES, EUGÊNIO VILAÇA. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il. ISBN: 978-85-7967-075-6. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_de_atencao_saude.pdf> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas no Brasil. UNICEF diz que taxas de mortalidade infantil em países pobres são alarmantes. Rio de Janeiro, 20 de fev. de 2018. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/unicef-diz-que-taxas-de-mortalidade-infantil-em-paises-pobres-sao-alarmantes/>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

OPAS BRASIL. Organização Pan-Americana de Saúde. **OPAS afirma que países devem ampliar papel da enfermagem na atenção primária à saúde.** Brasília, 11 de mai. de 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5665:opas-afirma-que-paises-devem-ampliar-papel-da-enfermagem-na-atencao-primaria-a-saude&Itemid=843> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

PNUD Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios – Imperatriz, MA.** Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, 2013a. Disponível em:< http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/imperatriz_ma> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

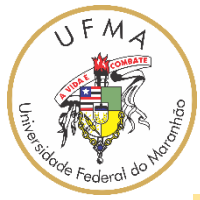
PNUD Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** – Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, 2013b. (PDF). Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/Atlas%20dos%20Municipios/undp-br-idhm-brasileiro-atlas-2013-min.pdf>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

SIM/ DATASUS. **Sistema de Informação sobre Mortalidade.** 2017. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10ma.def>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina de Imperatriz-MA.** Maranhão, 2017a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Projeto Pedagógico Institucional – PPI 2017-2021.** Maranhão, 2017b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017-2021.** Maranhão, 2017c.



APÊNDICE A – MANUAL DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM



**MANUAL DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM ENFERMAGEM
ATENÇÃO BÁSICA E AMBULATORIAL
ATENÇÃO HOSPITALAR E ESPECIALIZADA**

IMPERATRIZ
2020



EQUIPE DE ELABORAÇÃO

COORDENADORA DO CURSO DE ENFERMAGEM

Roberta de Araújo e Silva

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Yara Nayá Lopes de Andrade Goiabeira

Sergiane Maia Maciel

1 APRESENTAÇÃO

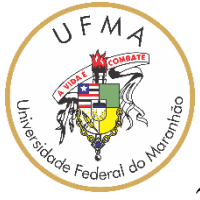
Este documento apresenta a reformulação do Manual de Estágio Curricular Obrigatório nas áreas de Atenção Básica e Área Hospitalar do Curso de Enfermagem do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), atendendo às demandas do Conselho Nacional da Educação (CNE), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

O Manual foi construído tendo como parâmetros legais as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), além de se apoiar na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei Federal de Estágio, na Resolução nº 441/2013 – COFEN – Resolução do Conselho Federal de Enfermagem que dispõe sobre participação do enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem e na Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE – altera a Resolução nº 684/2009 e dá nova redação ao Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA.

As atividades de ensino práticas e os estágios obrigatórios são realizados de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde vigente e ocorrem, preferencialmente, em serviços públicos do Sistema Único de Saúde - SUS, regionais e locais, estabelecidos em convênio.

Importa ressaltar que encontra-se em andamento o processo de celebração do Contrato Organizativo de Ação de Ensino-Saúde (COAPES) – Regional Imperatriz – contempla serviços da Rede Estadual e Municipais de Saúde em sete municípios: Imperatriz, João Lisboa, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Porto Franco, Estreito e Amarante.

O COAPES visa fortalecer o processo de integração ensino-serviço-comunidade para os cursos da área da saúde, garantindo o acesso aos estabelecimentos de saúde no âmbito do SUS, sob a responsabilidade do gestor da área de saúde, como cenário de práticas para a formação no âmbito da graduação e da residência em saúde.



2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1 Nome da mantenedora: Fundação Universidade Federal do Maranhão

2.2 Nome da mantida: Universidade Federal do Maranhão

2.3 Caracterização do curso

- Denominação do Curso: Enfermagem
- Modalidade: Bacharelado.
- Titulação Conferida: Bacharel em Enfermagem
- Duração do Curso: 5 anos
- Carga Horária Total: 4395 horas
- Estágio Curricular Obrigatório: 880h
- Integralização: Mínimo 10 (dez) semestres e Máximo 15 (quinze) semestres.
- Turno: Integral (matutino-vespertino)

3 JUSTIFICATIVA

Ao final de 2010, como fruto de um grande acordo tripartite envolvendo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), foi publicada a Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do SUS (BRASIL, 2010).

As Redes de Atenção à Saúde (RASs) são uma nova forma de organizar o sistema de atenção à saúde em sistemas integrados que permitam responder, com efetividade, eficiência, segurança, qualidade e equidade, às condições de saúde da população brasileira (BRASIL, 2014).

Neste contexto, o município de Imperatriz assume o papel de Centro de Referência em Saúde para os municípios que o circundam e até mesmo para os estados vizinhos, como Pará e Tocantins por possuir uma ampla Rede de Serviços de Saúde.

A atenção hospitalar do município é composta pelo Hospital Municipal de Imperatriz (HMI), sendo responsável, desde 2005, por oferecer os serviços de ortopedia e traumatologia, neurologia e neurocirurgia, gastroenterologia, cirurgia vascular, cirurgia geral, além dos atendimentos de urgência e emergência; pelo Hospital Municipal de Imperatriz Infantil (HMII), uma unidade hospitalar que presta assistência básica integral à saúde em quatro especialidades: pediatria, clínica geral, ginecologia e pequenas cirurgias. No serviço de urgência e emergência tem-se ainda o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAS).

A Atenção Básica, responsável pelas ações de saúde voltadas a promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde, através da participação popular e controle social está delineada na cidade de Imperatriz da seguinte forma: 74 (setenta e quatro) Equipes de Saúde da Família nos 32 (trinta e dois) estabelecimentos de atenção básica distribuídos pelos 5 (cinco) distritos de saúde (CNES/DATASUS, 2019).

O município realiza ainda os seguintes programas: Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde da Mulher, Saúde do Homem, Saúde do Idoso, Saúde do Adulto/Hiperdia, Controle da Tuberculose, Controle da Hanseníase. Na Atenção Especializada têm-se o Centro de Especialidades Médicas de Imperatriz (CEMI); Centro de Referência em Saúde da Mulher (CRSM); Centro de Referência Humanizado em Dermatologia Sanitária; Saúde Mental

composta por CAPS IJ, CAPS AD, CAPS III e Ambulatório de Saúde Mental; Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) (CNES/DATASUS, 2019).

Ressalta-se que a saúde mental em Imperatriz hoje configura-se da seguinte forma: uma Residência Terapêutica, na qual se encontram pacientes advindos do antigo sistema manicomial; um CAPS III (Centro de Apoio Psicossocial); um CAPS IJ (Centro de Apoio Infanto-juvenil); um CAPS AD (Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas); um Ambulatório de Saúde Mental, no qual são realizados os atendimentos clínicos psicológicos e psiquiátricos e um Consultório de Rua, sendo este o primeiro implantado no Maranhão. Pode-se destacar ainda como fazendo parte dessa rede de assistência à saúde mental o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) que presta atendimento aos trabalhadores com adoecimentos psíquicos provenientes da atividade laboral (CNES/DATASUS, 2019).

O quadro abaixo apresenta a configuração atual dos estabelecimentos públicos de saúde em Imperatriz.

N.	CNES	SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE IMPERATRIZ
114.	9138838	Academia da Saúde Barjonas Lobão
115.	7352913	Academia da Saúde Beira Rio
116.	9818138	Academia da Saúde Caema
117.	9818146	Academia da Saúde Parque Alvorada
118.	9658467	Academia da Saúde Praça União
119.	9544550	Ambulatório de Saúde Mental
120.	9592806	Ambulatório Especializado em Nefrologia
121.	9592792	Ambulatório Especializado em Obesidade E Sobrepeso
122.	5795206	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPSADIII
123.	2645491	Centro de Atenção Psicossocial de Imperatriz – CAPSIII
124.	3469905	Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPSIJ
125.	9510583	Cartão SUS Imperatriz
126.	7198620	Casa de Saúde do Índio de Imperatriz -CASAI
127.	3341216	Centro de Especialidades Médicas de Imperatriz – CEMI
128.	6364802	Central de Regulação de Serviços de Saúde
129.	6948472	Central de Regulação Medica de Urgências
130.	6030866	Centro de Referencia Humanizado em Dermatologia
131.	2456214	Centro de Saúde Dr. Milton Lopes do Nascimento
132.	2456192	Centro de Saúde Nova Imperatriz
133.	2341506	Centro de Saúde Santa Rita
134.	2456346	Centro de Saúde Três Poderes
135.	5441072	Centro de Saúde Vila Cafeteira
136.	2456257	Centro de Saúde Vila Nova
137.	7328672	Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA
138.	7213689	Centro Diagnostico por Imagem de Imperatriz – CDII
139.	9313109	Centro Médico Municipal
140.	5583969	Centro Municipal de Controle de Zoonoses
141.	3927385	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Parque Anhanguera

142.	3883469	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Três Poderes
143.	3341232	Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – CEREST
144.	7284969	Coordenação da Saúde Bucal
145.	7284950	Coordenação da Saúde da Criança
146.	7284942	Coordenação da Saúde do Homem
147.	7284985	Coordenação da Saúde na Escola
148.	2456486	Divisão de Vigilância em Saúde
149.	9426299	Divisão Municipal da Rede de Frio e Imunização
150.	2449307	Divisão Municipal de DST HIV AIDS
151.	7760019	Divisão Municipal de Hepatites Virais
152.	3341224	Divisão Municipal de Saúde da Mulher
153.	5940303	Farmácia Básica do Município de Imperatriz
154.	7328729	Farmácia da Divisão Municipal de DST HIV AIDS
155.	9762221	Farmácia da Divisão Municipal de Hepatites Virais
156.	5066077	Farmácia Popular do Brasil
157.	2456672	Hospital Municipal de Imperatriz – HMI
158.	5051606	Laboratório Municipal de DST HIV AIDS
159.	7731825	Laboratório Municipal de Endemias
160.	2645483	Laboratório Municipal de Imperatriz
161.	7122063	Motolância
162.	5585279	Núcleo de Atenção Integrada em Saúde De Imperatriz – NAISI
163.	7613415	Posto de Saúde Dr. Itamar Guará
164.	2456095	Posto de Saúde Lagoa Verde
165.	2456206	Posto de Saúde Olho D'água dos Martins
166.	2456168	Posto de Saúde Petrolina
167.	6668550	Posto de Saúde Vila Davi
168.	7284977	Programa da Saúde do Idoso
169.	6363024	Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz
170.	7328664	Serviço de Atenção Especializada – SAE
171.	2531275	Unidade Básica de Saúde Airton Sena
172.	2456184	Unidade Básica de Saúde Bacuri
173.	3508730	Unidade Básica de Saúde Beira Rio
174.	2456249	Unidade Básica de Saúde Boca da Mata
175.	2456222	Unidade Básica de Saúde Bom Sucesso
176.	2456109	Unidade Básica de Saúde Camaçari
177.	2531305	Unidade Básica de Saúde Centro Novo
178.	2456141	Unidade Básica de Saúde Coquelândia
179.	2456303	Unidade Básica de Saúde Nova Vitoria
180.	2531313	Unidade Básica de Saúde Parque Alvorada e Vilha
181.	2341484	Unidade Básica de Saúde Parque Amazonas
182.	2456265	Unidade Básica de Saúde Planalto
183.	9261354	Unidade Básica de Saúde Prisional Itamar Guará
184.	2531283	Unidade Básica de Saúde Santa Inês
185.	2456230	Unidade Básica de Saúde São Jose
186.	2456311	Unidade Básica de Saúde Vila Conceição
187.	2456117	Unidade Básica de Saúde Vila Lobão
188.	2456281	Unidade Básica de Saúde Vila Macedo

189.	3508722	Unidade Básica de Saúde Vila Redenção
190.	9187480	Ume Unidade de Marcação Especial
191.	9532366	Unidade de Marcação Distrito Camaçari
192.	9532390	Unidade de Marcação Distrito Coquelândia
193.	9367683	Unidade de Marcação Distrito Milton Lopes
194.	9367705	Unidade de Marcação Distrito Nova Imperatriz
195.	9511784	Unidade de Marcação Distrito Nova Vitoria
196.	9367675	Unidade de Marcação Distrito Santa Rita
197.	9532404	Unidade de Marcação Distrito São Jose
198.	9367837	Unidade de Marcação Distrito Vila Cafeteira
199.	9367845	Unidade de Marcação Distrito Vila Lobão
200.	9367691	Unidade de Marcação Distrito Vila Nova
201.	7122047	Unidade de Suporte Avançado - USA 01
202.	7122020	Unidade de Suporte Avançado - USA 02
203.	7121903	Unidade de Suporte Básico - USB 01
204.	7121946	Unidade de Suporte Básico - USB 02
205.	7121954	Unidade de Suporte Básico - USB 03
206.	7121989	Unidade de Suporte Básico - USB 04
207.	7121997	Unidade de Suporte Básico - USB 05
208.	7122004	Unidade de Suporte Básico - USB 06
209.	7122012	Unidade de Suporte Básico - USB 07
210.	7832044	Unidade de Suporte Básico - USB 08
211.	7832060	Unidade de Suporte Básico - USB 09
212.	6364799	Unidade de Tratamento Fora do Domicílio – TFD
213.	2531291	Unidade Móvel Odontológica I
214.	7418035	Unidade Móvel Oncológica
215.	7275099	Unidade de Pronto-Atendimento São Jose
216.	2456125	Unidade de Saúde da Família Bom Jesus
217.	6030858	Unidade de Saúde da Família Caema
218.	6668569	Unidade de Saúde da Família Ouro Verde
219.	2456133	Unidade de Saúde da Família Parque Anhanguera e São Salvador
220.	5550076	Unidade de Saúde da Família Parque Do Buriti
221.	3883477	Unidade de Saúde da Família Parque Sanharol
222.	2456338	Unidade de Saúde da Família Santa Lucia
223.	6540554	Unidade de Saúde da Família Vila Fiquene
224.	7774044	Vigilância Ambiental
225.	2678128	Vigilância Epidemiológica
226.	2456494	Vigilância Sanitária
N.	CNES	SERVIÇOS ESTADUAIS DE SAÚDE DE IMPERATRIZ
1.	6829708	Centro de Medicina Especializada - CEMESP Imperatriz
2.	9065768	Hospital Macrorregional Dra. Ruth Noleto
3.	2452383	Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz – HRMI
4.	2702738	Núcleo de Hemoterapia – HEMOMA de Imperatriz
5.	6929583	Unidade de Pronto-Atendimento – UPA de Imperatriz

Legenda: CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Fonte: CNES/DATASUS (2019)

4 BASES LEGAIS

4.1 BASES LEGAIS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei Federal de Estágio;
- Resolução nº 441/2013 – COFEN – Resolução do Conselho Federal de Enfermagem que dispõe sobre participação do enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem;
- Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE – altera a Resolução nº 684/2009 e dá nova redação ao Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA;
- Resolução nº 1674/2017 - CONSEPE - altera a Resolução nº 1.191 - CONSEPE - 2014 que trata do Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação, dando nova redação ao § 4º do art. 4º, ao inciso V do art. 21, §§ 1º, 2º e 3º do art. 32 e insere os §§ 1º e 2º ao art. 50;
- Resolução Nº 1892-CONSEPE, 28 de junho de 2019 - Aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

4.2 DESTAQUES DA LEI FEDERAL DE ESTÁGIO Nº 11.788/2008

O estágio curricular obrigatório (estágio supervisionado) é uma atividade prevista pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, conforme Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001, devendo estar incluído nos dois últimos semestres do curso e contemplar a **Área Hospitalar e a Atenção Básica**.

A operacionalização do estágio para estudantes é regida pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que traz em seu artigo primeiro a seguinte definição:

“Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º *O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.*

Art. 2o *O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do Curso.*

§ 1º *Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.*

§ 2º *Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.*

O capítulo IV desta, versa sobre direitos e deveres do ESTAGIÁRIO, entre eles:

Art. 10. *A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:*

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

4.3 DESTAQUES DA RESOLUÇÃO Nº 1191/2014 – CONSEPE

A Resolução Nº1191 de regulamenta os estágios do curso de graduação da Universidade Federal do Maranhão e, no que tange ao curso de Enfermagem, faz-se necessário detalhar os seguintes artigos:

Art. 6º *Para serem efetivas e regulares, as atividades de estágio deverão ser orientadas, acompanhadas e avaliadas pelos profissionais, segundo sua natureza:*

I. Coordenador de Estágio;

II. Supervisor Docente;

III. Supervisor Técnico.

Parágrafo Único: *Os profissionais a que se referem os itens I e II serão indicados pela UFMA, enquanto o profissional a que se refere o item III será indicado pela Instituição Concedente.*

Art. 12, § 3º O Relatório Final do estágio, normalizado e revisado, deverá ser depositado em mídia digital no repositório institucional do Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA.

Art. 37 A UFMA não se responsabilizará por despesas de transporte, alimentação e alojamento do estudante em qualquer forma de estágio.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

O Estágio Obrigatório tem o objetivo de capacitar o aluno para desenvolver competências e habilidades nas dimensões assistencial, gerencial, educativa e investigativa, compondo o perfil profissional do egresso e integrando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Além disso, direciona a atuação do aluno e futuro profissional, haja vista as ações de promoção do cuidado, prevenção de doenças, proteção à saúde, reabilitação, gestão e qualificação profissional, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, com vistas propiciar a saúde integral do ser humano, família e comunidade, considerando o perfil epidemiológico, as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes e condicionantes de saúde, as redes de atenção à saúde no âmbito público e privado locais, regionais e nacionais e as políticas, diretrizes e práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1990).

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do Estágio Obrigatório visam:

- Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação;
- Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

6 COMPETÊNCIAS

6.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS

A formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- I. **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- II. **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- III. **Comunicação:** os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;
- IV. **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

- V. **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e
- VI. **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

6.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO DO CURSO

Compete à Coordenação de Estágio do Curso:

- I. Captar campos, garantindo a realização dos estágios, respeitando os procedimentos determinados pelas unidades concedentes;
- II. Responsabilizar-se pelo planejamento, controle e avaliação dos Estágios;
- III. Informar ao Coordenador do Curso a programação semestral dos estágios, bem como a carga horária desenvolvida pelos Supervisores Docentes e Supervisores Técnicos (preceptores);
- IV. Dar cumprimento à legislação pertinente ao estágio;
- V. Proporcionar auxílio aos supervisores docentes e técnicos;
- VI. Elaborar a programação de estágio e submetê-la à aprovação do Colegiado de Curso, dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico vigente;
- VII. Avaliar as instalações da Concedente de estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estudante;
- VIII. Orientar, selecionar, distribuir e encaminhar o estagiário aos campos de estágio, seja qual for a sua natureza, considerando a área de conhecimento, habilitação e modalidade do curso;
- IX. Coordenar as atividades de estágio obrigatório desenvolvidas pelo Supervisor Docente e/ou Supervisor Técnico;

- X. Manter contatos com instituições públicas e privadas, em parceria com a Coordenação Geral de Estágio, tendo em vista a celebração de Convênios;
- XI. Promover reuniões periódicas para análise e avaliação das atividades desenvolvidas no estágio;
- XII. Participar de eventos promovidos pela Coordenadoria Geral de Estágio e pelas Comissões Setoriais, para a socialização das atividades desenvolvidas e das experiências vivenciadas no campo de estágio;
- XIII. Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias;
- XIV. Cumprir e fazer cumprir este regulamento e demais atribuições da Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014.

6.3 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO SUPERVISOR DOCENTE

São atribuições do Supervisor Docente de Estágio:

- I. Supervisionar grupos de formação em estágio obrigatório conforme composição indicada pela Coordenação de Estágio;
- II. Orientar o estudante acerca de todas as normas legais, externas e internas, e documentos relativos às atividades de formação em estágio, bem como os prazos dispostos pelo Calendário Acadêmico quanto ao seu cumprimento;
- III. Oferecer os meios necessários à realização de seus trabalhos;
- IV. Informar detalhadamente ao estudante sobre as Instituições Concedentes conveniadas e selecionáveis em sua área;
- V. Orientar e acompanhar o estudante na elaboração do Plano de Atividades de Estágio, com vista à sua análise e aprovação;
- VI. Supervisionar in loco, no mínimo uma vez por semana, as atividades de estágio desenvolvidas pelo estagiário;
- VII. Promover reuniões periódicas de avaliação com o Supervisor Técnico, tanto nas dependências da Concedente, quanto na UFMA;
- VIII. Acompanhar o desenvolvimento das atividades de estágio, com vista à melhoria dos desempenhos, à superação de dificuldades e/ou ao redimensionamento ou reestruturação das atividades;
- IX. Esclarecer o estudante sobre as etapas e os aspectos do estágio a serem avaliados;

- X. Orientar e acompanhar o estudante em estágio na elaboração dos relatórios para fins de avaliação;
- XI. Cumprir e fazer cumprir este regulamento e demais atribuições da Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014.

6.4 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO SUPERVISOR TÉCNICO

Compete ao Supervisor Técnico:

- I. Prestar toda assistência ao estagiário, desde a formulação do Plano de Trabalho até a elaboração do Relatório de Conclusão;
- II. Supervisionar os alunos em estágio obrigatório conforme composição indicada pela Coordenação de Estágio;
- III. Acompanhar a realização do estágio, atuando na instituição hospitalar ou de atenção básica/ambulatorial no transcorrer da realização do estágio como forma de consolidar a política de estágio do Curso;
- IV. Oferecer os meios necessários à realização de seus trabalhos;
- V. Acompanhar a execução do Plano de Atividades discente;
- VI. Comparecer às reuniões convocadas pela Coordenação;
- VII. Informar à coordenação de estágio quaisquer situações contrárias as normas estabelecidas pela Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, bem como infrações e ausência de comportamento ético-profissional do aluno;
- VIII. Realizar a avaliação somativa e formativa do aluno, no que concerne a atuação no campo de estágio sob sua supervisão.

6.5 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO ESTAGIÁRIO

São obrigações do estagiário:

- I. Estar regularmente matriculado na disciplina onde será realizado o Estágio e/ou Atividades Práticas Supervisionadas Estágio e atender os pré-requisitos;
- II. Apresentar a documentação exigida;
- III. Apresentar o Plano de Trabalho e o Termo de Compromisso de Estágio;
- IV. Cumprir, com empenho e interesse, toda a programação estabelecida no Plano de Atividades incluindo a duração total, o horário e o local determinados para as atividades de estágio;

- V. Cumprir a carga horária, segundo a escala, estabelecida para o estágio;
- VI. Participar das reuniões de acompanhamento do estágio, das sessões científicas de discussão de temas, estudos de caso e outras atividades programadas pela disciplina de estágio curricular obrigatório, bem como das avaliações de seu desempenho;
- VII. Atender às orientações dos profissionais designados pela UFMA e pela Instituição Concedente;
- VIII. Submeter-se às avaliações que lhe forem propostas, de acordo com o Plano de Atividades, participando em sua formulação;
- IX. Apresentar as informações e os relatórios que lhes forem solicitados pela UFMA e pela Instituição Concedente;
- X. Portar-se de modo ético-profissional no desempenho de suas atividades de estágio, especialmente, no âmbito da Instituição Concedente;
- XI. Atuar de forma respeitosa e solidária na relação com docentes, enfermeiros, demais profissionais, comunidade e usuários dos serviços de saúde;
- XII. Ser organizado, pontual e cumprir as atividades programadas pelo professor orientador e enfermeiro supervisor;
- XIII. Em caso de acidentes com exposição a material biológico, o estudante deverá comunicar imediatamente o enfermeiro supervisor que o orientará sobre as condutas padrão de caráter imediato;
- XIV. Cumprir e fazer cumprir este regulamento e demais atribuições da Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014.

7 CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O mercado de trabalho tem sido cada vez mais exigente e absorvido profissionais dotados de conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas. Com a fundamentação nestas características formadoras, o profissional formado segundo a estruturação apresentada, estará em igualdade competitiva para o desempenho de suas funções no mercado amplo e promissor de acordo com as necessidades humanas em todos os níveis da atenção à saúde.

Na Área Assistencial de atuação, o enfermeiro tem a possibilidade de prestar cuidados de enfermagem ao paciente, à família e/ou à comunidade em serviços de saúde públicos, privados e filantrópicos, tais como: unidades hospitalares, unidades básicas de saúde (postos de saúde), serviços de atendimento pré-hospitalar em urgência e emergência (SAMU), atenção domiciliar (*home-care*), assistência na área de transplantes de órgãos, serviços especializados em estomaterapia (tratamento de feridas), nefrologia, cardiologia, obstetrícia, neonatologia, pediatria, geriatria, estética, dentre outros.

Nas Áreas Administrativas e Gerenciais, o enfermeiro tem a possibilidade de assumir cargos de coordenação nas unidades hospitalares, unidades básicas de saúde, secretarias de saúde do estado/município, coordenação pedagógicas e cargos administrativos em instituições de ensino e consultorias empresarial e a órgãos públicos. Diante dessa demanda em ascensão, existe uma preocupação do curso em preparar cada vez mais os alunos para assumirem cargos de gestão.

Na Área de Formação Profissional, o enfermeiro tem a possibilidade de atuar na formação técnica profissionalizante (cursos técnicos de enfermagem) e na educação permanente (cursos de capacitação profissional). Esse cenário oferece um campo de trabalho promissor para os egressos, pois o ensino técnico e capacitação profissional em enfermagem estão em expansão no contexto regional e no país.

Na Área da Pesquisa, o enfermeiro tem a possibilidade de desenvolver pesquisas técnico-científicas em programas de pesquisa e extensão vinculados às universidades e às instituições de fomento à pesquisa. Atualmente no Brasil, temos vivenciado um crescimento significativo dos grupos de pesquisa, com incremento nas investigações de enfermagem e, conseqüentemente, um aumento da divulgação em periódicos científicos, bem como a qualificação dos pesquisadores e dos periódicos da área.

Ainda, considerando as novas práticas emergentes no campo do conhecimento da enfermagem, o empreendedorismo surge como um amplo campo de atuação profissional, no



qual o enfermeiro pode vir a atuar promovendo saúde à população ou dedicando-se à sua recuperação, com atendimentos em consultórios particulares, no domicílio (*home-care*) e em cooperativas (terceirização de mão-de-obra), consultorias e auditorias como autônomo ou em empresas, atendimento em eventos (*dairy-care*), ensino (cursos de capacitação profissional e educação continuada) ou prestação de serviços especializados: clínicas de vacinação, amamentação, esterilização de material médico-hospitalar, transporte de pacientes, aluguel de equipamentos e comercialização de produtos da área hospitalar. Essas são algumas das modalidades que permitem ao enfermeiro uma atuação autônoma e empreendedora.

Recentemente o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) publicou a Resolução 568/2018 que regulamenta o funcionamento dos consultórios e clínicas de Enfermagem. A norma regulamenta a ação autônoma do enfermeiro, ampliando o atendimento à clientela no âmbito individual, coletivo e domiciliar.

8 ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Segundo a Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, Art. 7º o estágio não se caracteriza como disciplina, mas como outra forma de atividade curricular obrigatória, de natureza eminentemente prática.

Constitui-se, portanto, como um eixo articulador entre teoria e prática que possibilita ao estudante a interação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, sendo atividade acadêmica específica e supervisionada, desenvolvida no ambiente de atuação profissional.

Esta atividade constitui um momento de construção e aprimoramento de conhecimentos e habilidades essenciais ao exercício da Enfermagem capaz de proporcionar experiências de caráter educativo e de execução da prática assistencial e gerencial na atenção básica e hospitalar, voltados para as diversas condições de saúde e em todas as fases do ciclo vital em toda a Rede de Atenção à Saúde (RAS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

É por meio da realização do estágio curricular obrigatório que se desenvolve a capacidade do acadêmico de Enfermagem para atuar com segurança no Sistema Único de Saúde submetendo-se aos princípios de seu modelo de organização caracterizado por rede integrada de serviços, regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade (atenção básica ou primária, atenção secundária e atenção terciária ou de média e alta complexidade ou densidade tecnológica).

Os estágios curriculares supervisionados são realizados na IES e/ou em instituições conveniadas (a partir dos convênios firmados), considerando-se as resoluções dos conselhos profissionais e DCN para o estabelecimento da relação docente/aluno, bem como da relação aluno/usuários.

Portanto, trata-se de uma atividade obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no campo de estágio, garantindo a contextualização da formação e do exercício profissional, mediante participação direta do aluno em processos de construção e implementação da prática profissional.

Para serem efetivas e regulares, as atividades de estágio são orientadas, acompanhadas e avaliadas pelos profissionais, segundo sua natureza:

- I. Coordenador de Estágio (Docente Enfermeiro do Curso);
- II. Supervisor Docente (Docente Enfermeiro do Curso); e/ou
- III. Supervisor Técnico (Profissional indicado pela Instituição Concedente).

Os profissionais a que se referem os itens I e II serão indicados pela UFMA, enquanto o profissional a que se refere o item III será indicado pela Instituição Concedente.

A carga horária dos estágios supervisionados segue os preceitos legais, correspondendo a 20% da carga horária total do curso, e são realizados nos dois últimos períodos do curso (9º e 10º períodos).

Todo acadêmico estará apto a realizar os estágios após a conclusão de todos dos componentes curriculares obrigatórios e optativos e deverá cumprir, no 9º período, o Estágio Supervisionado I – Atenção Básica e Ambulatorial, com 440 horas e, no 10º período, o Estágio Supervisionado II – Atenção Especializada, com 440 horas; que somados totalizam 880 horas de formação prática.

A operacionalização do estágio obedece a normas específicas estabelecidas pelo Colegiado do Curso em consonância com a Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE e compõem a estrutura curricular da seguinte forma:

Estágio Obrigatório		
Área de Formação	Estágio Obrigatório	Carga Horária
Ciências da Enfermagem	Estágio Obrigatório I: Atenção Básica e Ambulatorial	440
	Estágio Obrigatório II: Atenção Especializada	440
Subtotal		880

8.1 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I: ATENÇÃO BÁSICA E AMBULATORIAL

O Estágio I visa aprimorar o cuidado de enfermagem na promoção, prevenção e reabilitação da saúde do ser humano com enfoque nas diretrizes, e nos programas de atenção à saúde em todas as fases da vida e afecções em geral.

Além disso, proporciona ao aluno condições para o desenvolvimento de competências e habilidades nas dimensões assistencial, gerencial, educativa e investigativa, que compõem o perfil do egresso enfermeiro.

Ocorrendo na Rede Básica e Ambulatorial de Saúde, o Estágio I proporciona ao estudante a aplicabilidade da prática de Enfermagem nos programas de atenção básica à saúde, voltados para as diversas condições e em todas as fases da vida em ambientes comunitários, rede básica de saúde, ambulatorios, no lar e na comunidade, além da análise crítica de problemas específicos de assistência de enfermagem com vistas à integração de habilidades em função do papel do enfermeiro no domínio da saúde coletiva.

Este bloco de estágio será desenvolvido em Unidades de Atenção Básica e Ambulatorial que disponham de equipes da Estratégia de Saúde da Família, nas quais os alunos serão inseridos, de maneira a possibilitar aos mesmos o desenvolvimento das competências para o desempenho profissional como enfermeiros no campo da atenção primária.

Desse modo, a carga horária de 440 horas será realizada ao longo de 15 semanas, não ultrapassando 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, segundo o Art. 10, capítulo IV da Lei Federal de Estágio nº 11.788/2008, respeitando o horário do cronograma da Equipe de Saúde da Família/Secretária de Saúde, especialmente o horário do enfermeiro.

A supervisão desse estágio será feita por supervisores técnicos disponibilizados pela CONCEDENTE, conforme Art.22, inciso IV *“Disponibilização de servidor ou funcionário com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do estagiário, ou em áreas afins, para acompanhamento e avaliação do mesmo, na qualidade de Supervisor Técnico”*, viabilizados através de parceria estabelecida com a rede municipal e estadual de saúde de Imperatriz e formalizada por convênios.

A carga horária do Estágio Obrigatório I deverá ser integralmente cumprida, não cabendo dispensa ou ausência, sob pena de reprovação automática. Além disso, por ser o estágio uma atividade eminentemente prática, não se aplicam ao estudante os benefícios do Decreto Lei nº 1.044/69 e da Lei nº 6.202/75 quanto à concessão de exercícios domiciliares (Art. 32 e Art. 34 da Resolução nº1191/2014).

Estágio Obrigatório I: Atenção Básica		
Atividades desenvolvidas no Estágio I	Semestre	Carga Horária
Atenção à Saúde da Mulher	9º	50
Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente	9º	50
Atenção à Saúde do Adulto	9º	50
Atenção à Saúde do Idoso	9º	50
Atenção às Doenças Transmissíveis e Infecciosas	9º	50
Visitas e Consultas Domiciliares	9º	50
Promoção da saúde, prevenção de doenças/agravos e educação em saúde	9º	50
Gerenciamento de Unidade Básica de Saúde	9º	50
Atenção ambulatorial	9º	40
Subtotal		440

8.2 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II: ATENÇÃO HOSPITALAR/ESPECIALIZADA

O Estágio II visa possibilitar que o acadêmico (a) tenha vivências no contexto das unidades hospitalares, aperfeiçoando suas habilidades técnico-científicas aprendidas durante o desenvolvimento teórico-prático dos componentes curriculares integrantes do Curso de Enfermagem.

Dessa forma, estimulando o acadêmico (a) a exercer o cuidado integral e interdisciplinar, além de vivenciar e refletir acerca dos aspectos éticos, práticos e legais inerentes à profissão de enfermeiro.

Os serviços de saúde utilizados como campo de Estágio II incluem a atuação do acadêmico(a) pela Rede de Saúde Pública inserida no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo: desde o atendimento nas Unidades de Média Complexidade como as UPAS (Unidades de Pronto Atendimento); passando pelas Unidades de Alta Complexidade, como os Hospitais Regionais e Macrorregionais de referência em atendimentos especializados de Obstetrícia, Neonatologia, Pediatria e Cirurgia; até o Pronto-Socorro incluindo os atendimentos de Urgência e Emergência de Trauma, Ortopedia e Neurocirurgia.

Os serviços de saúde listados fornecem uma ampla oportunidade de ensino, pois possuem unidades dotadas de Clínicas Médicas e Cirúrgicas, Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal, possibilitando que o acadêmico (a) vivencie o cuidado em todos os seus aspectos e reflita sobre a atuação do enfermeiro e sua realidade no ambiente de trabalho.

A supervisão deste bloco de estágio será realizada pelos (as) professores das disciplinas de Saúde do Adulto, Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Adolescente e da Disciplina de Gestão e Gerência buscando assim oferecer aos alunos o suporte necessário tanto na área administrativa como na área assistencial específica de cada unidade.

A carga horária do Estágio Obrigatório II deverá ser integralmente cumprida, não cabendo dispensa ou ausência, sob pena de reprovação automática. Além disso, por ser o estágio uma atividade eminentemente prática, não se aplicam ao estudante os benefícios do Decreto Lei nº 1.044/69 e da Lei nº 6.202/75 quanto à concessão de exercícios domiciliares (Art. 32 e Art. 34 da Resolução nº1191/2014).

Estágio Obrigatório II – Atenção Hospitalar / Especializada		
Atividades desenvolvidas no Estágio II	Semestre	Carga Horária
Saúde do Adulto I – Centro Cirúrgico, Sala de Recuperação Anestésica e Central de Material	10º	70
Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Clínicos e Cirúrgicos – Clínica Médica e Clínica Cirúrgica	10º	80
Enfermagem na Saúde do Adulto em Cuidados Críticos – Unidade de Terapia Intensiva	10º	70
Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente em Cuidados Clínicos, Cirúrgicos e Críticos	10º	80
Enfermagem na Saúde da Mulher – Alojamento Conjunto e Sala de Parto	10º	70
Enfermagem em Urgência e Emergência – Unidades de Pronto Atendimento e Pronto-Socorro	10º	70
Subtotal		440

9 NORMAS E ORIENTAÇÕES AOS DISCENTES

9.1 DOCUMENTAÇÃO

A entrega da documentação abaixo precede o início do estágio, sendo vedada a sua assinatura após o estagiário ter iniciado as atividades junto à concedente.

Para a realização do Estágio Curricular Obrigatório, tanto na área de atenção básica quanto hospitalar, o aluno deverá entregar à Coordenação de estágio 3 (três vias), os seguintes documentos:

- Cópia de RG e CPF;
- Carteira de vacina atualizada;
- Foto 3 X 4;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de matrícula regular;
- Termo de compromisso (em anexo);
- Plano de Atividades (em anexo);
- Encaminhamento para a Unidade de Saúde (em anexo).

A entrega da documentação abaixo precede o início do estágio, sendo vedada a sua assinatura após o estagiário ter iniciado as atividades junto à concedente.

9.2 MATERIAIS E VESTIMENTAS

O aluno deverá estar de posse do material mínimo necessário para realização do Estágio Obrigatório:

- Fita métrica;
- Relógio;
- Estetoscópio;
- Esfigmomanômetro;
- Lanterna;
- Termomêtro;
- Material de bolso (caneta, caderno, agenda, lápis, borracha e outros).

No Estágio I, o traje adequado consiste em calça jeans, blusa branca e sapato fechado. O jaleco será utilizado nas consultas de enfermagem, visitas domiciliares ou na realização de procedimentos.

No Estágio II, o traje adequado consiste em calça branca, blusa branca e sapato fechado. O jaleco será utilizado OBRIGATORIAMENTE em toda a permanência na instituição de saúde, em todos os atendimentos e/ou na realização de procedimentos. Na UTI Adulto, UTI Pediátrica e No Centro-Cirúrgico e na Recuperação Pós-Anestésica: será necessário uso de uniforme privativo e gorro cirúrgico (o qual deve cobrir totalmente os cabelos).

O aluno deve fazer uso constante do crachá para sua identificação, como segurança e também em atividades/ações na comunidade.

O uso de adornos (brincos, colar, anéis, pulseiras, *piercings*, dentre outros) é PROIBIDO durante a assistência à saúde e permanência no campo prático, conforme exigências da Portaria nº 2616, de 12 de maio de 1988, que normatiza e regulamenta medidas de prevenção e controle de infecção hospitalar por meio da implantação da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).

Evitar o uso de maquiagem, perfume e aromatizantes em demasia, unhas aparadas e devidamente higienizadas.

O aluno deve manter postura ética e de cordialidade para com os docentes, supervisores, profissionais da instituição, discentes, usuários dos serviços e comunidade em geral.

10 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem dos alunos deve auxiliar o graduando no seu desenvolvimento pessoal e profissional, favorecendo o aprimoramento de seu potencial, ampliando com isto a qualidade da formação acadêmica oferecida pela Instituição.

O processo avaliativo deve proporcionar aos alunos a possibilidade de manifestação dos conhecimentos produzidos, das condutas, competências e habilidades desenvolvidas, para atingir os objetivos do estágio e do perfil do egresso em Enfermagem que pretende formar.

A nota será composta de dois aspectos: a avaliação conceitual e somativa e formativa. Sendo que a avaliação somativa corresponde às habilidades do fazer, representadas pelas notas atribuídas pelo supervisor docente ou supervisor técnico durante a realização das atividades em cada unidade acrescido do Relatório Final, ambos em ANEXO.

A avaliação formativa constará de conceitos às habilidades do ver, representadas pelos aspectos éticos e profissionais que compreendem: assiduidade, pontualidade, postura ética, relacionamento interpessoal, iniciativa, senso crítico, tomada de decisão, liderança, organização, planejamento, resolutividade e humanização.

A avaliação das atividades de estágio será realizada de forma processual e sistemática pelos profissionais da UFMA e da Concedente, de acordo com as normas específicas do Colegiado do Curso e conforme o Art. 32 Resolução nº 1191/2014 – CONSEPE:

I. Quando do estágio obrigatório, pelos Supervisores Docente e Técnico;

§ 1º O resultado final da avaliação de desempenho em estágio obrigatório será atribuído pelo Supervisor Docente, considerando quando couber, o Relatório da Supervisão Técnica, e expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações em décimos e vedado o arredondamento.

§ 2º Será considerado aprovado o estagiário que obtiver avaliação final de desempenho com valor igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 3º A critério da Coordenação de Estágio do Curso, e considerando o projeto pedagógico do mesmo, o estagiário que obtiver avaliação final com valor inferior a 7,0 (sete) poderá, ainda dentro do período permitido no Plano de Atividades, realizar novas atividades e ser reavaliado.

§ 4º Para fins de aprovação em estágio obrigatório, a carga horária prevista no projeto pedagógico do curso deverá ser integralmente cumprida, não cabendo dispensa ou ausência.

Art. 33 Constituem motivos para a interrupção automática do estágio e reprovação do estagiário em estágio obrigatório:

- I. O abandono do curso e/ou trancamento de programa, por qualquer motivo;
- II. Ausência durante as etapas, fases ou modalidades de estágio em que isto estiver expressamente proibido pelas normas do Colegiado de Curso;
- III. O descumprimento do Termo de Compromisso;
- IV. A desistência do estudante ou rescisão do Termo de Compromisso;
- V. A prática de atos ilegais no desempenho das atividades na Concedente e em suas dependências;
- VI. Conduta incompatível com a exigida pela Concedente, prevista em documento oficial público e notório.

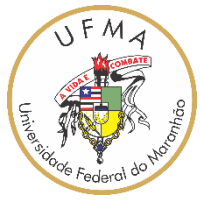
Art. 34 Por ser o estágio uma atividade eminentemente prática, não se aplicam ao estudante os benefícios do Decreto Lei nº 1.044/69 e da Lei nº 6.202/75 quanto à concessão de exercícios domiciliares.

Será calculada a média entre a nota do Supervisor Docente ou Supervisor Técnico (0 - 10) e a nota do Relatório Final (0 – 10), este último a ser corrigido pelo coordenador de estágio. A média entre as duas notas finais corresponderá à nota final do Componente Curricular - Estágio Obrigatório I e/ou II.

Uma vez concluída a carga horária, o acadêmico terá 10 dias para concluir a elaboração e entregar o Relatório Final de Conclusão relativo ao Estágio Obrigatório I e/ou II. O docente deverá entregar os Relatórios de Conclusão e as notas correspondentes ao Estágio Obrigatório, à Coordenação do curso de Enfermagem.

Nas situações em que o aluno não conseguir nota igual ou superior a 7,0 o mesmo deverá refazer a matrícula para o cumprimento do Estágio Obrigatório, objeto da reprovação.

Na condição de reprovação do Estágio Obrigatório I, o aluno não poderá ascender para o Estágio Obrigatório II e nem fazê-lo simultaneamente.



ANEXOS



ANEXO III
DA RESOLUÇÃO Nº 1191-CONSEPE, de 03 de outubro de 2014.

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

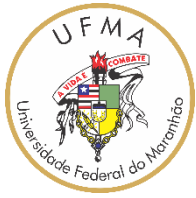
PA Nº: _____

VIGÊNCIA: _____

O Plano de Atividades de Estágio é uma exigência da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Resolução Nº 1191-CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, parte integrante e inalienável do Termo de Compromisso de Estágio, que deve ser acordado e assinado entre as três partes abaixo qualificadas, com vista à análise e aprovação da Coordenadoria de Estágio do Curso.

1-IDENTIFICAÇÃO

NATUREZA DO ESTÁGIO	
<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIO (O)	<input type="checkbox"/> NÃO-OBRIGATÓRIO (NO)
ESTAGIÁRIO/ESTUDANTE	
Nome:	Matrícula UFMA:
Curso:	Turno:
Telefone(s):	E-mail:
INSTITUIÇÃO DE ENSINO (FORMADORA)	
Supervisor Docente:	Mat. SIAPE:
Telefone(s):	E-mail:
CONCEDENTE/CAMPO DE ESTÁGIO	
Supervisor Técnico:	
Formação:	Cargo/Função:
Conselho Profissional/ Nº Registro:	
Telefone(s):	E-mail:
NOME DA CONCEDENTE:	
Setor/Unidade:	
Endereço:	Fone:
Descrição do Ambiente de Estágio:	
Natureza: Instituição Pública () Instituição Privada () Profissional Liberal ()	
Área de Atuação: Educação () Saúde () Comércio () Indústria () Serviços () Outros ()	
Atividades Principais:	



2- JUSTIFICATIVA (importância entre a área de atuação da concedente com a área de formação acadêmica, profissional e cidadã do estagiário).

3- COMPETÊNCIAS (a serem desenvolvidas durante o estágio)

4- METODOLOGIA (métodos e procedimentos adotados para a execução do estágio)

5 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

<u>ATIVIDADES</u>	<u>PERÍODO DE EXECUÇÃO</u>

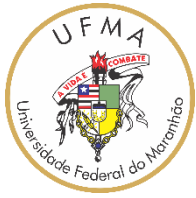
6- AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (critérios e instrumentos a serem utilizados)

IMPERATRIZ - MA, _____ de _____ de 20____.

ESTAGIÁRIO

FORMADORA

CONCEDENTE



TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas firmam entre si o presente Termo de Compromisso de Estágio, em obediência à Lei nº 11.788/2008 e conforme o disposto pela Resolução Nº 1191-CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

I- INSTITUIÇÃO FORMADORA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA), Instituição Federal de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação, criada por meio da Lei 5.152, de 21/10/1966, com sede e foro legal em São Luis, Estado do Maranhão, Praça Gonçalves Dias, nº 351, Centro, inscrita no CNPJ sob o número 06.279.103/0001-19, neste ato representado (a) pelo Coordenador (a) de Estágio do Curso de Enfermagem.

Nome: _____ Matrícula SIAPE:
3106199
E-mail: _____ Telefone(s):
Endereço: _____

II- INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

Nome da Concedente: _____ Nº do Convênio: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Nome do Responsável: _____ Cargo/Função: _____
E-mail: _____
.....Telefone(s):.....

III- ESTUDANTE / ESTAGIÁRIO

Nome Completo: Matrícula UFMA:.....
Curso:Habilitação/ Modalidade:.....Período Letivo:.....
Turno do Curso:.....Previsão de Conclusão do Curso:.....
RG.....
Endereço:..... Telefone(s):.....
E-mail:.....

CLÁUSULA 1ª

A finalidade do estágio é proporcionar ao estudante as condições necessárias ao desenvolvimento de suas competências em situação real de trabalho, através de experiência prática em sua área de formação, preparando-o para a vida cidadã e o trabalho, nos termos contidos no Plano de Atividades anexo e parte integrante e inalienável deste Termo de Compromisso.

CLÁUSULA 2ª

O estágio será desenvolvido de acordo com a modalidade abaixo especificada:

I-OBRIGATÓRIO

Setor:
Responsável pelo Setor: _____ Telefone(s): _____
Jornada de Atividades:
Início:...../...../.....Término:...../...../..... Etapas nº.....CH/Total:
Supervisor Docente: _____ Telefone(s): _____
Supervisor Técnico:Telefone(s):.....
Dados da Apólice de Seguros:
Empresa: _____
Nº da Apólice: _____ Validade: _____

II- NÃO-OBRIGATÓRIO

Setor:.....	
.....	
Responsável pelo Setor:	Telefone:.....
Jornada de Atividades:	
Carga Horária: Diária:() Semanal:()	
Auxílios: Valor da Bolsa.....	Valor do Auxílio Transporte:.....
Outros.....	
Coordenador de Estágio:.....	Telefone:.....
Supervisor Técnico:	Formação:.....
Cargo:.....	Telefone:.....
E-mail:	
Dados da Apólice de Seguros:	
Empresa.....	
Nº da Apólice.....	Validade:.....

CLÁUSULA 3ª

A realização de **estágio não-obrigatório** está condicionada aos seguintes requisitos:

§ 1º As partes têm ciência de que a carga horária não poderá ultrapassar: 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, assim como, asseguram que as atividades desenvolvidas são definidas no plano de atividades de estágio.

§ 2º O horário de estágio deve ser compatível com o horário do turno de funcionamento do curso.

§ 3º A duração do estágio não poderá exceder 2 (dois) anos, podendo ser rescindido por qualquer uma das partes por escrito, com antecedência de 10 (dez) dias.

§ 4º Quando do desligamento do estagiário, a concedente deve encaminhar à instituição de ensino um instrumento legal que comprove a realização do estágio, contendo as atividades desenvolvidas e a avaliação de desempenho nos períodos, com vista do estudante.

§ 5º O estagiário deve receber benefícios relacionados ao auxílio transporte, bem como bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 6º É facultativa a concessão de benefícios relacionados a alimentação, saúde e outros .

§ 7º É assegurado ao estagiário recesso de 30 (trinta) dias quando a duração do estágio for igual ou superior a 1 (um) ano, preferencialmente no período das férias acadêmicas.

§ 8º No caso em que o estágio for inferior a 1 (um) ano o recesso será concedido de maneira proporcional.

§ 9º Em ambos os recessos, integral ou proporcional, o estudante deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

CLAUSULA 4ª

No caso de *estágio obrigatório*, a contratação do seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário é de responsabilidade da UFMA, e no caso de *estágio não-obrigatório* é de responsabilidade da CONCEDENTE.

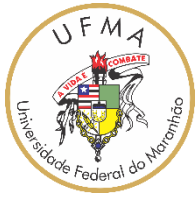
CLÁUSULA 5ª

Em qualquer das formas de estágio, o estagiário estará submetido à supervisão realizada pelo Coordenador de Estágio e/ou Supervisor Docente da FORMADORA e pelo Supervisor Técnico da CONCEDENTE.

CLÁUSULA 6ª

São obrigações do **ESTAGIÁRIO**:

- Cumprir com empenho e interesse as atividades estabelecidas no *Plano de Atividades de Estágio*;
- Apresentar o *Relatório de Atividades* ao Supervisor Docente e Supervisor Técnico no final de cada etapa de *Estágio Obrigatório*;
- Desempenhar as atividades conforme estabelecido no *Plano de Atividades de Estágio*;
- Cumprir as normas e regulamentos da FORMADORA e da CONCEDENTE, bem como outras eventuais recomendações do Supervisor Técnico, desde que ajustadas no presente documento;
- Responder por perdas e danos decorrentes da inobservância das leis e regulamentos ou das constantes do presente documento;
- Apresentar a FORMADORA, semestralmente, relatório de atividades, em caso de *estágio não-obrigatório*;
- Participar da elaboração do *Plano de Atividades de Estágio*, em acordo com as partes envolvidas.
- Comunicar por escrito a FORMADORA sobre qualquer irregularidade ocorrida no estágio;
- Cumprir as orientações, as normas e os regulamentos da CONCEDENTE e manter sigilo sobre as informações e dados a que tiver acesso em razão das atividades desempenhadas;
- Apresentar a CONCEDENTE, bimestralmente, documentos que comprovem sua frequência regular;
- Comunicar imediatamente a CONCEDENTE a ocorrência de qualquer das situações acadêmicas, tais como:



abandono, trancamento ou cancelamento da matrícula, transferência para outro curso ou para outra instituição de ensino.

CLÁUSULA 7ª

As partes concordam que:

I – Qualquer alteração deste termo somente será válida se efetuada por escrito, firmada pelas partes, através de seus representantes legais;

II – Nenhuma das partes será responsabilizada pelo não cumprimento de qualquer das disposições deste termo se o inadimplemento for decorrente de força maior;

III – Fica vedado a qualquer das partes, sem expressa anuência da outra, transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste termo;

IV – Fica certo e ajustado que nenhuma das partes tem poderes para representar a outra, a qualquer título ou sob qualquer pretexto;

V – Não fica estabelecida por este instrumento qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, sendo que cada parte responderá exclusivamente por seus atos, na medida de sua participação;

VI – Os instrumentos abaixo relacionados constituem parte integrante deste Termo de Compromisso de Estágio:

a- Plano de Atividades de Estágio por etapa ou semestre letivo;

b- Relatório Parcial de Atividades de Estágio;

c- Relatório Final de Estágio.

CLÁUSULA 8ª

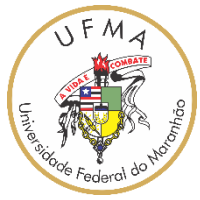
Para dirimir qualquer questão que se originar deste instrumento jurídico e que não possa ser resolvida amigavelmente, as partes elegem o foro da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Luis, Estado do Maranhão. E assim, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e dizeres deste termo de compromisso, as partes o assinam em 3 (três) vias, cabendo a primeira à instituição de ensino, a segunda à instituição concedente e a terceira o estagiário.

Imperatriz - MA, _____ de _____ de 20 _____

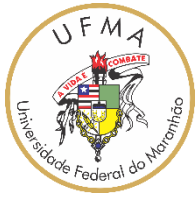
FORMADORA

CONCEDENTE

ESTAGIÁRIO



APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

APÊNDICE B

FICHA AVALIATIVA
SUPERVISÃO DOCENTE
ESTÁGIO I - ATENÇÃO BÁSICA/AMBULATORIAL - ENFERMAGEM

Estagiário: _____

Local de Estágio: _____

Semestre letivo: _____

Supervisor Técnico: _____

Parecer dos Supervisores de Prática quanto ao trabalho do(a) Estagiário(a):

Este instrumento será aplicado com o propósito de avaliar de maneira formativa e somativa o desempenho dos alunos nos cenários de prática no decorrer das atividades previstas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado na Atenção Básica/Ambulatorial.

O aluno/estagiário:

- () alcançou os objetivos propostos para o estágio supervisionado.
() alcançou parcialmente os objetivos propostos para o estágio supervisionado.
() não alcançou os objetivos propostos.

Aconselha:

- () aprovação do(a) estagiário(a).
() repetição de parte do estágio.
() reprovação do(a) estagiário(a).

Classificação: () Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente

Conceito / nota final (0-10): _____

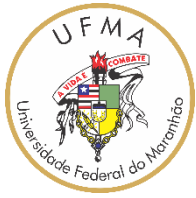
Observações Finais:

.....
.....
.....

SUPERVISOR TÉCNICO

Nome: _____

Data: _____



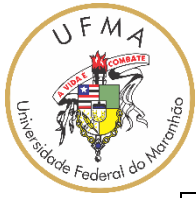
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

APÊNDICE C

**FICHA AVALIATIVA
SUPERVISÃO TÉCNICA
ESTÁGIO I - ATENÇÃO BÁSICA - ENFERMAGEM**

Estagiário:	Assinatura:
Unidade Concedente:	
Total de horas cumpridas no período:	

ITENS A SEREM AVALIADOS PELO PRECEPTOR DE PRÁTICA		
I – ASPECTOS GERAIS	PONTUAÇÃO	
1. Assiduidade e Pontualidade;	01	
2. Apresentação e higiene pessoal, postura adequada, uniforme adequado, material de bolso completo;	01	
3. Relacionamento e comunicação interpessoal (colegas, preceptor, equipe de saúde, pacientes, comunidade);	02	
4. Responsabilidade na execução das atividades, senso crítico, tomada de decisão, iniciativa e resolutividade;	02	
5. Comportamento ético profissional, aceitação positiva de críticas e humanização;	02	
6. Liderança, organização do trabalho e planejamento das ações.	02	
Sub-Total I	10	
II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	PONTUAÇÃO	
1. Atuação e desempenho durante as consultas de enfermagem em todos os ciclos vitais (anamnese, exame físico, solicitação de exames, orientações educativas de cuidado, etc);	02	
2. Destreza e habilidade na realização de procedimentos técnicos (curativo, PCCU, exame das mamas, técnicas e manobras durante o pré-natal, sondagem vesical, imunização, retirada de pontos, nebulização, etc);	02	
3. Conhecimento técnico-científico, crítico e reflexivo das atividades realizadas;	02	
4. Organização da estrutura da unidade, normas, rotinas, gerenciamento e dinâmica de funcionamento;	01	



5. Registro das atividades desenvolvidas (evolução, prontuários, fichas, anotações gerais);	01	
6. Educação em saúde na comunidade, campanhas, atividades sociais, promoção da saúde e prevenção de doenças;	01	
7. Visita domiciliar.	01	
Sub-Total II	10	
Sub-Total I	Sub-Total II	Nota Final (Sub I + Sub II / 2)

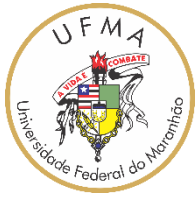
Observações: _____

SUPERVISOR TÉCNICO

Nome:

Assinatura e carimbo:

Data: / /



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

APÊNDICE D

FICHA AVALIATIVA
SUPERVISÃO DOCENTE
ESTÁGIO II – ÁREA HOSPITALAR - ENFERMAGEM

Estagiário: _____

Local de Estágio: _____

Semestre letivo: _____

Supervisor Docente: _____

Parecer dos Supervisores de Prática quanto ao trabalho do(a) Estagiário(a):

Este instrumento será aplicado com o propósito de avaliar de maneira formativa e somativa o desempenho dos alunos nos cenários de prática no decorrer das atividades previstas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado na Atenção Básica/Ambulatorial.

O aluno/estagiário:

- () alcançou os objetivos propostos para o estágio supervisionado.
() alcançou parcialmente os objetivos propostos para o estágio supervisionado.
() não alcançou os objetivos propostos.

Aconselha:

- () aprovação do(a) estagiário(a).
() repetição de parte do estágio.
() reprovação do(a) estagiário(a).

Classificação: () Ótimo () Bom () Regular () Insuficiente

Conceito / nota final (0-10): _____

Observações Finais:

.....
.....
.....
.....

SUPERVISOR DOCENTE

Nome: _____

Data: _____



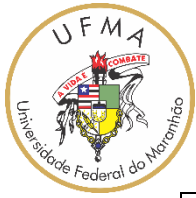
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

APÊNDICE E

**FICHA AVALIATIVA
SUPERVISÃO TÉCNICA
ESTÁGIO II – ÁREA HOSPITALAR - ENFERMAGEM**

Estagiário:	Assinatura:
Unidade Concedente:	
Total de horas cumpridas no período:	

ITENS A SEREM AVALIADOS PELO PRECEPTOR DE PRÁTICA		
I – ASPECTOS GERAIS	PONTUAÇÃO	
7. Assiduidade e Pontualidade;	01	
8. Apresentação e higiene pessoal, postura adequada, uniforme adequado, material de bolso completo;	01	
9. Relacionamento e comunicação interpessoal (colegas, preceptor, equipe de saúde, pacientes, comunidade);	02	
10. Responsabilidade na execução das atividades, senso crítico, tomada de decisão, iniciativa e resolutividade;	02	
11. Comportamento ético profissional, aceitação positiva de críticas e humanização;	02	
12. Liderança, organização do trabalho e planejamento das ações.	02	
Sub-Total I	10	
II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	PONTUAÇÃO	
8. Destreza e habilidade na realização de procedimentos de Enfermagem de baixa, média e alta complexidade. Aplica adequadamente a terminologia clínica e cirúrgica;	02	
9. Conhece os materiais hospitalares, equipamentos e técnicas de atendimento usados no atendimento hospitalar;	01	
10. Reconhece manifestações clínicas e cirúrgicas em situações fisiológicas, patológicas e de complicação, aplicando os cuidados específicos e adequadas para cada uma delas;	02	
11. Organização da estrutura da unidade, normas, rotinas, gerenciamento e dinâmica de funcionamento;	01	
12. Aplica a Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE, o Processo de Enfermagem – PE e realiza o registro de atividades desenvolvidas (evolução, prontuário, fichas e anotações gerais);	02	



13. Conhecimento teórico pertinente, associação teórico-prático, pensamento crítico e reflexivo, tomada de decisão e humanização;		02	
Sub-Total II		10	
Sub-Total I	Sub-Total II	Nota Final (Sub I + Sub II / 2)	

Observações:

SUPERVISOR TÉCNICO

Nome:

Assinatura e carimbo:

Data: / /



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

APÊNDICE F

ENCAMINHAMENTO À UNIDADE CONCEDENTE

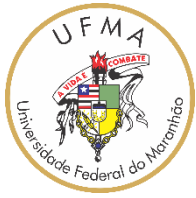
ENCAMINHAMENTO PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
ATENÇÃO HOSPITALAR OU ATENÇÃO BÁSICA/AMBULATORIAL

Venho por meio deste, encaminhar o (a) aluno (a) _____, sob N° de CPF _____ e matrícula _____, desta Universidade, regularmente matriculado no curso de Enfermagem, para realização de Estágio Curricular Obrigatório no Estabelecimento de Saúde _____, sob supervisão do (a) Enfermeiro (a) _____, com carga horária de 440 hs.

Atenciosamente,

Imperatriz - MA, ____ de _____ de 20__.

Coordenador (a) de Estágio
Curso de Enfermagem – CCSST/UFMA
SIAPE _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

APÊNDICE G

**CRONOGRAMA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
PARA A INSTITUIÇÃO CONCEDENTE**

I- INSTITUIÇÃO FORMADORA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA), Instituição Federal de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação, criada por meio da Lei 5.152, de 21/10/1966, com sede e foro legal em São Luis, Estado do Maranhão, Praça Gonçalves Dias, nº 351, Centro, inscrita no CNPJ sob o número 06.279.103/0001-19, neste ato representado (a) pelo Coordenador (a) de Estágio do Curso de Enfermagem.

Nome:

Matrícula SIAPE:

E-mail:

Telefone(s):

Endereço:

II- INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

Nome da Concedente:

Nº do Convênio:

CNPJ:

Endereço:

I- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Setor:

Responsável pelo Setor:

Telefone(s):

Jornada de Atividades:

Início:...../...../..... Término:...../...../..... Etapas nº.....CH/Total:

Supervisor Docente:

Telefone(s):

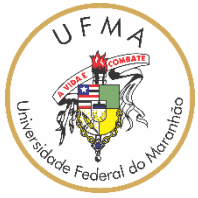
Supervisor

Técnico:Telefone(s):.....

Dados da Apólice de Seguros:

Nº da Apólice:

Validade:



CRONOGRAMA DE ESTÁGIO I – ATENÇÃO BÁSICA OU HOSPITALAR			
SUPERVISOR DOCENTE OU SUPERVISOR TÉCNICO	UBS/EQUIPE OU INSTITUIÇÃO HOSPITALAR	ALUNO	PARECER

Imperatriz - MA, _____ de _____ de 20____

Coordenador(a) de Estágio
Curso de Enfermagem – CCSST/UFMA
SIAPÉ _____



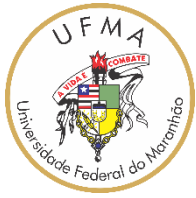
APÊNDICE H

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM

RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

Nome do Estagiário

Imperatriz - MA
2020



NOME COMPLETO DO ALUNO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

Relatório apresentado como conclusão do Estágio Obrigatório Supervisionado (Atenção Básica ou Hospitalar), do Curso de Enfermagem.

Supervisor Docente/Técnico:

Período: _____ a _____ de 20__

**1 IDENTIFICAÇÃO:****DADOS DO ALUNO**

Nome, Matrícula, e-mail

DADOS DA UNIDADE DE SAÚDE

Nome da Concedente do Estágio

Bairro:

CEP:

Endereço:

Cidade:

Telefone:

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Relatório referente ao período de ___/___/___ a ___/___/___.

ASSINATURAS:

Aluno(a): _____

Supervisor (a) Docente/Técnico: _____

Coordenador (a) de Estágio: _____

Relatório entregue na Coordenadoria de Estágio do Curso em: ___/___/___.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

Nesta primeira parte, o acadêmico contextualiza o relatório, tratando, sucintamente, da importância do estágio para a sua formação profissional, do tempo e local onde está sendo realizado o estágio e dos objetivos do estágio.

2 APRESENTAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE

Deverá conter um breve histórico da empresa, a descrição da mesma e suas principais áreas de atuação. Nos últimos parágrafos, o (a) estagiário(a) deverá apresentar de forma mais detalhada o setor/departamento onde desenvolveu seu programa de estágio.

3 PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

No relatório deverá constar uma programação com a identificação das atividades a serem realizadas, conforme exposto no Plano de Atividades apresentado.

4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Todas atividades desenvolvidas no estágio deverão ser redigidas em forma de texto e para melhor organização das informações, pode-se subdividir o texto em subseções (Ex: 4.1; 4.2; 4.3, etc). Na sequência, o aluno descreverá as atividades desenvolvidas durante o estágio, fundamentando-as com os referenciais teóricos encontrados na literatura, seja por meio de livros, artigos, portarias, manuais, entre outros.

ATENÇÃO: nomear as atividades e descrever o que foi feito, por que foi feito, como foi feito e qual a aprendizagem adquirida com a atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aluno deverá emitir sua opinião sobre a importância do estágio para a sua formação, relatando as experiências importantes, pontos positivos, fragilidades, dificuldades e limitações encontradas na realização deste. Ao finalizar é importante tecer comentários apresentando sugestões de melhoria do campo e assistência.

REFERÊNCIAS

ANEXOS

(EX: FOTOS)

APÊNDICES

(EX: TERMO DE COMPROMISSO, INSTRUMENTOS DESENVOLVIDOS, ETC)

REFERÊNCIAS

ARCÊNCIO, R. A. A enfermagem como profissão do futuro e base de sustentação dos sistemas universais. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 26, e3063, 2018. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/154222>> Acessos em: 10 dez 2019.

BARBOSA, A. C. S. et al . Perfil de egressos de Enfermagem: competências e inserção profissional. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 27, e3205, 2019 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692019000100386&lng=pt&nrm=iso >. Acessos em: 10 dez 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.3222.3205>.

BARROS, E. M. M. **Imperatriz**: memória e registro. Imperatriz: Ética Editora, 1996.

BRASIL. **COAPES pode beneficiar mais de 1 milhão de estudantes da saúde**. Disponível em: <<http://maismedicos.gov.br/noticias/149-coapes-podera-beneficiar-mais-1-milhao-de-estudantes-da-area-da-saude>>. 2015b.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 28 de fev. 2020.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de janeiro de 2001, p. 128.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 15 de abril de 2004, p. 3

_____. Presidência da República. Decreto Nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p. : il. ISBN 978-85-334-2115-8. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/implantacao_redes_atencao_saude_sas.pdf> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html>. Acesso em: 28 de fev. 2020.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001: **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem**. Brasília (DF): MEC; 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf> > Acesso em: 20 de jun. de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de saúde. Resolução Nº 573, de 31 de Janeiro de 2018, que **Aprovar o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)** para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem, conforme anexo. Brasília (DF): MS; 2018. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso573.pdf> > Acesso em: 20 de jun. de 2018.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Enfermagem em Números**. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>> Acesso em: 20 de dez. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **RESOLUÇÃO nº 441, de 15 de maio de 2013**. Dispõe sobre participação do Enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem. Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br>. Acesso em: 28 de fev. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **RESOLUÇÃO nº 539, de 7 de março de 2017**. Revoga o Inciso II, do Artigo 1º da Resolução Cofen nº441/2013. Brasília: 2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Cofen-539-2017.pdf>. Acesso em. 28 de fev. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **RESOLUÇÃO Nº 568/2018, de 9 de fevereiro de 2018**. Aprova o Regulamento dos consultórios de Enfermagem e clínicas de Enfermagem. Brasília: 2018. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/RESOLU%C3%87%C3%83O-568-2018.pdf>. Acesso em. 28 de fev. 2020.

CNES/ DATASUS. **Cadastro dos Estabelecimentos de Saúde**. 2019. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

E-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro**. 2019. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

FIOCRUZ/COFEN. Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Conselho Federal de Enfermagem, 2013. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/bloco1/tabelas/nordeste/ma/Enfermeiros.pdf>> Acesso em: 10 de jun. de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Brasil, Maranhão, Imperatriz**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama/>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

IMPERATRIZ. A Cidade. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: reconhecimento e renovação de reconhecimento**. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão**. Universidade Estadual do Maranhão/São Luís: SEPLAN, 2012.

MEIRA, M.D.D.; KURCGANT, P. Competências de Egressos Graduados em Enfermagem: Avaliação de Gestores Empregadores. Rev. Cienc. Gerenc., v. 19, n. 30, p. 60-64, 2015. Disponível em: < <https://seer.pgskroton.com/index.php/rcger/article/viewFile/3666/3140>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

MENDES, EUGÊNIO VILAÇA. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il. ISBN: 978-85-7967-075-6. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_de_atencao_saude.pdf> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas no Brasil. UNICEF diz que taxas de mortalidade infantil em países pobres são alarmantes. Rio de Janeiro, 20 de fev. de 2018. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/unicef-diz-que-taxas-de-mortalidade-infantil-em-paises-pobres-sao-alarmantes/>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

OPAS BRASIL. Organização Pan-Americana de Saúde. **OPAS afirma que países devem ampliar papel da enfermagem na atenção primária à saúde**. Brasília, 11 de mai. de 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5665:opas-afirma-que-paises-devem-ampliar-papel-da-enfermagem-na-atencao-primaria-a-

[saude&Itemid=843](#)> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

PNUD Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios – Imperatriz, MA.** Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, 2013a. Disponível em:<
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/imperatriz_ma> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

PNUD Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** – Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, 2013b. (PDF). Disponível em:
<<https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/Atlas%20dos%20Municipios/undp-br-idhm-brasileiro-atlas-2013-min.pdf>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

SIM/ DATASUS. **Sistema de Informação sobre Mortalidade.** 2017. Disponível em:
<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10ma.def>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina de Imperatriz-MA.** Maranhão, 2017a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Projeto Pedagógico Institucional – PPI 2017-2021.** Maranhão, 2017b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017-2021.** Maranhão, 2017c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **RESOLUÇÃO Nº. 1191-CONSEPE, de 03 de outubro de 2014.** Altera a Resolução nº 684-CONSEPE, de 7 de maio de 2009, e dá nova redação ao Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA, na forma dos seus anexos. São Luís: 2014. Disponível em:
<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/mHdsS5VMRSWYrcx.pdf>. Acesso em: 28 de fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **RESOLUÇÃO Nº. 1674-CONSEPE, de 20 de dezembro de 2017.** [Altera a Resolução nº 1.191 - CONSEPE - 2014 que trata do Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação, dando nova redação ao § 4º do art. 4º, ao inciso V do art. 21, §§ 1º, 2º e 3º do art. 32 e insere os §§ 1º e 2º ao art. 5º.](#) São Luís: 2017. Disponível em:
<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/Ko0HqjfBQjNpEa1.pdf>. Acesso em: 28 de fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **RESOLUÇÃO Nº 1892-CONSEPE, 28 de junho de 2019.** Aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís: 2019. Disponível em:
<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/tITnYagWIHG5N2t.pdf>. Acesso em: 28 de fev. 2020.



APÊNDICE B – MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM



**MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
DO CURSO DE ENFERMAGEM**

IMPERATRIZ
2020



EQUIPE DE ELABORAÇÃO

COORDENADORA DO CURSO DE ENFERMAGEM

Roberta de Araújo e Silva

COMISSÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Ismália Cassandra Costa Maia Dias

Perpétua do Socorro Silva Costa

1 APRESENTAÇÃO

Este manual tem por finalidade regulamentar e assegurar a efetivação das atividades acadêmicas complementares do Curso de Enfermagem do CCSST-UFMA aprovada em Colegiado.

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

As atividades complementares, conforme dispõe o art. 8º da Resolução CNE/CES nº 03, de 07 de novembro de 2001, são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do acadêmico, inclusive adquirida fora do ambiente institucional. É essencial para o aprimoramento da formação do perfil do egresso e estimula o acadêmico à prática de estudos independentes, transversais e interdisciplinares.

As atividades complementares têm o propósito de promover o enriquecimento de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes no acadêmico, ampliando o acesso dos discentes às informações e experiências fundamentais à vivência acadêmica e cidadã.

As atividades complementares têm ainda como objetivo oferecer aos estudantes uma proposta de ação que possibilite reunir teoria e prática desenvolvendo conhecimentos, competências e habilidades adquiridas no decorrer do curso, bem como desenvolver no graduando uma visão humanística e crítica.

Na UFMA, de acordo com o art. 88 da Resolução nº 1.892 – CONSEPE, 28 de junho de 2019, as atividades complementares são aglutinadas em quatro grandes áreas, quais sejam:

- I. atividades de ensino;
- II. atividades de pesquisa;
- III. atividades de extensão;
- IV. outras atividades regulamentadas pelo NDE e Colegiado do Curso.

Deste modo, as finalidades de uma universidade – ensino, pesquisa e extensão – devem ser integradas objetivando uma formação adequada do egresso. Essa integração deve ocorrer também em atividades extraclases, permitindo ao estudante o aprofundamento da aprendizagem através de ações nas quais a prática, a investigação e a descoberta possam ser privilegiadas, dando, assim sentido aos princípios supracitados.

As Atividades Complementares são regulamentadas e aprovadas pelo Colegiado

do Curso, devendo cada acadêmico cumprir ao longo de sua formação um total de 200 horas. Esta é uma parte, diga-se de passagem, muito importante do curso, pois são atividades de formação complementar aberta, portanto, não integram o programa e a carga horária das disciplinas, devendo ser pertinentes à formação, contemplando as necessidades e expectativas individuais e acadêmicas.

Para efeito de carga horária das Atividades Complementares, estas não poderão ser adicionadas à carga horária do Estágio Obrigatório e ao Trabalho de Conclusão do Curso, e vice-versa, uma vez que se caracteriza por estimular a prática de estudos de forma independentes, opcionais, interdisciplinares, de atualização profissional específica, seguindo um conjunto de normas apresentadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso.

Por este motivo julgamos necessário, no curso de Enfermagem, fornecer ao estudante a oportunidade de diversificar e enriquecer sua formação por meio de participação em tipos variados de atividades complementares, como por exemplo, iniciação científica, monitoria, projetos de extensão, participação em eventos científicos, apresentações de trabalhos e possibilidade de produção científica. Instigando, deste modo, o fortalecimento do pensamento crítico e o prazer pela investigação científica.

Salientando que estas atividades têm como objetivo valorizar o aprendizado fora do ambiente acadêmico e os estimular de modo que amplie tanto seus currículos, através de experimentos e ações voltadas à disseminação de conhecimento, quanto suas vivências acadêmicas externas aos conteúdos disciplinares do Curso.

As referidas atividades devem ser requeridas e comprovadas pelo próprio aluno, em cumprimento à integralidade da carga horária prevista para colação de grau do curso de Enfermagem. O presente PCC atende à referida determinação legal no componente curricular obrigatório de ATIVIDADES COMPLEMENTARES, com carga horária de 200 horas.

O reconhecimento e a incorporação das atividades, como créditos na formação do aluno, obedecem às normas específicas estabelecidas pela Comissão de Atividades Complementares e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovadas pelo Colegiado do Curso na reunião 10/2019 realizada em 09 de dezembro de 2019.

Logo, fica estabelecido que para efeito de comprovação das atividades complementares, o acadêmico deverá protocolar, na Coordenação do Curso, o requerimento de validação das atividades, acompanhado de cópias autenticadas dos comprovantes de cada atividade realizada. Ao Coordenador do Curso, ou comissão designada, caberá a contagem e validação da carga horária.

3 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º. Objetiva normatizar o registro das atividades complementares para o curso de Enfermagem do CCSST, sendo o cumprimento integral indispensável para a colação de grau.

Art. 2º. As Atividades Complementares integram o currículo do curso de Enfermagem, tendo como carga horária mínima de 200hs, de acordo com o definido na estrutura curricular, sob a legislação em vigor.

Art. 3º. As Atividades Complementares só poderão ser aproveitadas quando realizadas no período em que o aluno esteja regularmente matriculado, no curso de Enfermagem, da Universidade Federal do Maranhão, sendo vedada a integralização de qualquer tipo de atividade realizada antes do ingresso do aluno na Instituição de Ensino Superior (IES).

Art. 4º. São consideradas Atividades Complementares aquelas compreendidas pelas participações discentes em atividades apresentadas no Quadro .

Art. 5º. As atividades integrantes devem ser desenvolvidas ao longo do curso, não podendo ser realizadas integralmente em apenas um ano ou semestre, sendo expressamente proibida a integralização total em um único tipo de atividade.

Art. 6º. Os alunos que ingressarem no Curso de Enfermagem por transferência de outra instituição (IES) poderão ter suas Atividades Complementares desenvolvidas no período de estudo na outra IES reconhecidas. Para isso, as atividades deverão ter sido realizadas no mesmo período de formação na IES anterior, confirmando-se a partir de seu Histórico Escolar, emitido pela IES de origem, com documentação comprobatória apresentada para análise e possível aproveitamento das atividades realizadas. Os limites para aproveitamento destas atividades, são os estabelecidos pela UFMA, IES atual, neste documento.

Art. 7º. Para os registros acadêmicos, o aluno deve apresentar à Coordenação do Curso, o documento original com cópia para conferência, devendo constar o conteúdo dos estudos, a duração, o período e a organização promotora ou realizadora ou profissional/professor responsável.

Art. 8º. Caso o documento comprobatório de atividade não especifique a carga horária, este não será integralizado.

Art. 9º. Será computada a carga horária de cada certificado/declaração, porém, obedecendo a carga horária limite estabelecida para cada atividade (Quadro 1).

Art. 10º. O estágio não obrigatório realizado em escolas, empresas, instituições

de saúde, será aceito desde que conveniado com a UFMA. Este deve obedecer às prerrogativas legais, com anuência do enfermeiro responsável pelo estágio, concessão de seguro ao aluno, plano de estágio e cronograma contendo as atividades a serem realizadas; bem como o relatório final do aluno, assinado pelo enfermeiro preceptor.

Art. 11º. Compete à Comissão das Atividades Complementares do Curso avaliar os estudos ou atividades realizadas e solicitar o registro acadêmico no histórico do aluno, via SIGAA.

Art. 12º. Caso os comprovantes entregues não integralizem as 200hs previstas, o aluno deverá receber um e-mail, via plataforma SIGAA, informando a quantidade de horas totalizadas obtidas a partir das cópias entregues.

Art. 13º. A comissão das Atividades Complementares tem o prazo de um mês para contabilizar a carga horária, a partir da data de entrega dos documentos comprobatórios, integralizando o componente curricular no histórico do aluno ou enviando o e-mail informando o total atingido para que seja complementado.

Art. 14º. A integralização da carga horária total das atividades complementares deverá ocorrer obrigatoriamente até a metade do 10º (décimo) período do curso, respeitando-se o prazo para análise da comissão e posterior integralização.

Art. 15º. A Comissão de Atividades Complementares será designada por portaria, previamente aprovada pelo Colegiado do Curso.

Art. 16º. A comissão das Atividades Complementares entregará os documentos à secretaria do curso para o arquivamento na pasta do acadêmico, junto ao documento expedido pela referida Comissão (APÊNDICE B).

Art. 17º. Alterações deste regulamento podem ser feitas e validadas mediante voto da maioria absoluta dos membros do Colegiado de Curso.

Art. 18º. Compete ao Colegiado de Curso dirimir quaisquer dúvidas referentes à interpretação destas normas, bem como suprir as suas lacunas, e deliberar em caso de situações omissas, podendo ainda expedir as ações complementares que se fizerem necessárias.

RELAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTÁRES E SUAS RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS

ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
Área	ATIVIDADE	Carga horária (mínima)	Carga horária (máxima)
Atividades de Ensino (Aperfeiçoamento acadêmico)	Monitoria	25hs/semestres	100hs (2anos/ 2 disciplinas)
	Participação como palestrante, na área de enfermagem ou áreas afins	1h	Até 10hs
	Participação em cursos/minicursos presenciais ou EaD, nas áreas da enfermagem	20hs	80hs
	Participação em eventos de curta duração, como: dias comemorativos em alusão a patologias e seus tratamentos, ações de prevenção ou educação, campanhas de saúde, etc.	1h	Até 10hs/ano
	Realização de disciplina extracurricular	15hs/ cada	30hs
	Participação em ligas acadêmicas	10hs/ semester	Até 20hs (1 ano)
	Realização de Cursos de Idiomas	10hs/ ano	Até 30hs
	Realização de estágio não obrigatório	10hs/ semester	20hs (1 ano)
Atividades de Pesquisa	Participação em projeto de pesquisa ou indicação científica (bolsista/voluntário)	30hs/ projeto/ ano	Até 60hs/ 2 projeto/ 2 anos
	Participação em atividades de pesquisa no programa de educação tutorial	30hs/ ano	Até 60hs
	Apresentação oral em eventos científicos (por evento)	10hs/ apresentação	40hs
	Apresentação de banner em eventos científicos (por evento)	5 hs/ banner apresentado	30hs
	Artigos publicados em revistas indexadas	30hs/ artigo	Sem limites
	Resumos publicados em anais de eventos	5hs/ resumo	25hs
Atividades de Extensão	Participação em projeto/programa de extensão (bolsista/voluntário)	30 hs/ ano	60hs
	Participação em atividades de extensão no programa de educação tutorial	30 hs/ ano	60hs
Outras atividades (Intra e Extra campus)	Participação discente em órgãos colegiados e organizações de representação estudantil	10hs/ órgão	Até 20hs
	Atuação como representante de turma	5hs/ semester	10hs (1ano)
	Participação como organizador/comissão organizadora de eventos científicos e/ou culturais	15hs/ evento	Até 30 horas
	Participação como avaliador, ou monitor de eventos científicos e/ou culturais	5hs/ evento	Até 20hs

	Participação em atividades esportivas ligadas a Universidade e ao curso, como representação estudantil	5hs/semester	Até 15hs
	Participação em atividades artísticas e/ou culturais	1h	Até 20hs
	Assistir apresentações de TCC's	1h	Até 10hs
Total de Horas	200h		
Observações:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. O estágio não obrigatório, realizado em escolas, empresas, instituições de saúde, será aceito desde que conveniado com a UFMA. Este deve obedecer às prerrogativas legais (RESOLUÇÕES), com anuência do enfermeiro responsável pelo estágio, concessão de seguro ao aluno, plano de estágio e cronograma contendo atividades a serem realizadas, e relatório final do aluno, assinado pelo enfermeiro preceptor. 2. Será computado a carga horária de cada certificado/declaração, porém obedecendo a carga horária limite estabelecida para cada atividade. 3. Caso o documento comprobatório não especifique a carga horária, este não será integralizado. 4. Outras atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, não elencadas, poderão ser apreciadas pela comissão das atividades complementares e Coordenação do Curso. 			



APÊNDICE C – MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM



**MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DO CURSO DE ENFERMAGEM**

IMPERATRIZ
2020



EQUIPE DE ELABORAÇÃO

COORDENADORA DO CURSO DE ENFERMAGEM

Roberta de Araújo e Silva

COMISSÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Marcela de Oliveira Feitosa

Marcia Caroline Nascimento Sá Ewerton Martins

Maria Neyrian de Fátima Fernandes

1 APRESENTAÇÃO

Este manual tem por finalidade disciplinar e regulamentar o direcionamento para a realização de trabalhos acadêmicos (TCC e Relatório de Estágio), com base no rigor científico, metodológico com respaldo na ABNT vigente.

2 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui em uma atividade obrigatória como requisito para a graduação e traduz um momento de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, de acordo com os padrões e exigências metodológicas da produção acadêmico-científica.

O tema do TCC deve estar vinculado aos conteúdos dos componentes constitutivos do currículo, articulado com as atividades de ensino, pesquisa e extensão que assegurem a relação desta atividade com as disciplinas teóricas e práticas, com os projetos de pesquisa e o estágio supervisionado.

O processo de elaboração do TCC exige orientação docente sistemática e continuada, durante o período de realização, que é composta por dois componentes curriculares: PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO e TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com carga horária de 45 horas cada, perfazendo um total de 90 horas.

O trabalho de conclusão de curso será apresentado na modalidade artigo científico, com defesa oral de seu conteúdo perante banca composta por três (3) professores, sendo o orientador e mais dois (2) professores, após prévia aprovação em banca de qualificação do trabalho. Será aprovado o TCC que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0).

Em caso de membro externo, este deverá ser profissionais de nível superior, possuir no mínimo pós-graduação na área de conhecimento objeto da orientação e sua indicação deverá ser aprovada pelo Colegiado de Curso.

Esse deve ser submetido à avaliação de uma banca examinadora composta por:

- I. professor orientador do quadro de servidores da instituição (obrigatório);
- II. dois professores na área de conhecimento em que está inserido o tema abordado (obrigatório);
- III. professor coorientador (opcional).

A operacionalização do Trabalho de Conclusão de Curso obedece às Normas

Específicas do Colegiado do Curso, as Resoluções dos Colegiados Superiores e as Diretrizes Curriculares.

3 DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A operacionalização do Trabalho de Conclusão de Curso obedecerá às normas específicas elaboradas pelo NDE e aprovadas pelo Colegiado do Curso de Enfermagem da UFMA-CCSST em consonância com as legislações vigentes;

Art.2º. Para a realização do TCC, definido na forma de Artigo Científico é necessário ser pautado no Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - PTCC, que é a etapa inicial e indispensável que vai nortear o discente para a realização da pesquisa;

Art.3º. O PTCC deve seguir as normas específicas, fundamentado na ABNT vigente;

Art.4º. Ao final do semestre, o PTCC deve ser entregue na Coordenação para análise e avaliação do professor orientador, o qual deve atribuir a nota ao projeto, e será aprovado o PTCC que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0). Os quesitos avaliados serão de relevância da proposta, viabilidade metodológica, instrumentos, análise dos dados, redação científica e normatização. Em caso de projetos envolvendo seres humanos os mesmos deverão ser encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Art.5º. O TCC (artigo) é individual e deverá ser apresentado para uma Banca examinadora, composta por dois (2) professores da área e com o Professor Orientador da UFMA, podendo ter Coorientador da UFMA ou de outras Instituições com atividades afins, que não poderá compor a banca examinadora.

Art.6º. Do Orientador e Coorientador

- a) Deve ser escolhido pelo aluno, formalizar o aceite e acompanhar desde o PTCC e em quaisquer situações que leve a desistência na relação orientando/orientador, deve ser levado por escrito à coordenação do curso, mediante protocolo formal.
- b) O orientador deve ser um profissional docente da área ou afins, pertencente à UFMA e conhecer as normas de elaboração do PTCC e TCC.
- c) O coorientador deve ser um profissional docente da área ou afins, pertencente à UFMA ou uma IES externa e conhecer as normas de elaboração do PTCC e TCC.

- d) Cada orientador poderá ter até seis (6) orientandos no curso por semestre e seguir as competências estabelecidas.
- e) Compete ao Orientador/a: validar o tema escolhido com a assinatura do documento específico de aceite; assistir ao discente em suas necessidades técnicas, esclarecer dúvidas e indicar referências; proceder a leitura crítica desde o projeto; acompanhar, orientar, corrigir a realização da pesquisa, objeto do projeto até o resultado final do TCC e participar da banca examinadora, presidindo a sessão e proceder os registros devidos e atribuir nota de acordo com os dois membros avaliadores da banca;
- f) Comunicar à Coordenação do Curso a ocorrência de dificuldades do aluno identificadas no processo de orientação em relação ao TCC;
- g) Sugerir quatro (4) professores para compor a banca examinadora, sendo dois (2) titulares e dois (2) suplentes que serão encarregados de substituir quaisquer dos titulares em caso de impedimento;
- h) Definir a ordem da autoria do artigo entregue como TCC, em conjunto com o aluno;
- i) O nome coorientador deve constar dos documentos e relatórios entregues pelo aluno;
- j) A troca de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante consentimento expresso do professor substituído e do coordenador do curso.

Art.7º. Da Coordenação do Curso

- a) Compete designar os dois professores titulares para compor as bancas de defesa dos TCC”, dentre os quatro sugeridos pelo orientador;
- b) Agendar data e divulgar aos discentes a ordem de apresentação;
- c) Pode igualmente participar de bancas como os demais professores, além de orientar;
- d) Formar protocolo de TCC por aluno, que deve constar do projeto de pesquisa, o termo de aceite do orientador, ficha de acompanhamento ou comprovação online, a ata de defesa com a respectiva nota;
- e) Informar ao Orientador sobre o direcionamento opcional para a biblioteca central, com vistas a disponibilização virtual conforme as normas da UFMA, os TCCs que forem aprovados e forem acordados por escrito pelos autores em documento específico, sob a forma de CD Rom (não regravável) e, em sendo artigo providenciar encadernação em conjunto (coletânea) para arquivo na coordenação com o devido Projeto.

- f) Emitir documentação de participação de bancas aos membros examinadores e orientador(a) e providenciar junto ao administrativo o registro da nota do discente.
- g) Cadastrar no SIGAA, o orientador e consolidar as notas para adequar o status de aprovado ou não, tanto do PTCC como do TCC;
- h) Para publicação dos artigos é exigível referenciar a Universidade Federal do Maranhão como instituição de desenvolvimento do estudo.

Art.8º. Compete ao discente:

- a) Cumprir o cronograma de atividades para realização desde o PTCC até a defesa do TCC;
- b) Realizar individualmente um TCC para cada curso a ser concluído na UFMA;
- c) Entregar no protocolo direcionado à coordenadoria do curso, três cópias do TCC e do Projeto, o termo de aceite do orientador e a ficha de acompanhamento da orientação respeitando a data determinada, sem direito a recorrer em caso do não cumprimento da data estabelecida.
- d) Arcar com as despesas referentes à elaboração de todo processo do TCC;
- e) Na defesa, o aluno terá de quinze (15) a vinte (20) minutos para apresentar seu trabalho e, cada componente da banca examinadora, até dez (10) minutos para fazer sua arguição, dispendo ainda o discente, se necessário, de outros dez (10) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art.9º. Da Banca Examinadora

- a) O orientador é o presidente do processo e deverá conduzir os serviços da banca, na sua ausência, assume o coorientador;
- b) Os demais membros da banca serão designados pela coordenadoria do curso, indicando dois membros titulares, dentre os quatro sugeridos pelo orientador, direcionando para a linha de domínio dos docentes, e cada membro receberá uma cópia do TCC para proceder a leitura prévia e registrar as anotações pertinentes;
- c) Estes poderão arguir o discente com uma questão exceto o orientador deverá atribuir a nota conforme o artigo 4º e assinar a ata de defesa;
- d) Na apresentação pública, os membros da banca podem sugerir ao aluno que reformule aspectos de sua monografia;

- e) A nota atribuída será considerando os aspectos do conteúdo (valor de 2 pontos), redação (2 pontos), normalização (2 pontos), apresentação (2 pontos) e arguição (2 pontos), a serem registrados na ata de defesa, que deverá ser toda preenchida sem rasuras.

Art.10º. Da Aprovação e Reprovação

- a) Será considerado aprovado o discente que lograr nota igual ou superior a 7,0 (sete);
- b) Alunos aprovados que necessite fazer as adequações sugeridas pela banca em até 10 (dez) dias corridos, para procederem à entrega do TCC (incluindo o CD Rom) na coordenação do Curso;
- c) Nestes casos fica a nota a ser lançada condicionada ao cumprimento da entrega do artigo corrigido juntamente com o CD;
- d) O aluno que não alcançar a nota mínima de sete será considerado reprovado sem direito a recurso, podendo defender no próximo semestre, desde que devidamente matriculado para a realização do TCC;
- e) O aluno que não entregar a monografia, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma de legislação em vigor, está automaticamente reprovado, podendo defender no semestre subsequente, desde que devidamente matriculado para a realização do TCC.
- f) Em caso de comprovação de que o trabalho não é de autoria do estudante, a banca o reprovará, não sendo concedida a possibilidade de reformulação, além de outras medidas cabíveis, conforme art. 184 do Código Penal e Lei do Direito Autoral – Lei n. 9.610/1998.

Art.11º. Da Elaboração

A elaboração do TCC seguirá o rigor metodológico da ABNT vigente e a cientificidade fundamental à sua realização, devendo o professor da disciplina referente à realização do TCC buscar atualização das normas.

- a) No geral, a fonte pode ser Arial ou Times New Roman, tamanho 12 para os textos, exceto citações diretas longas e resumos, cujo tamanho será de 11 ou 10. O espaçamento é de 1,5 e simples nas referências, citações diretas longas e resumos. As margens são de 3 cm à esquerda e superior e de 2 cm à direita e inferior;

- b) Deve ainda abranger áreas do conhecimento disciplinares e seguir a seguinte estrutura, mesmo na condição de Artigo por ter a finalidade de Conclusão de Curso, e em caso de publicação, cabe ao orientador em conjunto com o aluno, adequar às normas determinadas pela Revista, após a defesa;
- c) Modelo em uma única coluna, seções primárias sequenciadas (sem página específica para cada seção primária);
- d) O total de páginas do Artigo Científico de Resumo a Abstract e deve conter no mínimo 15 e no máximo 20 páginas;
- e) O título em inglês logo após o título na folha inicial, centralizado e os nomes dos autores serem deslocados para a margem esquerda conter o autor e orientador, especificados cada um e incluir email, com sistema de chamada numérico para linha de rodapé com fonte 10;
- f) Conter no mínimo 15 referências que foram citadas e referências lidas não citadas nos textos (permitido pela ABNT), no máximo 5, as ilustrações não devem ultrapassar a 6, (não exceder o tamanho de 9 por 6 cm) e as tabelas devem ser conforme as normas do IBGE;
- g) No verso da folha de rosto não deve conter a ficha catalográfica com o CDU fornecido pela Bibliotecária que será uma única para todos os artigos, mediante a solicitação da coordenação, uma vez que esta não receberá os TCC.

Art.12º. Composição

Deve conter:

- a) Cabeçalho, constando do nome da Instituição, Área e Coordenação do curso a que está ligado (Graduação ou Pós-graduação: em maiúsculo e negrito);
- b) O título do TCC ou Relatório de Estágio, dependendo do caso (em maiúsculo e negrito);
- c) O título do Artigo (maiúsculo/negrito) deve ser seguido do título em Inglês (minúsculo/negrito) e centralizado;
- d) O nome do autor: (em maiúsculo e negrito) centralizados;
- e) O local (deve ser centralizado em minúsculo e não negrito);
- f) O ano (igualmente ao local, vindo logo a seguir – centralizado, minúsculo e não negrito).



Folha de Rosto

Nesta folha deve conter o nome do autor(a), o título do TCC em maiúsculo e negrito, a finalidade a que se destina (fonte 10 ou 11, espaço simples com recuo de 7cm) o nome do orientador(a), o local e o ano. No seu verso é dispensado a ficha de Código Decimal Universal (CDU), feita pelo(a) bibliotecário(a) da IES, que poderá feita uma única para toda coletânea, exceto no Relatório de Estágio.

Folha de aprovação

Após a folha de rosto, deve conter o nome do autor(a), o título do TCC, a finalidade (não colocar o nome do orientador/a) à margem esquerda o termo “Aprovado em...../...../.....” e a banca examinadora (maiúsculo centralizado, não negrito), contendo os três membros da banca, sendo o primeiro o orientador.

Elementos Opcionais

São formados pelos elementos pré-textuais: Dedicatória, Agradecimentos, Epígrafe, Lista de símbolos, Lista de abreviaturas, Lista de siglas, Lista de ilustrações, Erratas, Tabelas. Estes não farão parte da construção do Artigo Científico.

Resumo

Consiste em elemento obrigatório que deve sintetizar o tema, os objetivos, metodologia, resultados mais relevantes e conclusões. Deve ser apresentado centralizado em maiúsculo, não negrito e não paginado, com texto em espaço simples, fonte 11 ou 10, devendo conter de 150 a 250 palavras. Não é paginado, deve especificar ao final as palavras-chave até 3, separados por ponto e ser apresentado além da língua vernácula um Resumo após a Conclusão em uma língua estrangeira, no caso em Inglês, que deve ser após a conclusão. Dispensado no caso de Relatório de Estágio.

No PTCC, além do Resumo, possui o Desenho do Projeto onde a seguir vêm as palavras-chave, as quais no artigo deverão vir após o Resumo e do Abstract.

Sumário

Elemento obrigatório, porém, dispensável em se tratando de Artigo Científico.

Nome centralizado, maiúsculo, não negrito, não paginado. Se houver elementos opcionais como, por exemplo, lista de ilustrações, estas aparecem logo no início do sumário, sem paginação apesar de serem conferidas. A numeração se inicia nos elementos textuais com a introdução e as referências não levam numeração de seção, aparecem em maiúsculo não negrito e com página indicativa.

Elementos Textuais

São todos elementos obrigatórios, em negritos, à margem esquerda (3 cm), maiúsculo e paginados. São: introdução, desenvolvimento, metodologia, resultados e discussão e conclusão.

Elementos Pós-textuais

Referência é obrigatório, e os, não obrigatórios como apêndice e anexos se houver no caso do Artigo é dispensável, devendo os mesmo acompanhar o Projeto.

Compete ao Colegiado do Curso, avaliar e deliberar condições adversas não contempladas nestas normas e sugerir ao DNE adequar se necessário a norma em questão, compete ainda, a aprovação do Projeto a ser encaminhado para o Comitê de Ética pelo orientador, se for de interesse dos pesquisadores.

Documentos recomendados para consulta:

- ABNT- Documento NBR 10719 “Relatórios técnico-científicos”
- ABNT- Documento NBR 6023 “Elaboração de Referências”
- ABNT - Documento NBR 10520 “Citações” e
- ABNT - Documento NBR 14724 “Trabalhos Acadêmicos”.

Art.13° Casos omissos neste regulamento serão analisados pela Coordenação em conjunto com o Colegiado do Curso.



REFERÊNCIA

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719: Informação e documentação — Relatório técnico e/ou científico — Apresentação. 3 ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2011. 15 p.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: — Informação e documentação — Referências — Elaboração. 2 ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2018. 74 p.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: — Informação e documentação – Citações em documentos - Apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2002. 7 p.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: — Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos - Apresentação. 3 ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2011. 15 p.